

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**FERNANDA DE SANTOS NASCIMENTO**

**A REVISTA *A DEFESA NACIONAL* E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO  
EXÉRCITO BRASILEIRO (1931-1937).**

**Porto Alegre  
2010**

FERNANDA DE SANTOS NASCIMENTO

**A REVISTA A *DEFESA NACIONAL* E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO  
EXÉRCITO BRASILEIRO (1931-1937).**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dra. Janete Silveira Abrão.

PORTO ALEGRE  
2010

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) por ter financiado esta pesquisa. Graças à bolsa de estudos integral pude apurar meus estudos através de viagens para pesquisa e participação em eventos; aos professores do Programa de Pós Graduação em História da PUC pelos apontamentos feitos em relação a este trabalho bem como as indagações em sala de aula. Agradecimento especial a Dra. Janete Abrão que orientou este trabalho. Durante estes dois anos sua paciência e interesse pautaram a execução do trabalho e os apontamentos feitos, em nossas reuniões, foram sempre de grande importância.

Agradeço também a minha família que sempre me apoiou em todos os momentos, desde o início da graduação em História até este momento.

Agradecimento especial a todas as amigas que fiz neste período e que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

Especial menção a Michelle Almeida que me acompanhou desde muito antes deste trabalho e que me ajudou a continuar firme na estrada da história.

**A REVISTA A DEFESA NACIONAL E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO  
EXÉRCITO BRASILEIRO (1931-1937).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

FERNANDA DE SANTOS NASCIMENTO

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Janete Silveira Abrão – PUCRS

---

Prof. Dra. Carla Brandalise - UFRGS

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – PUCRS

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo maior discutir a relação entre a revista A Defesa Nacional e a modernização do Exército brasileiro ocorrida nos primeiros anos do governo Vargas, isto é, de 1931 a 1937. Este período engloba dois fatos significantes da história nacional: a Revolução de 1930, ocorrida em outubro e que modificou a estrutura política do país; e o Estado Novo, lançado em novembro de 1937 que inaugurou uma ditadura civil, com apoio dos militares, que se manteria no poder até 1945. Durante este período, ocorreram significativas transformações no Exército e as discussões encetadas pela oficialidade a respeito destas mudanças foram significativamente traduzidas pelas páginas da revista A Defesa Nacional. Esta revista, fundada em 1913, tinha como objetivo levar a toda a oficialidade militar a discussão sobre as necessidades do Exército e a importância de se reforçar a instituição. Durante a década de 1930, ela exercerá um papel bastante importante no cenário militar e nas diversas mudanças que ocorrem na instituição neste período.

Palavras Chave: História do Brasil, Defesa Nacional, Militares

## **ABSTRACT**

This paper pretend to discuss the larger relationship between the magazine National Defense and the modernization of the Brazilian Army from the early years of the Vargas government, 1931 to 1937. This period covers two significant facts of national history: the Revolution of 1930 occurred in October and changed the political structure of the country, and the New State, released in November 1937 that inaugurated a civilian dictatorship, with the support of the military, which would remain in power until 1945. During this period there were significant changes in the army and the discussions initiated by the officers regarding these changes were significantly translated the pages of National Defense magazine. This magazine, founded in 1913, aimed to bring all military officers to discuss the needs of the Army and the importance of strengthening the institution. During the 1930s, she will play a very important role in the military scenario and the various changes occurring in the institution during this period.

Keywords: History of Brazil, National Defense, Military

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 EXÉRCITO: HISTÓRIA E FORÇA POLÍTICA (1889-1930)</b> .....	19
1.1 Os Militares e a Modernização .....	25
1.2 Os Militares e a República .....	30
1.3 Os Militares e a participação política: revoltas e sedições na caserna .....	47
1.4 Os Militares e a Revolução de 1930 .....	52
<b>2 A REVISTA A DEFESA NACIONAL E O EXÉRCITO BRASILEIRO (1913-1930)</b> .....	58
2.1 A Revista <i>A Defesa Nacional</i> .....	60
2.2 O Profissionalismo Militar .....	74
2.3 Nação e Nacionalismo: os intelectuais forjam a nação republicana .....	78
2.4 O Papel do Exército e o Serviço Militar Obrigatório .....	85
2.5 A revista na década de 1920 .....	96
2.5.2 O Brasil e os redatores de <i>A Defesa Nacional</i> .....	104
<b>3 A MODERNIZAÇÃO: UM ESPÍRITO NOVO NO EXÉRCITO NACIONAL (1931-1937)</b> .....	111
3.1 A estrutura de <i>A Defesa Nacional</i> .....	114
3.1 Disciplina e Coesão na Caserna .....	123
3.2 Organização e renovação militar .....	143
3.2.1 O armamento militar .....	162
3.3 O calcanhar de Aquiles: o Exército e as Polícias Militares .....	167
<b>4 OS MILITARES DISCUTEM O BRASIL</b> .....	175
4.1 O Papel dos Militares - A política <i>do Exército</i> .....	178
4.2 Autoritarismo e Militares .....	193
4.3 Comunismo e Militares .....	207
4.4 Os militares e a indústria nacional .....	220
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	228
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	235

## INTRODUÇÃO

*Vivemos tempos desafiadores.*

*Os desafios do passado foram a manutenção da unidade nacional, evitando sua fragmentação; o estabelecimento de fronteiras definitivas; a independência da Colônia; a proclamação da República; a preservação da integridade do território brasileiro, da democracia, da ordem e do progresso. Os desafios de hoje implicam contribuir com o desenvolvimento nacional, com o bem estar social (...) Os desafios de amanhã são imprevisíveis. (...) Precisamos envolver a sociedade nessa discussão, comprometer, ainda mais, as autoridades com a Estratégia Nacional de Defesa, e preparar um exército dissuasor e com a mesma estatura do Brasil.*

**General de Exército ENZO MARTINS PERI - Comandante do Exército, abril de 2010.**

A epígrafe poderia ter sido selecionada das páginas da revista *A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares* entre o período analisado por este trabalho, isto é, entre os anos de 1931 e 1937. No entanto, a frase consta da ordem do dia escrita pelo General Enzo Peri, comandante do Exército brasileiro, em homenagem ao dia 19 de abril, dia do Exército, em 2010.<sup>1</sup>

O principal motivo que nos levou a escolher a epígrafe para a introdução de nosso trabalho é simples: sua leitura deixa clara a familiaridade do discurso do General com o discurso das páginas de *A Defesa Nacional* durante suas primeiras décadas de publicação. A referência ao papel do Exército como entidade nacional, garantidora da integridade do território, ligada ao desenvolvimento do país, além da necessidade de comprometer a sociedade com as questões advindas da defesa nacional são temas recorrentes no pensamento dos redatores da revista e reproduzidos à exaustão em suas páginas. Acreditamos, portanto, que as palavras

---

<sup>1</sup> Seção do Tiro de Guerra – Dia do Exército em [http://www.5rm5de.eb.mil.br/secoes/escter/tiro\\_guerra/paginas/noticias/dia\\_do\\_exercito.htm](http://www.5rm5de.eb.mil.br/secoes/escter/tiro_guerra/paginas/noticias/dia_do_exercito.htm), acesso em 25 de abril de 2010.

do general, escritas quase setenta anos depois do período aqui analisado, é tributária de um pensamento militar identificado com os jovens oficiais que fundaram esta revista em 1913 e que permaneceram como um núcleo unido e coeso em prol de seus objetivos durante as primeiras décadas de sua existência.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a revista *A Defesa Nacional* (ADN) e as transformações ocorridas no Exército brasileiro na primeira metade da década de 1930. Este projeto surgiu como extensão da pesquisa iniciada ainda durante a graduação, sobre a modernização empreendida pelo Exército durante a década de 1930. Durante a pesquisa não nos escapou a existência dessa interessante Revista, que pouca atenção recebeu dos historiadores, embora revelasse conteúdo muito importante para a interpretação do papel dos militares na sociedade brasileira.

No recinto da Biblioteca do Exército, no Palácio Duque de Caxias - Rio de Janeiro, onde é possível comprar as publicações editadas pela BIBLIEX, existe uma efusiva homenagem aos fundadores de *A Defesa Nacional*. Um grandioso painel com a reprodução do quadro de Álvaro Alves Martins, que retrata a fundação da revista *A Defesa Nacional*, figura em uma das paredes do recinto. O quadro, óleo sobre tela pintado em 1994, mostra uma cena em que treze militares estão sentados ao redor de uma mesa, com páginas da revista nas mãos, discutindo seu conteúdo. Esse quadro foi reproduzido na capa do livro *Soldados da Pátria*, de Frank D. McCann, publicado em 2007. Abaixo desse quadro, existe a foto de todos os militares fundadores de ADN e seus respectivos nomes. Por fim, uma placa de bronze ressalta a importância desse grupo e presta singela homenagem aos militares, feita em outubro de 1980.

O mais curioso, no entanto, é o desconhecimento a que a historiografia e o próprio Exército relegaram essa importante publicação, embora rendam homenagens e citações a esses personagens. Não existem dúvidas quanto ao papel fundamental dessa revista no interior da instituição, em relação às questões ligadas ao profissionalismo e à modernização militar. Por outro lado, existem pouquíssimos trabalhos que a analisam especificamente. Em 1985, Leila Capella defendeu dissertação intitulada *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório (1913-1918)*.<sup>2</sup> Seu trabalho, focado

---

<sup>2</sup> CAPELLA, Leila. **As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório**. UFF, 1985.

especificamente na questão do serviço militar, preencheu uma lacuna da historiografia em relação a esses militares. Depois disso, a história calou-se por quase vinte anos quando, em 2004, Maria Cristina Moraes defendeu dissertação com o título de *Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918)*.<sup>3</sup> Este trabalho pouco acrescenta à discussão sobre o papel desses militares e dessa publicação. Suas conclusões, em alguns pontos, vão contra o trabalho vanguardista de Capella, embora este seja continuamente citado. O general Francisco de Paula Cidade foi sábio ao escrever que “No dia em que triunfarem, no campo da história militar, os princípios que tecnicamente norteiam a atividade do historiador, as coleções de *A Defesa Nacional* serão procuradas e consideradas valiosíssimas por quem queira escrever sobre a vida militar brasileira”.<sup>4</sup> Concordamos com a posição do general e acreditamos que o trabalho aqui apresentado preencherá de forma relevante uma lacuna da historiografia em relação ao papel dos militares na sociedade brasileira.

*A Defesa Nacional* foi uma revista fundada por um grupo de jovens militares em 1913. Esses militares tinham em comum o desejo de incutir no Exército brasileiro uma cultura realmente profissional, ligada às necessidades da guerra moderna. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) demonstraria a importância de tais preocupações para a vida de um país. A maior parte dos seus redatores havia participado de estágios em corpos de tropa alemães, entre os anos de 1906 e 1910. Ao retornarem ao Brasil, esses oficiais foram recebidos com pouco caso e perceberam que, se dependesse da estrutura burocrática do Exército, os ensinamentos apreendidos durante os dois anos de estágio junto ao Exército alemão seriam perdidos.<sup>5</sup> Inconformados, um grupo de onze militares funda, em setembro de 1913, nas dependências do Clube Militar, o projeto de uma revista de assuntos militares que deveria refletir “As ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho”.<sup>6</sup> O texto deixa claro o atrevimento dos jovens militares ao intuir que a revista foi criada pelo próprio momento histórico, dadas as circunstâncias de atraso do Exército nacional.

---

<sup>3</sup> MORAES, Maria Cristina. ***Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918)***. UNESP, 2004.

<sup>4</sup> CIDADE, Francisco de Paula. ***Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira***. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953. p. 354.

<sup>5</sup> TREVISAN, Leonardo. ***As Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro***. Tese de Doutorado. USP, 1993, p. 135.

<sup>6</sup> Ata da fundação de *A Defesa Nacional* (ADN) publicada na ADN de outubro de 1933, em comemoração aos vinte anos de fundação da revista.

Este Exército havia tentado modernizar-se antes e depois da Guerra do Paraguai (1865-1870). Havia tentado, também, inculcar em seus soldados a consciência de um exército profissional e, paralelamente, tentou mostrar à sociedade o papel importante que desempenhava na defesa do país e na garantia de seus interesses externos e internos. Através da Lei de Serviço Militar Obrigatório de 1874, tentou abrir as portas da caserna à sociedade; tentativa esta que ficou aquém das expectativas e determinou o abandono da Lei.<sup>7</sup> Com o advento da República e os conflitos sociais, notadamente Canudos (1897-1898) e Contestado (1912-1916), ficou evidente à parte da oficialidade, a necessidade de se adequar a Instituição aos tempos modernos. A atuação dos militares nesses conflitos deixou muito a desejar e demonstrou toda a fraqueza da Instituição. No caso de Canudos, a situação levou Euclides da Cunha a afirmar que “Não tínhamos Exército na significação real do termo”.<sup>8</sup> A assertiva, amarga e cruamente reveladora, não era exagerada. De fato, em termos operacionais, a Instituição pouco podia fazer com seu equipamento deficiente, seu armamento obsoleto e a falta de infraestrutura dos quartéis.

As reformas pedidas e sugeridas, como alterações nas leis de promoção e organização militar, fortalecimento do ensino militar e a contratação de missões estrangeiras de instrução, eram necessárias para modernizar e adequar o Exército aos novos tempos. As reformas efetuadas, desde a proclamação da República, em vários setores da Instituição e, principalmente, aquelas efetuadas pelos ministros Caetano de Farias (1914-1918) e Pandiá Calógeras (1919-1922) criaram o mecanismo que permitiu a Getúlio Vargas destruir o sistema político da República Velha entre 1930 e 1935. Cabe aqui uma pequena análise bibliográfica das principais obras que abordaram a questão dos militares na sociedade brasileira. Tais autores são, ainda hoje, convocados a interpretar o papel dos militares na sociedade e suas análises continuam sendo a base do estudo da Instituição em nossa história.

Para Nelson Werneck Sodré, autor de formação marxista e funcionalista, a função do Exército no período aqui abordado – e chamado pelo autor de Fase Autônoma – é manter a base física herdada do período colonial e assegurar o exercício da autoridade central em toda a extensão do território. Para ele, é

---

<sup>7</sup> BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945**. EDUSP: São Paulo, 2009.

<sup>8</sup> TREVISAN, Leonardo. op. cit. p. 121.

somente após a Revolução de 1930 que o país começa a se definir em termos de nação e a criar condições para o aparelhamento das Forças Armadas, neste momento, inequivocadamente nacionais. Segundo o autor, as revoltas ocorridas ao longo das turbulentas décadas de 1910 e 1920 indicam uma alteração da influência oligárquica dentro do Exército e mostram a ascensão de uma burguesia interessada em aparelhar a Instituição.<sup>9</sup>

Por outro lado, José Murilo de Carvalho afirmou ser necessário entender a Instituição do Exército para compreender suas relações com o Estado e a sociedade. Carvalho, como tantos outros, acredita na análise organizacional da Instituição, ou seja, acredita que a missão e ideologia da instituição militar moldaram muito mais sua relação com a sociedade do que transformações sociais em seu interior. Além disso, chama a atenção para o envolvimento militar no cenário nacional, principalmente após 1889, com a proclamação da República e a ascensão de diversos militares a cargos públicos em todo o país. Ademais, a variedade de revoltas ocorridas no seio da Instituição entre 1890 e 1930 é um indicativo de uma mudança de mentalidade.

Pode-se citar, ainda, a obra clássica de Edmundo Campos Coelho que rejeita as análises de autores que, como Sodré, utilizam a perspectiva de análise instrumental, onde as Forças Armadas são o instrumento dos desígnios de determinadas classes sociais. Para Coelho, cabe uma análise organizacional, isto é: o Exército e, conseqüentemente, as Forças Armadas, são organizações com interesses próprios e autonomia. Desta forma, o autor identifica a evolução do Exército marcada por três pontos principais: primeiro, a busca dos interesses e necessidades próprias, que conduz a seu comportamento político; segundo, a aquisição de graus cada vez maiores de autonomia em relação ao sistema social e terceiro, um fechamento progressivo à sociedade civil.

Aqui, é necessário esclarecer por qual forma de análise nosso trabalho está dirigido. Acreditamos que a perspectiva organizacional, preconizada por Carvalho, Coelho, McCann e Schulz – para citar apenas alguns autores – é a forma mais adequada para guiar o nosso estudo e a conseqüente interpretação dos militares em nossa sociedade. É justo, portanto, que para se compreender a instituição militar e

---

<sup>9</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História do Exército**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 231 e 232.

suas relações com a sociedade e o estado, deve-se estudá-la de dentro para fora, através de seus processos constitutivos, desde o final da monarquia.

O período de análise escolhido compreende a publicação da revista entre os anos de 1931 e 1937, especificamente de janeiro de 1931 a dezembro de 1937. Durante esse período, a revista manteve sua periodicidade, ainda que o Exército passasse por uma situação crítica por conta dos efeitos de seu envolvimento na Revolução de 1930. Exceção foi feita ao período de agosto de 1932 até dezembro do mesmo ano, quando a publicação foi suspensa oficialmente por seus redatores, graças à revolta paulista. Durante esse período, foram publicadas 77 revistas. A escolha do período a ser trabalhado foi convenientemente estabelecida a partir de dois acontecimentos da história brasileira: a Revolução de 1930, ocorrida em outubro, cuja consequência maior será a renovação de boa parte do quadro político e militar do Brasil e o Estado Novo, decretado em novembro de 1937, inaugurando nova ordem política e militar no país. Ao escolhermos o período de 1931 a 1937 como proposta de estudo, o objetivo deste trabalho é, principalmente, centrar-se naquele que é o período de maior discussão militar pela revista e, em contrapartida, o período no qual as reformas efetuam-se de acordo com o desejo da oficialidade militar.

Para concretizar esta investigação, era necessária a escolha de uma metodologia que abrangesse de forma satisfatória a análise de nossas fontes. Optamos, então, pela análise de conteúdo; método explorado principalmente por Laurence Bardin. Este método é adequado, principalmente, para análise das comunicações, pois, através da descrição e da análise quantitativa é possível partir para a interpretação qualitativa do objeto. Para Constantino, a análise de conteúdo é uma alternativa metodológica de bastante valor para o historiador.<sup>10</sup> Desta forma, o método nos pareceu bastante oportuno para que atingíssemos o objetivo desta pesquisa. A análise de conteúdo nasceu de uma tradição de abordagem dos textos e destaca-se “A partir do início do século XX, pela preocupação com recursos metodológicos que validem suas descobertas. Na verdade, trata-se da sistematização, da tentativa de conferir maior objetividade a uma atitude que conta

---

<sup>10</sup> CONSTANTINO, Núncia. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: Pertinência e possibilidades. In **Revista Estudos Ibero-Americanos**. Junho 2002. p. 185.

com exemplos dispersos, mas, variados, de pesquisa com textos”.<sup>11</sup> Para Bardin este é um método muito empírico e que depende do tipo de fala a que se dedica e ao tipo de interpretação que se tem como objetivo. De acordo com a autora, este não é um método fechado, isto é, “Não existe o pronto a vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base (...) a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento”<sup>12</sup>. Logo, a leitura dos artigos da revista, sua classificação e descrição permitem ao estudioso a inferência através dos dados obtidos pelo procedimento. A inferência é o processo de compreender o sentido da comunicação, desviando o olhar para significados ocultos que podem estar em segundo plano.

Seguindo os passos apresentados por Bardin, foi realizada a leitura flutuante, procedimento que estabelece contato com os documentos a serem analisados, conhecendo o texto e assentando as primeiras impressões.<sup>13</sup> Procede-se, então, à escolha dos documentos para a constituição do *corpus* de análise. Foram estabelecidas algumas regras para a seleção dos documentos que formariam o *corpus*: os textos de caráter essencialmente militar foram descartados, por não se adequarem ao objetivo do trabalho. Referimo-nos aqui a textos como “exercícios de tática de cavalaria” ou “diferentes sistemas telemétricos – vantagens e inconvenientes”, textos estes de caráter essencialmente técnico militar e que não se constituem em objetivos desta pesquisa. Foram, então, escolhidos para análise textos que tratassem diretamente sobre a questão das reformas militares e sua relação com a ADN. A leitura flutuante nos permitiu perceber uma série de artigos publicados em ADN que não tratavam das questões militares, mas sim de problemas políticos e sociais do Brasil. Esses textos foram também englobados em nosso *corpus* de análise a fim de abrir novos caminhos para a pesquisa e a compreensão do papel desta revista na instituição militar.

Em seguida, passou-se à formulação de hipóteses e objetivos que nos guiaram na análise do *corpus* documental. Embora Bardin acredite que a formulação de hipóteses não seja um passo obrigatório para a pesquisa, consideramos útil a sua formulação ao nos depararmos com o conteúdo da revista. Desta forma,

---

<sup>11</sup> ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.** In Alea. Volume 7 Número 2 Julho – Dezembro 2005 P. 305-322.

<sup>12</sup> BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2004. p. 31.

<sup>13</sup> BARDIN, op. cit. p. 96.

centramo-nos em três hipóteses principais: 1) Acreditamos que é possível, através da leitura, inferir que as discussões encetadas pelos redatores e colaboradores da revista tenham acelerado o processo de modernização do Exército; 2) É possível, ainda, que suas ideias tenham influenciado a oficialidade militar a favor das reformas ou, pelo menos, um núcleo bastante coeso de oficiais; 3) Em relação às questões sociais e políticas, teria *A Defesa Nacional* importante influência sobre o corpo de oficiais.

Partindo dessas três hipóteses, passamos então à organização do material coletado. Nova leitura foi necessária, desta vez para a elaboração de um índice contendo todos os textos escolhidos para análise, divididos entre os temas ao qual se refere. Foram criados cerca de vinte temas relacionados ao assunto principal tratado nos textos publicados na revista e escolhidos para análise. Para Bardin "Fazer a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido".<sup>14</sup> No caso de textos com mais de um tema atribuído, deu-se preferência ao que mais destaque recebeu no texto, para fins de interpretação. Com o *corpus* organizado através dos temas, pudemos localizar a frequência de determinados assuntos publicados. Embora os assuntos militares sejam o objetivo principal da revista, a análise demonstrou uma frequência bastante alta de textos não militares, ou seja, textos que discutiam assuntos não ligados diretamente ao *metier* do militar. Desta forma, foram escolhidos cento e oitenta e um textos para compor o nosso trabalho.

A tematização dos textos escolhidos possibilitou a criação de duas grandes categorias. A categorização é um processo importante da análise de conteúdo que permite a classificação de elementos constitutivos de um mesmo conjunto de ideias. Para Bardin, a categorização "Tem como primeiro objetivo fornecer por condensação uma representação simplificada dos dados brutos".<sup>15</sup> Ou seja, ela permite um olhar completo sobre o *corpus* de análise. Desta forma, criamos duas categorias de análise chamadas de *Questões Militares* e de *Questões Sociais (ou não militares)* que agrupam, cada uma, dez temas que foram codificados na análise inicial do *corpus* documental. As questões militares agrupam-se sobre os seguintes temas: Coesão do Exército; Polícias Militares; Organização do Exército; Defesa Nacional;

---

<sup>14</sup> BARDIN, op. cit. p. 105.

<sup>15</sup> Ibid. p. 119.

Reformas Militares; Ensino Militar; Serviço Militar; Disciplina / Hierarquia; Armamento/aparelhamento e Missão Militar Francesa. Cada tema possui determinada frequência dentro da revista. As questões sociais foram divididas também em dez temas, sendo eles: Papel do Exército; Militares e política; Estrangeiros; Industrialização; Constituinte; Territorialidade/ federalismo; Socialismo/ comunismo; Recursos naturais; Economia; Patriotismo e Ensino nacional. A frequência estabelecida de cada tema permite inferir a sua importância para os redatores da revista dentro do contexto histórico no qual estavam inseridos. Chama a atenção, por exemplo, que temas como papel do Exército/ Militares e política sejam tão frequentes quanto os temas relacionados à organização militar e às reformas militares.

Por fim, elaborou-se uma ficha de conteúdo para cada tema com as informações gerais sobre os textos, os assuntos principais de cada texto, seus argumentos e dados. Cada ficha possui o essencial de informação para que o texto seja incluído na análise posterior que se efetivará no decorrer da pesquisa. A pré-análise sugere que a ADN era uma revista com objetivos específicos, ou seja, a construção de uma “mentalidade” dentro do Exército.<sup>16</sup> A princípio, esta revista criaria aquilo que chamamos de uma “mentalidade militar”; pensamento ligado especificamente às questões de profissionalização e modernização do Exército na oficialidade. Num segundo momento, nossa hipótese nos leva à ideia de que a revista construiria também uma “mentalidade política”, pensamento em relação às questões políticas ligado, sobretudo, à relação da instituição militar com a sociedade. Nossa análise leva à suposição de que a mentalidade interventora foi forjada, também, pela ADN, durante a década de 1930 e, antes disso, entre as décadas de 1910 e 1920.

Desta forma, o primeiro capítulo de nosso trabalho intitulado “Exército: História e Força Política” abordará a situação do Exército, desde a proclamação da República até 1930. Este capítulo, que serve de contexto histórico para a futura análise aqui proposta, enfoca as tentativas de reforma efetuadas na instituição militar em diversos períodos da época republicana. Devido à complexidade do tema

---

<sup>16</sup> Referir-nos-emos com frequência a este conceito de “mentalidade militar”, identificado pelos próprios militares nas páginas de *A Defesa Nacional*. Os redatores discutem com frequência o que costumam chamar de “mentalidade militar” e “mentalidade política”, termos estes bastante comuns ao discurso da revista. Preferimos, no entanto, aos nos referirmos a estes conceitos, identificá-los como parte de um “pensamento” desenvolvido pelos militares em relação a estas questões específicas e discutidos através das páginas de *A Defesa Nacional*.

e das relações com o período imperial nos primeiros anos da República, em alguns momentos retrocedeu-se a análise para, por exemplo, pontuar a criação e existência da Guarda Nacional e as transformações advindas da Guerra do Paraguai. Para compreender-se o processo de passagem de monarquia para República foi necessário explorar – mesmo que sinteticamente – as consequências da *Questão Militar* e do advento do positivismo na Escola Militar da Praia Vermelha. Com a República, exploramos a atuação dos ministros da Guerra Hermes da Fonseca, Caetano de Faria e Pandiá Calógeras, que foram responsáveis por grandes mudanças na instituição militar. Por último, um panorama do Brasil às vésperas da Revolução de 1930 e as interpretações conflitantes sobre este episódio.

O segundo capítulo centra-se em nosso objeto de estudo, isto é, a revista *A Defesa Nacional*. Este capítulo tem por objetivo explorar as correntes interpretativas em relação ao papel dos *Jovens Turcos*, além de apresentar os conceitos relativos à profissionalização e modernização dos Exércitos. Na crença de que os militares foram influenciados pelo everscente panorama intelectual da primeira metade do século XX em relação à discussão sobre *nacionalismo* e papel dos militares na sociedade, apresentamos um panorama dos principais intelectuais do período e suas ideias. Finalizamos este capítulo com uma análise interessante e sintética da ADN durante a década de 1920, seu posicionamento em relação aos conflitos internos do Exército e sua relação com a sociedade em geral. Este capítulo tem como título “A Revista a Defesa Nacional e o Exército Brasileiro”.

O terceiro capítulo trata, finalmente, dos objetivos deste trabalho. Tendo como título “A modernização: um *espírito novo* no Exército nacional”, abordará as discussões dos redatores de ADN sobre as reformas necessárias à instituição militar e aquilo que está sendo oficialmente posto em prática pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Capítulo extenso, procura demonstrar a situação de anarquia em que se encontra o Exército após a Revolução de 1930, dividido em diversas correntes, notadamente entre aquelas de ligação com a mentalidade militar e a mentalidade política. Subdividido em quatro eixos principais, este capítulo apresenta um panorama geral da revista até o ano de 1937, as principais reformas do período e o problema encarado pelos militares, que era a existência das polícias militarizadas dos estados da federação. Este capítulo, como já referimos, foi construído pela divisão em duas grandes categorias de nosso *corpus* documental e refere-se especificamente àquilo que organizamos como “Questões Militares”.

O último capítulo de nosso trabalho, seguindo a lógica de nossa pesquisa, aborda as “Questões Sociais (ou não militares)”; categoria que, não prevista inicialmente em nossa investigação, ganhou relevo e suscitou descobertas e novas inferências sobre o papel dos militares na sociedade. Este capítulo apresenta, portanto, as discussões da oficialidade em torno de questões como a política, o papel do Exército e o comunismo. Aborda, também, a questão do autoritarismo como contraponto ao liberalismo democrático; matéria discutida muitas vezes na página da revista, revelando o interesse que os militares tinham em uma sociedade como esta e na crença de que um governo mais centralizado e autoritário poderia, definitivamente, colocar o país no esteio da *ordem e do progresso*. Desta forma, ensejamos, nas próximas páginas, desenvolver o nosso estudo na esperança de que as considerações aqui expostas ajudem a melhor compreender o papel dos militares em nossa história.

## 1. EXÉRCITO: HISTÓRIA E FORÇA POLÍTICA (1889-1930)

*Mas lembrai-vos Sr. que o Exército é leão que dorme e que um dia se levantará raivoso atirando-se sedento sobre tudo que se lhe opuser à sua marcha impetuosa e então quem lhe oporá resistência? (...) Não é nem uma ameaça que vos faço, é a consequência inevitável do modo indigno porque é tratado o nosso Exército.*

**Benjamin Constant Botelho de Magalhães**

O objetivo deste capítulo é contextualizar o período histórico entre 1889 e 1930 e as relações dos militares com a política e a sociedade da época. Este capítulo abordará, inicialmente, a relação entre os militares e a modernização do Exército. Nesse período, várias reformas foram postas em prática indicando a necessidade de mudar e, ao mesmo tempo, de *modernizar* a instituição militar. Esta análise contempla, ainda, a crescente influência dos militares na política brasileira do período que culminará no apoio dado a Getúlio Vargas nos episódios de 1930.

A epígrafe que abre este capítulo é parte integrante de uma carta escrita pelo Tenente Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, endereçada ao Ministro da Guerra interino do Império Cândido de Oliveira, possivelmente para ser publicada na imprensa no final do mês de outubro de 1889.<sup>17</sup> Embora esteja sem data,

---

<sup>17</sup> Neste período, o Ministro da Guerra oficial era o Visconde de Maracajú, que estava de licença por conta de uma doença. Parte da carta citada na abertura deste capítulo está reproduzida na obra de CASTRO, Celso. **Os Militares e a República. Um Estudo sobre a ação política**. Zorge Zahar: Rio de Janeiro, 1995, p. 175.

acredita-se que a carta tenha sido escrita logo após um discurso feito por Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, destinado à mocidade militar, em 23 de outubro de 1889. Tal discurso provocou a ira do Ministro Cândido de Oliveira que se retirou do local antes do término do discurso de Benjamin Constant. O teor do discurso, bastante exaltado, trazia à tona a insatisfação do Exército com o governo Imperial. Além disso, nos últimos dias do mês de outubro de 1889 a conspiração já rondava o poder Imperial e as visitas de vários militares à casa do Marechal Deodoro da Fonseca já eram, a essa altura, constantes.

A imprensa da capital reagiu, de forma geral, com bastante entusiasmo e ironia ao discurso, sobretudo porque o Ministro da Guerra estava presente e ouviu diretamente os ataques desferidos por Benjamin Constant ao governo. O entusiasmo também contagiou a mocidade militar e, para estes, o tenente coronel havia traduzido corretamente o espírito revolucionário e republicano que dominava todos. Por conta das ofensas ao governo Imperial, houve o boato de que Constant poderia ser preso. Celso Castro acredita que, neste momento, ele tenha escrito a carta a fim de que ela fosse publicada na imprensa como forma de defesa, caso essa injustiça fosse feita.<sup>18</sup>

De fato, se dependesse do Visconde de Ouro Preto, ministro do governo Imperial, Benjamin Constant teria sido preso. Castro assinala que D. Pedro II recusou tal sugestão, afirmando apenas que se chamasse Constant para uma conversa, sem admoestações formais.<sup>19</sup> Foi a partir desse discurso que os líderes republicanos civis aproximaram-se dos militares. Do final de outubro de 1889 em diante, a queda da Monarquia, para os conspiradores, parecia apenas uma questão de tempo.

Esse processo se havia iniciado na década anterior, principalmente por conta do avanço do republicanismo, com o Manifesto de 1870. Desde então, o movimento republicano havia se organizado em partidos provinciais e divulgado seus ideais para a imprensa, tendo, inclusive, eleito dois representantes para a Câmara dos Deputados. O caldeirão político era completado por uma mistura explosiva de acontecimentos, que incluíam a falta de um sucessor plenamente aceito para o trono, a perda de apoio político do setor cafeicultor e o descontentamento dos

---

<sup>18</sup> CASTRO, op. cit., p. 174.

<sup>19</sup> Castro assinala que a única manifestação oficial do governo Imperial em relação a tal discurso veio através da ordem do dia do Brigadeiro Antonio José do Amaral, lamentando a irreflexão do autor do discurso. In CASTRO, op. cit., p. 176.

militares. Estes tiveram sua participação na vida pública alargada, como consequência do fim da Guerra do Paraguai (1864/1870). Essa maior participação consolidou nos militares a ideia de que o Exército era uma instituição preterida pelos políticos monarquistas à Guarda Nacional e aprofundou o sentimento de que o Império não dava a devida atenção aos militares.

A Guarda Nacional, criada em 1831, surge por um desejo de dismantlar o Exército nacional. A Guarda surgiu como um instrumento da elite liberal que, após a deposição de D. Pedro I, desejava dismantlar o Exército. A regência composta pelos senadores Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos; e pelo militar Francisco de Lima e Silva adotou uma política de caráter liberal e antimilitar.<sup>20</sup> A eclosão da revolta Farroupilha (1835-1845) provou aos políticos que a Guarda Nacional não poderia ser uma instituição de confiança, já que muitas unidades do Rio Grande do Sul se juntaram na luta em prol dos rebeldes. No entanto, desde então a Guarda disputou, com o Exército, o orçamento, as atenções e o status social. Subordinada ao Ministério da Justiça, ela possuía maior reconhecimento e distinção que o Exército. Para ela, era reservado o papel de “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império [restabelecendo] a ordem e a tranquilidade públicas e auxiliar o Exército na defesa das fronteiras e costas”.<sup>21</sup> Pode-se afirmar que a falta de diferenciação entre o papel exercido pela Guarda Nacional e pelo próprio Exército desencadeou uma crise de identidade entre os militares.

A existência da Guarda Nacional era o cerne dessa questão, pois não deixava um papel claro e definido ao Exército. Foi o próprio poder monárquico que estimulou a rivalidade entre Exército e Guarda Nacional, como forma de lidar com a insatisfação dentro dos quartéis, em relação a essa questão. A saída encontrada pelos militares foi o fortalecimento do sentimento corporativo, baseado nas noções de honra e patriotismo. Este sentimento se aprofunda com a Guerra do Paraguai, proporcionando um espírito corporativo muito mais forte, encabeçado, a partir de então, por líderes reconhecidos, como Duque de Caxias e o General Osório. De fato, os militares creditavam sua vitória na guerra exclusivamente por conta do esforço próprio da instituição.

---

<sup>20</sup> SCHULZ, John. **O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)**. EDUSP: São Paulo, 1994, p. 26.

<sup>21</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Forense, 1976, p. 40.

Cabe acrescentar que, ainda durante o período fiscal da Guerra do Paraguai, o Império gastou a maior cifra com orçamento militar desde a Independência. Ao término da guerra, porém, o ano fiscal de 1879 trouxe a menor cifra gasta com despesas militares em todo o período imperial.<sup>22</sup> O problema do orçamento trazia consigo, também, a grave crise econômica pela qual o país passou ao término de uma longa e dispendiosa guerra. Aparentemente, a classe militar não percebia ou não associava os problemas financeiros enfrentados pelo Império e a sua relação com o declínio do orçamento da pasta de guerra. De qualquer forma, este tratamento frustrava os militares, pois eles acreditavam que, após a vitória no Paraguai, seriam reconhecidos como força necessária à defesa e à manutenção do país. Entretanto, o Exército continuava sendo visto como uma organização dispensável. Parte deste pensamento provinha justamente das oligarquias regionais que não tinham interesse em instituições que acentuassem a centralização política. Além disso, durante o II Império, o Ministério da Guerra esteve, na maioria das vezes, entregue a civis divorciados do Exército real, que requeria aperfeiçoamento técnico e teórico, além de direção profissional.

Permeando ainda estes problemas, houve o caso da *Questão Militar* de 1886/1887. Nesta conjuntura, o Império puniu militares que se manifestaram na imprensa a respeito de questões relativas à política e ao Exército. Tendo fundo político, a questão chegou notadamente ao Senado em agosto de 1886, quando o Visconde de Pelotas deu um caráter institucional à questão, ao avaliar que os oficiais tinham o direito de se defenderem, caso fossem atacados em sua honra militar.<sup>23</sup> O caso culmina, em 1887, com a criação do Clube Militar, uma organização para debates comandada por militares e que marca, definitivamente, sua entrada na política. Para Robert Hayes, o Clube Militar surge como um instrumento de classe, a voz de um grupo como ator social.<sup>24</sup>

Para Frank D. McCann, neste momento os militares estavam saindo da cadeia de comando normal, expressando seu descontentamento diretamente ao governo Imperial.<sup>25</sup> A criação do Clube institucionalizou a discussão da política entre os militares e ajudou, com isso, a distanciar o Exército do Império. Neste contexto,

---

<sup>22</sup> COELHO, op. cit., p. 47.

<sup>23</sup> CASTRO, op. cit., p. 86.

<sup>24</sup> HAYES, Robert. **Nação Armada. A Mística Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991. p. 71.

<sup>25</sup> MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Companhias das Letras: São Paulo, 2007. p.33.

as palavras escritas por Constant, que abrem este capítulo, não chegam a causar surpresa.

Celso Castro aponta a posição marginal ocupada pelo Exército durante o período monárquico e isso pode explicar, parcialmente, a desanimadora situação operacional na qual o Exército se encontrava antes e depois da proclamação da República.<sup>26</sup> Por outro lado, os militares possuíam pouco poder político na monarquia, em função do predomínio civil nos sucessivos gabinetes da administração Imperial. Possivelmente a falta de poder político advinha, dentre outros fatores, do afastamento entre a “elite” e a oficialidade militar. O Exército recrutava seus membros nas camadas menos favorecidas da sociedade porque os mais abastados, ou serviam na Guarda Nacional, ou se desincumbiam de qualquer obrigação militar dando dinheiro à Guarda Nacional.

Para Schulz, a elite afastou-se ainda mais da profissão militar quando as exigências em relação à instrução militar e às formas de acesso a essa carreira foram aumentadas.<sup>27</sup> Durante a década de 1850, a maior parte dos generais era composta de famílias da elite e transitavam entre o mundo político e o mundo militar com tranquilidade. As promoções dependiam, na maioria das vezes, das ligações externas que o militar possuía e a ascensão dentro da profissão era muito rápida. A partir de 1850, novas reformas dificultaram a ascensão rápida e as vantagens usufruídas pelos filhos da elite foram sendo gradativamente diminuídas, se comparadas com as profissões liberais, como a advocacia, por exemplo.

A elite política acirrava seu preconceito em relação ao papel do Exército na sociedade: em verdade, a classe política do império jamais aceitou a existência do Exército nacional. Por outro lado, a população em geral nutria certa antipatia pela instituição, por conta das formas violentas de recrutamento e submissão à disciplina militar, além dos baixos soldos oferecidos aos soldados. Para Coelho, os chefes militares que se distinguiram durante o II Reinado foram aqueles que se tornaram estadistas ou que se envolveram na política de alguma forma, cujo maior expoente é o Duque de Caxias. Para o autor, “A carreira militar só atraía aos jovens de tradições militares na família ou aos que não dispunham de alternativa de emprego.

---

<sup>26</sup> CASTRO, op. cit., p. 20.

<sup>27</sup> SCHULZ, op. cit., p. 29.

A estes últimos, o Exército proporcionava meios de subsistência, mas não de ascensão social”.<sup>28</sup>

Os jovens estavam em busca de uma profissão ou de estudos que os conduzissem a uma melhor posição social, mas seu envolvimento com o “ethos” militar era mínimo. Benjamin Constant era um desses homens, que preferia que se dirigissem a ele pelo título de doutor e não pelo posto militar a que ocupava; além disso, dificilmente trajava farda, como assinala Castro.<sup>29</sup>

Para o observador militar da época da proclamação, as sucessivas tentativas de enfraquecimento do poder militar, principalmente após o início da Questão Militar, eram indícios de que o governo Imperial desejava dissolver o Exército Nacional. Para Coelho, essa política de erradicação da instituição militar foi o que gerou condições para o encerramento do regime monárquico pelos militares.<sup>30</sup> Não é sem razão e temor que os militares preocupavam-se, efetivamente, tanto com os boatos da dissolução, quanto com as políticas coercitivas do governo.

A proclamação é efetivada em 15 de Novembro de 1889 e traz consigo um ineditismo à história brasileira: a ação torna a classe militar um novo ator na cena dos jogos de interesses da política brasileira. Por classe militar entendemos aquilo que Castro define como “Um grupo profissional dotado de relativa autonomia em relação ao restante da sociedade”, com um *ethos* específico, baseado nas noções de honra, patriotismo, virilidade e camaradagem.<sup>31</sup>

Embora se utilize a terminologia militares ou Exército Nacional para nomear os grupos envolvidos no processo de deposição da monarquia, o Exército estava longe de ser um grupo coeso e com as mesmas opiniões perante os fatos. Coelho chama a atenção ao observar que “Os grupos militares envolvidos perseguiram objetivos diferentes e seus valores eram até mesmo antagônicos”.<sup>32</sup> Para ele, a instituição dividiu-se somente após a proclamação da República porque durante o período anterior, sobretudo no da Questão Militar, a manifestação de antagonismos dentro da instituição enfraqueceria o próprio Exército e fortaleceria o governo. Neste sentido, Schulz conduz uma análise análoga à de Coelho: a morte de importantes militares como Duque de Caxias, general Osório e general Polidoro Jordão, no

---

<sup>28</sup> COELHO, op. cit., p. 44.

<sup>29</sup> CASTRO, op. cit., p. 119.

<sup>30</sup> COELHO, op. cit., p. 45.

<sup>31</sup> CASTRO, op. cit., p. 19.

<sup>32</sup> COELHO, op. cit., p. 56.

período entre 1875 e 1880, pode ser interpretada como a remoção de um obstáculo à participação dos militares na política. Esses oficiais, por conta de sua importância, transmitiam grande respeito à oficialidade e exerciam uma influência inibidora na classe militar.<sup>33</sup> Com a ascensão dos militares ao poder, a frágil unidade acabou por romper-se, conduzindo a república a conflitos que marcaram profundamente sua consolidação.

Schulz elenca três fatores que contribuíram para a participação dos militares na política: o encorajamento da sociedade civil, a abolição da escravatura e a negligência do governo Imperial em relação aos militares.<sup>34</sup> A primeira questão, vista como a mais importante, ocorre não somente antes da proclamação da República, mas também no início do governo de Marechal Deodoro, que obteve um amplo apoio da sociedade. A abolição deu aos oficiais uma razão moral e ideológica para o envolvimento da Instituição na política e a negligência do governo Imperial contribuiu para o aumento do sentimento de hostilidade e revolta dos militares.

Pode-se afirmar que a proclamação da República resultou em uma maior integração dos militares à vida política do país. O governo, encabeçado por Deodoro da Fonseca, levou dez oficiais ao cargo de Governador de estado e muitos militares foram eleitos para o Parlamento. Além disso, vários civis solicitaram títulos militares pela participação na proclamação da República.<sup>35</sup> Para alguns, a República foi a forma encontrada pelo Exército para não perecer.<sup>36</sup>

## 1.1 Os Militares e a Modernização

A profissionalização do Exército foi discutida pelos militares, aproximadamente, a partir de 1850, quando o ensino militar é tratado com mais interesse por parte do oficialato. No entanto, cabe ressaltar que a consciência de

---

<sup>33</sup> SCHULZ, op. cit., p. 86.

<sup>34</sup> SCHULZ, op. cit., p. 205.

<sup>35</sup> Para números mais detalhados sobre a atuação dos militares na proclamação e administração da República recém proclamada ver CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Citado também em HAYES, Robert. **Nação Armada. A Mística Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991, p. 81.

<sup>36</sup> MORAIS, João Baptista de Mascarenhas. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1969. p. 52. Deodoro também se manifestou nesse sentido. Teria dito Deodoro: "A Republica é a salvação do Exército". Citado por: CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas. Imaginário da república no Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2004, p. 40.

que esse movimento era necessário foi acentuada com o fim da Guerra do Paraguai. O conflito deixou em evidência o perigo de se depender exclusivamente da convocação de voluntários. O próprio processo de convocação foi mais um problema do que uma solução, propriamente dita. Ficou claro a uma parcela da oficialidade brasileira que depender da convocação de homens sem uma instrução militar necessária era bastante perigoso.<sup>37</sup> Além disso, a profissionalização e a modernização eram necessárias, também, por conta de fatores geopolíticos. O Brasil, ao término do conflito com o Paraguai, era o país mais poderoso militarmente, mas, em pouco tempo, foi ultrapassado pelo Chile e pela Argentina. Estes países optaram, ainda no século XIX, por uma instrução militar estrangeira que pudesse auxiliar nos esforços de modernização militar vinda, justamente, da Alemanha, um país com tradições militares.<sup>38</sup>

Cabe acrescentar que os esforços vindos do governo imperial no Brasil eram ínfimos. Algumas tentativas foram feitas, como a criação do Instituto Militar, em 1871, que se destinava a estudar e propor melhorias à organização militar. O Instituto soçobrou por ser considerado um perigo à disciplina e uma ameaça aos princípios hierárquicos do Exército. Ainda durante este período, o oficial Antonio de Sena Madureira passou três anos em Berlim como adido militar do Brasil, onde pôde estudar e acompanhar a evolução do Exército prussiano. Retornando ao Brasil, Sena Madureira lançou, em 1874, o livro “A Organização Militar dos estados Europeus”, embora suas ideias tenham encontrado pouco eco dentro da instituição.<sup>39</sup>

Outra tentativa adveio de um grupo de militares que lançou, em 1882, *A Revista Militar Brasileira*, periódico que perdurou até 1888 e defendia a iniciativa da reforma militar. Para Francisco de Paula Cidade, a criação da Revista “Deixa ver que o espírito militar-profissional não morrera com os últimos tiros disparados em terras paraguaias”<sup>40</sup>. De acordo com Coelho, a revista reunia um grupo de jovens oficiais

---

<sup>37</sup> Sobre o recrutamento de soldados no Exército para a Guerra do Paraguai, recomendamos o artigo de IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: no. 27, 2001, p. 84-109.

<sup>38</sup> As tradições militares da Alemanha são constantemente evocadas como o ideal de organização para a instituição militar em geral, entre o final do século XIX e o início do século XX. Este assunto será melhor debatido no capítulo seguinte de nosso trabalho. O livro de HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996 trata deste assunto.

<sup>39</sup> CASTRO, op. cit., p. 174.

<sup>40</sup> CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira**. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953, p. 184.

ligados à profissionalização do Exército e era inteiramente dedicada aos assuntos técnicos profissionais.<sup>41</sup> Os militares estavam cômnicos do descaso que o Império relegava à Instituição e bradavam nos editoriais suas frustrações e ressentimentos contra o governo.

Por outro lado, baseando-se em Castro, percebe-se o quanto a Mocidade Militar – ou o grupo identificado com os oficiais cientificistas do Exército – estava muito mais preocupada com questões de ordem moral ou ideológica – aceitação ou não do republicanismo, por exemplo – do que com as questões efetivamente institucionais do Exército em si, como o grave problema da defasagem dos soldos, além do abandono material em que se encontrava a instituição nos últimos anos do Império. Os oficiais cientificistas ou doutores eram aqueles formados pela Escola Militar da Praia Vermelha. Esta escola estava mais para um centro de estudos matemáticos e filosóficos do que militares. Os oficiais julgavam-se cientificamente preparados “pelos paladinos do positivismo no Brasil para oferecer solução a todos os grandes problemas do país”.<sup>42</sup> Castro adverte sobre a não orientação para a profissão militar advinda das instituições formadoras de jovens militares, sobretudo da Escola Militar da Praia Vermelha.<sup>43</sup> Mostrando a influência de doutrinas como o cientificismo, o positivismo e mesmo o republicanismo, esses jovens envolviam-se muito mais com discussões teóricas sobre as obras dos grandes pensadores, como Augusto Comte, por exemplo, do que se concentravam em problemas de natureza militar. É possível que este seja um dos pontos que acaba por reforçar a grave deficiência da Instituição nos primeiros anos do século XX.

O início deste problema está justamente no ensino militar. Em tese sobre a origem do pensamento político no Exército brasileiro, Leonardo Trevisan mostra como, desde os primórdios da organização militar no Brasil, houve pouco interesse no caráter realmente militar que a Instituição e seu ensino deveriam ter. Os problemas iniciaram-se já com a Academia Real Militar, sancionada por D. João VI, em 1810, e dedicada à formação de engenheiros militares. A engenharia e o cientificismo tornam-se, desde aquele período, prioridade dos institutos de ensino. A arma de artilharia, em menor grau, mas com o mesmo apelo cientificista, também faz

---

<sup>41</sup> COELHO, op. cit., p. 47.

<sup>42</sup> DOMINGOS NETO, op. cit., p. 55.

<sup>43</sup> CASTRO, op. cit., p. 67.

parte deste projeto.<sup>44</sup> Assim, a possibilidade de obter o título de bacharel estudando artilharia ou engenharia atraía o interesse dos jovens militares em lugar de cursos que não davam este título, como a cavalaria e a infantaria. Muitos, após concluírem os cursos científicos e obterem o diploma de bacharel, retiravam-se do Exército e continuavam suas vidas como civis, aplicando o conhecimento adquirido na formação militar, trabalhando como professores ou engenheiros.

Diversos embates entre políticos e militares ocorreram, sobretudo durante a década de 1850, a respeito dos rumos do ensino militar. Trevisan assinala que durante esse período, os militares perceberam a efervescência política dos países do Prata e impuseram grandes reformas ao ensino militar.<sup>45</sup> Para Trevisan, a ideia de que o Exército chegou às vésperas da Guerra do Paraguai despreparado não é verdade; para o autor, “O Exército, de olhos postos no teatro de operações do sul, reformou-se ao longo da década de 1850. (...) às vésperas do embate do Paraguai, nosso ensino militar era outro, muito diferente daquele que iniciara a década de 1850”.<sup>46</sup>

Mas, foi efetivamente depois da segunda metade do século XIX que a ideia da modernização e da profissionalização atingiu os Exércitos dos países sul-americanos. Países como Chile e Argentina que - já no final do século XIX - estavam empenhados na contratação de missões estrangeiras para reformulação dos Exércitos, estavam atentos aos avanços tecnológicos e táticos implementados pelos mais adiantados países europeus, como a Alemanha e a França. No Brasil, tal preocupação somente será levantada por uma nova geração de militares e chegará com décadas de atraso ao Exército, em relação aos outros países aqui citados. O ideal da modernização dos Exércitos era perseguido por todas as nações com tradições militares pouco fortes, como no caso do Brasil, ou por países em processo

---

<sup>44</sup> A artilharia torna-se uma arma científica pela sua proximidade com a matemática. Enquanto os jovens que decidiam se formar engenheiros militares tinham cerca de 7 anos de formação, aqueles que se voltavam para o estudo da artilharia tinham aproximadamente 6 anos de formação. A complexidade advém, justamente, do manejo dos canhões: para se regular as alças de tiro é necessário que o oficial comandante de uma bateria realize uma série de cálculos para saber qual a posição em graus em que a boca do canhão deve estar posicionada para se efetuar o tiro e atingir satisfatoriamente o alvo. Tal cálculo deve levar em consideração a velocidade do vento, por exemplo. Os cálculos justificariam o aprofundamento do ensino da matemática e da teoria.

<sup>45</sup> A partir de 1849, o governo brasileiro já temia uma guerra com a Argentina por conta dos interesses de ambos os países no território do Uruguai, além da hegemonia política e econômica na região do Prata. Em agosto de 1851, inicia-se a guerra contra a Argentina e o Brasil alia-se ao Uruguai e a algumas províncias argentinas rebeldes. A vitória do Brasil, em 1852, serviu para consagrar a hegemonia brasileira nessa região.

<sup>46</sup> TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado. USP, 1993, p. 31.

de desenvolvimento militar como o Japão ou a Turquia. Logo, a ideia de modernização – que passaria pela assessoria externa de militares – nada mais era que uma europeização dos Exércitos.<sup>47</sup>

A contratação de missões militares foi a forma encontrada por esses países para remodelar e modernizar suas forças armadas. O Chile é o primeiro país a modernizar-se e a reorganização da máquina militar, empreendida pelos alemães, parece ter sido a principal responsável pela vitoriosa campanha na Guerra do Pacífico (1879-1881) contra a Bolívia.<sup>48</sup>

Manuel Neto esclarece quanto à função dessas missões: seu objetivo final seria assegurar um mercado seguro, através da influência diplomática, para os produtos produzidos pelos países mais adiantados. Assegurando o predomínio na esfera militar, os governos podiam não só oferecer seus produtos bélicos como também adentrar em outras esferas de influência comercial.<sup>49</sup> Neste sentido, Frank D. McCann afirma que: “As potências européias consideravam as missões militares de treinamento parte da parafernália de suas relações exteriores”.<sup>50</sup> No Brasil, a Missão Militar francesa, já na década de 1920, será a responsável pela reforma no ensino e nos estabelecimentos fabris militares, nos arsenais e na munição.

A situação da Escola Militar cria um paradoxo interessante: embora as Escolas tenham surgido como forma de profissionalização do corpo militar, baseado em uma tendência internacional de reforço de uma identidade militar em oposição à identidade civil, a Escola Militar da Praia Vermelha pouco direcionava seus alunos à doutrina militar. O curso oferecido pela escola, visto como possibilidade de ascensão social aos menos favorecidos, englobava muitos jovens sem vocação para o ofício das armas.<sup>51</sup>

O futuro Marechal Mascarenhas de Moraes estudou na Escola Militar da Praia Vermelha a partir de 1902 e não deixou de notar o avanço dos ideais filosóficos e positivistas entre os alunos. Conforme a sua interpretação: “O ensino militar se estiolava em explanações teóricas, sem a objetividade e o raciocínio de que carece a

<sup>47</sup> MCCANN, Frank D. op. cit., p. 213.

<sup>48</sup> ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar Y Sociedad política em La Argentina I (hasta 1943)**. Emece. Buenos Aires, 1979. p. 82.

<sup>49</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. Influência Estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). IN ROUQUIÉ, Alain (org). **Os Partidos Militares no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1980. p. 50.

<sup>50</sup> MCCANN, Frank D. A influência estrangeira no Exército Brasileiro (1905-1945). IN Camargo, Aspásia (org). **Seminário da Revolução de 30**. Brasília: UNB, 1983. p. 213.

<sup>51</sup> CASTRO, op. cit., p. 48.

arte da guerra”.<sup>52</sup> Mascarenhas não deixa de notar as rigorosas exigências feitas aos alunos em relação às matérias de cálculo ou física, notando que esta preparação fugia completamente da aplicação prática dos conhecimentos aos misteres profissionais. Para Mascarenhas: “O espírito militar se mutilava pela infiltração da filosofia positivista que, com seus pruridos pacifistas, arrefecia o ardor profissional dos futuros oficiais, impelindo-os para a política e outras posições civis”.<sup>53</sup>

Esse tipo de educação criava, em geral, oficiais divorciados do serviço das armas, incapazes de serem bons chefes e dissociados da vida militar dentro de um quartel. Os problemas da Instituição só viriam a crescer, pois as medidas paliativas eram tomadas como forma de contornar o grave problema da defasagem militar. Se a troca de regime havia posto os militares em evidência e ampliado seu poder político, a política imposta pelas ideias federativas e pelas elites civis passou a combater esse poder e a cercear o crescimento da Instituição, embora novos ideais reformistas não tardassem a surgir com o alvorecer do século XX.

## 1.2 Os Militares e a República

Economicamente, a proclamação da República levou novas elites ao poder. Estas tinham a ideia de promover uma industrialização e uma modernização do país. A decadência dos cafeicultores do Vale do Paraíba possibilitou a ascensão das elites cafeeiras de São Paulo. Houve a completa abertura da economia ao capital estrangeiro, a criação de um moderno mercado de ações através da criação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a permissão para que bancos privados pudessem emitir moeda. A crise econômica desencadeada com a nova entrada de capitais especulativos propiciou a ascensão de uma nova elite enriquecida pelo jogo especulativo. A abolição da escravatura (1888) alterou os quadros hierárquicos da sociedade e consolidou as práticas do trabalho assalariado, dinamizando a economia do país.

Foi nesse cenário, no primeiro momento da República, que os militares possuíam o poder político em mãos. Por consequência, eles puderam resolver parte

---

<sup>52</sup> MORAIS, João Baptista de Mascarenhas. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1969. p.16.

<sup>53</sup> MORAIS, op. cit., p. 16.

das queixas derivadas de seus quadros em relação aos problemas da Instituição. Em 19 de dezembro de 1889, uma reorganização dos efetivos foi decretada abrindo espaço para novas promoções e reformas. Antes do final do mês, um aumento generalizado do soldo foi decretado, favorecendo a classe militar e indo ao encontro às reivindicações do período pré - República.<sup>54</sup> Para a Constituinte foram eleitos 40 militares, a maior parte deles jovens oficiais que haviam participado calorosamente do processo de deposição da Monarquia.

Este número de militares na Constituinte chama a atenção. Embora perfizessem em torno de 25% do total de participantes da Constituinte, os militares não formavam um grupo coeso. Todos eram jovens e a maioria tinha alto nível educacional. Os oficiais chamados científicos faziam-se presentes em grande número. O Exército, naquele momento, não se demonstrava coeso: a Instituição dividia-se em dois grupos principais: aqueles ligados a Deodoro da Fonseca e aqueles ligados a Floriano Peixoto. Os primeiros eram veteranos da Guerra do Paraguai, oficiais que não haviam cursado a Escola Militar e se afastavam das ideias de caráter positivista. Esses militares não possuíam ideias elaboradas em relação à República que deveria se estabelecer, mas tinham consciência de que o papel do Exército nesse contexto deveria ser maior do que aquele desempenhado pela Instituição durante o Império. Este grupo ficou conhecido como “Deodoristas”. No outro extremo, os partidários de Floriano Peixoto eram os jovens que haviam frequentado a Escola Militar e tinham sua formação essencialmente positivista. Embora Floriano não fosse positivista e fosse mesmo um veterano do Paraguai, esses jovens aglutinaram-se ao seu redor. Para esses oficiais, a República deveria ter ordem e progresso e, para dotá-la destes meios, era necessária a modernização da sociedade através do industrialismo e da ampliação de conhecimentos técnicos.

A Constituinte foi um confronto entre civis, organizados em torno do federalismo e dos militares que não possuíam um projeto organizado comum. O sistema federalista assegurava aos ricos fazendeiros de café o controle dos seus próprios rendimentos, além de possibilitar usar seu poder econômico para decidir os futuros da ordem republicana. De acordo com Costa, os militares não puderam se opor à “maré descentralizadora que, em todos os planos, ampliou a competência

---

<sup>54</sup> CASTRO, op. cit., p. 195.

dos poderes locais à custa da União”.<sup>55</sup> Embora o poder das oligarquias reconhecesse o novo papel político dos militares, procurou ao máximo esvaziar o seu poder.

A Constituição de 1891 permitiu a criação das milícias estaduais, mas não tocou no assunto da Guarda Nacional que ainda permanecia vigente. A bancada militar entendia que a Guarda deveria ser extinta e apresentou projetos neste sentido. Mas, a falta de coesão impossibilitou que as discussões dentro do próprio grupo dos militares chegassem a um resultado final neste e em outros assuntos da organização militar na nascente República. A Guarda nacional permaneceu e foi colocada como reserva de 2ª linha do Exército. Outro ponto de discussão entre civis e militares foi o estabelecimento do serviço militar obrigatório. Embora o projeto final aprovado pela Constituinte contemplasse o serviço militar de forma obrigatória, o dispositivo pelo qual ele seria amparado de fato só foi criado depois da I Guerra Mundial.

A criação do polêmico artigo 14 abrandou o receio dos militares de que as elites civis pudessem abolir as forças armadas.<sup>56</sup> No entanto, seu texto era bastante contraditório ao definir a obediência e a atuação dos militares “dentro dos limites da lei”, como o próprio texto trazia. Tal frase ensejava diferentes interpretações que poderiam trazer transtornos à disciplina da corporação, conforme se interpretasse a lei. Para Alfred Stepan, “Isso efetivamente autorizava os militares a obedecer o presidente somente quando lhes aprouvesse, pois a obediência dependia de sua decisão com respeito à legalidade da ordem presidencial”.<sup>57</sup> Costa corrobora com esta ideia ao afirmar que:

Ela garante no fundo, o direito de o militar interpretar a lei, consagrando um precedente perigoso para o futuro. Ela pode ser interpretada tanto como o direito de as forças armadas obedecerem a seu comandante supremo (o presidente da república) quando dele discordarem na interpretação da lei como no direito de cada oficial contestar as ordens de seus superiores imediatos, permitindo a indisciplina nos quartéis. Durante a primeira república, pontilhada de

---

<sup>55</sup> COSTA, Wilma Peres. Os Militares e a Primeira Constituição da República. IN MORAES, João Quartim (org). **A Tutela Militar**. Vértice: São Paulo, 1987. P. 45

<sup>56</sup> O artigo integral da Constituição de 1891 é este: “Art. 14 - As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais”. IN [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm) acesso em 15/01/2010

<sup>57</sup> STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Artenova: São Paulo, 1975, p. 70.

levantes, motins, rebeliões, a interpretação predominante será a segunda.<sup>58</sup>

Apesar da demonstração de força e organização ao proclamar a República, as Forças Armadas estavam deficientes.<sup>59</sup> A morte do Duque de Caxias, a continuada existência da Guarda Nacional e o decrescente orçamento destinado aos militares tornaram a situação extremamente difícil. Em mensagem à Constituinte de 15 de novembro de 1890, Deodoro fez forte crítica à herança militar do Império e mencionou as reformas que considerava necessárias:

[é] indispensável começar pela elevação do nível moral do soldado brasileiro, dar-lhe instrução necessária, aperfeiçoar-lhe o conhecimento e manejo das armas, formar-lhe o caráter e a disciplina militares e tirar aos seus serviços a expressão de imposto de sangue, para qualificá-los como a mais elevada e nobre função pública que o cidadão é chamado a desempenhar.<sup>60</sup>

A falta de coesão dentro da Instituição se agravava ainda com os constantes embates entre os militares científicos e os chamados tarimbeiros. Estes eram discriminados por terem sua formação militar nos campos de batalha, longe da ladainha científica bradada pela Escola Militar. Para José Murilo de Carvalho, a proclamação sinaliza uma mudança importante dentro do quadro histórico brasileiro, principalmente em relação às Forças Armadas. Para o autor, as instituições militares possuem uma identidade forte por envolverem todas as dimensões da sociedade. Posto isto, o grau de autonomia da instituição em relação ao meio aumenta ainda mais. Logo, o peso político da instituição armada é evidente dentro de uma sociedade.

Deodoro, não se adaptando aos dispositivos constitucionais e à divisão do poder com o Congresso, agravou a crise política ao dissolvê-lo, em novembro de 1891. Os conflitos advindos dessa decisão, ligados a Floriano, foram a guerra civil

---

<sup>58</sup> COSTA, Wilma Peres. op. cit., p. 40.

<sup>59</sup> MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998, p. 308.

<sup>60</sup> Citado por MAGALHÃES, op. cit., p 308.

no sul do Brasil, conhecida como Revolta Federalista (1893-1895) e a Revolta da Armada (1893-1894). Embora em 1889 a troca de regime não tenha criado conflitos sérios, as revoltas posteriores no Rio Grande do Sul e no seio da Marinha são vistas como consequência da consolidação do regime republicano. Em relação à organização militar nesse período, foi instalada uma Comissão Técnica com oficiais do Exército e da Armada, para estudar e opinar sobre armamentos, a preparação para a guerra e a organização material. Entretanto, essas reformas não foram totalmente aplicadas, por conta das perturbações que tornaram os primeiros anos de república caóticos, dificultando a concretização das reformas sugeridas.

No entanto, para Magalhães, as reformas da República possuíam o mesmo vício da Monarquia, isto é, não resultavam de um estudo objetivo sobre os problemas da instituição militar e desprezavam, particularmente, a preparação para a guerra.<sup>61</sup> Não obstante, cria-se em 1896 o Estado-Maior do Exército, sujeito ao Ministro da Guerra. A função do Estado-Maior era ser um cooperador do governo na preparação militar para a guerra, organizando o plano geral de defesa para a República, a distribuição das tropas pelo território, estabelecendo os planos de mobilização, de organização e de transporte.<sup>62</sup>

Nelson Werneck Sodré, em sua clássica análise de cunho marxista sobre o Exército brasileiro, também acredita que a partir da derrubada da Monarquia e a elevação das elites fundiárias ao poder, estas se encarregaram de destruir aquilo que restava do Exército, limitando seu poder. Esse projeto incluía o fortalecimento da Marinha de Guerra e o aumento do poder das milícias estaduais, que se tornariam o suporte das oligarquias regionais.<sup>63</sup> Esse “projeto” de uma elite oligárquica será, efetivamente, posto em prática e acarretará a grande desordem da Instituição, que mais tarde será lembrada por Tasso Fragoso, em 1927.<sup>64</sup> De fato, segundo Costa:

Trinta anos depois as Forças Armadas teriam dos civis as mesmas queixas que tinham no Império: as de que as oligarquias se serviam

---

<sup>61</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 310.

<sup>62</sup> Ibid., p. 316.

<sup>63</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 183/184.

<sup>64</sup> Em 1927 o general Tasso Fragoso escreveu um relatório intitulado “Reflexões sobre a Situação Militar do Brasil”. Citado na obra de MCCANN, Frank D. **Nação Armada**. Ed. Guararapes: Recife, 1984. p. 64. O estudo serviu para constatar os principais problemas do Exército e será referido adiante em nosso texto.

do Exército para seus interesses particularistas e que o mantinham humilhado e ferido em seus brios. A República não solucionaria a Questão Militar.<sup>65</sup>

A ascensão de Prudente de Moraes (1894-1898) marca o retorno do poder civil à política e inaugura uma fase, descrita por Coelho, como de cooptação do poder militar. Durante seu mandato, e nos anos posteriores, foi crescente o número de insurreições e agitações militares, sobretudo entre os subalternos. De fato, os sucessivos governos civis reprimiram com sucesso as rebeliões, com total apoio da oficialidade superior. O laço criado entre as lideranças civis e militares iria aumentar de forma progressiva a diferenciação entre oficiais superiores e subalternos que, como consequência, culminaria no movimento tenentista. O oferecimento de cargos políticos e burocráticos a militares – a política de cooptação de acordo com Coelho – refletir-se-ia na falta de oficiais graduados em funções de corpo de tropa e no abandono da situação do próprio Exército. No início do século, a situação da Instituição era de completo abandono. O equipamento era deficiente, o armamento era obsoleto, faltava munição e a infraestrutura dos quartéis era deficitária. No interior do país o problema era agravado, pois, além de tudo o mais, faltavam oficiais que pudessem combater a situação de abandono juntamente ao comando do Exército.<sup>66</sup>

Ainda durante o governo de Prudente de Moraes, o Exército, cumprindo o papel que lhe havia sido designado pela Constituição de 1891, atuou na campanha de Canudos (1896-1897). Canudos foi um representante do processo de desestabilização social e cultural promovido pela República. A deposição do monarca, figura sagrada para a população menos favorecida do interior do país e a separação da Igreja e do Estado, pela Constituição de 1891, foram mudanças que atordoaram a população. Essas mudanças, ocorridas de repente, tiveram consequências profundas devido ao seu caráter simbólico.<sup>67</sup> O embate foi causado por conta de desavenças entre Antônio Conselheiro – líder do arraial – e políticos e comerciantes locais da Bahia. O governador baiano entendeu que a situação somente resolver-se-ia com a destruição de Canudos. Boatos envolvendo Antônio

---

<sup>65</sup> COSTA, Wilma Peres. op. cit., p. 41.

<sup>66</sup> COELHO, op. cit. p. 72

<sup>67</sup> SEVCENKO, Nicolau (ORG). **História da Vida Privada. \_República: da *belle époque* à era do rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19

Conselheiro e o arraial, com movimentos a favor do retorno da monarquia, foram suficientes para mobilizar o apoio federal e promover sua destruição.

A campanha revelou-se especialmente desastrosa. A derrota de três expedições militares deixou o povo brasileiro em polvorosa, evidenciando os graves problemas da instituição, sobretudo em termos de efetivos. A derrota militar foi consequência do ensino afastado das questões técnicas, de grande insistência em seguir doutrinas de guerra européias em um cenário social e geográfico completamente diferente: o Exército não conhecia o interior do seu próprio país e era completamente ignorante a respeito das terras, das gentes, dos hábitos e da cultura popular brasileira. A mobilização de quase a totalidade dos corpos de tropa do país deixava claro que o Exército estava totalmente despreparado para qualquer engajamento militar. Levando-se em conta que a população de Canudos era formada de sertanejos pobres, mulheres e crianças; armados com ferramentas do campo e material deixado pelas tentativas anteriores de destruição do arraial, a situação era assustadora.

O episódio de Canudos tornou evidente a necessidade de reformar o ensino militar. Estas reformas seriam implementadas com maior força a partir de 1905. Ainda no início do século XX, as campanhas militares na fronteira do norte do Brasil, por conta da disputa do Acre, deixariam os quartéis vazios ou desfalcados.<sup>68</sup> Entre os anos de 1903 e 1904, o Exército Brasileiro contava com um efetivo de aproximadamente 15 mil homens, embora a Lei n. 1220, de 24 de agosto de 1904, houvesse previsto um efetivo de 28 mil praças para o ano de 1905.<sup>69</sup> José Murilo de Carvalho explica que os efetivos reais nem sempre coincidiam com aqueles previstos nos decretos de fixação de força. No entanto, após a proclamação da República, a curva de crescimento seria constante.

Na busca de solução para o problema constatado, decidiu-se colocar em prática um dispositivo já previsto pela Constituição de 1891: o recrutamento militar; a fim de completar os claros de pessoal do Exército, além de formar turmas anuais de soldados que pudessem ser incorporados e mobilizados em períodos de crise. Tal dispositivo previa que o recrutamento seria realizado mediante sorteio. O recrutamento veio, num primeiro momento, através dos chamados Tiros de Guerra,

---

<sup>68</sup> MCCANN, Frank D. **A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro**. Recife. Ed. Guararapes, 1982. p. 33.

<sup>69</sup> MALAN, General Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1988. p. 34.

que eram associações civis que passaram a formar a primeira reserva organizada do Exército.<sup>70</sup> Cabe elucidar que um dos problemas evidenciados em Canudos foi o péssimo manejo do fuzil pelos soldados e, neste sentido, a partir de 1898, o comando do Exército passou a incentivar os exercícios de tiro ao alvo. Já em 1896 criou-se a Confederação Brasileira, como forma de aproximar os jovens das classes média e alta do serviço militar.<sup>71</sup>

No entanto, Pandiá Calógeras, em seu relatório de 1918 – que será referido mais adiante – faz duras críticas à questão dos Tiros de Guerra. Para Calógeras, os Tiros são um verdadeiro crime profissional:

Cujas conseqüências o Brasil já vai sentindo, involuntariamente ataca e solapa a existência do próprio Exército por esta inqualificável política das linhas de tiro, que não fazem soldados, são pretexto de evasão ao serviço militar e, ainda, desfalcam numérica e profissionalmente a tropa, desviando, como instrutores, oficiais e inferiores, e antecipando as baixas logo após as manobras de fim de ano.<sup>72</sup>

Apesar dos prós e contras, estudiosos aceitam o fato de que é a partir da formação dos Tiros de Guerra que se dá uma organização mais efetiva do Exército e que se tenta produzir o sonhado efetivo para os tempos de crise:

Foi a época durante a qual se deu pela primeira vez ao Brasil uma organização militar de base regional arcabouçada na prévia existência de grandes unidades de organização permanente, embora ainda bastante incompleta, mas que denunciava bom senso das realidades nacionais e dos interesses principais de preparação para a guerra.<sup>73</sup>

Os problemas internos do Exército nesse período já eram claros. Em 14 de novembro de 1904 ocorreu a eclosão de uma revolta na Escola Militar da Praia Vermelha. Essa revolta, incitada por alguns políticos e por poucos militares, tinha

---

<sup>70</sup> MCCANN, op. cit., P. 35.

<sup>71</sup> CARVALHO, José Murilo. op. cit., p. 22.

<sup>72</sup> CALOGERAS, João Pandiá. **Problemas da Administração**. São Paulo; Cia. Editora Nacional, 1935, p. 78.

<sup>73</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 323.

como objetivo dar início a uma nova república, que retornasse ao modelo original proposto por Benjamin Constant em 1889. A revolta tinha líderes militares ligados ao jacobinismo florianista, além de políticos civis ligados ao regime monárquico que haviam sido excluídos da política.<sup>74</sup> Entre os militares envolvidos, o Major Gomes de Castro tentou assumir o comando da Escola Tática do Realengo, mas foi impedido e preso pelo General Hermes da Fonseca. Naquela manhã do dia 14, na Escola Militar da Praia Vermelha, o General Silvestre Travassos depôs o comandante, no entanto descobriu que seu plano de tomar o catete com os alunos esbarrava em seriíssimo problema: quase não havia munição nos depósitos da Escola. Somente na noite do dia 14 o General marchou com os alunos em direção ao Palácio do Catete para depor o presidente. Lá chegando, enfrentou as tropas legalistas e foi ferido. Os alunos voltaram em debandada à Escola, onde foram rendidos com o apoio da Marinha de Guerra, na manhã do dia 15. A revolta ocorre na esteira dos conflitos resultantes da aprovação da lei de vacinação obrigatória contra a varíola, conhecida como a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904.

Nesse período, o Rio de Janeiro possuía uma população de aproximadamente um milhão de habitantes. A maioria era composta de negros libertos que migraram para a capital em busca de melhores oportunidades. Essa população extremamente pobre vivia em cortiços no centro da cidade, em condições sanitárias precárias. O porto do Rio de Janeiro era o terceiro em importância no continente americano e, como capital, a cidade deveria ser a vitrine do país. Seu maior problema eram as constantes epidemias de tifo, tuberculose, malária, difteria, varíola e febre amarela causadas, principalmente, pelas más condições sanitárias da cidade. Os cortiços do centro foram o alvo da campanha de modernização da cidade, “porque eles cercavam o acesso ao porto, porque comprometiam a segurança sanitária, porque bloqueavam o livre fluxo indispensável para a circulação

---

<sup>74</sup> A convocação de batalhões “patrióticos” de voluntários para coibir a Revolta da Armada (1893) e a Revolta Federalista (1893-1895) levaram centenas de jovens à caserna. O termo *jacobino*, utilizado entre 1893 e 1897, serviu de alcunha a esses voluntários – civis e militares - associados, principalmente, como sendo partidários de Floriano Peixoto. Sua maior inspiração era o florianismo, movimento de apoio ao governo de Floriano Peixoto. Advogavam a manutenção de um governo republicano de caráter militarista, eram nacionalistas radicais e distinguiram-se pelo desenvolvimento de um nacionalismo poderoso, discriminando a influência portuguesa e, em menor grau, a influência africana. Um maior aprofundamento deste tema se dará em nosso próximo capítulo.

numa cidade moderna”.<sup>75</sup> Foram efetuados, então, planos para a reforma da cidade, adequando-a aos preceitos europeus de espaços urbanos amplos e organizados.

Os moradores foram despejados sem direito à indenização ou recolocação. A população, revoltada com a força policial e os fiscais sanitários, passou a enfrentar o poder público em um confronto que durou dez dias. Para as autoridades, as pessoas revoltaram-se contra a vacinação obrigatória por conta de sua ignorância; para a história, essas populações se revoltaram pelo descaso com que o governo as tratou na eminência da necessidade de modernização e do progresso do Rio de Janeiro.<sup>76</sup>

Por conta da Revolta, a escola é fechada ainda em 1904 e os alunos envolvidos são expulsos do Exército. O curso de formação de oficiais passa então a ser dividido entre quatro escolas: duas no Rio de Janeiro e duas no Rio Grande do Sul. O objetivo principal dessa ação é abandonar o academicismo, dando-se prioridade a um conceito de educação militar mais prático e objetivo. Em 1913, o ensino foi unificado somente no Realengo, criando-se a Escola Militar do Realengo. O interesse dos militares residia exatamente em afastar os alunos da instabilidade política da capital federal. Esse plano foi colocado totalmente em prática quando ocorreu a transferência das Escolas do Realengo para Resende, em 1944, inaugurando a Escola Militar de Resende (futuramente Academia Militar das Agulhas Negras).<sup>77</sup>

Com a necessidade de reformar o ensino, em 1906 a primeira turma de oficiais partiu para estagiar no Exército alemão. O objetivo dessa ação era obter instrutores qualificados que pudessem contribuir definitivamente para o novo ensino militar que seria posto em prática. Esses militares seriam enviados ao exterior em pequenas turmas para cursos de dois anos de duração, até o ano de 1910. Por volta desse período, muitos militares já falavam da necessidade de contatos externos e da vinda de missões estrangeiras para instruir o Exército brasileiro.

Foi durante o governo Hermes da Fonseca (1910-1914) que jovens oficiais, retornando ao Brasil de seus estágios na Alemanha, deram início ao movimento cunhado de “Jovens Turcos” e lançaram, em 1913, a revista **A Defesa Nacional**, que tratava de assuntos ligados à profissionalização e modernização das Forças

---

<sup>75</sup> SEVCENKO, **História da Vida...** op cit. p. 23.

<sup>76</sup> Sobre este assunto: SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

<sup>77</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma Carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese de doutorado. UERJ, 2005. p. 58.

Armadas.<sup>78</sup> Concentrar-nos-emos, no segundo capítulo deste trabalho, na análise mais pormenorizada sobre esses militares e o papel da revista nesse período. Cabe, contudo, salientar que o lançamento de *A Defesa Nacional* marcou profundamente os esforços dos oficiais reformistas em relação ao Exército.

É importante esclarecer que o governo de Hermes foi marcado ainda pela profunda organização do Exército. A Lei n° 1860, de 4 de janeiro de 1908, estabeleceu o alistamento e o serviço militar, além da reorganização da Instituição. O projeto de modernização do governo de Hermes da Fonseca previa, ainda, a aquisição de material bélico para o rearmamento do Exército. De fato, contratos para a aquisição de fuzis, metralhadoras e canhões foram fechados, mas o início da guerra, em 1914, fez com que parte do material jamais fosse entregue, sobretudo nos contratos firmados com a Alemanha.

Nas palavras de Setembrino de Carvalho:

O Marechal Hermes da Fonseca, fornece um grande exemplo em prol da defesa nacional; além da aquisição de material de guerra moderno, construção de fortalezas no litoral do Rio de Janeiro, construção de quartéis no Rio Grande do Sul, deu nova organização, modelada nos Exércitos do velho mundo, sob a base do serviço militar obrigatório, por ele instituído em 1908, e criou as grandes unidades estratégicas.<sup>79</sup>

O general Setembrino de Carvalho, assim como Hermes da Fonseca, era um grande entusiasta dos ideais de modernização do Exército. Sua carreira teve início na Escola Militar da Praia Vermelha por volta de 1882 e, no alvorecer da República Carvalho, torna-se capitão. Sua carreira ganhou destaque ao intervir no estado do Ceará, em 1914, por ordem do presidente Hermes da Fonseca. O general Setembrino de Carvalho iria atuar ainda no conflito do Contestado (1914-1915), quando ganhou destaque pelas frequentes tentativas de colocar em prática a doutrina militar do Exército alemão no campo de batalha.

As reformas propostas nesse período traduzem a necessidade urgente de proceder-se ao aparelhamento do Exército, mesmo enfrentando a resistência de alguns setores da sociedade. O Exército permanente daquele período estava tão fragmentado por todo o território brasileiro que um oficial estimou ser, no mínimo, um

---

<sup>78</sup> A denominação “Jovens Turcos” é em referência aos oficiais da Turquia de Mustafá Kemal que tentaram a modernização do atrasado Exército turco.

<sup>79</sup> Citado por MALAN, General Alfredo Souto op. cit., p. 33.

mês o período necessário para reunir as tropas nas fronteiras do sul, em caso de conflito.<sup>80</sup>

Em termos organizacionais, a Instituição voltou a ser remodelada em 1915, adotando principalmente a nova diretriz sobre os distritos militares, doravante Inspeções Permanentes, redivididas em número de treze. O ministério da Guerra ganhou novas divisões internas e a tropa foi novamente organizada, sendo as brigadas estratégicas transformadas, agora, em divisões, através da Lei n° 11.497 de fevereiro de 1915. O efetivo do Exército nesse período é fixado por lei em aproximadamente trinta e quatro mil praças, mesmo que o número real não correspondia à quantidade estipulada na norma legal.<sup>81</sup> Em verdade, os números estabelecidos no orçamento para a fixação de praças poderiam ser até 50% menores em relação ao quadro real da Instituição. Para uma população de aproximadamente vinte e cinco milhões de pessoas, o Exército era, ainda, uma instituição tímida.

No entanto, de acordo com McCann, antes das reformas de 1915 não havia um período de treinamento estabelecido, nem qualquer manual; os recrutas eram treinados quando chegavam à unidade e da maneira que os oficiais locais decidissem.<sup>82</sup>

Em 1916, após extensa campanha, A Lei do Sorteio Militar foi finalmente aprovada. A campanha contou com a participação extensiva dos militares fundadores de *A Defesa Nacional*, além da colaboração de Olavo Bilac. Este assunto será discutido de forma mais pormenorizada no próximo capítulo, cabendo aqui, apenas registrá-lo. Desta forma, jovens em idade apropriada, isto é, a partir de vinte e um anos, seriam sorteados para apresentarem-se para exames e se incorporarem às fileiras do Exército durante um ano. Esse sorteio foi efetivado somente após 1916, mas com ressalvas. O Alto Comando, prevendo a possibilidade de trapaças no sorteio, ofereceu uma alternativa legal em substituição ao tempo de

---

<sup>80</sup> MCCANN, op. cit., p. 60.

<sup>81</sup> O termo praça se refere aos soldados, cabos e sargentos com pouca ou nenhuma responsabilidade de comando. Tem origem na expressão praça de armas, local de formatura das tropas no período colonial. Na linguagem militar “assentar praça” significa se alistar no Exército. Em relação aos efetivos, a Lei N. 3.088, de 5 de janeiro de 1916, fixa as forças de terra para o exercício de 1916. A Lei n. 11.497, de 1915, dá a nova organização do Exército e pode ser encontrada na íntegra no **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Gen. de Divisão José Caetano de Faria, Ministro do Estado da Guerra em maio de 1915**. Calógeras em seu relatório sobre os problemas administrativos do Brasil discute os impactos das remodelações de 1908 e 1915. In: CALOGERAS, op. cit., p. 90.

<sup>82</sup> MCCANN, op. cit., p. 31.

serviço: “O serviço nos Tiros, a participação nas manobras do Exército como voluntário ou o comparecimento a uma escola que oferecesse treinamento militar, qualificavam o cidadão como reservista”.<sup>83</sup> Desta forma, apesar da realização do recrutamento, as classes mais abastadas da sociedade continuavam à margem do serviço militar, ou através da Guarda Nacional ou por sua participação nos Tiros de Guerra.

Não podemos deixar de assinalar que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) marcou profundamente o pensamento dos militares, sobretudo em relação ao ensino. Aquele momento foi visto pelos militares como específico para o aprendizado de novas técnicas, já que a guerra havia imposto novas mudanças no organismo militar. As reformas estabelecidas em 1915 foram substituídas por nova modificação em 1918, que instituiu as Regiões Militares e preconizou as transformações que foram inspiradas pela Missão Militar Francesa, a partir de 1919-1920. É importante salientar que em 12 de janeiro de 1918 foi finalmente extinta a Guarda Nacional. Além disso, o período em que o ministro civil João Pandiá Calógeras estava à frente do Ministério da Guerra foi extremamente fecundo em realizações e investimentos na Instituição.

Ministro da Guerra, nomeado em 1919 pelo presidente Epitácio Pessoa, João Pandiá Calógeras ocupou a pasta de guerra até o ano de 1922. Sua particularidade está em ser exatamente o único civil do período republicano a ocupar o Ministério da Guerra. Calógeras, político desde o final do século XIX e com formação em engenharia de Minas, possuía um interesse *sui generis* pelos problemas militares.<sup>84</sup> Foi, ainda, durante o ministério de Calógeras que o decreto autorizando a contratação da Missão Militar Francesa de instrução para o Exército foi assinado.

Antes de assumir o cargo, porém, Calógeras fez um relatório geral sobre a administração do Brasil para ser entregue ao presidente eleito Rodrigues Alves, analisando a situação orçamentária e administrativa do Brasil, em 1918.<sup>85</sup> Em capítulo especial sobre a situação do Exército Brasileiro, sua primeira constatação

---

<sup>83</sup> MCCANN, op. cit., p. 43.

<sup>84</sup> Para uma boa leitura sobre a atuação do Ministro Calógeras é recomendado o artigo de CASTRO, Adler Homero Fonseca. Um civil no comando da guerra. **BRHistória**, número 3, Junho de 2007.

<sup>85</sup> O trabalho, já referido, possui o subtítulo de “Relatório confidencial, apresentado em 1918 ao conselheiro Rodrigues Alves sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil”. O relatório possui capítulos sobre os diversos ministérios e sua situação no período.

foi de que “há trinta anos está acéfalo o Ministério da Guerra”<sup>86</sup>, contando como exceção os períodos de ministério de Mallet e Hermes da Fonseca.

A narrativa pode ser dividida em quatro partes principais: a crítica aos Tiros de Guerra e ao recrutamento; a crítica ao sistema de promoções, especialmente ao generalato; a questão do material, justificando os motivos pelos quais em um primeiro momento o Brasil devia importar material de guerra, sobretudo metralhadoras e canhões, devendo-se posteriormente desenvolver a siderurgia nacional e, dessa forma, desenvolver uma indústria militar. Ainda na questão concernente ao material, criticou os arsenais de guerra e as fábricas de munições. Por último, Calógeras abordou o problema da instrução da tropa e da situação caótica das forças armadas.

Calógeras não poupou palavras em seu relatório. Ao tratar do tema relativo às promoções, afirmou que “o oficial menos frequentador dos dispensadores de graças, mais adito à vida do quartel e ao aperfeiçoamento da tropa, mais mal visto fica de seus chefes”,<sup>87</sup> tendo em vista que, afinal, as promoções obedeciam a considerações políticas e pessoais. Admitia que, no tocante ao material, uma remodelação profunda seria necessária, especialmente nos arsenais de guerra. Concluiu que “aí há de tudo, menos trabalho”.<sup>88</sup> Sodré, ao comentar Calógeras, completa que “a cavalaria não tinha cavalos, a artilharia não tinha canhões, a infantaria não tinha fuzis”.<sup>89</sup> A norma vigente, para o autor, foi a liquidação da Instituição, na eterna luta pelo poder, pelas elites oligárquicas.

Seu ministério foi pautado, portanto, por medidas sérias para a transformação do Exército Brasileiro. Um de seus programas mais importantes foi a construção e ampliação dos alojamentos da tropa por todo o Brasil. O problema, diagnosticado por ele no Relatório do Ministério da Guerra de 1920, foi resolvido com um audacioso projeto de engenharia, para que os novos quartéis fossem “a última palavra do ponto de vista do serviço e da salubridade”.<sup>90</sup> Seu projeto previa que

---

<sup>86</sup> CALÓGERAS, op. cit., p. 95-99.

<sup>87</sup> CALÓGERAS, op. cit., p. 95-99.

<sup>88</sup> Ibid, p. 95-99.

<sup>89</sup> SODRÉ, op. cit., p. 195.

<sup>90</sup> In: **Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro de estado da Guerra em Junho de 1920**, p. 34. O relato de Calógeras sobre a situação dos quartéis traz interessantes observações: “os próprios quartéis da Vila Militar, insuficientes e faltos de certas acomodações, exigem reparos por não terem sido devidamente cuidados”. Mais adiante, completa o Ministro: “Na 3ª região, Rio Grande do Sul, a situação é de miséria. Quase nenhum corpo está convenientemente abrigado das intempéries, sendo que alguns deles se acham em prédios onde o tifo é endêmico”. (p. 31-43).

todos os corpos de tropa estivessem dotados de alojamentos até 1922 – constam 56 quartéis a construir até 1922 e 46 para reconstruir ou ampliar. O plano previa ainda a reforma dos quartéis gerais, de paióis e outros prédios, além do serviço de saúde.

Concomitantemente, foi durante o ministério de Calógeras que o decreto autorizando a contratação da Missão Militar Francesa foi publicado, mesmo que sua discussão tivesse se iniciado na administração do ministro anterior, José Caetano de Faria (1914-1918). Essa missão duraria até 1940, mesmo que nos últimos anos sua presença tenha se tornado secundária sendo, paulatinamente, substituída pela doutrina militar americana, a partir de 1938 pelo menos.<sup>91</sup>

A possibilidade dessa contratação começou a ser objeto de análise, de forma intensificada, em um momento após a I Guerra Mundial, quando o Brasil repensava seu Exército e se dispunha a transformá-lo. O grave conflito representado pela Grande Guerra colocou em xeque a organização e a doutrina militares, particularmente dos países periféricos. A partir de 1917, iniciaram-se as discussões acerca da contratação de uma missão militar estrangeira para a instrução do Exército brasileiro.

O debate foi acalorado, não apenas entre militares, mas também no meio político. Durante o ano de 1918 foram muitos os discursos no plenário a favor da contratação de uma missão militar para modernizar o Exército brasileiro.<sup>92</sup> Não obstante, no meio militar, a controvérsia se fixou entre a contratação do modelo francês ou do modelo alemão. Este último foi especialmente defendido pelo grupo denominado “Jovens Turcos” – oficiais que durante o ministério de Hermes da Fonseca estagiaram no Exército alemão e lançaram a revista *A Defesa Nacional*.

A discussão entre a jovem oficialidade que lançou a revista *A Defesa Nacional* pode ser identificada pelo menos desde 1914, sendo defendida a contratação da missão alemã. Oficiais como Bertholdo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho foram fortes defensores desta ideia.<sup>93</sup> Apesar disto, a missão francesa foi a escolhida. Como vitoriosa na I Guerra, os militares franceses pareciam ser a escolha acertada para orientar o Exército brasileiro. Como assinala Bastos:

---

<sup>91</sup> Esta mudança ocorreu pelo abandono da Doutrina Francesa, que era eminentemente defensiva. Desta forma o Exército Brasileiro abandonou a doutrina francesa e adotou a americana, eminentemente ofensiva, e que veio a vencer a Segunda Guerra.

<sup>92</sup> Na obra de BASTOS, Jayme Araújo Fo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994, o aspecto político da discussão é demonstrado através dos embates no plenário a favor ou contra a contratação dessa missão. Mesmo que o autor não faça uma análise individual de cada documento apresentado, como fonte, fornece bom subsídio.

<sup>93</sup> O assunto é pormenorizado na obra de MALAN, op. cit., p. 39-42.

A vitória dos franceses fez crescer-lhes a admiração, elevados aos olhos do mundo como vencedores dos alemães (...) com sua autoridade, conquistada pelo sucesso alcançado ante o inimigo, teriam de ser acatados por nossos oficiais graduados. Esperava-se que, havendo unidade de trabalho através de uma equipe de alto nível, transmitissem-nos uma doutrina<sup>94</sup>.

As principais falhas que deveriam ser corrigidas pela Missão Militar Francesa diziam respeito à aviação, estabelecimentos fabris militares, arsenais e munição, serviços de saúde, remonta e veterinária. A questão dos arsenais foi amplamente discutida por Calógeras no relatório apresentado ao presidente Rodrigues Alves. De fato, encontrando-se diretamente vinculado ao poder bélico de um país e sua capacidade de fogo, o assunto atraía, obrigatoriamente, bastante atenção.

Magalhães assinala que a Missão fora apenas um órgão de consulta, de instrução, e com conselhos raramente compreendidos, não produzindo os efeitos úteis e desejáveis que eram necessários à Instituição. O autor não é o único a assinalar os pontos fracos da missão. Em relatório do Estado Maior, em 1929, o general Alexandre Henriques Vieira Leal sugeriu que a missão não deveria ter seu contrato reafirmado com o Brasil mais uma vez. Ele assinalou um declínio qualitativo nas matérias ensinadas pelos franceses na Escola de Estado Maior, além de demonstrar que vários oficiais não respeitavam o prazo e suas licenças na França, passando mais tempo do que o permitido e recebendo seus salários normalmente.<sup>95</sup> Também McCann ressalta que as diferentes realidades entre países europeus e países periféricos foi uma das grandes dificuldades impostas ao modelo trazido pelos oficiais franceses. Segundo McCann:

Embora, à primeira vista, esta missão [militar francesa] e o envio de jovens oficiais para estudar os métodos do Exército imperial alemão antes da guerra tivessem parecido movidos pelo bom senso, nenhuma das duas combinava com a finalidade básica do Exército brasileiro. O problema é que nem o corpo de oficiais nem os políticos civis haviam delineado com clareza qual a função do Exército<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> BASTOS, op. cit., p. 36.

<sup>95</sup> Relatório citado na obra de MCCANN, Soldados p. 324

<sup>96</sup> MCCANN, op. cit., p.162.

Para o autor, as constituições do Império e da República não traziam a clara função do Exército, normalmente ligada à manutenção da ordem interna do país. Além disso, a Constituição de 1891 proibia que o Exército Brasileiro fizesse expedições de conquista em terras estrangeiras. Desta forma, McCann assinala o ar de irreabilidade de treinamento e manobras em estilo europeu.<sup>97</sup>

No entanto, foi a Missão Militar Francesa que instituiu o primeiro conselho de Segurança Nacional, a partir de 1927. Esse conselho foi fruto das consequências da Grande Guerra, na qual se constatou que “os resultados de uma guerra não dependiam somente de uma judiciosa mobilização militar”.<sup>98</sup> Além disso, para o autor, as ações positivas da Missão foram efetuadas em seu período inicial, com forte decréscimo a partir de 1935.

Apesar dos esforços civis e militares no sentido da modernização e remodelação da força militar, um relatório escrito em 1927, pelo então general Tasso Fragoso, intitulado “Reflexões sobre a Situação Militar do Brasil”, apresentava um sombrio panorama sobre o Exército brasileiro.<sup>99</sup> Neste estudo, o autor contrastou a eficiência e a prontidão das forças armadas argentinas em comparação com a “desordem” brasileira. Nesse relatório, o autor pedia especial atenção aos problemas de recrutamento, de remonta, aviação, transportes, comunicação e o rearmamento e reorganização do Exército. Para McCann, o não atendimento pelo governo de Washington Luis destas sérias recomendações “pode ter sido uma das razões pela qual o legalista Tasso Fragoso se mostrava disposto a desempenhar papel de destaque na deposição do presidente, em 1930”.<sup>100</sup>

Na análise de Sodré, a função do Exército no período aqui abordado – e chamado por este autor de Fase Autônoma – era de manter a base física herdada do período colonial e assegurar o exercício da autoridade central em toda a extensão do território. Para ele, foi somente após a Revolução de 30 que o país começou a definir-se em termos de nação e a criar condições para o aparelhamento das Forças Armadas, neste momento, inequivocamente nacionais. Segundo o autor, as revoltas ocorridas ao longo das turbulentas décadas de 1910 e 1920 indicavam

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 162.

<sup>98</sup> MAGALHÃES, op. cit., p 330.

<sup>99</sup> Este relatório é citado na obra de MCCANN, op. cit., p. 64.

<sup>100</sup> MCCANN, op. cit., p. 65.

uma alteração da influência oligárquica dentro do Exército e mostravam a ascensão de uma burguesia interessada em aparelhar a Instituição.<sup>101</sup>

Nestas condições é que o Exército brasileiro termina o primeiro quartel do século XX. As reformas, de alguma forma, serviram para aumentar o envolvimento federal da Instituição nos estados, dando a ideia de que o Exército proporcionava a base para a organização civil. Além disso, as reformas fortaleceram o Exército internamente como corporação militar.<sup>102</sup>

Apesar desta aparente mudança, a Instituição sofria ainda com a antipatia dos presidentes civis, marcadamente entre Arthur Bernardes e Washington Luís. O primeiro, segundo Hayes, revelou inclinações antimilitaristas e o Clube Militar, de prontidão, distribuiu mensagem a todas as guarnições alertando de que Bernardes provavelmente iria dissolver o Exército. No mesmo extremo, seu sucessor Washington Luis não foi capaz de atender aos anseios do Exército, criando séria antipatia com os militares. Somando-se a tudo isso, os problemas sociais e econômicos pelos quais passava o país conformarão uma situação de tensão que resultaria na Revolução de 1930.

### **1.3 Os Militares e a participação política: revoltas e sedições na caserna**

O período de 1889-1930, além de ser marcado por profundas transformações na instituição militar, foi marcado também por uma série de revoltas e intervenções militares na sociedade. As revoltas, em sua maior parte, excediam a caserna e causavam transtornos políticos e sociais, como é o caso do “Movimento Tenentista”. O quadro abaixo ajuda-nos a compreender melhor esse período e as intervenções militares ocorridas, não apenas no Exército, mas também na Marinha de Guerra:

---

<sup>101</sup> SODRÉ, op. cit., p. 231 e 232.

<sup>102</sup> HAYES, op. cit., p. 126.

Quadro 1		Intervenções Militares 1889-1930*	
Exército		Marinha	
1889: Proclamação da República		1891: Revolta da Esquadra	
1892: Manifesto dos 12 generais		1891: Revolta do Primeiro de Março	
1892: Revolta do Sargento Silvino		1892: Manifesto dos 12 generais	
1895: Revolta da Escola Militar		1893: Revolta da Armada	
1897: Idem		1910: Revolta dos Marinheiros	
1904: Idem		1924: Revolta de Protógenes Guimarães e Hercolino Cascado	
1915: Revolta dos sargentos		1930: Movimento Pacificador	
1922: Revolta Tenentista			
1924: Idem			
1930: Idem			
1930: Movimento pacificador			

FONTE: Quadro elaborado a partir da obra de CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 15.

Essa série de eventos deixa clara a intervenção da instituição militar na sociedade após a proclamação da República. Nesse sentido, a predominância de movimentos de oficiais jovens pode ser dividida, dadas as suas características, em dois ciclos: o primeiro Tenentismo, entre 1889 e 1904, e o segundo entre 1922 e 1930, de acordo com Carvalho. Durante esse período, ocorreu a não concluída Revolta dos Sargentos e o movimento do Hermismo.<sup>103</sup> Outro dado pode ser evidenciado no quadro anterior: duas intervenções foram de oficiais superiores (1892-1930), duas de praças (1892 e 1915) e as outras de alunos e oficiais subalternos. Cabe registrar que as sucessivas revoltas da Escola Militar acabam por culminar na suspensão do uso de armas pelos cadetes durante o governo de Prudente de Moraes e, conseqüentemente, seu fechamento em 1904, por conta da última revolta. Dentre esses movimentos, o Tenentista ganha destaque pela sua longa duração, pelo envolvimento com a revolução de 1930 e conseqüente participação no governo revolucionário.

<sup>103</sup> Durante a campanha de Hermes da Fonseca à presidência seu grande opositor foi Rui Barbosa. Barbosa insistia no caráter militarista que o governo teria, caso um militar fosse levado ao poder, além de acusar o candidato de ser um fantoche político do senador Pinheiro Machado. O político desencadeou grande campanha civilista contra essa candidatura e o termo *hermismo* foi cunhado pela própria imprensa da época ao se referir à aliança entre militares (simbolizada pela candidatura de Hermes da Fonseca) e a oligarquia do Rio Grande do Sul. Sua candidatura e conseqüente vitória deram-se, principalmente, pelo desacordo entre as elites políticas de SP e MG. A vitória de Hermes indica que as elites políticas aceitavam o Exército como parceiro político, embora apenas como solução para impasses menores. Para Carvalho, essa aproximação foi possível graças ao abandono do jacobinismo militar e da posição de militar profissional adotada por Hermes. CARVALHO, op. cit., p. 43.

Esse movimento tem suas raízes ligadas à luta contra as oligarquias dominantes durante o período da República Velha. Sua participação na história pode ser definida desde 1922, com a Revolta de Copacabana, até 1934. Durante esse período, o movimento Tenentista atuou como movimento de conspiração e como governo.<sup>104</sup>

O clima entre o Exército e o governo anterior à Revolta de Copacabana era tenso. Essa tensão deu-se, principalmente, durante a candidatura de Arthur Bernardes para a presidência em 1922, quando estourou o caso das cartas difamatórias sobre o Exército e sua oficialidade. As cartas acabaram tendo sua falsidade comprovada, não antes, porém, de ter seu objetivo atingido: indispor o Exército com o futuro governante do país. Em 1922, o Clube Militar é fechado pelo governo, por conta de um protesto contra a utilização de tropas do Exército para a intervenção política em Pernambuco. O caldeirão não demorou a explodir: em 5 de julho de 1922 ocorre a revolta de Copacabana, quando jovens tenentes se rebelaram, com o objetivo de salvar a honra do Exército.<sup>105</sup>

Não tardou para que o movimento estourasse novamente, desta vez no estado de São Paulo, no ano de 1924. Os rebeldes tenentes chegaram a tomar a capital, mas, abandonando-a, rumaram para o interior, a fim de juntarem-se a um grupo vindo do Rio Grande do Sul. Fundou-se ali o mito da Coluna Prestes, que irá percorrer o país até 1927, quando seus componentes exilam-se na Bolívia.<sup>106</sup> Termina ali, portanto, a primeira fase do Tenentismo, dita heróica. Nesse período, os tenentes pegaram em armas, contra a oligarquia cafeeira. Em síntese:

[o tenentismo] Surgiu como única alternativa aos anseios das classes médias populares. As mudanças tinham de ser feitas pelas armas, o que teria transformado os militares rebeldes em vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico. Entretanto, este foi um liberalismo de fachada. Fundamentalmente o tenentismo se manteve

<sup>104</sup> LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 315.

<sup>105</sup> FAUSTO, **História Concisa...** p. 172. Para uma descrição pormenorizada da ação do Forte de Copacabana e da Revolta de 1924, consultar: LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>106</sup> Para maiores detalhes sobre a coluna Prestes e o movimento Tenentista, consultar as obras de FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenetismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopéia brasileira : a coluna Prestes**. São Paulo: Moderna, 1995 e BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

fiel à defesa da ordem e das instituições. Não tinha uma proposta militarista no sentido de um governo militar, mas era elitista; propunha a moralização da política contra as oligarquias cafeeiras.<sup>107</sup>

Portanto, apesar de ser um movimento com características militares, o tenentismo teve um caráter político dominante. Para Edgar Carone, a ligação entre o Exército e a política possui três momentos: com a Proclamação da República até o fim do governo de Deodoro, encontramos o primeiro momento, caracterizado por um Exército que tinha sua consciência de força crítica, aliada ao poder que demonstrava possuir; o segundo momento, desde a subida de Prudente de Morais (1894-1898) ao cargo de presidente, bem como sua cautela com as forças armadas, em especial o Exército, até o governo de Epitácio Pessoa; e o terceiro momento, com o movimento tenentista.

De acordo com Carone:

A subida de Epitácio Pessoa e a nomeação de um civil para Ministro da Guerra radicaliza novamente a questão. O descontentamento com o novo ministro da guerra é motivo para insubordinação mais profunda: agora a baixa oficialidade vai rebelar-se, não como apêndice do tradicional grupo da alta oficialidade, mas como um movimento paralelo àquele.<sup>108</sup>

Posto isto, Carone explica que, antes da Revolução de 1922, ambas as facções tentaram unir-se, tendo projetado esse objetivo em vão. Os tenentes procuraram uma solução mais ampla para seu problema de caráter social e político, enquanto a velha guarda militar pretendia cargos públicos, a fim de resolver seus problemas. Ora, as facções separaram-se e o movimento Tenentista ganhou corpo. Logo teve início o terceiro momento desse Exército político.

Por outro lado, Carvalho explica que a grande predominância numérica dos tenentes dentro do Exército, aliada ao problema disciplinar e controle hierárquico fazia com que este grupo tivesse condições especiais para rebelar-se.<sup>109</sup> Além disso, os militares viam-se obrigados a fornecer uma explicação para sua intervenção

<sup>107</sup> LANNA JUNIOR, op. cit., p. 316.

<sup>108</sup> CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1970. p. 367.

<sup>109</sup> CARVALHO, op. cit., p. 36.

constante na política e na sociedade durante o período. Três explicações para esta interferência são sugeridas por Carvalho: a intervenção reformista, a não-intervenção e a intervenção moderadora.

A intervenção reformista estava ligada aos militares que proclamaram a República e assumiram seu comando, no qual o movimento se fazia necessário não só para 'salvar' o Exército como também a nação do governo Imperial e sua nociva política aos interesses do país. A não-intervenção vai de encontro ao movimento dos Jovens Turcos, cujo expoente, Leitão de Carvalho, defendia que o Exército não deveria imiscuir-se nas questões políticas. Esta corrente de pensamento liga-se à necessidade de profissionalização das Forças Armadas e seu consequente afastamento da política. Leitão lutou pela transformação do Exército em um órgão nacional, dedicado à defesa do país e não a questões de ordem política.

Mas as concepções, por vezes, divergiam. Enquanto Estevão Leitão de Carvalho sempre defendera um Exército apolítico, Bertholdo Klinger era defensor da ideia de que o Exército deveria intervir em momentos de crise. Não apenas Klinger, como Góes Monteiro, tornam-se uns dos mentores desta ideia ao lançar o livro **A finalidade política do Exército** (1934), já durante o período Vargasista. Representante daquilo que Carvalho identifica como a "intervenção moderadora", esta seria promovida pelo Estado-Maior, em caráter oficial e não apenas por uma parcela da oficialidade, como era o caso do Tenentismo. As interpretações de Carvalho carecem de dados concisos e serão melhor analisadas em nosso próximo capítulo, sobretudo em relação ao caráter *apolítico* dos Jovens Turcos.

Cabe ressaltar que, da mesma forma que existiam várias correntes para explicar o envolvimento do Exército na política, dentro da instituição essas correntes também produziam uma cisão: nem todos os setores do Exército estavam de acordo com as ideias revolucionárias e as apoiavam. Não obstante, a participação de tenentes e sargentos nas regiões mais afetadas pela conspiração de 1930 foi de capital importância para o sucesso do movimento. Ainda assim, para ter o controle do Exército no período posterior à Revolução, seria necessário o expurgo de oficiais e a elevação, em caráter urgente, de novos oficiais aos cargos de comando da Instituição para torná-la novamente operante.

#### 1.4 Os Militares e a Revolução de 1930

A década de 1920, tanto na questão política quanto econômica, foi caótica. As revoltas militares que se espalharam com frequência pelos quartéis em todo o Brasil deixaram um clima de agitação no ar. O sistema oligárquico entrava em agonia com as dissidências dentro do próprio conjunto. A falta de consenso entre o candidato a ser escolhido pelas oligarquias levou a cisão entre o tradicional pacto entre São Paulo e Minas Gerais, empurrando os mineiros para uma aliança com os gaúchos e paraibanos, isolando São Paulo e seu candidato Julio Prestes.

Economicamente, o país vivia uma crise generalizada por conta da constante desvalorização do café, que ocorria, pelo menos, desde o início do século. Fausto indica que em 1928 o Brasil era o país da América Latina que possuía a maior dívida externa, perfazendo aproximadamente 44% do total, consumindo algo em torno de 22% da receita brasileira de exportação.<sup>110</sup> Essa dívida derivava principalmente de empréstimos feitos de norte-americanos e de ingleses para o financiamento do café e a manutenção da economia interna. A própria política de valorização do café, que assegurou a rentabilidade do setor cafeeiro no período de 1906-1924, deixou a política cambial em frangalhos, desvalorizando cada vez mais a moeda nacional frente à libra.

Como consequência, o país não possuía uma base industrial capaz de se opor à política econômica cafeeira. A industrialização, nesse período, nunca “obedeceu a um desenvolvimento contínuo e regular”.<sup>111</sup> Se, de um lado, a desvalorização cambial permitia a substituição das importações, dado seu encarecimento, por outro dificultava a entrada de bens de produção indispensáveis à formação de uma indústria de base.

Socialmente, a primeira república assistia aos movimentos de trabalhadores que ganharam terreno, não só nas cidades, como também no campo. Para Fausto, esses movimentos podem ser divididos em três grandes grupos: movimentos que combinam conteúdo religioso e carência social, como o exemplo de Canudos (1897-1898); movimentos que combinam religiosidade e reivindicação social, como o

---

<sup>110</sup> FAUSTO, **História** Concisa... p. 165.

<sup>111</sup> FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 20. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. p. 231.

Contestado e os que expressam conteúdo apenas social.<sup>112</sup> Neste caso, enquadram-se os movimentos da classe trabalhadora que, não obstante, foram limitados e com pouco êxito. Cabe, no entanto, assinalar o conturbado período de greves entre 1917 e 1920, influenciados sobretudo pela carestia, em consequência da Grande Guerra e da Revolução na Rússia.

Além disso, é durante a Primeira República que ocorre o grande fluxo de mão de obra imigrante para os grandes centros urbanos: cerca de 3,8 milhões de imigrantes de diversas etnias entraram no Brasil no período de 1887-1930.<sup>113</sup> Em meio a tudo isso, encontrava-se a política oligárquica do “Café com Leite”, a favor da qual a elite política, principalmente dos estados de Minas Gerais e de São Paulo, alternava-se no poder. Além disso, os estados possuíam fortes grupos políticos majoritários, denominados muitas vezes de “Coronéis”, além do controle político das polícias militares, verdadeiros Exércitos dentro dos estados. E é logo ali, no setor político, que estaria o principal fator desencadeador da Revolução de 1930.<sup>114</sup>

As raízes do movimento revolucionário podem ser associadas, portanto, a uma série de fatores, entre os quais a política de sucessão presidencial conhecida como Política dos Governadores. A eleição que colocou o presidente Washington

---

<sup>112</sup> FAUSTO, **História Concisa...** p. 166.

<sup>113</sup> *Ibid.* p. 155.

<sup>114</sup> Embora tenhamos utilizado a obra de Fausto para contextualizar historicamente o período aqui abordado, é importante assinalar que existem diversas interpretações para a Revolução de 1930 e suas causas. Para muitos historiadores, a visão de que o movimento teve como causas precípuas a questão da economia agroexportadora, do Tenentismo e dos conflitos intraoligárquicos é uma visão tradicional, construída pelos próprios agentes do processo, isto é, construída pelos vencedores da Revolução imediatamente após sua vitória. Esta construção nulificou a participação de outros movimentos, como o movimento operário, através do Bloco Operário Camponês (BOC), a partir de 1928. Nesse período, o BOC fez uma aliança com a pequena burguesia a fim de consolidar sua participação no debate político. O BOC, como representante do PCB, uniu-se às oposições contra as oligarquias. Os tenentes revolucionários e o Partido Democrático paulista (dissidência do Partido Republicano Paulista) uniram-se ao BOC para criar uma frente de luta revolucionária. Foi a CIESP, em aliança com o PRP, que criou paulatinamente a ideia de “perigo comunista”, principalmente após os avanços das leis trabalhistas em 1928 (a Lei de Férias e o Código de Menores) e a maior participação do BOC no debate político. Os constantes entraves entre os movimentos levaram o BOC a decretar uma greve de mais de 70 dias no estado de São Paulo em 1929, levando o movimento para a arena do debate revolucionário, ao invés do político. Com esta manobra, o movimento da pequena burguesia retira seu apoio ao BOC varrendo o movimento, definitivamente, da arena do debate político. Estas ideias são defendidas por DE DECCA, Edgar. : **O Silêncio dos Vencidos**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1997. e TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1903 - a Dominação Oculta**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985. Por outro lado, Joseph Love acentua a participação da política regional gaúcha e o apelo ideológico do positivismo como importantes causas do movimento revolucionário. A união dos grupos políticos do Rio Grande do Sul (Vargas conseguiu unir as oposições a partir de 1928, quando era presidente do estado), aliada a elementos do Exército e ao grupo revolucionário dos tenentes, possibilitou o encerramento da república oligárquica. As condições políticas e econômicas únicas do RS possibilitaram que o movimento e suas principais lideranças partissem deste estado. LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Luís (1926-1930) no poder foi comandada pelo grupo político de São Paulo, que não enfrentou oposição e obteve o apoio de Minas. No entanto, a campanha pela sucessão de Washington Luís trouxe desavenças entre os estados alinhados politicamente, sobretudo São Paulo e Minas Gerais. O desentendimento teve início quando Washington apoiou a candidatura de um paulista, Júlio Prestes, então presidente do estado de São Paulo. Sua candidatura fora lançada, empurrando mineiros e gaúchos para um acordo, pois as elites políticas de Minas não estavam satisfeitas com o candidato.

Durante o ano de 1929, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba lançaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e João Pessoa como vice, não sem enfrentar séria oposição da elite política paulista. Foi fundada a Aliança Liberal, em nome da qual seria feita a campanha presidencial de Getúlio. A Aliança Liberal reúne os estados cujos interesses não estavam ligados à produção de café.

Em outubro de 1929, em plena campanha eleitoral, explode a grande crise mundial, colocando a cafeicultura em posição delicada. O café estava sofrendo um processo de desvalorização desde o início do século XX. Apesar disso, seu preço permaneceu estável e seu negócio lucrativo, graças ao apoio do governo central aos cafeicultores. Até 1924, o Estado intervinha diretamente, comprando uma parte da produção e vendendo-a em momento propício. Depois deste ano, a intervenção passou a ser menos direta, pois dependia da atuação do Instituto do Café. Essa política propiciou a alta rentabilidade do café no período de 1906-1930. A crise alterou este cenário profundamente. Como o Estado garantia os lucros, muitos fazendeiros tiraram empréstimos em bancos internacionais a juros altos para financiar o lucrativo café.<sup>115</sup> Isto tornou a elite cafeeira extremamente vulnerável a crises internacionais.

O fato é que o resultado eleitoral de 1930 garantiu a vitória do candidato da situação, Júlio Prestes. Descontente com o resultado, a jovem oposição buscou o apoio com as lideranças Tenentistas, pois “embora derrotados, continuavam sendo uma força importante por sua experiência militar e prestígio”.<sup>116</sup> De acordo com McCann, os tenentes mostraram-se relutantes à ideia de associarem-se a

---

<sup>115</sup> FAUSTO, A Revolução de 30... p. 230.

<sup>116</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Sumara Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 404.

conspiradores civis. Dada a pressão, o grupo preferiu a aliança ao isolamento. Ao buscar a aliança com os tenentes, os conspiradores civis “queriam absorver a heróica e extraordinária aura Tenentista”.<sup>117</sup> Também como forma de persuasão, os projetos Tenentistas de reformas foram adicionados ao programa de governo da Aliança Liberal. O Exército, mais uma vez, tornava-se político.

Em julho de 1930 ocorre um incidente que daria força ao movimento revolucionário: é o assassinato, no Recife, do candidato a vice de Getúlio Vargas, João Pessoa. Ele foi transformado em mártir da revolução, vítima dos interesses das elites oligárquicas, embora a causa do crime tenha sido por motivos pessoais. Daí em diante, não demorou para que, em 3 de outubro, a Revolução estourasse no Rio Grande do Sul e se espalhasse, rapidamente, para todo o país, com o apoio parcial das Forças Armadas.

Quando a revolução estourou no Rio Grande do Sul, em apenas 48 horas as tropas chefiadas pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro e o advogado Oswaldo Aranha venceram as resistências das tropas que ainda permaneciam leais ao governo do Rio de Janeiro.<sup>118</sup> O Exército no Rio Grande do Sul sucumbiu à ação revolucionária: seja pela dispersão das tropas pelo estado, a falha de comunicação, a falta de armas ou o comprometimento de tenentes e sargentos com a revolução. A rapidez dessa vitória deixou clara a desintegração da hierarquia de comando do Exército, além de mostrar que os generais que permaneciam ao lado do governo do Rio de Janeiro perderam o controle do mesmo. Portanto, a Revolução de 30 é a culminância “das rebeliões e conspirações da década de 1920, as quais solaparam de tal modo o Exército, que sua estrutura de comando em vez de defender a República Velha, ruiu”.<sup>119</sup>

Figura ímpar do processo, Góes Monteiro, assim como outros militares, parece ter percebido que apenas a ruptura com o atual regime poderia criar condições para a melhoria não só do Exército, mas de todo o país. Mesmo que durante o período de 1927-1930 não houvesse movimentos declarados dentro da Instituição, a crítica ao atual governo e a condição do país se fazia notar através da imprensa: a crítica ao governo era constante. Além disso, como assinala McCann, o próprio Góes Monteiro advertia em seus relatórios aos superiores que a alternativa

---

<sup>117</sup> Ibid., p. 364.

<sup>118</sup> MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria. A História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2007. p. 335.

<sup>119</sup> MCCANN, op. cit., p. 336.

para as mudanças seria a “reconstrução nacional” ou a revolução.<sup>120</sup> Após o estouro da Revolução no sul e sua conseqüente dispersão pelo país, houve um impasse militar entre a alta oficialidade, lembrando que nem as guarnições do Rio de Janeiro nem as de São Paulo haviam aderido à revolução. Formou-se uma junta pacificadora formada somente por militares, a fim de resolver o conflito de forma pacífica. Existiam três opções, segundo Carvalho: a resistência armada, a adesão aos revoltosos ou a tentativa de mediação. Bertholdo Klinger, Coronel e chefe do Estado-Maior das forças pacificadoras preferia a terceira opção. Entretanto, os membros da junta, Generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, além do contra Almirante Isaías de Noronha, resolveram “sob influência [de Fragoso] adotar posição diversa à de Klinger e passar o governo ao chefe das forças revoltosas”, isto é, Getúlio Vargas.<sup>121</sup> Depondo Washington Luís em 24 de outubro de 1930, em 3 de novembro o comando político passou a Getúlio Vargas.

Após a instalação do Governo Provisório, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, demitiu todos os governadores estaduais de seus cargos, com exceção do governador eleito de Minas Gerais, Olegário Maciel, substituindo as lideranças regionais por interventorias federais. Limitava também a atuação dos estados, que não mais poderiam contrair empréstimos externos. Enfim, tentava-se reforçar o poder central. Esta seria uma constante luta, que encontraria seu ápice com o início do Estado Novo, em 1937.

Para Nelson Werneck Sodré, a Revolução de 30 foi uma etapa da revolução burguesa no Brasil, que permitiu à burguesia apoderar-se do Estado, até então na mão da elite oligárquica. A análise, sob o ponto de vista marxista de Sodré, deixa claro o papel enfrentado pelo movimento Tenentista, de apoio ao processo e sua conseqüente extinção após 1930.<sup>122</sup> Em contrapartida, Fausto refuta esta interpretação ao afirmar que a revolução não foi feita pela classe média ou a burguesia industrial. Ela foi fruto de um grupo heterogêneo, tanto do ponto de vista político quanto social. Este grupo se unia em torno de um objetivo comum: a substituição das velhas oligarquias com a reformulação do sistema político.<sup>123</sup>

---

<sup>120</sup> MCCANN, op. cit., p. 360.

<sup>121</sup> CARVALHO, op. cit., p. 51.

<sup>122</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 251.

<sup>123</sup> FAUSTO, História Concisa... p. 182.

Portanto, a partir de 1930 um novo Estado surgiu, distinguindo-se do Estado oligárquico pela introdução de outros elementos: a atuação econômica voltada para a industrialização; a atuação social representada pela criação de leis trabalhistas, vinculando os trabalhadores a uma aliança com o poder estatal e o papel atribuído às Forças Armadas como suporte da criação de uma indústria de base e como garantia de ordem interna.<sup>124</sup> Para McCann, a Revolução pôs os holofotes sobre o Exército que, de acordo com os revolucionários, deveria ser eliminado ou neutralizado por não estar totalmente alinhado quando o processo revolucionário estourou.<sup>125</sup> Já nos primeiros meses do governo haveria o expurgo de muitos militares da alta oficialidade, além da formação de um novo grupo de líderes, baseado na fidelidade de certos militares às causas da Revolução. O processo de reestruturação hierárquica do Exército só seria completado anos mais tarde, às vésperas do Estado Novo, quando a Instituição, renovada, eliminou os processos revolucionários internos e adquiriu uma forma mais coesa no meio político.

---

<sup>124</sup> Ibid., p. 182.

<sup>125</sup> MCCANN, op. cit., p. 383.

## 2. A REVISTA A DEFESA NACIONAL E O EXÉRCITO BRASILEIRO (1913-1930)

*Por algum ponto é preciso iniciar a organização da Nação e esse há de ser o Exército, porque de todos os departamentos dessa organização do conjunto, é ele que interessa vitalmente a todos os cidadãos.*

**A Defesa Nacional, no. 35, 1916.**

*A deficiência de nosso aparelhamento militar exaltou-se ao primeiro momento da necessidade de seu emprego. A despeito do ardente desejo pelo seu engrandecimento, por parte de grande numero de oficiais, o exército é, em quase tudo, o mesmo ou pior que o de vinte e cinco anos atrás. Apesar das alterações consecutivas de seus uniformes, das mudanças de nomes das repartições e das permutações de aquartelamentos (...) o exército é o mesmo de outrora.*

**Dermeval Peixoto, A Campanha do Contestado, 1916.**

*Tem se dito à sociedade que o Exército deve inspirar à Nação confiança e orgulho.*

**A Defesa Nacional, Editorial, Dezembro de 1934.**

As três citações acima são emblemáticas porque registram anseios e aspirações dos militares a partir da segunda década do século XX. Elas poderiam ser genericamente dispostas em categorias como “Militares e a Nação”, “Militares e Política”, “Papel Militar na Sociedade” ou “Organização/Modernização do Exército”, por exemplo. Assim como estas citações, milhares de outras poderiam abrir este capítulo contemplando a mesma categorização hipotética proposta por nós, acima. O cerne da discussão das primeiras décadas do século XX no âmbito militar será justamente esta: a relação entre Militares e a Nação brasileira e a necessidade de

organização e modernização do Exército. Logo, este capítulo tem como objetivo discutir e analisar o nascimento da revista *A Defesa Nacional* e o papel dos chamados *Jovens Turcos* neste período da história brasileira (1913-1930). Tem como objetivo, também, apresentar as ideias principais deste grupo de militares e mostrar ao longo deste trabalho como, com o passar dos anos, muitas dessas ideias continuaram na pauta de discussão dos militares, principalmente daqueles ligados à edição de *A Defesa Nacional* nos anos subsequentes ao trabalho iniciado pelos *Jovens Turcos*.

A primeira citação é bastante sugestiva e não foi escolhida por acaso: ela revela a questão nevrálgica do pensamento dos *Jovens Turcos* que será explicitado nas páginas de *A Defesa Nacional* a partir de outubro de 1913 e que continuarão a ser propagadas - ora com maior eloquência, ora em discursos menos inflamados - em relação ao papel desempenhado pela instituição militar na formação e na construção da Nação brasileira. Esse discurso foi a marca registrada desses jovens militares que acreditavam na regeneração do Brasil através de um projeto de cunho militarista, que pretendia inculcar nos cidadãos brasileiros o amor à pátria, os valores nacionais e a consciência do papel do *soldado-cidadão* dentro de uma sociedade voltada para os princípios da defesa nacional.

A segunda citação nos remete à segunda bandeira propagada pelos *Jovens Turcos* e rapidamente assimilada pela oficialidade militar: a necessidade da organização e modernização do Exército brasileiro, a fim de atender às demandas da defesa nacional e do próprio Exército, como partícipe da construção da Nação. Ela foi escrita pelo então segundo tenente Dermeval Peixoto, que participou das operações militares na região do Contestado entre setembro de 1914 e abril de 1915 e que, a partir de 1916, inicia uma série de publicações sobre sua participação no conflito.<sup>126</sup> Peixoto revela, de maneira crua, que o projeto de modernização do Exército posto a cabo através de diversas reformas desde o início do século não havia atingido grandes resultados em 1916. Sua crítica é profunda ao afirmar que o Exército é “*o mesmo ou pior que o de vinte e cinco anos atrás*”, deixando claro que a sua participação no Contestado foi de grande relevância para esta percepção. De fato, o Contestado foi bastante relacionado com outro conflito popular que

---

<sup>126</sup> Esta citação, bem como os dados em relação ao segundo tenente Dermeval Peixoto foram retiradas da tese de RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um sertão: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro**. UFRJ, 2008. p. 103.

necessitou de intervenção militar na nascente República brasileira: Canudos. Ambos os movimentos são vistos pela historiografia como momentos de tensão onde fica patente o despreparo do Exército *profissional* para lidar com forças militarmente *inexperientes*, formadas por sertanejos e homens do campo.

A terceira – e última citação de abertura deste capítulo – embora tenha sido escrita quase vinte anos depois da primeira e, conseqüentemente, por um autor diferente, continua a remeter à relação Exército – Nação, que foi tão propagada durante a década de 1910 por um setor bastante forte da instituição militar. Ela revela que as convicções dos militares em relação ao seu papel ainda eram as mesmas, embora advertisse sobre a necessidade de se estabelecer uma relação de confiança entre o povo e o Exército: os militares entendiam que, sendo o ente mais organizado do Estado, suas ações contemplavam sempre o interesse maior da Nação, em detrimento de interesses e ações privadas. Assim, os militares seriam os grandes guardiões da República e da Nação brasileira.<sup>127</sup> Após estas considerações iniciais, partimos para os elementos que compõem este capítulo, sintetizados em dois eixos principais: as relações entre Exército e Nação e profissionalismo militar e modernização.

## **2.1 A Revista *A Defesa Nacional***

Em outubro de 1913 foi lançada no Rio de Janeiro a revista *A Defesa Nacional*, publicação escrita e editorada por jovens militares inspirados pelos ensinamentos recebidos em estágios realizados na Alemanha. Como aludido em nosso primeiro capítulo, esses militares foram enviados a partir de 1906 à Alemanha para estagiar nos corpos de tropa daquele país. A iniciativa não partiu do Ministério da Guerra e parece ter sido muito mais inspirada no temor despertado pelas ações do vizinho argentino. A partir de 1904, o exército argentino enviou militares periodicamente à Alemanha, a fim de entrar em contato com as modernas técnicas de guerra europeias. De fato, este país estava bastante adiantado na discussão de um aporte exterior para a modernização de suas forças. O general Riccheri, ministro

---

<sup>127</sup> ROUQUIE, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Alfa-Omega: São Paulo, 1984. p. 139.

de guerra do governo de Julio Roca no início do século XX, havia sido um militar de formação essencialmente estrangeira e se propunha, de acordo com Rouquié, a transformar o exército argentino em uma instituição militar “digna de los países europeos más adelantados”.<sup>128</sup> Não parece restar dúvidas de que, mais uma vez, o temor argentino reacendia os debates em relação à modernização do Exército brasileiro.

A falta de registro, no caso brasileiro, dos oficiais que foram à Alemanha não nos permite precisar seu número total. Enquanto José Murilo de Carvalho estima em mais de trinta militares enviados ao exterior entre 1906 e 1910, Leila Capella acredita que este número foi menor.<sup>129</sup> Pelo fato de não serem enviados oficiais do Ministério da Guerra, nada era exigido desses militares. Em 1910, o adido militar brasileiro na Alemanha tomou a iniciativa de cobrar dos estagiários relatórios sobre suas ações nos corpos de tropa alemães. A cobrança irritou de tal forma os oficiais que dois deles preferiram voltar para o Brasil a ter que prestar contas sobre o trabalho efetuado.<sup>130</sup> A historiografia brasileira ainda carece de um trabalho acerca desses homens e das influências que foram absorvidas por eles ao entrarem em contato com uma realidade militar completamente diferente da qual estavam acostumados. É sabido que muitos não desenvolveram o interesse em colocar em prática os conhecimentos adquiridos no exterior ao retornarem para o Brasil; outros pouco aprenderam, devido à barreira imposta pela língua, fato este sinalizado por um dos próprios militares da missão de 1910, Bertholdo Klinger.

Klinger, de fato, foi um dos mais obcecados oficiais em relação às temáticas de modernização do exército e do papel do mesmo para a nação brasileira. É interessante notar como a figura de Klinger, embora posta sempre em destaque devido ao seu trabalho de *jovem turco*, dificilmente é associada a uma posição de intelectual pela historiografia, quando os próprios militares se consideravam como

---

<sup>128</sup> ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar Y Sociedad política em La Argentina I (hasta 1943)**. Emece. Buenos Aires, 1979. p. 82.

<sup>129</sup> CAPELLA, Leila. **As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório**. UFF, 1985.p. 48. McCann considera o numero total de 34 homens enviados à Alemanha. Para o autor “O Exército brasileiro moderno começou com o retorno destes homens ao Brasil” in MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Companhias das Letras: São Paulo, 2007. p. 216

<sup>130</sup> CAPELLA, Op. Cit., p. 48. Estevão Leitão de Carvalho informa que, ao pedir licença para estagiar no Exército alemão em 1910, o ministro da guerra teria lhe negado, justificando haver 130 oficiais na Europa. IN TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado. USP, 1993. p. 257.

tais.<sup>131</sup> Bertholdo Klinger teve uma afortunada carreira no Exército que culminou com a sua participação na deposição de Washington Luis em 1930 e, diametralmente oposta a esta, sua participação no levante paulista de 1932.

A ata de criação de *A Defesa Nacional* data de 20 de setembro de 1913 e foi redigida nas dependências do Clube Militar, no Rio de Janeiro. A ata registra o interesse dos militares ali reunidos para trabalhar em uma revista “*que refletisse as ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho*”.<sup>132</sup> O texto deixava claro o atrevimento dos jovens militares ao intuir que a revista foi criada pelo próprio momento histórico, dadas as circunstâncias de atraso do Exército nacional. A ata também registra a solidariedade entre seus membros em relação às despesas pecuniárias que, nas primeiras edições, estariam totalmente a cargo dos membros. Esta solidariedade refletiu-se também em um futuro próximo, quando alguns desses militares sofreram penalidades pelas críticas abertas ao Exército nacional nas páginas da Revista.

A Ata designava como diretores os 1º tenentes Klinger, Leitão de Carvalho e Souza Reis, tendo o primeiro como chefe da Redação; para secretário, o 2º tenente Paula Cidade. Assinaram a ata, além desses militares, o capitão Mario Clementino, o capitão Francisco Jorge Pinheiro, o capitão César Augusto Parga Rodrigues, o 1º tenente Basílio Taborda, 1º tenente Euclides de Oliveira, 1º tenente José Pompeu de A. Cavalcanti e o 1º tenente Amaro de Azambuja Villanova. De seu total de membros, apenas poucos não haviam estagiado no exército alemão.

O próprio título da publicação deixava claro o objetivo do grupo, ou seja, iniciar uma literatura militar renovada, além de estabelecer discussões em relação à defesa do território e os problemas internos e externos relativos a esta defesa. A revista foi influenciada, indiscutivelmente, pela *Militaer Wochenblatt* alemã. Nessa revista, Klinger havia publicado um artigo por convite de seus próprios instrutores, devido ao seu grande entusiasmo na ocasião do estágio na Alemanha. O formato escolhido pelos fundadores de *A Defesa Nacional* foi o mesmo da revista alemã, 18x26cm. Este formato seria característico da revista até a década de 1930, quando a nova diretoria resolveu “modernizá-la”. A revista, a princípio, teria apenas poucas

---

<sup>131</sup> *A Defesa Nacional*, abril de 1935, P. 420-423. Francisco de Paula Cidade também se refere à intelectualidade militar. “Pelas suas colunas [de *A Defesa Nacional*] tem passado toda a intelectualidade militar dos últimos quarenta anos”. CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira**. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953. P. 279.

<sup>132</sup> Ata da fundação de *A Defesa Nacional* (ADN) publicada na ADN de outubro de 1933, em comemoração aos vinte anos de fundação da revista.

páginas, mas já em sua primeira edição trouxe sua marca indelével, que também haveria de ser suprimida na década de 1930: o Editorial. Os editoriais foram os textos de maior destaque da revista e, como não eram assinados, permitiam um maior engajamento do autor em relação à crise de material e pessoal do Exército. Os títulos, além disso, eram sempre sugestivos, não apenas por relacionar os problemas militares, mas por expor em poucas palavras o projeto iniciado pelos *Jovens Turcos*: a questão da Nação e as Forças Armadas.

Esses jovens oficiais logo passaram a compartilhar da alcunha de *Jovens Turcos* e, indiscutivelmente, seu sentido inicial foi pejorativo. A expressão apareceu pela primeira vez no meio militar por volta de 1909-1910, quando alguns novos oficiais passaram a levar para a imprensa suas aspirações progressistas.<sup>133</sup> O ponto fraco de muitos desses oficiais seria sua baixa propensão à carreira das armas, embora parte da nova oficialidade tenha absorvido o discurso reformador e tenha decidido tomar parte no combate.<sup>134</sup> O surgimento da alcunha demonstra a resistência do “velho Exército” para aceitar as mudanças requeridas para que um “novo Exército” surgisse. A própria denominação de “novo Exército” foi utilizada pelos proponentes da ADN em sua ata de abertura dos trabalhos na Revista. Para Klinger, o apelido, em verdade, foi uma homenagem, já que os reais jovens turcos eram “*verdadeiros patriotas*”.<sup>135</sup> A analogia também é em referência à revista, pois o nome *A Defesa Nacional* foi inspirado na revista de mesmo nome editada pelos militares turcos.

Leila Capella traz-nos importantes informações sobre os primeiros anos de vida da publicação. A Revista teve instalação gratuita em uma papelaria no centro do Rio de Janeiro, no primeiro andar. Ali os editores iriam se reunir por alguns anos, até a Revista conseguir uma sala no Ministério da Guerra. Com a construção do palácio Duque de Caxias, no final da década de 1930, a Revista foi transferida para o novo prédio administrativo do Exército. A tiragem inicial da revista foi de mil exemplares e os próprios editores encarregavam-se das despesas e do envio das revistas através do correio. Capella assinala que o número de edições foi crescendo e em 1918 a Revista tinha uma tiragem mensal de mil e oitocentos exemplares, atingindo cerca de 40% dos oficiais do Exército, em sua maioria tenentes e capitães.

---

<sup>133</sup> CIDADE, op. cit., p. 279.

<sup>134</sup> Ibid. p. 334.

<sup>135</sup> CAPELLA, op. cit., p. 53.

*A Defesa Nacional* era vendida apenas por meio de assinaturas e o meio civil correspondia a quase metade das assinaturas.<sup>136</sup>

A chegada da revista nos meios militares não foi fácil: foi necessário vencer a inércia de comandantes que não desejavam sua publicidade e de oficiais que caminhavam na contramão das ideias propostas pela revista. No livro de despesas da revista, aberto pelos fundadores em 1913, figuravam vários exemplos deste tipo de ação dentro do Exército. Cita-se, por exemplo, o caso de oficiais que desejavam assinar a revista, mas não queriam que seus nomes figurassem oficialmente como assinantes, taxando a revista “como indigna, tanto que só clandestinamente queriam esses tipos possuí-la”. Vários exemplares do primeiro número enviados a comandantes de unidades foram devolvidos aos editores sem, ao menos, terem sido folheados.<sup>137</sup>

A leitura das obras interpretativas sobre a atuação dos *Jovens Turcos* na revista *A Defesa Nacional* nos permite constatar que as influências trazidas da Alemanha foram bastante concretas.<sup>138</sup> A associação entre o serviço militar obrigatório e o papel educador da nação, relegado ao exército, nos parece estar bastante ligado às lições apreendidas na Alemanha. Isto porque, como veremos adiante, foi na Prússia que se desenvolveu a relação entre forças armadas e nação.

O primeiro editorial da Revista é emblemático e possui trechos pertinentes que foram reproduzidos em diversas obras sobre os militares. É o caso, por exemplo, da afirmação contundente de que o Exército é a única “força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente” e, continuando, conclui que esta força deve, às vezes, exceder o seu papel de defesa externa para tornar-se um agente de transformação política e estabilização social.<sup>139</sup> Este trecho indica que os militares estavam atentos não só a conflitos desencadeados no interior do Brasil - como o Contestado (1912-1916) - mas também ao surgimento do movimento operário no cenário nacional. De certa forma, o pensamento dos *Jovens Turcos* foi tão apurado nesse primeiro editorial que o

---

<sup>136</sup> CAPELLA, op. cit. p. 51.

<sup>137</sup> Estas informações figuram em matéria publicada na revista no ano de 1929, intitulada “Revendo o Passado”. As constantes mudanças de endereço que *A Defesa Nacional* enfrentou de 1913 a 1930, quando consegue ocupar uma sala no Palácio do Exército, bem como o fato de não ser uma publicação oficial do Exército, acabou por consumir seus arquivos que hoje ninguém sabe informar se ainda existem ou seu possível paradeiro.

<sup>138</sup> Referimo-nos aqui ao trabalho de CAPELLA, Leila. **As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório.** UFF, 1985.

<sup>139</sup> EDITORIAL em *A Defesa Nacional*, No 1, ano 1, outubro de 1913.

texto relaciona a situação do Brasil com outros países da América do Sul, fazendo crer que a afirmação dita acima também serve para estes países.

O Exército, para os redatores de *A Defesa Nacional*, deveria estar preparado para atuar não só na defesa externa do país, mas, num primeiro momento, na defesa interna dos interesses da Nação; contra as perturbações internas que tumultuam a sociedade e necessitam de um braço forte para o seu controle. Acreditamos que aqui o episódio de Canudos foi lembrado e, num horizonte mais longínquo, o conflito do Contestado, que tumultuava o interior catarinense desde 1912. Mas, além disso, o texto seguia advertindo que, além destes deveres, o Exército teria uma função educativa e organizadora a exercer na sociedade brasileira. Esta função deriva principalmente dos seus princípios morais elevados – a disciplina, o senso de dever e o patriotismo, considerados sentimentos nobres e heróicos – que deveriam influenciar forçosamente o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos que a compõem. O movimento operário não deixaria de ser lembrado neste sentido: os militares acreditavam que a caserna seria a responsável por inculcar a disciplina nos homens, fator essencial para o trabalho nas indústrias. Além do mais, o patriotismo serviria para inculcar os ideais de nacionalidade nas enormes levas de imigrantes que se direcionavam ao trabalho, na indústria e no campo.

Mas, acima de tudo, os *Jovens Turcos* eram conscientes de que seu trabalho não era novo; sua proposta não era inédita no seio da organização militar. Propostas de modernização e discussões acerca do tema já haviam sido encetadas pelos militares, pelo menos desde o final da Guerra do Paraguai, como vimos no capítulo anterior. Mesmo a proposta de lançar uma revista e divulgar as novas ideias através dela já havia sido tentada anteriormente pelos militares: vimos que em 1882 um grupo havia fundado uma revista intitulada *Revista Militar Brasileira*, com o propósito de, justamente, defender a reforma militar. Cabe aqui retrocedermos um pouco a fim de analisarmos mais detidamente outras publicações militares com o mesmo intuito e do mesmo período de *A Defesa Nacional*.

Em 1910, foi criada em Porto Alegre a *Revista dos Militares*, publicação mantida pelos alunos e oficiais da Escola Militar. O período da revista coincide com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e a transferência da formação de oficiais para Porto Alegre, entre 1906 e 1911. Entre os participantes dessa publicação estava o tenente-coronel Carlos Frederico de Mesquita, que era um

veterano do Paraguai e de Canudos e o aspirante a oficial Francisco de Paula Cidade. Consta que a iniciativa dessa revista partiu do próprio Cidade que também estaria envolvido no lançamento de *A Defesa Nacional*. Chama a atenção o fato de que um oficial que seria logicamente considerado *tarimbeiro* apoiasse tal iniciativa.<sup>140</sup> Isto mostra que as ideias em relação ao Exército e sua modernização não estavam ligadas necessariamente a grupos específicos, como se poderia imaginar. Não é possível generalizar que a *velha* oficialidade não estivesse disposta a trabalhar por isso ou a não aceitar as reformas; da mesma forma que nem sempre a jovem oficialidade estivesse ligada às ideias mais modernas e ao engajamento nos projetos de modernização.

Além de editar a revista, os militares preocupavam-se com a tradução de manuais de doutrina e estratégias militares, principalmente do alemão para o português, visando a aproximar os oficiais das modernas técnicas europeias. Chama a atenção aqui o fato de que este trabalho era totalmente voluntário e foi adotado pelos oficiais de *A Defesa Nacional*. Os militares também se dedicavam a estudos bastante originais, como o manual escrito por Cidade em 1911, intitulado “Noções e Problemas de Leitura de Cartas”, no qual sugere a inabilidade dos oficiais brasileiros na leitura de cartas topográficas ressaltando, a olhos vistos, uma das consequências do abandono do ensino técnico no final do século XIX e que ainda encontrava ecos no início do século XX.<sup>141</sup>

Em 1911 é lançado o *Boletim Mensal do Estado-Maior*, que se transforma em *Boletim do Estado Maior do Exército* e que tem sua publicação suspensa entre 1918 e 1924, retornando novamente com o nome de *Revista Militar Brasileira*. O *Boletim* publicava, em suas páginas, estudos militares sobre estratégia, doutrina, mudanças no Exército e também notas históricas sobre os conflitos militares em que o Brasil se envolveu desde os tempos coloniais. Os artigos eram escritos por oficiais de alta patente e muitos deles eram ou haviam sido professores das Escolas Militares. Embora a maior parte dessas revistas tivesse caráter transitório e não-oficial em relação ao Exército, o *Boletim* era editado oficialmente pelo Ministério da Guerra e

---

<sup>140</sup> Os oficiais chamados “tarimbeiros” ganharam esta alcunha dos jovens limitares científicos, que desprezavam a formação dos oficiais mais antigos, que era obtida diretamente no trato da tropa e nas guerras exteriores nas quais o Brasil se envolveu. No final do século XIX e início do século XX ainda existiam velhos oficiais de serviço que haviam servido na Guerra do Paraguai.

<sup>141</sup> CIDADE, op. cit., p. 279.

impresso pela Imprensa Militar.<sup>142</sup> É importante destacar que tal obra ainda não recebeu o atento olhar dos historiadores e que traz importantes subsídios para a compreensão do desenvolvimento do Exército brasileiro.

Assim sendo, os *Jovens Turcos* marcaram profundamente a história brasileira. Embora todos os pesquisadores militares concordem com esta afirmação, são exíguos os trabalhos que tenham realmente se dedicado ao discurso desses militares transcritos nas páginas de *A Defesa Nacional*. Com exceção do trabalho de Capella – referido neste capítulo – a historiografia calou-se por quase vinte anos, quando surgiu uma nova tentativa de análise do papel desses militares, embora esta tenha se baseado nos argumentos e dados que Capella traz em seu trabalho.<sup>143</sup> A revista é sempre referida como uma revista técnica que tinha como objetivo inculcar na oficialidade do Exército brasileiro a mais recente doutrina militar ensinada nos exércitos europeus. Mas a revista demonstra ser muito mais do que isso: a discussão que ela promoveu durante a década de 1910 não foi somente em relação a técnicas militares que, à primeira vista, teriam pouco interesse para o historiador. Ela trouxe efetivamente à tona uma discussão em relação à nação brasileira, à política e ao futuro do Brasil como ente econômico e militar.

Para Rogério Rodrigues, existem na historiografia duas vertentes de análise e interpretação do papel dos *Jovens Turcos* na modernização e profissionalização do Exército brasileiro.<sup>144</sup> A primeira delas, de cunho corporativista e organizacional, é levada a cabo por José Murilo de Carvalho, Frank D. McCann e Edmundo Campos Coelho. Para estes autores, a ênfase na pesquisa e na atuação dos *Jovens Turcos* é dada à reforma militar do Exército e ao seu caráter *apolítico*, embora o papel político dos *Jovens Turcos* seja evidenciado. A outra, representada por Leila Capella, Manoel Domingos Neto e Alain Rouquié destaca os aspectos políticos levados a cabo pela modernização militar e suas consequências.

Foi José Murilo de Carvalho que consagrou a análise de que os *Jovens Turcos* eram oficiais apolíticos, voltados apenas para a profissionalização do Exército. A atuação, sobretudo de Estevão Leitão de Carvalho, confere peso à tese

---

<sup>142</sup> Boletim Mensal do Estado Maior do Exército No. 1 – Outubro de 1912 – Vol. IV.

<sup>143</sup> Referimos-nos aqui ao trabalho de MORAES, Maria Cristina. ***Jovens Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918)***. UNESP, 2004. Existe em andamento a pesquisa de LUNA, Cristina Monteiro de Andrada intitulada “A influência militar da Alemanha e dos “*Jovens Jovens Turcos*” no processo de desenvolvimento do Exército e do Estado brasileiro”. A tese, em fase final de produção, deve ser defendida em 2011.

<sup>144</sup> RODRIGUES, op. cit., 44.

de Carvalho. Para o autor “a revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, a difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes e a lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, a defesa nacional”.<sup>145</sup> Mas, e a atuação de Klinger, identificado por Carvalho como um dos expoentes da intervenção moderadora na política nacional? Sendo Klinger o grande líder do grupo de *A Defesa Nacional*, não nos parece adequado conceber o grupo dos *Jovens Turcos* como sendo totalmente apolítico. À frase de Carvalho reproduzida acima, acrescentaríamos o projeto dos redatores de ADN, de envolvimento direto na sociedade ao considerar o Exército como o grande organizador da Nação.

Para Leila Capella, a interpretação de que os turcos eram apolíticos parece inadequada, pois generaliza a atuação dos grupos, deixando de lado as suas especificidades. Para a autora, o discurso dos *Jovens Turcos* era favorável ao afastamento da política mesquinha e partidária, porque isso levaria à quebra de hierarquia e disciplina dentro da corporação. Mas os *Jovens Turcos* possuíam grande preocupação em encaminhar o Exército, como instituição, para a grande política, para o envolvimento nacional, onde atuaria como uma instituição formadora de opinião.<sup>146</sup> Para Capella, a tipologia estabelecida por Carvalho não dá conta dos diversos grupos militares que atuavam dentro do Exército.

A posição de Edmundo Campos Coelho não nos parece seguir na mesma vertente de Carvalho, como relaciona Rodrigues. O autor pondera, ao se referir à campanha dos *Jovens Turcos*, que “mais precisamente, o pressuposto de que a neutralidade ou apolitismo militar era condição indispensável para o aperfeiçoamento profissional, foi recusado”.<sup>147</sup> Campos Coelho, dando continuidade ao seu pensamento, conclui que os militares haviam chegado à conclusão, pela simples observação da história passada, de que a abstenção política não era garantia de compensação em termos de eficiência militar. Para o autor, a concepção de um exército apolítico deveria levar em conta que as lideranças civis trabalhassem em prol da Nação e não de seus interesses particularistas, em projetos de modernização da força armada. Mas esta crença logo se mostrou ingênua e foi

---

<sup>145</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.p. 27.

<sup>146</sup> CAPELLA, op. cit., p. 84.

<sup>147</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Forense, 1976. p. 81.

suplantada pela ação dos próprios *Jovens Turcos*. Apesar das opiniões dos *Jovens Turcos*, foi a própria liderança civil que acolheu a tese da relação entre profissionalismo e apolitismo. Campos completa que a contratação da Missão Militar Francesa teria como objetivo “fazer do Exército um instrumento dócil nas mãos dos governantes”, já que o exército francês era o “grande mudo” da política nacional.<sup>148</sup>

Por sua vez, para Capella a atuação política dos *Jovens Turcos* é nítida: ela está expressa no primeiro editorial da revista, escrito pelo 1º tenente Mário Clementino. Nesse editorial é traçado, de forma clara e precisa, o papel que os jovens oficiais atribuíam ao Exército em um país como o Brasil. A importância desse texto inaugural deixa transparecer que ele refletia a opinião de todos os fundadores da revista.<sup>149</sup> Em continuidade a este pensamento, Capella demonstra como havia preocupação dos jovens militares em participar da política com “P maiúsculo”, ao invés da política com “p minúsculo”, aquela ligada aos interesses partidários e mesquinhos da politicagem. O movimento de 1889 era visto como um movimento positivo dentro desta análise. Nesse sentido, concordamos com a análise de Capella e partimos da premissa de que esses jovens militares tinham um pensamento político bastante interessante, o que será discutido nas páginas seguintes.

O pensamento desses oficiais militares em relação à nação era claro: o Brasil era um país desorganizado, onde a pujança de riquezas naturais contrastava com a pobreza material da população. O país era também visto como um “gigante” adormecido e letárgico, sem forças para lutar contra a politicagem tão danosa aos seus interesses. Estes problemas provinham da própria falta de consciência nacional do povo, que não se enxergava como nação. Para Capella:

A raiz do desconforto sentido pelos jovens turcos estava em que a nação real não correspondia a seus desejos, cuja inspiração era a Alemanha. Eles queriam uma outra e se arrogavam o direito de defini-la, nem que para isso o exército tivesse que revirar a que existia de cabeça para baixo. De fato, os militares reformadores atribuíam a sua corporação esse papel de arquiteto nacional, uma vez que a julgavam como a única instituição habitada a fazê-lo.<sup>150</sup>

---

<sup>148</sup> COELHO, op. cit., p. 83.

<sup>149</sup> CAPELLA, op. cit., p. 191.

<sup>150</sup> Ibid. p.73.

Para os redatores de ADN, os fatores que contribuía para a desorganização nacional eram a escravidão, o bacharelismo, o analfabetismo e a politicagem. Todos estes fatores haviam imprimido pontos negativos ao desenvolvimento nacional e o analfabetismo e a politicagem eram os problemas máximos a se resolver.

Basílio Taborda, em artigo publicado em março de 1914, condena o envolvimento individual dos militares na política quando este envolvimento explorava a instituição em benefício de interesses pessoais. No mesmo sentido, o tenente Glicério Gerpe acreditava que o Exército não deveria se envolver nas lutas partidárias, pois o preço a pagar seria muito alto e refletiria na perda de prestígio da instituição. Esta luta partidária, de interesses pessoais, é definida pelos militares como a politicagem. Mas, em um horizonte mais amplo, os militares enxergavam uma dimensão da política que não traria efeitos negativos à instituição: a participação do Exército nas grandes transformações da pátria brasileira, ou seja, a Instituição operando como um núcleo unido e coeso, em prol da grandeza nacional.<sup>151</sup> Para Capella, a luta dos militares “pela profissionalização não parece impedi-los de se pensarem atuando nas grandes questões nacionais”.<sup>152</sup>

A erupção de um novo conflito no interior do Brasil daria aos redatores de ADN a possibilidade de provar suas ideias, tanto em relação à necessidade de modernização do Exército como em relação à intervenção política: o conflito do Contestado (1912-1916). Para Rodrigues, o Contestado foi um movimento que possibilitou dar visibilidade ao projeto de modernização do Exército brasileiro e serviu, neste sentido, como um laboratório para as inovações propostas pela jovem oficialidade militar. O general Setembrino de Carvalho, comandante das operações de 1914 a 1915, adotou posições que se assemelhavam aos redatores da revista no campo de batalha, experimentando táticas, regulamentos e a própria articulação política entre o poder militar e o poder civil.<sup>153</sup> O Contestado surgiu também como excelente oportunidade para mostrar à sociedade que o Exército não era o mesmo de Canudos. Ora, em busca de apoio ao seu projeto de modernização, os militares desejavam substituir a memória lastimável da campanha de Canudos – expressa principalmente pela obra de Euclides da Cunha – ao demonstrar que o Exército envolvido no Contestado era agora uma Instituição moderna. Além disso, os

---

<sup>151</sup> CAPELLA, op. cit. p. 82 e 83.

<sup>152</sup> Ibid. P. 85.

<sup>153</sup> RODRIGUES, op. Cit., p. 63.

militares desejavam firmar-se como grupo político. De acordo com Rodrigues “A guerra do Contestado entra nessa história como uma oportunidade impar para o restabelecimento do Exército nos jogos de poder.”<sup>154</sup>

O episódio que mais caracterizou a audácia modernista dos redatores de ADN foram as críticas em relação às manobras militares. Em 1915 a revista publica o texto “exames de batalhão”, no qual fez avaliação da última manobra militar ocorrida no pátio do Palácio de Guerra, no Rio de Janeiro. O tom jocoso e irônico do artigo resultou na prisão disciplinar de vários redatores por 25 dias. Embora o artigo tenha sido anônimo, vários oficiais reclamaram a autoria para si.<sup>155</sup> Entre o período de 1913 a 1918, a temática geral de assuntos abordados pelos militares pode ser dividida da seguinte forma: assuntos técnicos de caráter militar, defesa nacional (organização e dever do Exército), nação e nacionalismo, siderurgia e polícias militares. Estes temas formam a grande preocupação dos editores da Revista e, coincidentemente, nos anos 1930 a temática não será muito diferente.

Os editoriais e artigos de *A Defesa Nacional* continham muitas ideias que faziam parte do contexto de debate intelectual da década de 1910. Os militares citavam, com frequência, os textos de Alberto Torres, embora, em última análise, Torres fosse um antimilitarista. Os jovens oficiais concordavam com suas ideias de que o Brasil era um país desorganizado e carente de nacionalismo. Torres foi um crítico do regionalismo e da exploração estrangeira, publicando a maior parte de seu pensamento em sua obra *O problema Nacional Brasileiro*, de 1914. McCann assinala que muitas dessas ideias podem ser encontradas em textos anteriores de militares, levando a crer que algumas partiram originalmente de oficiais ou faziam parte do debate intelectual do período.<sup>156</sup> Podemos afirmar que os textos publicados em *A Defesa Nacional* estimularam os militares a pensarem sobre os problemas institucionais e nacionais, mesmo que não acompanhassem os debates intelectuais do período. Faremos, a seguir, uma pequena análise sobre as ideias principais de alguns intelectuais do período.

Além da grande campanha a favor do serviço militar obrigatório – assunto que será tratado mais adiante – a revista lutou pela contratação de uma missão militar estrangeira de instrução para o Exército brasileiro. Por conta de sua formação na

---

<sup>154</sup> Ibid. p. 74.

<sup>155</sup> CAPELLA, op. cit. p. 166.

<sup>156</sup> MCCANN, op. cit., p. 277.

Alemanha, o discurso da revista era totalmente a favor da contratação de uma missão alemã. Os alemães já haviam estado em outros países da América do Sul, como a Argentina e o Chile. O governo argentino, já no final do século XIX, passou a comprar material bélico da Alemanha e este fato foi determinante para que as relações entre os dois países se estreitassem. A contratação da Missão Militar alemã na Argentina também parece ter relação direta com as relações estabelecidas com o Chile no final do século XIX.<sup>157</sup>

Os *Jovens Turcos* insistiam que uma missão militar estrangeira seria a salvação para a modernização completa do Exército brasileiro, muito embora o ideal de modernização calcado em princípios estrangeiros não era aceito por toda a oficialidade. Existiam aqueles militares que acreditavam na necessidade de se desenvolver uma doutrina militar totalmente brasileira. Um exemplo, apresentado por Rodrigues, é o tenente Dermeval Peixoto. Em suas memórias sobre o conflito do Contestado, Peixoto criticou a profissionalização europeia. Isto porque boa parte dos manuais de campanha utilizados no Contestado eram traduções de material do exército alemão, adaptados às necessidades brasileiras.<sup>158</sup> A partir de 1914, as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira para a instrução do Exército extrapolam a fronteira militar e reacendem a questão na política brasileira. Em editorial de maio de 1914, *A Defesa Nacional* asseverava que apenas uma missão militar alemã poderia suprir as necessidades do Brasil, já que a instrução de jovens oficiais já havia sido feita na Alemanha e a maior parte do material bélico utilizado pelo Exército era daquele país. O início da guerra na Europa surgiu como pequeno entrave aos planos dos jovens oficiais.

Mas, a atuação desses oficiais não ficou restrita somente aos comentários em *A Defesa Nacional* e as lutas pela modernização. Sua atuação foi clara naquilo que ficou conhecido como *A Missão Indígena* na Escola Militar do Realengo, ocorrida entre 1918 e 1922. Em 1918, o ministro da guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, abriu processo para a seleção de novos instrutores para a Escola Militar do Realengo. O principal critério de seleção seria a capacidade de um militar ser

---

<sup>157</sup> Para maiores informações sobre a situação militar destes dois países, consultar a obra de ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar Y Sociedad política em La Argentina I (hasta 1943)**. Emece. Buenos Aires, 1979.

<sup>158</sup> RODRIGUES, Rogério. op. cit., p. 59.

instrutor conforme o modelo alemão de seleção.<sup>159</sup> O grupo selecionado ficou conhecido como Missão Indígena, talvez para tentar estabelecer uma doutrina militar própria do Brasil, mesmo tendo como base os elementos do exército alemão. Todos os ex-estagiários do exército alemão e seus discípulos mais aplicados participaram da seleção.<sup>160</sup> Embora o grupo de treze militares selecionados para trabalhar como instrutores tivesse em sua composição apenas dois ex-estagiários do exército alemão, era claro que os outros foram influenciados pela ideia da modernização do Exército semeada pelos redatores de ADN. Chama a atenção o nome do 1º tenente Dermeval Peixoto entre os instrutores. Mesmo não acreditando na solução estrangeira para o Exército brasileiro, Dermeval parecia seguir firme no trabalho de pensar uma doutrina militar tipicamente brasileira.

Como a seleção de instrutores não preencheu todas as vagas, nova seleção foi aberta e, em 1919, mais 25 instrutores foram selecionados. Entre os nomes estão militares que se tornaram famosos na história brasileira: Mario Travassos, Henrique Lott, Olimpio Falconiere da Cunha, Tristão Araripe, Luiz Correia Lima e Juarez Távora, apenas para citar alguns dos nomes mais conhecidos. Muitos desses militares também estavam ligados ao núcleo dos oficiais reformadores em torno de *A Defesa Nacional*, durante a década de 1920. Identificados com a necessidade de modernização das forças armadas, esses militares tinham a função de divulgar, generalizar, unificar e consolidar a instrução prática militar. Buscava-se, portanto, um exército profissional através de suas práticas e ensinamentos. A Missão Indígena colocou em prática os ideais reformistas dos *Jovens Turcos* e formaram, nas palavras de McCann, “os oficiais que poriam fogo na República Velha na década de 1920 e acabariam com ela em 1930”.<sup>161</sup>

---

<sup>159</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma Carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese de doutorado. UERJ, 2005. p. 114.

<sup>160</sup> TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado. USP, 1993 p. 304.

<sup>161</sup> MCCANN, op. cit., p. 253.

## 2.2 O Profissionalismo Militar

A relação entre Forças Armadas e Nação surgiu no final do século XIX, primeiramente na Prússia e depois, como fenômeno mundial. O soldado passou a ser representado como uma pessoa que de livre vontade daria sua vida pelo amor à pátria para defender a honra nacional. Estes princípios foram evocados pelas emergentes nações que precisavam reforçar seu caráter nacional frente à população e viram nas forças armadas um excelente aliado a esse projeto. Estas concepções também estão ligadas ao liberalismo, onde a defesa nacional é vista como responsabilidade de todos os cidadãos.<sup>162</sup> O serviço militar obrigatório aparecia, neste contexto, como uma forma de nivelamento social, já que a conscrição abarcaria cidadãos de todas as classes sociais que se tornariam, de agora em diante, a figura do soldado-cidadão. Não causa estranheza que a Prússia, mais uma vez, tenha sido o primeiro país a adotar o ideal da conscrição universal. Estas concepções eram exatamente o oposto dos exércitos do Antigo Regime. Tanto as forças francesas como prussianas se tornaram o ideal desta associação no final do século XIX e a eficiência de suas máquinas militares estava justamente associada à unidade social, cultural e econômica que a militarização impunha à sociedade.

Cabe aqui uma pequena consideração sobre as expressões *militarismo* e *militarização*. Embora tenham uma mesma raiz fonética, o significado destes conceitos é diferenciado. O militarismo pressupõe não apenas um governo militar ou subjugado aos militares, prega também a penetração em toda a sociedade dos objetivos da instituição militar. Por outro lado, a militarização tem como objetivo dar uma feição militar à sociedade civil, mas sem que a instituição exceda seu papel determinado pelo Estado.<sup>163</sup>

É do início do século XIX também o nascimento da concepção de militar *profissional*. A instituição militar como conhecemos hoje é fruto da sociedade moderna e do surgimento dos estados nacionais. Na transição do século XVIII para o século XIX não existia o que se conhece por oficialato hoje. A revolução do profissionalismo iniciou no século XIX e, cem anos depois, na aurora do século XX, a instituição militar profissional passou a existir em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental. O profissionalismo, de acordo com Huntington, é

---

<sup>162</sup> HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996. p. 110.

<sup>163</sup> RODRIGUES, Rogério. op. cit., p. 207-208.

definido por três características plenas: especialização, responsabilidade e corporatividade.<sup>164</sup> O autor coloca que somente com a reunião destes três aspectos, uma função passa a ser profissional.

A *especialização* é um conjunto de normas e técnicas apreendidas pelo profissional que o distinguem do leigo. Este aprendizado possui um padrão universal, tem caráter intelectual e é capaz de ser conservado pela escrita. Só através da educação e da experiência se adquire a especialização. A *responsabilidade* está relacionada com o funcionamento das sociedades e o papel do profissional diante dela. A responsabilidade envolve noções de ética e moral que podem ou não ser escritas. A *corporatividade*, por sua vez, serve para proteger os interesses do profissional possibilitando uma representação ao conjunto, unindo-o através de um espírito de corpo comum a todos os profissionais que exercem a mesma atividade. Estes três elementos podem ser encontrados nas forças armadas em quase todos os países no início do século XX. Logo, A profissionalização militar subentende uma dedicação permanente, remunerada, acompanhada de estudos físicos e intelectuais e regras burocráticas codificadas. Chega-se à seguinte conclusão a partir do exposto: forças armadas profissionais, no início do século, são aquelas em que a tropa é formada de civis e o corpo de oficiais é formado permanentemente. No chamado “velho exército”, tanto a tropa quanto os oficiais eram soldados de carreira.

Na análise de Huntington, quanto mais profissional uma força militar se torna, menos politizada ela é. Logo, o profissionalismo tende a afastar os militares da política. Esta afirmação baseia-se no argumento de que a competência técnica necessária para a administração da violência – função primeira do militar profissional – não possibilita a dominação, por parte do militar, das atribuições técnicas do político. Existe portanto, para Huntington, uma divisão natural do trabalho, qual seja, a guerra para os militares e o Estado para os políticos. Esta divisão só pode ser percebida a partir da consolidação da ciência militar que não ocorre antes do século XIX. Conforme argumenta Huntington, “a política se situa além do escopo da competência militar e a participação de militares na política enfraquece-lhes o profissionalismo, reduz a competência profissional, divide profissão contra si mesma

---

<sup>164</sup> HUNTINGTON, op. cit., p. 28.

e substitui valores profissionais por valores estranhos”<sup>165</sup>. Logo, os militares são um instrumento da política estatal.

Na América Latina os exércitos são reformados e modernizados por uma necessidade de organização do próprio Estado, ditado às vezes pelas necessidades econômicas ou sociais. O exército moderno surge, ainda, como símbolo do progresso, além de ser um instrumento de centralização e de construção do próprio Estado. Este é o primeiro braço do Estado a modernizar-se e o impacto desta ação é evidente. Sendo este exército nacional seu aperfeiçoamento e aumento de força pressupõe a maior união da classe dirigente. Logo, Rouquié esclarece que, quanto mais tardia foi a unificação da elite dirigente do país, mais o processo de profissionalização da força militar demorou, beneficiando um poder civil instável ou abrindo caminho para a intervenção militar moderna.<sup>166</sup>

Rouquié assinala que é a militarização das forças armadas que permitirá a autorrepresentação institucional e a emancipação do corpo de oficiais em relação ao domínio exercido pelas elites civis. O ensino militar torna-se, nesse período, fator de importância primordial para aumentar a homogeneidade do corpo de oficiais, além de fechar a Instituição para as influências externas, preservando o sentido de identidade e de valor militar. É a formação nas escolas que difunde a ética militar. É a passagem dos oficiais pelas escolas que proporciona a sociedade militar “recursos morais, ideológicos e institucionais que permitem sua libertação da tutela civil”.<sup>167</sup>

Nos países da América Latina, a elite civil, ao propor a militarização da instituição através da profissionalização e reorganização das forças armadas, tem em mente a sua despolitização. O resultado, no entanto, acaba sendo o contrário: ao conferir às forças armadas um poder autônomo acima dos interesses políticos, a instituição adquire força para intervir politicamente quando é do seu interesse. Para Rouquié, a intervenção militar na política é algo inerente, isto é, está intimamente ligado ao próprio lugar que os exércitos ocupam na Nação e no Estado. Os militares acreditam em seu papel estabilizador, que surge por conta da própria formação da sociedade e do Estado. No Brasil, por conta até da participação em 1889, os militares acreditavam em seu papel civilizador e pedagógico dentro de uma nação em construção. O discurso militar não devia ser visto como um discurso orientado

---

<sup>165</sup> HUNTINGTON, op. cit., p. 89.

<sup>166</sup> ROUQUIÉ, op. cit., p. 95.

<sup>167</sup> ROUQUIÉ, op. cit., p. 84.

politicamente a favor de derrubar governos; era, antes de tudo, em prol da defesa do que existia, preservando os interesses da ação, interpretando essas necessidades por si próprios.<sup>168</sup>

Desta forma, o militar surge, tanto no Brasil como na América Latina, como um defensor dos interesses da Nação e não do Estado. Ao seguir este caminho, as tensões entre o poder militar e o poder civil afloram porque o militar, ao contrário do ideal da teoria de Huntington, define sua lealdade em relação à Nação e não ao Estado. No Brasil, especialmente, os militares ver-se-iam como os guardiões da República, já que contribuíram efetivamente para sua instauração. Para Rouquié, a intervenção militar está inscrita “no próprio espaço que os modernos exércitos latino-americanos ocupam na nação e no estado. Ele nasce, antes de tudo, do papel estabilizador que as forças armadas se atribuem e que surge em decorrência de sua formação”.<sup>169</sup>

A discussão em torno do vértice profissionalismo e modernização encontrou aceitação entre os militares brasileiros que compreenderam, a partir principalmente do conflito de Canudos, que uma mudança era necessária neste sentido. O caráter profissional passou, indiscutivelmente, pelo ensino militar e diversas reformas foram feitas a fim de adequar o ensino às necessidades realmente militares, ou seja, tanto a defesa externa quanto a defesa interna do país. Já em decreto de 1919, o Alto Comando do Exército definia novas perspectivas para a formação do oficial, a partir de cinco pontos básicos que deveriam ser cumpridos: a conclusão do Curso de Armas na Escola Militar do Realengo; o curso de aperfeiçoamento na Escola de Aperfeiçoamento de Armas (futuramente designada EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais); os cursos técnicos de Artilharia e Engenharia para os oficiais destas armas; o curso de Estado maior na Escola de Estado-Maior e o curso de revisão, destinado a manter os oficiais atualizados nas últimas alterações das doutrinas de guerra.<sup>170</sup> Todos estes passos seguiam o ideal prussiano de profissionalização.

Portanto, inseridos em um período não só de avaliação da própria função na sociedade, mas também de reavaliação do ideal republicano e da busca de um projeto de nação para o Brasil, os militares não ficariam restritos apenas à discussão

---

<sup>168</sup> Ibid, p. 139.

<sup>169</sup> ROUQUIÉ, op. cit., p.138.

<sup>170</sup> TREVISAN, op. cit., p. 308.

de assuntos de caráter militar. As intensas discussões sobre Nação, nacionalismo e Pátria na década de 1910 iriam arrastar consigo os militares e o ideal de Nação forjado pelos *Jovens Turcos* e sua porta voz, *A Defesa Nacional*.

### 2.3 Nação e Nacionalismo: os intelectuais forjam a nação republicana

Quando os jovens oficiais lançaram a revista *A Defesa Nacional* e deixaram claro, já no primeiro editorial, o papel do Exército em uma *nacionalidade nascente* como a do Brasil, eles se inseriram em um debate longo e complexo que se desenvolvia desde a proclamação da República.<sup>171</sup> A frequente utilização dos termos Pátria, Nação e nacionalismo por parte desses militares parecia derivar diretamente de um debate que mobilizava a sociedade brasileira. Este debate tinha a participação intensa de intelectuais que discutiam questões relacionadas à Nação brasileira, ao ideal de República e ao nacionalismo.

Pátria, Nação e Nacionalismo são conceitos diferentes e abrangentes. A Pátria é o vocábulo que designa o território utilizado sempre, quando se fala na relação militar-civil e quando se invoca os aspectos conscientes e inconscientes da ligação com o território. Tamar Herzog refere que existe uma diferença entre Pátria e Nação: a Pátria seria o ente pré-moderno, onde uma população local se identifica com um espaço geográfico delimitado. A Pátria, portanto, liga-se muito mais à questão do território e com o sentimento de uma comunidade pertencer a ele. De acordo com Herzog, “Nesse tipo de comunidade não era necessário inventar nem imaginar nada, porque todos os membros se conheciam pessoalmente e partilhavam características que os transformavam em uma única unidade. (...) por isso [a pátria] era tão natural quanto pré-moderna.”<sup>172</sup>

<sup>171</sup> Entendemos que as ideias consoantes à Nação brasileira não nascem com a República; já durante o Império houve intelectuais que pensaram sobre isso e mesmo o Império, por ocasião da Guerra do Paraguai, desencadeou sua maior campanha nacionalista. No entanto, estas discussões fogem do escopo deste trabalho e assim sugerimos a leitura das obras de RICUPERO, B. **O Romantismo e a idéia de nação no Brasil** (1830-1870). Martins Fontes: Rio de Janeiro, 2004. e JANCSÓ, I. (org). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC, 2003.

<sup>172</sup> HERZOG, Tamar. Identidades modernas: Estado, comunidade e Nação no império Hispânico. IN JANCSÓ, István (ORG). **Brasil Formação do Estado e da Nação**. HUCITEC: São Paulo, 2003. p. 111.

Por outro lado, a Nação acaba por abranger tanto um espaço geográfico maior quanto uma população maior. E, na maioria das vezes, heterogêneas. Por ser um espaço e um conceito muito mais abstrato do que a Pátria, a ideia de Nação deveria ser forjada buscando elementos em comum para unir esta grande população ao espaço geográfico - abstrato pelo seu tamanho e grandeza. A ideia de Nação perpassa diferentes níveis sociais, diferentes religiões e tradições, pois é um valor mais alto na escala de símbolos políticos e culturais. O surgimento da Nação tem como pano de fundo a constituição de um Estado, ente político e jurídico que na maioria dos casos, como na América Latina, forma-se antes da Nação. Por conta disso, a Nação é a maior entidade a que se deve lealdade. Para Oliveira, “O ideal nacional envolve o desenvolvimento de um tipo específico de solidariedade que vem predominar sobre outras formas de consciência de *pertencimento*”.<sup>173</sup>

Lippi Oliveira explica-nos que o nacionalismo pode ser tomado como uma força que é capaz de impulsionar a organização de um povo.<sup>174</sup> É, contudo, uma formação discursiva moderna que surge a partir da efervescência da formação dos Estados-Nacionais na Europa no século XVIII.<sup>175</sup> O nacionalismo é parte vital dos projetos coletivos do mundo moderno e, em suas diversas vertentes, ele surge primordialmente do relacionamento com outros projetos étnicos e culturais. É, acima de tudo, resultado da alteridade, da necessidade de se fazer diferente perante o outro, ao mesmo tempo em que busca as similaridades dentro da comunidade. Para Calhoun, isto se observa principalmente nas Américas, onde o nacionalismo foi produto das relações entre as diferentes comunidades estabelecidas após os processos de independência e das relações com a Europa, absorvendo *influências* de ambos os casos e não tendo um caráter totalmente doméstico.<sup>176</sup>

O processo de construção da República brasileira e de uma Nação democrática foi tarefa imposta aos republicanos após 1889. O problema foi enfrentado de forma diversificada e variou muito de acordo com o grupo que estava

---

<sup>173</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 30.

<sup>174</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 30.

<sup>175</sup> Embora existam diversas vertentes de análise do surgimento e do significado do nacionalismo e da nação em si, não é nosso objetivo discutir em linhas menores estes parâmetros. Sugerimos a leitura das obras de ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989 e HOBBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Ambas as obras possuem pontos de vista diferentes sobre a questão do nacionalismo e são referências para os estudos nesta área.

<sup>176</sup> CALHOUN, Craig. O Nacionalismo importa. IN PAMPLONA, Marco A., DOYLE, Don H (org). **Nacionalismo no Novo Mundo**. São Paulo: Record, 2008. p. 49.

no poder. A grande influência, sem dúvida, foram os movimentos de 1777 na América do Norte e de 1789 na França.<sup>177</sup> A atuação direta dos militares na proclamação da República os deixava diretamente ligados ao projeto republicano. Oliveira acrescenta que a imprensa, nos primeiros anos da República, foi fundamental para esta associação. A instituição militar era apresentada como um reduto do patriotismo e os militares eram vistos como os verdadeiros responsáveis pelo destino do país. Raul Pompéia é visto como o primeiro republicano a formular a ideia de que o Exército se identificava com o povo e, conseqüentemente, com a Nação. Para ele, o Exército era o povo em armas e não poderia arbitrar contra o próprio povo. Os militares eram, acima de tudo, a única classe organizada do país e o fato de terem proclamado a República indicava, antes de tudo, uma honra para o Exército e um bem para a Nação.<sup>178</sup> Esta associação derivava do conceito de soldado-cidadão, introduzido principalmente pelo positivismo nos últimos anos do Império.

Logo após a Proclamação, diversos movimentos necessitaram da intervenção governamental, entre eles a Revolta da Armada (1893) e a Revolta Federalista (1893-1895), como referido em nosso capítulo anterior. A convocação de batalhões “patrióticos” de voluntários para coibir estes movimentos levou centenas de jovens à caserna. O termo *jacobino*, utilizado entre 1893 e 1897, serviu de alcunha a estes voluntários – civis e militares - associados, principalmente, como sendo partidários de Floriano Peixoto. Estes batalhões, em sua maioria, estiveram mobilizados até a Revolta Federalista, conflito onde muitos também atuaram. Os batalhões eram formados de jovens de diversos níveis sociais e comandados por militares. Sua maior inspiração era o florianismo, movimento de apoio ao governo de Floriano Peixoto.<sup>179</sup>

Os voluntários foram aquartelados e submetidos a treinamento e disciplina militar. A vida na caserna impregnou-os da doutrina militar baseada nas noções de

---

<sup>177</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 26.

<sup>178</sup> Carvalho, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 50.

<sup>179</sup> Sobre este assunto ver QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobismo: ideologia e ação: 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Para uma abordagem conceitual e resumida, recomendamos o texto de GOMES, Amanda Muzzi. **Jacobinos: análise conceitual e performática**. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13/JacobinosAbordagemConceitualPerfor.pdf> acesso em 11 de abril de 2010.

patriotismo, de moralidade, de disciplina, de ordem e de dever. Os voluntários, entre eles nacionalistas mais radicais, adotaram a alcunha de jacobinos. Para estes homens, seu esforço na manutenção da República os qualificava como legalistas e patriotas, defensores da ordem republicana. O termo ganhou caráter pejorativo pelos adversários políticos do movimento, que associaram suas ideias e ações à desordem, à intolerância e à arruaça. Os jacobinos manifestavam suas opiniões através de diversos jornais que circulavam em várias partes do Brasil, sobretudo no Distrito Federal, e de passeatas que promoviam no centro da capital.

Advogavam a manutenção de um governo republicano de caráter militarista, eram nacionalistas radicais e distinguiam-se pelo desenvolvimento de um nacionalismo poderoso, discriminando a influência portuguesa e, em menor grau, a influência africana. O movimento chegou ao seu ápice mais radical quando planejou a morte de Prudente de Moraes, sucessor de Floriano Peixoto. O plano, colocado em marcha em 1897, culminou na morte do Ministro da Guerra Marechal Carlos Bittencourt. Com este fato, os últimos batalhões foram definitivamente desmobilizados e o movimento perdeu força.

O nacionalismo dos jacobinos encontrou seu maior rival em um nacionalismo ufanista, representado pelos escritos de Eduardo Prado e Afonso Celso e que traziam em seu bojo a condenação da atuação dos militares na nascente República e a exaltação das características nacionais. Prado era monarquista e acreditava que a participação dos militares na política era o caminho para a implantação de uma ditadura militar, a exemplo do caudilhismo militar de outros países da América do Sul. O autor criticava, ainda, a recusa dos jacobinos em aceitar suas raízes europeias, além de acusar a República de fragmentar a unidade nacional. Afonso Celso pretendeu reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa na colonização do Brasil, além de ressaltar os aspectos positivos do índio e do negro na formação nacional. O autor se preocupou em problematizar a superioridade do Brasil utilizando tanto os elementos étnicos quanto elementos da natureza em sua argumentação, mostrando como as riquezas do país o fazem uma terra excepcional. Esta superioridade também estaria relacionada ao passado colonial que possibilitou a integração do índio e do negro na sociedade. Segundo Oliveira:

A luta entre um nacionalismo jacobino exacerbado e um nacionalismo ufanista caracterizou este primeiro tempo republicano. Os princípios definidores de cada um desses nacionalismos não desapareceram do ideário brasileiro, retornando ao final da década de 1910, reinterpretados a luz de novo momento político e social.<sup>180</sup>

Oliveira refere-se, nesta afirmação, à entrada do Brasil na *belle époque* simbolizada pelas reformas urbanas e sanitárias efetuadas na capital federal a partir de 1904. Estas reformas fazem parte das concepções de uma nova imagem ao país, além do desejo de integrá-lo ao mundo civilizado. Vivia-se um momento de vívido nacionalismo: a capital havia sido modernizada, a representação brasileira em Washington havia se transformado em Embaixada, o país sediou a terceira Conferência Panamericana e enviou uma delegação à conferência de Haia em 1907; a literatura tornava-se cosmopolita e voltada às últimas novidades europeias. Para Oliveira, muitos intelectuais desse período buscavam “integrar o Brasil na civilização ocidental (...) garantindo um pertencimento à civilização, mesmo para os países mais atrasados”.<sup>181</sup> Olavo Bilac, Manuel Bonfim, Alberto Torres e Álvaro Bomilcar foram alguns dos intelectuais que pensaram o Brasil em seus escritos e adicionaram novo tom às discussões sobre nacionalidade nos primeiros anos do século XX. Estes intelectuais não foram escolhidos por acaso: na obra de todos eles é possível encontrar elementos que relacionem o seu discurso ao papel dos militares na construção da Nação.

Olavo Bilac, jornalista, poeta e intelectual, desde cedo demonstrou seu afeto pelas questões nacionais e, sobretudo, pelo papel que seria desempenhado pelas forças armadas na educação nacional. Em suas crônicas, publicadas a partir de 1905, já defendia a educação primária e o serviço militar obrigatório como pontos importantíssimos para a formação da nacionalidade. A educação conduziria o povo à civilização e o serviço militar obrigatório ao civismo, dois pontos de marca maior em seu discurso. Em 1910, juntamente com Manuel Bonfim, Bilac escreveu a obra *Através do Brasil*, com o objetivo de ser um manual para o ensino primário sobre o país. Esta obra, de caráter ufanista, é uma ficção em que dois jovens fogem de um internato para procurar pelo pai doente no interior de Pernambuco. A peripécia leva os jovens do nordeste ao Rio Grande do Sul em uma viagem onde conhecem as

---

<sup>180</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.109.

<sup>181</sup> OLIVEIRA, op. cit. p. 113.

maravilhas do território nacional. A obra, mesmo tendo caráter ficcional, não deixou de transparecer o conteúdo ufanista: o país é apresentado exuberante e maravilhoso, com a sua cultura diversificada e sem graves problemas. Este livro foi amplamente aceito nas escolas e “talvez tenha sido um dos canais mais eficazes para a difusão de um certo tipo de representação ufanista na formação das novas gerações”, nas palavras de Oliveira.<sup>182</sup>

Por outro lado, Manuel Bonfim já havia difundido suas crenças em sua obra intitulada *A América Latina – males de origem*, publicada em 1905. Nesta obra o intelectual procura as causas efetivas dos males que assolavam os países do continente latino americano e cuja origem estava ligada ao passado colonial, comum a estes países. Defende que existe na vida nacional um elemento parasitário, representado pelas antigas associações entre metrópole e colônia, senhor e escravo, que devem ser expurgados através da educação. A nação, representada pelo povo, deveria quebrar estes paradigmas pelo caminho da educação, que libertaria este último. Parte do seu pensamento seria recuperado, mais tarde, pelo modelo nacional de Álvaro Bomilcar. Sua obra principal foi lançada em 1920, com o título de *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Bomilcar, juntamente com outros intelectuais, foi representante de uma importante corrente nacionalista que surgiu a partir da década de 1910. De acordo com Oliveira, esta obra é dedicada à memória de Floriano Peixoto, consolidador da República e herói patriota. O esforço de Bomilcar concentra-se na escrita de uma história de cunho nacionalista e, inspirado por Alberto Torres, o autor acredita no caráter agrário do país, isto é, a agricultura seria a verdadeira essência da sociedade brasileira e a prova disto seria a grandeza territorial do Brasil.

A obra explora, ainda, o problema da nacionalidade brasileira e contrapõe o nacionalismo com o cosmopolitanismo, tão comum na *belle époque*. O primeiro seria um sentimento inerente ao ser humano, isto é, impossível de extirpar do coração humano; o segundo seria apenas uma teoria de caráter filosófico e político, na verdade, uma quase ameaça ao sentimento nacional. Sua obra foi, na verdade, um misto de nacionalismo ufanista e jacobino. Em sua análise histórica do Brasil, Bomilcar culpa os portugueses pelo atraso e pelas condições em que o país se encontrava; ligava, ainda, o problema do nacionalismo à imprensa que, estando nas

---

<sup>182</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 132.

mãos de portugueses, não divulgava corretamente as obras de cunho nacionalista. Parte desta conclusão era derivada justamente de uma obra escrita pelo autor em 1916, chamada *O preconceito de raça no Brasil*, que foi pouco divulgada e acabou esquecida. O autor também concorda que a obra *A América Latina*, de Manuel Bonfim e os escritos de Alberto Torres tenham sido desqualificados pelo mesmo processo.<sup>183</sup>

Bomilcar reserva às forças armadas um papel especial na questão nacional: para ele, os militares eram “amigos” da pátria, pois foi na caserna que o patriotismo refugiou-se após o desinteresse dos políticos em exaltá-lo, tornando a ideia caduca, prejudicial e ultrapassada. Tanto os políticos como a maior parte dos intelectuais resistia à construção nacionalista e não demandavam esforços para a exaltação da pátria.

Alberto Torres, por sua vez, consagrou-se como um intelectual antiliberal. Seus escritos foram resgatados no pós-1930 e suas ideias acabaram por influenciar uma gama de intelectuais de destaque entre as décadas de 1920 e 1930, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana. Por seu caráter antiliberal, Torres foi associado à corrente autoritária de pensamento, desenvolvida a partir de 1920.

O autor também se ocupou dos problemas do nacionalismo e da nação brasileira. Segundo Torres, a nação brasileira deveria ser criada pelo Estado, justamente pelo fato de o Brasil não possuir uma identidade própria. Esta identidade era associada à cultura, já que para o autor “nunca chegamos a construir cultura própria, nem mesmo uma cultura geral (...) Não temos opinião e não temos direção mental. Não temos ilustração. Não temos cultura”.<sup>184</sup> Cabe, portanto, ao Estado construir esta identidade. E o Estado a constrói com a participação de intelectuais que, a serviço do Estado, criaram uma unidade nacional. Este pensamento de Torres foi levado a cabo durante o Estado Novo, quando os intelectuais assumiram este papel. O nacionalismo de Torres não se apegava ao problema da inferioridade racial brasileira, tema bastante discutido pelos intelectuais do período. Assim como Manuel Bonfim, Alberto Torres acreditava que o abatimento da ordem social do Brasil era resultado, acima de tudo, de condições inadequadas de desenvolvimento, mais do que de um problema racial.

---

<sup>183</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 135.

<sup>184</sup> Citado por SOUZA, Ricardo Luiz De. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. IN Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 302-323.

Todos esses intelectuais estavam preocupados com a construção da nacionalidade no Brasil e mostram, de forma simplificada, o grande debate que se instalava na sociedade brasileira após 1889. Se Olavo Bilac acreditava na desorganização nacional e no importante papel a ser desenvolvido pela educação e pelo serviço militar obrigatório, Torres foi seu maior rival em relação à participação dos militares na construção da nação brasileira. Frank D. McCann identifica três correntes de pensamento sobre a missão do Exército na sociedade, entre o final da primeira década do século XX e a década de 1910.<sup>185</sup> Edmundo Campos Coelho também se refere a estas três correntes de opinião em relação ao serviço militar obrigatório.<sup>186</sup> Elas foram representadas pelas opiniões dos editores de *A Defesa Nacional*, pela campanha patriótica de Olavo Bilac e pela reação antimilitar de Alberto Torres.

#### **2.4 O Papel do Exército e o Serviço Militar Obrigatório**

A I Guerra Mundial mobilizou as populações de todo o mundo a pensarem no problema da defesa nacional. No Brasil não foi diferente: embora os militares estivessem preocupados com esta temática muito tempo antes, dadas as condições do Exército nacional, a discussão foi, então, para o âmbito maior da sociedade. O maior debate deu-se em torno da necessidade de colocar em prática a lei do serviço militar obrigatório, que havia sido lançada em 1908. Esta lei previa o sorteio para preencher os quadros da instituição, mas até 1917 não havia sido ainda posta em prática.

A preocupação dos militares era compreensível: em caso de guerra, como o país se mobilizaria? A primeira guerra mostrava sua face mais crua a cada dia: Inglaterra e França recrutaram homens aos milhares e a mobilização mostrou-se bastante difícil frente a uma Alemanha organizada e bem preparada. Como referimos anteriormente, a situação do Exército brasileiro era desesperadora. Além de faltar equipamentos adequados para treinamento e para proteção do território, faltavam homens instruídos e o próprio orçamento destinado à força não supria suas

---

<sup>185</sup> MCCANN, op. cit., p. 216.

<sup>186</sup> COELHO, op. cit., p. 76.

necessidades reais. A dotação de soldados prevista para o ano fiscal dificilmente correspondia à realidade de soldados nas fileiras.

Este foi um dos problemas que mais mobilizou os editores de *A Defesa Nacional*: o problema do recrutamento. Como referido no primeiro capítulo, o serviço militar obrigatório passou a ser discutido após a Guerra do Paraguai por conta, principalmente, da desastrosa experiência de depender de voluntários para preencher os claros da instituição. O advento da República tocou pouco nessa questão: embora a Constituição de 1891 previsse o serviço militar obrigatório e o sorteio em caso do não preenchimento dos claros através do voluntariado, era necessária uma lei para regular este dispositivo. Além disso, a transformação dos exércitos modernos foi acompanhada do serviço militar obrigatório por diversas razões: necessidade de coesão social e unidade nacional relacionados aos ideais de nação, patriotismo e profissionalismo.

A tentativa é feita em maio de 1908, quando é aprovada a primeira lei do serviço militar obrigatório que ficou conhecida como Lei Hermes, dado o esforço de Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra para aprovação da lei. O momento é de vívido nacionalismo apregoado pela classe média e pelas classes altas brasileiras. O Exército, neste momento, precisa lutar em duas frentes distintas: de um lado, a sociedade, que nutria uma certa antipatia pela instituição militar e por outro as oligarquias federalistas, que não tinham interesse que uma lei como essa fosse aprovada.

A imagem negativa do Exército e da caserna havia sido cultivada durante décadas pela Instituição e a sociedade a observava com desconfiança. A maior parte dos problemas desenvolveram-se durante o século XIX e seus ecos se faziam presentes ainda no início do século XX. Como não existisse serviço militar de qualquer espécie para suprir as fileiras de recrutas e soldados, era aceito o voluntariado. No entanto, os poucos homens que se ofereciam para o serviço não supriam a demanda anual de soldados para o Exército. Durante todo o período do Império, o Exército abrigou em suas fileiras, vadios, criminosos, analfabetos e condenados pela justiça. A dificuldade de recrutar em qualquer nível social fazia com que o Exército apelasse para a “caçada humana”. As juntas de alistamento percorriam as cidades e literalmente caçavam os homens para servir na instituição

militar.<sup>187</sup> Este tipo de ação manchava terrivelmente a imagem do Exército e da caserna como locais de degradação moral, violência física e emasculação.

Além disso, o Exército, durante boa parte do século XIX, tinha outras funções que não a defesa do território, que se confundiam com as suas próprias atribuições: a maioria das prisões estava sob a guarda de soldados do Exército (como a colônia penal de Fernando de Noronha), o que lhe confiava uma função carcerária; os meninos pobres e crianças abandonadas eram encaminhados para as Escolas de Aprendizes do Exército e tornavam a instituição militar a maior responsável pelos menores infratores; os frequentes pedidos de soldados para a caça de escravos eram funções que descaracterizavam a instituição e a tornava antipática, senão repulsiva à sociedade brasileira.

As primeiras mudanças na imagem do Exército começam a se efetuar após a Guerra do Paraguai. Em primeiro lugar, os oficiais se negaram a continuar na lide de procurar escravos fugitivos, levando a discussão do abolicionismo para a caserna. Em consequência do episódio de 1889, o Exército também se desincumbiu da função carcerária e, até 1900, as prisões já estavam sob responsabilidade das províncias e estados. Por fim, as escolas de aprendizes foram fechadas até 1901, quando o Exército passou a financiar as escolas militares para preparar meninos com melhor base educacional e econômica para as suas fileiras.<sup>188</sup> Todas estas reformas faziam parte do seu projeto modernizador e da necessidade de melhorar a imagem da Instituição perante a sociedade. Para Beattie “As ambições modernizadoras do Exército e seu desejo de melhorar a imagem do serviço militar eram incoerentes com o dever de ser a maior instituição brasileira para menores infratores, de policiamento e administração de prisões civis”.<sup>189</sup> A luta continuou, inclusive com a proibição dos castigos físicos, feita em 1899, por ocasião da substituição do Código Penal Militar.

Por outro lado, a lei de 1908 tornou-se letra morta pela falta de interesse político em estimulá-la. Assim como em 1874, as juntas de alistamento foram sabotadas pela população local das cidades e pelos próprios responsáveis públicos que deveriam organizá-las. O Congresso não ajudou em relação ao orçamento,

---

<sup>187</sup> Uma discussão bastante pomenorizada sobre este assunto pode ser vista na obra de BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945**. EDUSP: São Paulo, 2009.

<sup>188</sup> BEATTIE, op. cit., p. 228.

<sup>189</sup> Ibid, p. 228.

destinando a mesma verba para que o Exército se dedicasse à conscrição. Em dois anos a lei caiu em desuso. Para Beattie “A lei tinha inimigos poderosos, defeitos e falta de apoio popular. Embora opositores não mais atacassem as juntas de alistamento, a resistência passiva ao recenseamento minava o alistamento”.<sup>190</sup> Parte dos problemas enfrentados pela lei foi a criação dos Tiros de Guerra, que foram reconhecidos em 1909 como entidades isentas do serviço militar obrigatório. A existência da Guarda Nacional também agravava a situação. Para fugir do serviço militar muitos procuravam os postos da Guarda e esta passou a ser ridicularizada pelos *Jovens Turcos* nas páginas de *A Defesa Nacional* (ADN) depois de 1913. A falta de centralização do poder estatal e a aversão das oligarquias e das classes populares em relação ao serviço militar foram os maiores entraves para que as leis fossem cumpridas. De fato, em toda a América Latina de um modo geral, apenas no início do século XX existiriam fatores favoráveis à implantação de iniciativas deste tipo.

Quando os *Jovens Turcos* lançaram *A Defesa Nacional*, uma de suas principais lutas foi em prol da efetivação do sorteio previsto pela lei do serviço militar obrigatório, lançada em 1908. Até então, o sorteio não havia sido posto em prática, o que frustrava o sentimento modernizador dos militares. O serviço militar obrigatório tinha, para os militares, caráter essencialmente *militar*. Seu interesse era na formação de levadas anuais de recrutas que formariam uma reserva. Instruídos, esses recrutas seriam mobilizados em caso de guerra e já saberiam, graças ao serviço militar obrigatório, os rudimentos da vida militar. Embora muitos militares fossem partícipes da ideia do exército como instituição de ensino, suas grandes preocupações eram de ordem militar.

A partir de 1915, a campanha encabeçada pelos editores de *A Defesa Nacional* contou com o apoio do então Ministro da pasta de Guerra, General Caetano de Faria. A campanha atraiu o concurso de Olavo Bilac, intelectual e poeta de renome brasileiro. O poeta se definia como um nacionalista que queria que a sua Pátria “se orgulhe de sua história (...) que ela seja uma dessas grandes árvores de longas e profundas raízes, autônoma, soberana e com sua independência”.<sup>191</sup> Bilac elaborou uma série de discursos de fundo patriótico onde evoca a necessidade da

---

<sup>190</sup> BEATTIE, op. cit., p. 319.

<sup>191</sup> Discurso em 30/03/1916 em Lisboa, na Academia de Ciências. IN Bilac, Olavo. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: LDN, 1917. p. 41.

junção da sociedade brasileira com o Exército Nacional “laboratório de civismo (...) e energia nacional”.<sup>192</sup> A campanha, que atrai a simpatia de setores da sociedade civil, apela enormemente ao sentimento patriótico e nacional. Seus discursos foram proferidos em uma série de palestras nas principais cidades brasileiras direcionadas, sobretudo, aos estudantes de direito e medicina. A escolha não foi acidental: ao discursar para esses jovens, Bilac tencionava levar seu projeto àqueles que seriam a futura elite política e econômica do país.

Através dos discursos de Bilac, percebem-se objetivos claramente cívicos ao se evocar a relação entre Exército Nacional e formação da Nação brasileira. Também aqui, o Exército será identificado como condutor do patriotismo às classes incultas do país, bem como aquele que promove a coesão nacional através do amor à Pátria, eliminando os preconceitos e as especificidades regionais. Tal sentido fica claro, por exemplo, em discurso de Bilac aos estudantes da Faculdade de Direito em São Paulo, em outubro de 1915. Afirma Bilac:

O que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia, o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a educação cívica obrigatório; (...) as cidades estão cheias de ociosos (...) para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e apuram; dela saíam conscientes, dignos, brasileiros esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria que constituem a massa amorfa e triste de nossa multidão.<sup>193</sup>

O trecho traz ideias já apresentadas neste capítulo, quando tratamos da profissionalização militar. Como exposto, o conceito de que a conscrição resultaria em nivelamento de classes havia surgido na Prússia no início do século XIX, quando a sociedade passou a problematizar a questão do serviço militar obrigatório. A atuação de Bilac é coerente com sua trajetória: sua atuação na campanha nacionalista não foi ao acaso, pois o poeta já havia expressado alguns de seus posicionamentos há alguns anos, por volta de 1905.

Um dos cerne desta questão era a ideia de nação armada ou do soldado cidadão, que foram invocados pelos defensores do serviço militar obrigatório. Estas

---

<sup>192</sup> BILAC, op. cit. p. 138.

<sup>193</sup> BILAC, op. cit. p. 7.

concepções têm ligação com a infiltração do positivismo na caserna ainda no século XIX, mas acabaram sendo reelaboradas, principalmente pela atuação dos *Jovens Turcos* e transformadas em projeto nacional. Para Bilac, por exemplo, “empreenderemos que o Exército seja o povo e o povo seja o Exército, de modo que cada brasileiro se ufanasse do título de cidadão-soldado”<sup>194</sup>. O conceito do povo em armas também derivava do ideário liberal republicano que se desenvolveu na França e nos Estados Unidos ao final do século XVIII.<sup>195</sup> No Brasil, estes conceitos passaram a ser observados com a proclamação da República, em especial o do serviço militar obrigatório. Não é a toa que a primeira lei do serviço militar obrigatório no Brasil foi decretada em 1874 por influência da agitação republicana no seio da instituição armada após a Guerra do Paraguai.

No esforço de se cumprir a lei do serviço militar obrigatório de 1908 através do sorteio, funda-se, em setembro de 1916, a Liga de Defesa Nacional, com o apoio de representantes civis, entre eles Ruy Barbosa, Rodrigues Alves, Pandiá Calógeras, Pedro Lessa, o senador Alfredo Ellis, o deputado Antonio Carlos e o próprio Bilac. De acordo com Bilac, a defesa nacional ao qual alude o nome da Liga não se restringe ao aspecto puramente militar: passa pela necessidade do ensino público, pela melhor qualidade de vida da população e pela melhoria das condições sociais. Existem três pontos essenciais para a Liga: a necessidade da instrução pública generalizada à população, a organização do trabalho e a instrução cívica através das instituições militares.

Embora defenda que a instrução cívica passe pela instituição militar, Bilac não se define como um militarista. Ele deixa esta posição clara em vários dos discursos realizados, entre 1915 e 1916 e publicados em obra intitulada *A Defesa Nacional*, em 1917. Segundo assegura Bilac:

Quero ainda firmar que não sou militarista nem inimigo da paz, não quero que o Brasil se fortaleça para orgulhos e crueldades de guerra. Quero que ele seja disciplinado e forte não para atacar, mas para aparelhar-se em constante defesa (...) de paz e patriotismo.<sup>196</sup>

---

<sup>194</sup> BILAC, op. cit. p. 62.

<sup>195</sup> MCCANN, op. cit., p. 15.

<sup>196</sup> BILAC, op. cit. p. 86.

Mesmo com todo o seu apoio ao serviço militar obrigatório, é um erro supor que Bilac não fosse hostil em relação à organização militar. Uma breve análise de seus discursos revela o caráter secundário, não-militar e apolítico que ele reserva ao Exército. Embora Bilac defenda o aparelhamento do Exército e sua função primordial na defesa dos interesses do país – além de contribuir decisivamente no cenário interno para a consolidação do espírito cívico e patriótico do país – não concebe o Exército como uma instituição profissional. Acentua que é necessário um exército nacional, mas não um “exército propriamente profissional em toda a sua hierarquia desde o general até o soldado raso. Queremos um exército democrático da Defesa Nacional”.<sup>197</sup> O serviço militar pouco tem a ver, em sua concepção, com o sentido militar, isto é, com a destreza no manejo de armas e técnicas de combate. O Exército tem, antes de tudo, uma função pedagógica que o poeta insiste em lhe dar e para Coelho foi esta visão que possibilitou que a burguesia nacional aceitasse o discurso de Bilac e não hesitasse em atrelar ao discurso suas práticas cívicas “destinadas a transmitir às outras classes a moral burguesa”.<sup>198</sup>

Logo, a classe média urbana iria juntar-se aos militares com o intuito de transmitir não só seu ideal de classe, mas também de combater o poder oligárquico que tanto mal causava ao país. Para Edgar Carone, o surgimento de ligas nacionalistas foi uma manobra da burguesia paulista, incapaz de agir objetivamente. Aproveitando a campanha pelo sorteio Militar, desencadeada pelos *Jovens Turcos* e pelo ministro da guerra, a burguesia beneficia-se da campanha para gravitar em torno do tema do patriotismo como ideal de classe e como modelo para o reerguimento da nação. De acordo com Carone:

A ação de Olavo Bilac é imediatista e compreende-se dentro da retomada de uma consciência da necessidade de remodelação do exército; a burguesia é que vai dar a este movimento maior amplitude, na vã tentativa de identificar militarismo e civilismo, isto é, de chegar à realização de uma revolução burguesa pelos militares-civilistas.<sup>199</sup>

---

<sup>197</sup> BILAC, op. cit., p. 138.

<sup>198</sup> COELHO, op. cit. p. 78.

<sup>199</sup> CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1970. p. 162.

Para McCann, a associação com os militares ajudaria a classe média a tomar o poder por meios pacíficos: “A nação, isto é, o povo renovado sob a liderança da classe média, seria o exército e o exército reformado, reestruturado, reorientado, seria a Nação”.<sup>200</sup> A ideia não era de um simples golpe militar, mas sim de uma ação inserida no próprio contexto da nação armada.

A análise faz sentido quando se confrontam trechos dos discursos de Bilac nos quais o poeta discute a necessidade de educar, higienizar e melhorar a qualidade de vida da população em geral. Além disso, sendo o Brasil “um país novo, agitado por um confuso e melindroso labor de formação (...) pobre de coesão e pobre de culto patriótico”, é necessário celebrar “a tradição do heroísmo que nos deu respeito e brilho na fase épica do Império”.<sup>201</sup> Para Carone, Bilac traduzia conscientemente o amálgama de aspirações burguesas e militarização em seus discursos.<sup>202</sup> A própria definição de pátria, para Bilac, sintetizava isto: “O que é pátria? É a paridade de gostos e de costumes, comunidade de língua, coesão de leis, identidade de condições físicas e morais”.<sup>203</sup>

Por sua vez, a Liga de Defesa Nacional restringia-se aos temas ligados ao nacionalismo e ao serviço militar obrigatório. Os elementos ideológicos do discurso eram um reflexo do pensamento e da ação burguesas, enquanto o trabalho do serviço militar caberia aos militares. A temática mudaria de eixo quando o país passou pelos conflitos de classe, os movimentos operários e as greves do final da década de 1910. A atitude da burguesia se definia contra esses movimentos e negava o direito reivindicatório dos grevistas. A Liga atuava fervorosamente nas campanhas nacionalistas até 1924, embora exista, ainda hoje, instituição com o mesmo nome, evocando a ligação com o passado e a fundação da Liga em 1916. Entre as ações da Liga, figurou a edição de livros cívicos, inclusive um manual de educação moral e cívica que foi distribuído nas escolas, escrito pelo próprio Bilac e por Henrique Maximiano Neto.

O grande opositor do projeto militar de Olavo Bilac foi Alberto Torres. O intelectual não acreditava na pretensa missão que o Exército teria dentro da sociedade brasileira e foi uma das vozes dissonantes na grande campanha nacionalista iniciada por Bilac. Torres afirmava que “a caserna educa o soldado para

---

<sup>200</sup> MCCANN, op. cit., p. 40.

<sup>201</sup> BILAC, op. cit., p. 138.

<sup>202</sup> CARONE, op. cit., p. 163.

<sup>203</sup> BILAC, op. cit. p. 135.

a faina de soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o *socius* da comunidade nacional. O caráter cívico, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e simpatia só encontram na caserna adulteração”.<sup>204</sup> O trecho não poderia ser mais revelador: Torres não percebeu que em uma nação carente de nacionalismo a caserna seria, justamente, o seu maior propagador. As palavras de Torres refletiam, não apenas a discriminação em relação à profissão militar, mas deixavam patente que suas ideias estavam relacionadas com a imagem do Exército perante a sociedade. Diante da afirmação de que “a moralidade” e os “sentimentos de altruísmo” só encontravam no ambiente militar a adulteração, a campanha nacionalista ganhou sentido ao difundir uma nova imagem da caserna como, nas palavras de Bilac, propagador da “ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo”.<sup>205</sup>

Para Torres, a manutenção de um corpo permanente de oficiais militares poderia formar uma casta de homens que representariam um risco eterno à democracia. A opinião de Torres, em alguns pontos, chegava a ser ingênua: o autor acreditava que confiar a defesa da pátria ao Exército e à Armada seria um absurdo, pois estas forças não tinham condições de realizar um trabalho eficaz perante os exércitos de países mais desenvolvidos. Mas, em caso de guerra eminente, qual seria a solução? Confiar a defesa do país à Guarda Nacional, milícia de caráter realmente democrático, que deveria substituir o Exército. Por possuir um núcleo de oficiais de carreira, o Exército permanente era um ponto de apoio dos governos contra os adversários. Percebe-se aqui que não só o projeto de nação encabeçado pelos *Jovens Turcos* encontrava resistências, mas também seus projetos de modernização da força militar. Torres acreditava que a guerra na Europa demonstrava a necessidade de milícias formadas por cidadãos, mas o autor certamente não compreendia que a base dos exércitos europeus poderia ser civil, no entanto seu cerne era *profissional*.

A defesa nacional era um conceito muito mais amplo do que simplesmente a defesa militar da nação. Antes de chegar aos militares, Torres propunha que a defesa nacional passasse pelo governo constitucional, pela educação pública, pela economia forte, por uma política externa cordial e pacífica e, por último, pela força militar. Coelho identifica Torres como o líder do “movimento ruralista”,

---

<sup>204</sup> COELHO, op. cit. p. 76.

<sup>205</sup> BILAC, op. cit. p. 135.

essencialmente um propagador das ideias da elite brasileira do período, em relação à função do Exército.<sup>206</sup> Oliveira, em seu estudo sobre os nacionalismos da primeira república, ressaltou o caráter ruralista em sua análise sobre Alberto Torres.<sup>207</sup> Embora Torres acreditasse nos efeitos prejudiciais da exploração latifundiária, concebia a pequena propriedade rural como a responsável pela constituição da nação brasileira. Seu discurso, contrário à industrialização e ao capital externo, não significava a defesa do pensamento agrário exportador das oligarquias políticas, ainda que trouxesse alguns pontos em comum com este pensamento.

Mas, Torres não era a única voz dissonante em relação ao serviço militar obrigatório: também o movimento operário brasileiro se posicionou contra esta ideia e sua ação ficou relacionada ao movimento pacifista ligado aos socialistas. Embora ao discutir-se a campanha nacionalista de Bilac fique em evidência seus discursos e sua ação positiva revelada pela aprovação da lei e pelos trabalhos da LDN, as vozes dissonantes são frequentemente esquecidas. Para Capella, a historiografia não se deteve adequadamente no estudo da ação desses movimentos, principalmente na luta “do proletariado em prol da paz nas duas primeiras décadas do século”, embora admita que muitas informações sobre este tema sejam encontradas em algumas obras.<sup>208</sup> A campanha pela paz e contra o militarismo iniciou-se em 1915, pela Confederação Operária Brasileira. Comícios, congressos e manifestações foram as formas utilizadas pelo movimento para se expressar.

Muito embora houvesse críticas, no final do ano de 1916 ocorreram os primeiros sorteios efetuados no quartel general do Exército no Rio de Janeiro, com a presença do presidente Venceslau Braz, o Marechal Caetano de Faria e várias figuras influentes do meio político, civil e militar. Mesmo que a obrigação do serviço militar recaísse sobre todos os cidadãos do país, o sorteio era necessário porque o Exército não teria condições de abrigar todos os jovens em idade para a prestação do serviço em seus quartéis. Nas palavras de McCann, “quarenta e dois anos após o primeiro projeto de lei (1874) o Exército sorteava seus primeiros recrutas, dando início assim, de maneira vacilante, a uma nova era de sua história”<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> COELHO, op. cit. p. 78.

<sup>207</sup> OLIVEIRA, op. cit. p. 125.

<sup>208</sup> CAPELLA, op. cit. p. 225.

<sup>209</sup> MCCANN, Frank D. **A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro**. Recife. Ed. Guararapes, 1982. p. 41.

Embora a implementação do sorteio tenha mobilizado setores civis da sociedade, o espírito ufanista durou pouco. Em relatórios do Ministério da Guerra, subsequentes ao ano de 1919, as dificuldades em recrutar os homens selecionados tornou-se patente, evidenciando que a sociedade, em geral, ainda era avessa ao serviço militar e à própria Instituição. O problema também era agravado pela vasta geografia do país, pela falta de comunicação e pela população esparsa no interior do Brasil que dificultavam a localização daqueles que haviam sido sorteados.

A importância dos militares fundadores de *A Defesa Nacional* ficou patente nas discussões que levantaram não só dentro da sociedade, mas, principalmente, dentro da instituição militar. Seus frequentes apelos para mudanças encontraram eco no Alto Comando do Exército que colocou em prática alguns dos projetos encabeçados pelas páginas da revista, como, por exemplo, as frequentes reformas no ensino militar e a contratação de uma missão militar estrangeira de instrução. Para McCann, a frequente denúncia dos problemas institucionais do Exército e dos problemas nacionais nas páginas de *A Defesa Nacional* influenciou o clima de agitação na instituição militar na década de 1920.<sup>210</sup> Embora os oficiais ligados à revista tenham sido sempre legalistas e a favor da manifestação do Exército como uma instituição coesa, as idéias expressas na revista contra o sistema oligárquico, a corrupção do governo e os problemas nacionais podem ter sido interpretadas como uma justificativa para a revolta na caserna.

Durante a década de 1920 os militares dividem-se em grupos políticos, genericamente classificados como *legalistas* e *revolucionários*. Os primeiros, mais afinados com o discurso dos oficiais que fundaram a revista, defendiam que o maior aperfeiçoamento do Exército conduziria ao ideal de disciplina e organização, criando assim, uma mentalidade na sociedade a favor da defesa da pátria. Além do mais, esses militares, como assinalou Capella, defendiam que o Exército se engajasse nos problemas nacionais como um corpo coeso, de forma que a política não pudesse se infiltrar em seu meio, conduzindo à dissolução da hierarquia, da disciplina e do caos institucional. Por outro lado, a ação de grupos revolucionários indicava o desejo de alguns oficiais em participar plenamente das mudanças institucionais e sociais que o país deveria passar. Este grupo concordava com as opiniões em relação ao Brasil, difundidas nas páginas de *A Defesa Nacional* e, com certeza, o apoio intelectual

---

<sup>210</sup> MCCANN, *Soldados da Pátria....* op. cit., p. 278.

para o projeto destes oficiais partiu dos editoriais e dos artigos expostos nas páginas da revista.

O país convulsionava, não apenas pelas atuações dos militares, principalmente a partir de 1922, quando estourou o levante do Forte de Copacabana, mas também por conta do movimento operário. A partir de 1918, as revoltas e manifestações operárias tornaram-se mais violentas, exigindo seus direitos nas principais capitais do país. A ideologia operária rompeu os muros da caserna, provocando preocupação na oficialidade. O governo fechou jornais de cunho socialista e anarquista, acusando alguns deles, inclusive, de disseminar a indisciplina dentro dos quartéis. McCann afirma que a falta de estudos específicos que relacionem a ligação entre operários, oficiais subalternos e praças dificulta uma melhor conclusão sobre essas ações do governo.<sup>211</sup> Um estudo neste sentido pode ser revelador de uma nova faceta dos objetivos do movimento operário em relação ao próprio país e à sua relação com a instituição militar.

## **2.5 A Defesa Nacional na década de 1920**

Neste momento ensinamos fazer uma sucinta análise da revista durante a década de 1920. Durante esse período, não existem trabalhos históricos interpretativos sobre a revista e seu papel dentro da Instituição. Nosso objetivo, portanto, é fazer uma breve análise dos principais assuntos publicados pelos militares, bem como a sua opinião em relação aos problemas nacionais do país. Lembramos que a década de 1920 foi um momento emblemático na história do Exército: como vimos em nosso capítulo anterior, explodiu nesse período o movimento Tenentista, que acabou por levar a indisciplina e a quebra de hierarquia para o interior da caserna. Veremos como os redatores se definiram em relação aos movimentos insidiosos e qual a estrutura da revista durante esse período.

Durante o ano de 1920, a revista alcançou uma tiragem de dois mil e setecentos exemplares mensais. Tendo durante o ano de 1919 um efetivo autorizado de dois mil e quinhentos oficiais e quinhentos alunos na Escola Militar do

---

<sup>211</sup> MCCANN, *Soldados da Pátria....* op. cit., p. 279.

Realengo, o objetivo dos redatores era, certamente, atingir toda a oficialidade do Exército com as suas ideias, e mais: desejava inserir-se na sociedade civil para fazerem públicas as questões relativas à defesa nacional. Embora a tiragem fosse bastante alta para uma publicação mantida por um grupo de oficiais e sem apoio oficial do Exército, não podemos inferir que a maior parte da oficialidade fosse assinante de *A Defesa Nacional*. Em todas as edições analisadas é constante o apelo para novos assinantes. Deve-se levar ainda em conta que muitos exemplares eram ofertados gratuitamente a instituições de ensino e a ilustres intelectuais civis, já que os redatores acreditavam na necessidade de demonstrar os problemas do Exército para a sociedade.

A maioria dos colaboradores e mantenedores da revista eram tenentes e capitães; aqueles que atingiam posto acima de major e que figuravam nas páginas de ADN eram militares ligados ao projeto da revista e que contribuía desde a sua fundação. Em todas as edições, a revista trazia em sua contracapa a relação dos representantes nos corpos de tropa espalhados pelo Brasil, sendo os oficiais capacitados para receber as assinaturas e distribuir a revista. Durante a década de 1920, foram representantes de ADN, entre outros militares, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, João Carlos Gross, Mascarenhas de Moraes, Emílio Médici, Orlando Geisel e Valentim Benício. No corpo mantenedor teriam destaque Eurico Dutra, João Batista Magalhães, Tristão de Alencar Araripe, Humberto Castelo Branco, Pantaleão Pessoa, Mário Travassos e Daltro Filho, além dos fundadores da revista Bertholdo Klinger, Parga Rodrigues, Leitão de Carvalho, entre outros tradicionais *jovens turcos*. Todos esses militares teriam destaque nas décadas seguintes da história nacional.

Durante a década de 1920, na maioria dos exemplares existe a colaboração de oficiais da Marinha. Ora, os militares fundadores de ADN não desejavam que a revista fosse restrita unicamente ao Exército, embora dedicasse a maior parte de suas páginas à Instituição. Colaborações da Marinha figuraram com bastante constância na revista até meados da década, quando decresceram sem motivo aparente. A revista enfrentou ainda, durante esse período, grave crise editorial. A partir de 1921, sua periodicidade foi constantemente alterada, não se conseguindo cumprir a meta de uma publicação mensal. As revistas passaram a sair bimestralmente e, por vezes, até trimestralmente, ainda que isso não se transformasse em um padrão. Durante o ano de 1923 os redatores enfrentaram,

ainda, grave crise econômica nos caixas da revista, culminando com a suspensão de algumas das edições gratuitas, distribuídas mensalmente. A assinatura foi reajustada devido ao aumento do papel e da mão de obra tipográfica; e as revoltas e expulsões do Exército, a partir de 1922, afastaram assinantes e representantes do grupo mantenedor de *A Defesa Nacional*.

Em maio de 1924, os redatores registraram que os movimentos insidiosos de julho de 1922 perturbaram o andamento da revista, alterando a movimentação do caixa financeiro que passou a operar com déficit. Nesse momento, a camaradagem de alguns militares, notadamente do General Silva Pessoa, fez com que a revista fosse editada mesmo com déficit. Também a encarecida ajuda do diretor de “O Malho” e de seus ajudantes tipográficos auxiliou a revista em momentos de crise durante esse período, imprimindo *A Defesa Nacional* com os custos mais baixos possíveis.<sup>212</sup> A situação financeira da revista somente apurou-se em 1927, para ser novamente dificultada após 1930.

Duas seções merecem destaque nesse período: a primeira delas é o editorial, figurando sempre na primeira página da revista. Considerado o principal canal de comunicação dos militares, os redatores consideram que “esta página guarda há catorze anos o caráter de página doutrinária. Por ela discute *A Defesa Nacional* o seu programa; exprime os seus desejos e clama e insiste (...)”.<sup>213</sup> O editorial, até 1934, permaneceu como marca registrada da revista e através desta página todos os assuntos relevantes para os militares receberam destaque durante vinte e um anos. A partir de 1935, após uma reforma efetuada pelo grupo mantenedor, o editorial foi suprimido da revista.

Outra seção que merece destaque é a coluna “Da Província”. Esta coluna dedicava-se a publicar informes de oficiais que serviam no interior do Brasil, sobre a situação de suas guarnições militares. Dependendo do caráter do texto a ser publicado, a identidade do autor era preservada; em muitos casos os militares não economizavam palavras para descrever a sua situação nos corpos de tropa do interior. Oficial do 3º Regimento de Cavalaria, em Bela Vista, Mato Grosso informava que “aqui estamos nas mesmas condições ou piores, que os corpos do Rio Grande; basta dizer que não temos quartel, não temos cavalo, não temos fardamento, não

---

<sup>212</sup> As crises são frequentemente citadas na revista. Exemplos podem ser vistos em Fatos e Notas, em *A Defesa Nacional*, maio de 1924 e Dando Exemplo, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1926.

<sup>213</sup> **Ultima Lição**, em *A Defesa Nacional*, janeiro/fevereiro de 1928.

temos um médico para atender aos doentes (...) estamos internados a 43 léguas da 1ª estação da estrada de ferro...”.<sup>214</sup> Por vezes, a coluna ensejava conversas entre oficiais, como em julho de 1921, quando um oficial denunciou a falta de peças nos canhões de sua bateria e a falta de colaboração do Arsenal de Guerra, no Rio Grande do Sul. No mês seguinte, em julho de 1921, sua denúncia foi respondida pelo oficial comandante do Arsenal de Porto Alegre, coronel Fabio Patrício de Azambuja. Este retrucou que as peças já haviam sido despachadas para a guarnição de artilharia e o arsenal não tinha mais responsabilidade sobre as mesmas, ignorando seu atual paradeiro. “Da Província” foi perdendo força como coluna combativa dos problemas do Exército e, a partir de 1925, seus informes diminuem nas edições da revista. O desaparecimento paulatino da coluna parece ter duas causas: por vezes, a imprensa utilizava os dados ali publicados para fazer sensacionalismos em relação à situação do Exército.<sup>215</sup> Por outro lado, a constante publicação de dados negativos deixava clara a situação de indisciplina e desorganização do Exército, estimulando, talvez, os desejos mais combativos de alguns oficiais. A partir de 1926, a coluna passou a publicar informes positivos de oficiais sobre manobras executadas, instrução aos soldados e ordens do dia. Os relatos negativos da situação das guarnições não eram mais publicados e, a partir da década de 1930, a coluna desapareceu totalmente.

Aliás, a ação da imprensa da capital e sua intromissão nos assuntos militares eram citadas frequentemente pelos redatores da revista: “de certo nos entristece ver simplesmente explorados em escândalos, por órgãos de nossa imprensa, os assuntos que discutimos”.<sup>216</sup> Em março de 1921, os redatores acusam a imprensa de fazer campanha contra o serviço militar obrigatório “aumentando embaraços” à execução da lei e fazendo jus à depreciativa ideia de que o brasileiro é uma raça fraca e sem ideal “afirmando que nós somos um povo destituído de qualidades varonis”.<sup>217</sup> O problema não estava nos quartéis nem nos militares: estava na indiferença do povo pelo futuro da nação, que seguia sendo alimentado “pela ação dissolvente de um egoísmo sem entranhas” propagado, justamente, pela imprensa.

---

<sup>214</sup> **Da Província**, em *A Defesa Nacional*, janeiro de 1919. p. 119.

<sup>215</sup> Em junho de 1919 os redatores lamentam que dados divulgados na coluna Da Província fossem utilizados pela imprensa para montar matérias sensacionalistas e sem benefício algum para a situação do Exército.

<sup>216</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, junho de 1919.

<sup>217</sup> **A pandemia da insubmissão ao serviço militar** e o veículo da propagação, em *A Defesa Nacional*, março de 1919.

Na mesma edição, os redatores invocavam ainda outro caso, surgido na imprensa da capital: em fevereiro de 1921, jornais tentaram explorar o caso da prisão de um soldado dizendo que o mesmo havia sido preso por conta de perseguições movidas pelo seu oficial. Os jornais pediam a averiguação do caso e punições para o oficial em questão. Os redatores de *A Defesa Nacional* esclareceram que as prisões foram motivadas por falta disciplinar, conforme constava nos autos da guarnição. Para culminar o escândalo, um promotor da Justiça Militar decidiu abrir inquérito para apurar a situação em que o soldado foi preso. A justiça militar, durante este período, era exercida, em sua maioria, por bacharéis civis que se tornavam militares somente depois de admitidos na justiça. Sua ação era jocosamente identificada como a de um “honrado cidadão que do dia para a noite haja penetrado no Exército ungido para tão elevadas funções apenas de frágil garantia de uma carta de bacharel”.<sup>218</sup> Era inconcebível, portanto, que as ações de um oficial estivessem sob a tutela de um preceptor, retirando a autoridade e o prestígio imprescindíveis para o exercício do comando. Os militares demonstravam, profundamente, a sua insatisfação na intromissão inadvertida de elementos adversos à caserna.

As questões militares que mais figuram nas páginas de *A Defesa Nacional* durante a década de 1920 são, incontestavelmente, o problema das promoções e do serviço militar obrigatório. Em relação às promoções, a lei em vigor de 1891 desgostava profundamente os militares. Para eles, a lei contemplava apenas o favoritismo e, ao invés de favorecer o desenvolvimento profissional, beneficiava aqueles que gastavam seu tempo “na cavação de votos e pistolões”. Em artigo publicado em 1919 os redatores se perguntavam se “haverá hipótese de ser contemplando (...) um oficial que não se fez conhecer por um dos membros da comissão de promoções?”. A resposta obtida para a pergunta era, obviamente, uma negação: um oficial que não fosse conhecido da comissão de promoções jamais seria escolhido para ocupar novo posto na Instituição. Os oficiais que serviam no interior “vivem lutando com a falta de chefes que os façam progredir”.<sup>219</sup> Ou seja, os oficiais despachados para as guarnições afastadas do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e dos estados do norte acabavam muitas vezes ‘esquecidos’ pelas comissões de promoção, nos mais longínquos cantos do Brasil, e lá perdiam sua

---

<sup>218</sup> **Justiça Injustável**, em *A Defesa Nacional*, março de 1921.

<sup>219</sup> Capitão Lourival Moura. **Promoção**, em *A Defesa Nacional*, janeiro de 1919.

gana e vontade profissional. Para o 1º tenente Manoel Carlos, “o oficial não é conhecido porque não foi classificado em condições de o ser, e não é escolhido para promoção porque não é conhecido e não teve quem se lembrasse de examinar os seus serviços”.<sup>220</sup> De acordo com o tenente, a transferência para as capitais era incerta, caso o oficial não tivesse uma mão forte que o amparasse. Neste caso, estava fadado a ficar “como um desterrado, como um banido” no interior do Brasil, a não ser que usasse de meios dolosos e onerosos para ser promovido.

Esta situação acabava por deixar alguns oficiais servindo por anos em uma guarnição específica, onde casavam, constituíam família e se habituavam à política local. Sua ação como militar transformava-se em *inutilidade*, pois pouco se importava com as premissas e interesses da Instituição. A consequência era medida pela natureza nociva que seu trabalho significava para o Exército “porque inutilizam por vaidade inconfessável os corpos que tem a infelicidade de cair em suas garras”.<sup>221</sup> A solução deveria ser, pois, o envio desses oficiais para as escolas de aperfeiçoamento da capital. Mas nem sempre esta solução contemplava o problema: muitos oficiais conseguiam dispensas por saúde, alegando problemas que na realidade não possuíam ou, ao chegarem ao Rio de Janeiro, pediam trancamento de matrícula e conseguiam retornar às suas guarnições originais.<sup>222</sup>

Em 1929, uma série de epígrafes sugere os problemas da lei de promoções vigente: “há duas grandes queixas contra a nossa atual lei de promoções. A primeira é simples: a lei não sabe evitar os insuficientes. A segunda, com exigências maiores, acusa o mecanismo dela de inadaptação às condições novas do Exército”.<sup>223</sup> Nas páginas seguintes, os oficiais asseveravam que “a atual lei de promoções datada de 1891 é antiquada, por isso que tudo se tem modificado, menos ela; é anti-militar porque os seus processos entretêm o espírito político nos quadros”.<sup>224</sup>

A situação criava margem para a insatisfação dos oficiais com seus superiores e deixava implícitos os momentos de quebra de hierarquia quando, por falta de oficiais responsáveis, tenentes e capitães eram postos no comando de batalhões e regimentos que deveriam ser comandados por majores ou coronéis. Em 1919, o 5º Regimento de Artilharia era comandado por um 1º tenente; em Campo

<sup>220</sup> **O Estágio na Tropa em Terras distantes**, em *A Defesa Nacional*, junho de 1920.

<sup>221</sup> Capitão L. A. Correia Lima, **internismo ou efetismo**, em *A Defesa Nacional* julho de 1923.

<sup>222</sup> Estas soluções são referidas pelo capitão Luiz de A. Correia Lima, em artigo publicado em agosto de 1923.

<sup>223</sup> *A Defesa Nacional*, novembro de 1929 p. 117.

<sup>224</sup> *A Defesa Nacional*, novembro de 1929 p. 121.

Grande, no 8º Regimento de cavalaria, em Uruguaiana, um major comandava uma brigada e o capitão comandava o regimento; em 1920, em Belém, um tenente comandava simultaneamente três companhias de infantaria.<sup>225</sup> Esta situação é frequentemente citada nos depoimentos em “Da Província”, evidenciando que o Exército já enfrentava, muito antes dos levantes de 1922, situações de indisciplina e quebra de hierarquia em seu interior.

Informes davam conta de que uma guarnição de São Borja mudou, em dois anos, vinte e quatro vezes de comandante. Nesse período, trezentos e vinte oficiais deram alterações de inclusão, exclusão, comando e licença no regimento, sendo que um desses oficiais deu parte de doente seis vezes em poucos meses, sempre às vésperas das manobras militares.<sup>226</sup> Como manter, em uma situação como essa, a disciplina militar? Em outros regimentos, o soldo dos soldados estava atrasado em mais de três meses, fazendo com que oficiais se ressentissem do comando e impelindo, desta forma, a caserna a um ambiente de anarquia e desorganização.<sup>227</sup>

Embora a situação descrita pelos militares através das páginas da revista fosse de indisciplina, os redatores preveniam seus leitores de que “sempre repugnaram aos desta revista, os recursos insidiosos e os moldes revolucionários”.<sup>228</sup> De fato, durante toda a década de 1920, os redatores não citaram, em nenhum momento, a ação dos movimentos de 1922, 1924 e 1925.<sup>229</sup> Inferimos que o silêncio da revista em relação ao movimento Tenentista foi, justamente, sua maior característica legalista: ao não se pronunciar, os redatores se tornavam indiferentes aos militares revoltosos, condenando pelo silêncio sua ação e conduzindo, sem cessar, suas pugnas pela transformação do Exército. Como

---

<sup>225</sup> Para que fique claro ao leitor o descalabro da situação, oficialmente a hierarquia militar dita o seguinte: 1ºs tenentes e 2ºs tenentes tem competência para comandar pelotões, um dos menores grupamentos militares com cerca de trinta homens e seus subordinados diretos são os sargentos e os cabos; capitães comandam companhias, com cerca de cem homens, cujos subordinados diretos são os tenentes; majores comandam batalhões, que são unidades formadas por três companhias; tenente-coronel e coronel comandam regimentos que é a unidade maior composta de sete ou nove companhias. Daí por diante, os comandos são exercidos por generais, divididos em General de Brigada, General de Divisão e General de Exército. Em caso de situações excepcionais, como em guerras, oficiais de menor grau poderiam comandar unidades cujo grau não correspondesse ao seu posto, mas somente por tempo determinado, até a chegada de oficial com posto equivalente à função ou diante da promoção ao posto necessário à função. Este, definitivamente, não era o caso do Brasil na década de 1920.

<sup>226</sup> **Da Província**, em *A Defesa Nacional*, maio de 1921.

<sup>227</sup> **Da província**, em *A Defesa Nacional*, janeiro 1919.

<sup>228</sup> **Da Província**, em *A Defesa Nacional*, Junho de 1919.

<sup>229</sup> Referimo-nos, aqui, respectivamente, à Revolta do Forte de Copacabana, à Revolta de 1924, em São Paulo, e ao início da Coluna Prestes-Miguel Costa em 1925.

referido, os movimentos acabaram por desestruturar a revista e esta somente conseguiu firmar-se novamente por volta de 1928.

A imprensa da capital, por outro lado, estava bastante atenta àquilo que era escrito nas páginas de ADN. É possível que parte das edições gratuitas distribuídas fossem exemplares destinados à imprensa, a fim de propagandear os objetivos da revista, embora não tenhamos encontrado referências a este ponto. Os redatores registraram, em julho de 1926, que a imprensa diária ecoou de forma cativante o retorno da revista ao seu caráter mensal. Registra que os jornais “A Pátria”, “A Noite” e “O Jornal” publicaram trechos da revista e notas abonadoras sobre o trabalho desenvolvido pelos oficiais. Para os editores de “A Noite”, *A Defesa Nacional* estava sob o comando de oficiais esclarecidos e dedicados do Exército e contribuía, definitivamente, ao progresso da nação e do Exército.<sup>230</sup> Também um periódico de Jundiaí, São Paulo, chamado “A Folha” publicou nota abonadora sobre a revista.

Em nota, publicada em 1926, os redatores esclareceram que dentre os exemplares gratuitos estavam destinadas as edições a Assis Chateaubriand, Pandiá Calógeras, Everardo Backheuser, Miguel Calmon, Oliveira Vianna e Barbosa Lima Sobrinho. Para os redatores, esta ação significava saltar “os muros do meio militar, derramando-se aos quatro ventos à divulgação em larga escala” do pensamento dos militares. A ideia era exteriorizar o pensamento militar cada vez mais, já que era urgente que a nação conhecesse o Exército que tinha e que deveria ter.<sup>231</sup> A abertura maior da revista, através também de sua venda avulsa, deveria atrair o concurso de técnicos civis que discutissem nas páginas de *A Defesa Nacional* “problemas como o dos transportes, das indústrias químicas, da metalúrgica, da viação marítima, fluvial, rodoviária e ferroviária (...) enfim, todos os problemas vitais para a organização militar do país”.<sup>232</sup>

Em janeiro de 1927, a própria revista falava de si ao afirmar que “a minha maior glória está em ter modelado a mentalidade nova do Exército, a tal ponto desenvolvida hoje que ninguém mais poderá destruí-la. Agora estou a serviço da conquista máxima da nova mentalidade militar que elaborei: integrar-se o Exército na nação”.<sup>233</sup> Neste sentido, durante os meses de julho de 1927 a agosto de 1928, *A Defesa Nacional* foi editada juntamente com um periódico chamado “A Bandeira”.

<sup>230</sup> **Para a Frente!** em *A Defesa Nacional*, Julho de 1926, p. 160.

<sup>231</sup> **Dando Exemplo**, em *A Defesa Nacional*, Agosto de 1926.

<sup>232</sup> **Dando Exemplo**, em *A Defesa Nacional*, Agosto de 1926.

<sup>233</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, janeiro 1927.

Este periódico havia sido lançado pelo “Club dos Bandeirantes do Brasil”, associação civil que tinha como objetivo reunir pessoas que se interessassem pelos problemas e assuntos nacionais. Como os editores de ADN pretendiam levar a revista para fora dos muros dos quartéis, firmaram parceria com o Club, a fim de publicar a ADN juntamente com *A Bandeira*. O contrato é rompido em julho de 1928, durando apenas um ano, por não ser mais de interesse dos redatores de ADN publicá-la junto com *A Bandeira*. É possível que o rompimento da associação tenha relação com o decréscimo de assinaturas, pela perda do caráter combativo da revista ou mesmo por reclamação dos assinantes, embora os redatores não expliquem os motivos da ruptura.

### **2.5.2 O Brasil e os redatores de *A Defesa Nacional***

Os redatores de ADN tinham consciência dos problemas nacionais e a expressavam veementemente nas páginas da revista, embora este não fosse o objetivo primordial da publicação. Para os militares, não eram as necessidades do país que ditavam as suas leis e ações e sim o interesse pessoal de indivíduos que tinham o poder de fazer o Brasil curvar-se perante a política. Assim, “o favoritismo deslocou para segundo plano as necessidades do Estado e o Estado se transforma em algoz do povo para sustentar o prestígio das camarilhas insaciáveis”. Esta situação, advinda das ações dos políticos, era agravada pelo regionalismo e pelo sectarismo, transformados em joguetes públicos através da ação da União. Desta forma, “tudo se desconjunta e não podiam ser outras as consequências da fraqueza, irresponsabilidade e incompetência dos governos”. A situação, descrita pelos militares é de completo descaso, pelos políticos, com os problemas nacionais:

O que temos visto é o predomínio mal disfarçado de uma politicagem desbragada e imoral; é o cultivo das ideias dissolventes e anárquicas; é a criação e justificação do político profissional que tudo corrompe, advoga e trai para conservar o seu emprego; é a mais acentuada indiferença pela pátria formando desde a educação da crença até a legislação e a justiça que permite a completa impunidade dos crimes que só a Ela afetam; é a mais completa irresponsabilidade protegendo os audaciosos sem escrúpulos e

prejudicando os que tem pudor; é enfim a licença para ensinar, desenvolver e realizar tudo que possa garantir, em futuro próximo, a desagregação e a anarquia. (...) esse é o ideal, o desejo e o fruto do esforço de quase todos os *estadistas* que o Brasil tem produzido nestes últimos tempos. [grifo no original].

Para o autor, era necessário que surgisse, então, “um brasileiro de têmpera que se interesse igualmente pelo Amazonas e pelo Rio Grande, que ame o Brasil inteiro e tenha como único escopo a sua grandeza e a felicidade do seu povo”.<sup>234</sup> Desta forma, os militares – ou pelo menos uma parcela importante da Instituição – deixava transparecer apoio político caso surja, no horizonte da história, um político ou partido que se torne nacional e que se empenhe na resolução dos problemas do país. Por outro lado, as eleições pouco poderiam fazer para mudar a situação, pois estas seriam apenas “tradicionais cabalas de campanário – meras lutas de estreito regionalismo”, um dos símbolos do liberalismo falso e politiquero do Brasil.<sup>235</sup>

Esta consciência poderia ter relação com a paupérrima situação da Instituição com a qual os oficiais tinham contato diário. Mas também com a situação social à qual se deparavam quando eram mandados para as guarnições do interior do país, isolados da Capital Federal. Jocosamente, aqueles designados a servir no interior eram conhecidos como membros do *exército provincial*, em comparação com aqueles que ficavam na capital, membros da garbosa *guarda republicana*.<sup>236</sup> A miséria, o analfabetismo e a corrupção eram problemas identificados pelos militares que atuavam de forma destruidora no interior do país. Os militares sentiam-se pesarosos e feridos pelo estado de coisas do Brasil, pelos “atos que atacam a nação e também os que diminuem as classes armadas”. Sua revolta era latente e o teor dos discursos permite inferir que, embora a instituição tentasse se preservar longe da politicagem, seus oficiais debatiam-se constantemente em dilemas profissionais e pessoais ligados à situação nacional. O editorial conclui sugerindo aos leitores que meditem “sobre todas as verdades que vimos de afirmar”, para que possam compreender que muito se pode fazer dignamente pela grandeza da Pátria.

Para os redatores, o brasileiro era um povo sem fibra, que jamais reagia contra a incapacidade, problema este acentuado pela preferência da individualidade ao invés da coletividade. O Brasil era visto como um país desorganizado onde “tudo

<sup>234</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, Janeiro 1919, p. 115.

<sup>235</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, fevereiro 1919 p. 149.

<sup>236</sup> 1º Tenente José Faustino, **O Ingrato Aviso 265**, em *A Defesa Nacional*, junho 1919.

está por fazer”, acentuado pela falta de cultura cívica de seu povo.<sup>237</sup> Os militares entendiam também que o Brasil estava acostumado a incorporar soluções “estrangeiras” para os seus problemas e que esse era seu maior mal, pois não se sabia “adaptar, convenientemente, ao nosso feitio e às nossas necessidades” as ideias estrangeiras.<sup>238</sup> Um dos graves problemas nacionais identificados e repetidos seguidamente nas páginas da revista eram o analfabetismo e a questão da educação nacional. A educação no Brasil, de acordo com os redatores, oferecia “o mais desolador espetáculo e a mais triste perspectiva”.<sup>239</sup> O analfabetismo atrofiava o desenvolvimento da nação e deveria ser combatido junto com outro mal, a politicagem. Para os militares “enquanto esses dois enormes polvos – analfabetismo e politicagem – se estenderem por todo o país, desde as grandes cidades até os mais recônditos lugares, lesando, apertando, asfixiando a nação em seus tentáculos, reduzindo-a a um estado de coxexia moral e física”, o progresso dificilmente poderia ser alcançado.<sup>240</sup> Os problemas militares do Brasil acabavam desdobrando-se “na multiplicidade de todos os problemas fundamentais, desde os da alfabetização do povo, da sua educação cívica e moral, de eugenia e desenvolvimento físico, até os mais complexos de ordem civil e de defesa militar propriamente dita”.<sup>241</sup>

Os militares compreendiam que a sua relação com a sociedade só poderia ser positiva: a serviço da nação, os oficiais poderiam atenuar os efeitos do analfabetismo, contribuindo para seu combate. Para o capitão Acácio Faria Correa “em nosso [país] onde é vergonhosa a percentagem de analfabetos, creio deve ser olhada com particular simpatia e aplausos a iniciativa de que oficiais e subalternos devem educar os elementos que chegam na caserna”. Mas as ações não poderiam ficar somente aos cuidados dos militares: era necessário que o ensino primário fosse considerado obrigatório, pois somente uma população instruída poderia levar o país aos caminhos do progresso. Este brado foi lançado em outubro de 1924 pelos redatores de ADN, pois era urgente “incrementar o ensino primário e estabelecer a frequência às escolas”. Para os redatores, a revista “que há trezes anos se vem galhardamente batendo pelos altos ideais que conduzirão à grandeza nacional, não

<sup>237</sup> Editorial, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1923.

<sup>238</sup> Editorial, em *A Defesa Nacional*, Maio-Junho 1926.

<sup>239</sup> Editorial, em *A Defesa Nacional*, fevereiro p. 150.

<sup>240</sup> Coronel Lobo Vianna, **O sorteio Militar em perigo**, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1919. P. 387.

<sup>241</sup> Editorial, em *A Defesa Nacional*, novembro de 1929.

só os referentes em particular ao Exército, mas também e sobretudo aos interesses de ordem geral” tinha papel decisivo nessa nova campanha.<sup>242</sup> Em editorial de dezembro de 1929, os redatores asseveravam que “a educação do povo é para o Brasil o problema único (...) sem temor de contestação”.<sup>243</sup>

Já na década de 1920, os militares perceberam o perigo das colônias de estrangeiros próximas às fronteiras, sobretudo no sul do Brasil. As colônias alemãs são constantemente referidas, pois muitos incorporados através do sorteio militar chegavam à caserna em regiões de colonização sem falar nenhuma palavra em português. Em caso de conflito, os militares se perguntavam se esses colonos se engajariam na defesa do Brasil efetivamente ou não. Para os militares, “trata-se na verdade, de um problema de amplitude maior (...) pois abrange a vida da nação” e parte deste problema poderia ser resolvido com a adoção do serviço militar e da educação cívica que “concorrerá, sem dúvida, para combater o grande mal (...) de se formarem grandes núcleos de população [teuta] dentro do território brasileiro”.<sup>244</sup>

O serviço militar e o Exército eram vistos ainda pelos militares como ferramentas indispensáveis para se auxiliar o país e corrigir os seus problemas. O Exército deveria ser o “instrumento por meio do qual se desenvolva e avigore a musculatura do vasto organismo nacional” através da propagação de seus ideais cívicos, morais e físicos.<sup>245</sup> Embora os militares dificilmente citassem em seus trabalhos autores civis, Alberto Torres ganhou destaque ao ser descrito como “uma das mais lúcidas inteligências de quantos se não preocupado entre nós com os grandes problemas nacionais”, em editorial de abril de 1924.<sup>246</sup> É de se supor que o clima de efervescência cultural e intelectual das décadas de 1910 e 1920 tenha influenciado estes militares em suas apreciações sobre o Brasil, como procuramos demonstrar nas apreciações sintetizadas sobre a obra de importantes intelectuais do período.

O entendimento dos militares em relação ao Brasil e ao aproveitamento de suas riquezas naturais merece destaque também: em vários artigos de *A Defesa Nacional*, os redatores e colaboradores insistiam na necessidade de se aproveitar os recursos naturais no desenvolvimento da indústria e para o progresso do país. O

<sup>242</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, outubro de 1924.

<sup>243</sup> **A Defesa Nacional**, em *A Defesa Nacional*, novembro de 1929 p. 154.

<sup>244</sup> Major Amílcar Botelho de Magalhães **Bi-teuto brasileiros**, em *A Defesa Nacional*, Dezembro de 1922 p. 450-451.

<sup>245</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, janeiro 1924.

<sup>246</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, abril de 1924.

Brasil deveria ser um país forte e só o poderia ser de duas formas: econômica e militarmente. “Assim é que a conquista da situação de grande potencia é função do desenvolvimento de suas indústrias, de seu intercâmbio comercial, do poderio de suas forças armadas e da energia potencial, que as riquezas materiais armazenadas ou produzidas em seu solo representam”.<sup>247</sup> Estas características possibilitariam ao Brasil a sua inserção no “concerto mundial” de nações poderosas.

Os militares compreendiam que o país não tinha indústrias, nem militares, nem civis e que o país dependia, financeiramente, do ferro e do carvão estrangeiros. A respeito deste problema, advertiam que o país se limitava somente “a simples estudos platônicos e mais ou menos desconexos”.<sup>248</sup> Era necessário que o Brasil dependesse apenas de si mesmo e a dependência do estrangeiro deveria ser eliminada. Era necessário que se estabelecessem prioridades, que houvesse a proteção de certas culturas agrícolas e de certas indústrias, inclusive através da redução de impostos para estimular o crescimento do país. Em 1918 um militar, o capitão Villela, iniciava os primeiros testes de um aeroplano pesquisado e produzido inteiramente pelo próprio militar, dando esperança à Instituição de que suas necessidades poderiam ser providas pela própria indústria nacional.<sup>249</sup>

Os redatores de ADN estavam convencidos de que o Brasil era capaz de operar a sua independência econômica “pelo desenvolvimento de todas as fontes produtivas do país”.<sup>250</sup> Acreditavam, ainda, que o ataque dos problemas econômico e financeiro requeria o preparo militar total da nação, pois as competições neste campo eram “muitas vezes o gérmen das contendas e dos conflitos”, tornando-se um problema fatal, caso a nação realmente não possuísse requisitos para a defesa do seu imenso patrimônio.<sup>251</sup> No caso da indústria siderúrgica, entendiam os militares de que o investimento deveria ser feito pelo governo, já que as indústrias privadas não se arriscariam a correr riscos nesse sentido. Mas a ação acertada do governo, provando seu valor, acabaria por estimular os investimentos privados no setor.<sup>252</sup> O Japão e os Estados Unidos eram países frequentemente citados, pois, no caso do Japão, em 1918, foram testados com sucesso canhões de fabricação nacional, baseados nos projetos das indústrias europeias; no caso dos EUA, sua

<sup>247</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, julho de 1924.

<sup>248</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1923.

<sup>249</sup> **Uma vitória da perseverança**, em *A Defesa Nacional*, janeiro de 1919.

<sup>250</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, maio de 1930.

<sup>251</sup> **Editorial**, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1923.

<sup>252</sup> **A nossa indústria militar**, em *A Defesa Nacional*, Fevereiro de 1919.

excepcional indústria de armas leves e pesadas havia tirado o país da dependência de recursos ingleses, além de trazer riquezas ao país através das exportações.

Na edição de maio-junho de 1926, a revista publica uma carta do capitão Silvio Scheleder, endereçada aos cadetes da Escola Militar. Nela, o capitão assevera à mocidade militar que se mantenha afastada dos movimentos que assombram o país e trazem crise ao Exército. Assegura que “os exércitos, sendo órgãos que provêm do povo e que com ele e por ele trabalham, não podem nem devem limitar-se exclusivamente aos conhecimentos profissionais”.<sup>253</sup> Esta situação caberia principalmente ao Brasil, onde a missão dos soldados “é mais complexa que nos países maduros”, exigindo não só o conhecimento estritamente profissional dos oficiais, mas também conhecimento e discernimento em relação aos problemas nacionais e sociais do país. Os oficiais deveriam estar preparados para encarar “o problema das relações com a sociedade, com as instituições governamentais, com a política, sem falar em muitas outras, como as artes, as ciências e as indústrias”. Neste caso, o capitão asseverava que os oficiais deveriam afastar-se da política – novamente aqui a invocação da política partidária -, mas que, ao mesmo tempo, não deveriam estar de costas voltadas para os problemas políticos: a omissão, neste caso, é mais prejudicial à nação do que a participação na política. Acompanhar o debate político era necessário para se estar atento à necessidade de intervenção “quando para isso, houvermos recebido ordens precisas, emanadas das autoridades competentes”. Esta função interna do Exército era bastante delicada, “muito diversa da internacional” que exigiria apenas conhecimentos técnicos e profissionais aos soldados.

Esta é a ideia de uma “*política militar honesta, lógica e produtiva*” em consonância com os interesses da nação e da defesa nacional. É nesta esfera que os militares deveriam estar prontos para exercer a política, ou seja, longe de atuar partidariamente a fim de evitar “as condutas excitadas e menos precisas – os efeitos de paixões”.<sup>254</sup> Fazia-se necessário, portanto, estabelecer uma “política militar sábia e enérgica, inteligente e séria” que satisfizesse aos interesses do Exército em conformidade com os interesses da nação. Este discurso seria amplamente defendido e aprimorado nos primeiros anos da década de 1930, embora seu eco já fosse ouvido durante a década de 1920. Os militares passaram a ter consciência de

---

<sup>253</sup> **Carta aos estudantes da Escola Militar**, em *A Defesa Nacional*, maio-junho de 1926.

<sup>254</sup> **A Política militar, os militares e a Política** em *A Defesa Nacional*, Setembro-outubro de 1927.

que apenas trabalhando em prol de uma política militar seus interesses seriam atendidos, afastando, desta forma, a tão malfazeja política partidária de dentro dos quartéis. Embora o seu trabalho fosse eminentemente técnico e profissional, os militares deveriam trabalhar a favor de uma política militar e, em frase célebre de que se deveria fazer a política *do Exército*, este conceito seria atribuído a Góes Monteiro, ainda que estivesse presente nas páginas da revista de forma tímida nesse período.

Desta forma, demonstramos que os militares estavam profundamente conscientes dos problemas nacionais, bem como dos problemas de sua própria Instituição, mesmo que, no caso dos problemas nacionais, não sugerissem medidas profiláticas. O debate iniciado pelos oficiais editores de *A Defesa Nacional* em 1913 não havia terminado: seus ecos seriam ouvidos ainda duas décadas depois, em 1930, repetindo discursos e elaborando novas doutrinas em relação ao papel do Exército e aos problemas nacionais. Mesmo que alguns assuntos tenham encontrado solução, como a contratação de uma missão estrangeira e a reforma do ensino, muitos ainda necessitavam de atenção. Durante a década de 1920 os constantes movimentos revolucionários dentro do Exército iriam dificultar a sua modernização. A própria Missão Indígena foi desmontada após os primeiros embates ocorridos em 1922 porque muitos oficiais instrutores estavam envolvidos diretamente com as ações revolucionárias.

Aqueles oficiais que não se envolveram nesses movimentos tiveram uma parcela importantíssima de influência no surgimento de um novo pensamento entre os militares brasileiros no pós-1930: naquele relativo a uma *mentalidade militar* e naquele relativo a uma *mentalidade política*; ambos conceitos serão devidamente esclarecidos em nosso próximo capítulo. Nele daremos início, então, à análise da revista *A Defesa Nacional* durante o período de 1930-1937, com ênfase em sua relação com a modernização do Exército brasileiro, empreendida nessa época. Serão salientados, não só os discursos de caráter militar, mas também o pensamento corrente dos editores em relação aos problemas da política nacional e do Brasil.

### 3. A MODERNIZAÇÃO: UM *ESPÍRITO NOVO* NO EXÉRCITO NACIONAL (1931-1937)

*Armemo-nos! É esse um dos supremos deveres nossos, se não quisermos transmitir aos nossos filhos e aos nossos netos humilhada, injuriada, desonrada, talada impiedosamente pela invasão estrangeira, e até espoliada de regiões vastíssimas, esta terra amorável, esta doce Pátria que os nossos avoengos nos legaram íntegra, altiva, ouvida e respeitada no conselho de todas as nações.*

**Cel. João Pereira, A Defesa Nacional, julho de 1935.**

*O Exército que ainda há pouco tempo parecia querer atravessar o longo período revolucionário sem empreender qualquer das reformas básicas de que tanto carecia, envereda com energia e decisão por uma senda de transformações radicais. Evidentemente nele domina agora um espírito novo, construtivo, francamente definido nas novas leis que o reformam. Espírito Novo cuja energia e capacidade construtiva bem se evidenciam na perseverança ou tenacidade com que soube lutar para vir à tona rompendo os diques com que a timidez e a rotina, o detinham há largo tempo, há de vencer.*

**Editorial, A Defesa Nacional, Março de 1934.**

Como apresentado no capítulo anterior, a revista *A Defesa Nacional* surgiu com a proposta de discutir o Exército brasileiro, adequando-o às novas perspectivas que a modernidade trazia aos exércitos dos países sul-americanos no início do século XX. Seus editores primavam por apresentar as novas técnicas e doutrinas militares utilizadas pelos exércitos europeus mais avançados, cujo expoente – o exército alemão - era o grande exemplo a ser seguido. Neste capítulo apresentaremos o objetivo deste trabalho, que é discutir o conteúdo de *A Defesa Nacional*, no aspecto

militar, durante o período de 1931 a 1937, isto é, a discussão encetada pelos militares sobre a necessidade de modernização do Exército, suas propostas e sugestões para atender a esta necessidade. Neste capítulo também traçaremos um panorama geral da revista e sua estrutura durante o período estudado.

Este balizamento temporal está convenientemente estabelecido dentro de dois acontecimentos da história brasileira: a Revolução de 1930, ocorrida em outubro, cuja consequência maior será renovar boa parte do quadro político e militar do Brasil; e o Estado Novo, decretado em novembro de 1937, inaugurando nova ordem política e militar ao país. Ao escolhermos o período de 1931 a 1937 como proposta de estudo, o objetivo deste trabalho foi principalmente centrar-se naquele que é o período de maior discussão militar dentro da revista. Cabe enfatizar que este capítulo será dividido em três eixos principais de discussão de ADN: as reformas militares, o problema da coesão dentro da instituição e a questão das Polícias Militares estaduais. Tais temas correspondem a 53,03% dos textos trabalhados nesta pesquisa, sintetizados em 96 editoriais, artigos e discursos, indicando que estas preocupações estavam no centro da discussão da instituição militar.

A citação escrita pelo coronel (Cel.) João Pereira é a síntese do pensamento de boa parte dos militares durante o período aqui analisado: um exército forte hoje é a garantia da paz e da estabilidade, tanto interna quanto externa do país. Este fortalecimento passava pela organização geral da instituição militar e pela aquisição de armas, cujo problema vinha sendo resolvido de forma vagarosa desde o ministério de Hermes da Fonseca, durante o governo de Afonso Pena (1906-1909). A fala do Cel. João Pereira tem ainda o poder de remeter-nos a outra grande preocupação dos militares, que era a questão das fronteiras e dos possíveis inimigos que poderiam ameaçar o Brasil. Os militares, assim como os políticos, sabiam que a tradicional política exterior brasileira dificilmente os levaria a um conflito contra algum país sul- americano. O Exército brasileiro era uma força defensiva, preparado para repelir ataques e não para atacar. Mas as condições exteriores não poderiam ser desprezadas. Prova disto foi o conflito do Chaco (1932-1935) que mobilizou durante todo o ano de 1934 as tropas da 3<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> regiões militares, em face das movimentações no Uruguai e Argentina, relacionados ao conflito.<sup>255</sup>

---

<sup>255</sup> Correspondiam, respectivamente, aos estados de Rio Grande do Sul, Amazonas e Mato-Grosso. **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 57.

A questão da organização geral da Instituição e da necessidade de sua modernização corresponde a 66,6% do total de noventa e seis textos que serão trabalhados neste capítulo. Se considerarmos o total de textos escolhidos para a análise geral deste trabalho (181 textos), este total corresponde a 35,3%, o que é revelador, pois indica a grande preocupação dos militares em relação a sua Instituição, bem como a consciência da necessidade de mudança. Indica-nos também que os militares adquiriram maior consciência de sua própria existência como entidade diferente, relativamente aos outros grupos da sociedade. Este fato, aliado ao crescimento do poder do grupo, fez com que o Exército se transformasse em uma entidade muito diversa daquilo que foi antes do período de 1930. Para Coelho, a fase iniciada em 1930 fez com que o Exército deixasse de ser uma mera “organização” para transformar-se em instituição na consciência de seus membros. Esta mudança só será efetivada por conta das reformas aplicadas no seio da Instituição, principalmente na formação de líderes.<sup>256</sup>

Durante esse período o Exército lutou, ainda, contra o fantasma da sedição e da desobediência dentro da própria Instituição, resultado inegável dos processos desencadeados durante a década de 1920, que culminaram na sua desestruturação total no início da década de 1930. A incorporação dos anistiados dos movimentos de 1922 e 1924 ao Exército, bem como a sua colocação junto aos quadros ativos seriam fatores que, após 1930, contribuiriam de forma decisiva para os conflitos dentro da Instituição. Os chamamentos por coesão, disciplina e hierarquia – pilares de qualquer instituição militar - seriam pautas contínuas nas páginas de ADN, ainda em 1937. Esses textos correspondem a 14,5% dos que serão trabalhados neste capítulo e a 7,7% do número total de textos escolhidos para compor este trabalho. Embora globalmente não seja uma correspondência alta, a presença de textos exortando a necessidade da disciplina dentro da instituição ainda em 1937, isto é, seis anos depois do movimento de 1930, indica-nos que o Exército sofria com os males da indisciplina às vésperas do Estado Novo.

Por último, a questão das Polícias Militares estaduais seria um assunto de grande interesse pelos militares. A existência de polícias estaduais equiparadas ao Exército feriam o princípio da unidade nacional ao medirem forças com o próprio Exército, ao terem as suas atribuições confundidas com as do Exército e ao

---

<sup>256</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Forense, 1976. p.128-129.

possuírem unidades e serviços semelhantes àqueles do Exército. O problema da existência das polícias ficaria claro para os editores de ADN a partir do movimento paulista de 1932 e da possibilidade de um embate armado entre Getúlio Vargas e o general Flores da Cunha, interventor do estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1935. Esses textos eram continuamente publicados nas páginas de ADN desde 1931 até 1935, totalizando 11,4% dos textos trabalhados neste capítulo e 6% do total de escolhidos para compor este trabalho. A sua presença indica o quanto os militares se incomodavam com a formação dessas forças e do possível uso que os poderes políticos locais poderiam fazer em momentos de crise contra o governo nacional.

Em síntese, os militares acreditavam que estavam vivendo um *espírito novo* - expressão utilizada, várias vezes, pelos editores de ADN - simbolizado por uma nova energia e capacidade construtiva que romperam a timidez de ação e a rotina que dominavam a Instituição há bastante tempo. Esse *espírito novo* corresponde a um Exército consciente de seu papel, da necessidade de centralismo político, estendendo o alcance do Estado à vastidão do território nacional. Simboliza também o aumento do poder intervencionista da Instituição na política, representado pelo importante apoio ao golpe do Estado Novo e, por outro lado, pelo alcance estratégico desta Instituição no território brasileiro, por conta do aumento significativo de seu efetivo. Para os militares este “*espírito novo* (...) há de vencer.”<sup>257</sup>

### **3.1 A estrutura de *A Defesa Nacional***

Quem eram os militares reunidos em torno de *A Defesa Nacional*? A revista era considerada um órgão de coordenação intelectual dentro do Exército com atribuições específicas: difundir e promover a discussão dos problemas que interessavam à classe militar, de forma coesa e inteligente. Para seus redatores, também

---

<sup>257</sup> Editorial **O Momento Militar e as influencias imponderáveis** em *A Defesa Nacional*, Ano XXI, no. 238, março de 1934.

é necessário que, para contrapor-se aos inúmeros órgãos de publicidade que encaram os fatos à mercê das suas conveniências doutrinárias, haja, também, uma fonte permanente de orientação da classe no sentido de conduzir, orientar e esclarecer esses fatos de acordo com uma mentalidade única e sã; inspirada na orientação (...) que deve encarar as conveniências do Exército.<sup>258</sup>

Há que se considerar que esta publicação havia sido, até aqui, mantida pela elite dos oficiais do Exército Brasileiro. Sem dúvida, a revista beneficiava intelectualmente os oficiais do Exército. *A Defesa Nacional* representava a elite intelectual do Exército e se propunha a desempenhar grandes benefícios para a mentalidade do Exército.

A ADN funcionava a partir de um grupo mantenedor formado por doze oficiais que se encarregavam de manter a publicidade da revista, mesmo em momentos de crise na queda de assinaturas. Por ocasião da revolução de 1930, o grupo mantenedor foi expandido para que a revista pudesse passar incólume o novo período de crise institucional e política. Os editores acreditavam na má vontade de muitos assinantes, pois sempre “que há uma crise no pessoal do Exército ela repercute nos nossos assinantes, grande parte dos quais parece que espreitam a primeira oportunidade ou pretexto para “perder a ligação” e, passado o caso, nada fazem para retomá-la.”<sup>259</sup> Os editores, durante toda a existência de ADN tinham um problema a resolver: como aumentar a lucratividade da revista sem onerar os assinantes, dos quais dependia sua existência? O caráter corporativista da revista sempre foi acentuado por seus fundadores e continuadores do projeto nas décadas seguintes. *A Defesa Nacional* era uma sociedade civil, não ligada ao Exército, mas composta de militares que desejavam trabalhar pelo engrandecimento deste Exército e pela defesa da Pátria.

Já em sua fundação, em 1913, os militares formaram uma espécie de biblioteca que publicava periodicamente obras escritas por militares brasileiros e mesmo traduções de livros militares europeus feitas pelos editores da revista. Esses livros eram vendidos aos sócios sem rendimento pecuniário aos autores. Muitas vezes uma edição desses livros era enviada gratuitamente aos assinantes junto com um exemplar da revista, como um suplemento. A publicidade dentro da revista como

---

<sup>258</sup> **A Defesa Nacional (de um observador Militar)** em *A Defesa Nacional*, Abril de 1935.

<sup>259</sup> **Estatutos de A Defesa Nacional**, em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, no. 209, maio de 1931.

forma de arrecadação de fundos para sua existência sempre foi motivo de discussão: por um lado, os militares não acreditavam que houvesse empresa interessada em propaganda em uma publicação tão específica e de relativa baixa tiragem; por outro lado, a existência de propaganda demandaria a existência de um encarregado para consultar possíveis empresas interessadas, encarregado este que dedicaria longas horas do dia ou da semana nesta tarefa. De que forma pagar um empregado sem onerar a pequena receita da revista? Nenhum dos membros do grupo mantenedor, da direção da revista e mesmo os colaboradores, recebiam algum valor pelo trabalho desempenhado. Este assunto seria motivo de discussão após a Revolução de 1930, pois era necessário “assentar a existência de *A Defesa Nacional* em fundamentos mais estáveis que a contribuição dos assinantes”.<sup>260</sup>

Para resolver parte do problema, a revista decide criar um Corpo de Sócios, composto por, no mínimo, cento e cinquenta militares (podendo chegar a duzentos e cinquenta) que, através de voto, elegeriam o “grupo de administração” sucessor do atual Grupo Mantenedor. Aqui, a inovação é a aceitação de civis como sócios e como sujeitos elegíveis ao grupo administrador da revista. Além desta obrigação, os sócios pagariam uma mensalidade de maior valor que os assinantes, além de se comprometerem-se a dar contribuições pecuniárias quando solicitado. Sua responsabilidade seria a manutenção da revista em tempos de crise. As crises, aliás, foram grandes inimigas da estrutura de *A Defesa Nacional* durante boa parte de sua existência. A revista era distribuída através de uma rede de representantes em todos os corpos de tropa que uniam-se, desta forma, ao centro do país. Os representantes eram responsáveis pelas assinaturas, pelo recolhimento das mensalidades entre os assinantes, pela distribuição da revista e pela divulgação do trabalho de *A Defesa Nacional* em seus respectivos corpos. As crises – os movimentos de 1922, 1924 e 1930 – alteravam este quadro, pois resultavam na transferência de oficiais, na mobilização de tropas e mesmo na utilização das tropas em conflito direto, o que alterava sua frágil trama de distribuição e, conseqüentemente, sua cadeia de assinantes. Desta forma, a criação do Corpo de Sócios eliminaria parte destes problemas. Também seria sua atribuição colaborar constantemente com artigos. Os novos estatutos previam ainda, o reembolso das contribuições extraordinárias feitas pelos sócios, acentuando o caráter corporativista histórico da revista.

---

<sup>260</sup> **Os nossos estatutos**, em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, no. 211, julho 1931.

Entre os militares que fizeram parte do Grupo Mantenedor de 1913 a 1931, encontramos nomes de homens importantes que estiveram engajados com o projeto encabeçado por *A Defesa Nacional*: Pantaleão Pessoa, Eurico Dutra, Paes de Andrade, A. F. Correia Lima, Tristão Araripe, J. B. Magalhães, Mario Travassos, Humberto Castelo Branco, Gustavo Cordeiro de Faria, Góes Monteiro, Luiz A. Correia Lima e Valentim Benício da Silva. Estes militares teriam atuação fundamental na constituição do “novo exército”, seja através de sua atuação política, seja através de sua produção intelectual. Para esta nova reestruturação os editores de *A Defesa Nacional* clamaram aos seus assinantes que se tornassem sócios:

*“Vamos camarada! Se és assinante veterano, honra esse teu benemérito passado: faze-te sócio de A Defesa Nacional. Se és assinante recruta, acerta o passo pelos veteranos! Veterano ou recruta, sabes de algum camarada eu não seja assinante de A Defesa Nacional? Alista-o!”* (grifo no original).<sup>261</sup>

A chamada, organizada entre maio e junho de 1931, resultou em cento e cinquenta e seis nomes para o Corpo de Sócios da Revista, composto por: onze generais, oito coronéis, catorze tenentes-coronel, vinte e quatro majores, cinquenta capitães, quarenta e um tenentes, além de dois civis e seis membros da Marinha. Em relação ao grupo de oficiais da ativa, a média de participação como sócios da ADN ficava em torno de 10,5% ou seja, do número total de oficiais para o ano de 1931, 10,5% destes eram sócios de ADN. Considerando-se as médias individuais de cada posto militar, o que mais chama a atenção em relação à participação como sócios de ADN é o grupo dos generais: 27% dos generais da ativa faziam parte deste grupo. Os dez generais (um já havia sido reformado) eram: **General Klinger**, **general Góes Monteiro**, Gen. Deschamps Cavalcanti, **Gen. Raymundo Barbosa**, general Aranha da Silva, Gen. Álvaro Mariante, Gen. João Gomes Ribeiro Filho, **Gen. Franco Ferreira**, **Gen. Ferreira Johnson** e Gen. Pantaleão Telles. Destes, seis foram ao posto de General de Brigada por conta das promoções efetuadas em fevereiro de 1931 e chegaram justamente a este cargo por estarem em conformidade com os ideais da Revolução, principalmente em relação ao Exército. Sua presença no corpo de sócios de ADN revela a importância que a revista toma

<sup>261</sup> **Estatutos de A Defesa Nacional**, em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, no. 209, maio de 1931.

nesse novo contexto de trabalho, para a reorganização da Instituição. Mais ainda: destes dez generais, seis estavam engajados com o projeto de ADN desde o final da década de 1910.

Os novos estatutos previam que a Sociedade teria várias fontes de renda, entre elas as contribuições dos sócios, compulsórias e espontâneas; a receita gerada pelas assinaturas da revista; as rendas provenientes de anúncios publicitários e aquelas provenientes das vendas de livros. Essa receita devia subsidiar a existência da revista e, inclusive, a remuneração de colaboradores. Em sua existência até esse período, a revista sempre enfrentou o problema da colaboração por parte dos assinantes. Muitos artigos não eram assinados, indicando que seus autores eram os próprios editores da revista. O anonimato também servia para livrar os responsáveis de possíveis punições. Em relação aos artigos de temática estritamente militar, a criação do Corpo de Sócios originou uma fonte quase que inesgotável de contribuições para a revista. Na medida em que o corpo deveria ser composto de, no mínimo, cento e cinquenta e, no máximo, duzentos e cinquenta sócios e estes eram, pelo estatuto, responsáveis pelas colaborações, a medida deveria aumentar em muito a quantidade de textos recebidos todos os meses para publicação. As reformas no estatuto também possibilitaram a maior presença de oficiais ligados diretamente à publicação da revista. Em 1935 foi criado o Grupo de Redatores e o Grupo de Auxiliares que, junto do Grupo de Administração, mantinham a revista. Nessa época a revista contava com cerca de trinta e dois oficiais envolvidos diretamente com a sua publicação. Esta dinamização permitia a existência da revista em caso de crises políticas ou militares, pois tornou mais forte a sua base – com a criação do corpo de sócios - e composição, com a admissão de mais de duas dezenas de militares envolvidos na sua produção.

Góes Monteiro pediu sua exoneração do Grupo da Administração relativo ao ano de 1931-1932; seu nome não era mais visto na capa da revista a partir de julho de 1931. Embora *A Defesa Nacional* fosse uma revista voltada para os problemas da defesa nacional e das forças armadas em geral, a participação de membros da Marinha de guerra nunca foi grande o bastante para conferir o peso desta Instituição na publicação. Sua participação era encorajada e os novos estatutos conferiam ao Grupo de Administração vinte vagas para oficiais do Exército, três para oficiais da Marinha e uma vaga para um representante civil. Esta disparidade em relação às vagas também era encontrada na lista de sócios publicada na revista, pois dos cento

e cinquenta e seis sócios inscritos para o Corpo, apenas seis eram oficiais da Marinha.

Embora a revista fosse voltada exclusivamente para oficiais – que deveriam colocar em prática seus ensinamentos para a tropa – seus editores esforçavam-se para atrair os praças do Exército, sobretudo os sargentos. Os novos estatutos previam a existência de assinaturas mensais com preços reduzidos para aqueles que se interessarem em assinar a revista. Este esforço visava a lutar contra uma realidade alarmante, relacionada ao analfabetismo e à falta de estímulos intelectuais aos praças.

Mesmo com todos os seus esforços, a revista clamava, em abril de 1932, por mais contribuições.<sup>262</sup> Os editores compreenderam que, ainda em 1932, a instituição militar permaneceria abalada pelos acontecimentos de outubro de 1930. Urgia, desta forma, refazer-se para lutar contra as manobras egoístas e medíocres daqueles que queriam a desestruturação do Exército. A única forma de lutar contra essa campanha impatriótica era trabalhando pelo Exército e pela defesa nacional. Os editores acreditavam na existência de uma mentalidade militar ligada à dedicação profissional e aos interesses do Exército, mentalidade esta que era real e indestrutível e que sempre esteve ligada às páginas da revista. Os editores continuavam a clamar pela colaboração, através da qual se tornaria público o produto das preocupações de ordem profissional. Mais ainda: era através das colaborações que os militares poderiam demonstrar que “prezamos, acima de tudo, nossa honestidade profissional e que não estamos despistados dos nossos deveres”. Esta afirmação deixa claro que os militares compreendiam o momento de renovação pelo qual a Instituição vinha passando. A referência ao não cumprimento do dever e a desorientação profissional talvez tenha sido direcionada ao grupo dos tenentes. Estes, de participantes da revolução, foram relegados a coadjuvantes, principalmente a partir de 1934. A atuação dos tenentes na revolução esteve ligada à política e não às transformações feitas no Exército.

O número de janeiro de 1935 trouxe mudanças alarmantes na composição da revista: o editorial, objeto tradicional da revista, foi suprimido, a revista ganhou diversas seções e o grupo responsável diretamente pela revista foi elevado a trinta e dois militares, divididos entre o Grupo de Administração, o Grupo de Redatores e os

---

<sup>262</sup> **Aos nossos representantes e consócios**, em *A Defesa Nacional*, ano XIX, no. 220, abril de 1932.

Auxiliares. O Grupo de Administração era composto pelo presidente, pelo secretário e pelo gerente da revista. Os demais militares faziam parte do Conselho de Administração que atuava junto ao grupo principal. A revista foi dividida em diversas seções, de acordo com os interesses técnico-profissionais do Exército: infantaria, cavalaria, artilharia, artilharia de costa, engenharia, intendência, transmissões, educação física, veterinária, pedagogia, literatura-história-geografia, variedades e estudos sociais. Esta última seção ganhou destaque, pois seus textos frequentemente aludiram à temática do comunismo e da política em relação ao Exército. Seu redator, capitão Correia Lima, iria disseminar, através de seus textos, a corrente ideológica autoritária e a ojeriza pelo comunismo na maior parte dos textos publicados entre 1935 e 1937.

Esta mudança na revista também se refletiria na forma como os problemas do Exército foram tratados. Dos noventa e seis textos sobre as Questões Militares, setenta e um estavam localizados no período de 1931-1934, na revista. A mudança ocorrida a partir de 1935 foi relevante: a partir de janeiro, até dezembro de 1937, existiam apenas vinte e cinco textos sobre as questões militares de um total de noventa e seis. Qual seria a ênfase, então, da revista? No período de 1935 a 1937, existiram trinta e dois textos publicados relativos à política, política e exército, patriotismo e comunismo. Nos textos de política, a corrente ideológica predominante era o autoritarismo. Durante o período de 1931 a 1934, somente vinte textos referiam-se a estas questões e de forma bastante confusa.

Os vinte e cinco textos publicados sobre as Questões Militares, a partir de 1935, permitem supor duas coisas: primeiro, as reformas postas em prática a partir de 1934 serviram para acalmar os ânimos da oficialidade que estava ávida por reformas. Isto, então, diminuiu sua demanda por textos relacionados à requisição de mudanças. Segundo, a mudança de rumo com o novo formato, a partir de 1935, levou a revista muito mais à discussão do caráter político e nacional, embora tenha se tornado uma publicação mais organizada e voltada ao profissionalismo militar. Exemplo desta fidelidade ao profissionalismo é a discussão dos assuntos relativos às provas para admissão na Escola do Estado Maior, que passaram a ser publicadas pela revista a partir de 1935. Esta mudança de rumo permite supor que a revista decidiu agir mais presentemente na disseminação da *política militar*, ou seja, dos parâmetros da política *do Exército*, embora este assunto tenha sido já referido pelos redatores, por volta de 1932. A mudança de parâmetros a partir de 1935

permite supor que houve a vitória da corrente interventora dentro da instituição militar, colocando, assim, *A Defesa Nacional* em importante lugar dentro da formação da mentalidade militar, qual seja, a concepção de que o Exército não podia mais ser “o grande mudo” em relação às questões políticas. Este tópico será melhor elucidado em nosso próximo capítulo.

Os militares compreendem alí a necessidade de discutir as questões nacionais através de sua revista mais tradicional e polêmica. A hipótese de trabalho para a supressão do editorial, a partir de 1935, está ligada à necessidade de coesão do Exército e de disciplina: basta lembrar que McCann acredita que o apoio intelectual para o projeto dos oficiais revolucionários da década de 1920 partiu das páginas de *A Defesa Nacional*, principalmente de seus artigos e editoriais.<sup>263</sup> Sendo o editorial considerado pelos próprios redatores como uma página de *caráter doutrinário*, sua supressão pode estar ligada à necessidade de manter maior coesão dentro da Instituição. Desta forma, o discurso da revista entre 1913-1920 pode ter influenciado de forma decisiva a jovem oficialidade do Exército. O mais curioso é que durante o período de 1935-1937 as reformas não paravam: no relatório de Ribeiro Filho, relativo ao ano de 1935, sérias críticas foram feitas às leis promulgadas por Góes Monteiro e, no entanto, a revista, em três anos, publica a média de menos um texto por mês sobre essas questões. Ou seja, ou o editorial servia de lenha para atizar o ânimo dos militares ou sua exclusão teria sido uma tentativa para fechar a Instituição sobre si mesma, como uma espécie de censura.<sup>264</sup>

Os editores explicitavam nas páginas da revista o porquê de uma transformação tão radical. Já em janeiro de 1935, uma nota alude à necessidade de tornar a revista mais moderna e “risonha”, atendendo assim aos desejos da própria oficialidade do Exército. Para os editores é inconcebível que uma revista com vinte e um anos de existência tenha uma tiragem mensal de apenas 1.500 exemplares contra um corpo de oficiais que, seguramente, representava mais que o dobro deste número. Duas hipóteses foram levantadas para a baixa tiragem da revista pelos

---

<sup>263</sup> MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Companhias das Letras: São Paulo, 2007. p. 278.

<sup>264</sup> Para Hayes, a partir de 1934 a ADN deixou de ser o canal pelo qual os militares manifestavam seu pensamento em relação aos problemas nacionais que os preocupavam. Para o autor, este papel passou a ser desempenhado pela Revista Militar Brasileira a partir de então. IN HAYES, Robert. **Nação Armada. A Mística Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991. p. 162 Embora não tenhamos pesquisado o referido periódico, não concordamos com a afirmação de Hayes, pois, aparentemente, falta comprovação da mesma pelo próprio autor. Hayes não demonstra ter efetuado um levantamento de *A Defesa Nacional*, como também não demonstra ter levantado a Revista Militar Brasileira.

editores: ou os militares não lêem ou “a nossa revista não preenchia o seu fim. Optamos por esta última e aplicamos a solução que nos pareceu melhor para atrair o maior número de assinantes”. A solução encontrada foi sua reestruturação quase que completa: o formato foi alterado, novas seções foram criadas, novos oficiais passaram a compor o grupo responsável pela publicação da revista e o editorial foi suprimido. Nos parágrafos anteriores, referimo-nos também a uma mudança de eixo, a partir de janeiro, em relação aos assuntos discutidos pela revista.

O fato é que a campanha para aumentar o número de assinantes tornou-se ainda mais firme. Ser assinante da revista era, para os seus editores, uma demonstração de amor a profissão, pois a ADN era uma revista militar “única, completa e que há 21 anos vem difundindo o que de mais moderno existe em assuntos militares”<sup>265</sup>. A campanha afirmava que a ADN não pertencia às pessoas ou a sua sociedade e sim ao Exército. Logo, os militares, como integrantes da Instituição, não deviam se conservar indiferentes à sorte da revista. Os editores encaravam com preocupação a mudança de ares da ADN. Justificaram que a tradição não foi quebrada, pois a tradição era representada pelos louros conquistados, até aquele período, por todos os militares que já haviam participado da constituição da revista. Em fevereiro, publicaram nota positiva sobre a aceitação do novo formato de ADN pelos assinantes.<sup>266</sup> Ressaltavam que os atuais dirigentes de ADN eram ciosos da obra construtora da revista e que faziam questão de continuar com esta obra. Os editores conclamavam ainda os antigos participantes da revista para que não findassem com suas contribuições.

Feito este panorama, passamos agora à análise da categoria que intitulamos Questões Militares, sob a qual reunimos todos os textos escolhidos entre os períodos de janeiro de 1931 e dezembro de 1937, que tratem sobre a instituição militar. Divididos em dez temas principais para fins de organização da documentação, estes temas darão origem aos três pontos principais a serem discutidos, apresentados no início deste capítulo.

---

<sup>265</sup> Nota sobre a necessidade de ser assinante de ADN em *A Defesa Nacional*, ano XXI, no. 248, janeiro de 1935. p. 25.

<sup>266</sup> **A Defesa Nacional e seu novo formato**, em *A Defesa Nacional*, ano XXI, no. 249, fevereiro de 1935.

### 3.1 Disciplina e Coesão na Caserna

Com o início da revolução em outubro de 1930, a ADN deixou de circular nos meses de outubro e novembro. Com a vitória do movimento revolucionário, seus editores decidiram lançar normalmente o número de dezembro de 1930. A ADN toma medidas drásticas a favor da revolução: já no editorial de dezembro, juntamente com a lembrança do aniversário de dezessete anos de fundação da revista, os editores publicaram integralmente o programa político revolucionário, principalmente os termos relativos ao Exército e o seu processo de modernização.<sup>267</sup> Os editores frisaram que a revista permaneceria ao lado daqueles que defenderam a honra da Pátria e que trabalhavam pelo reerguimento nacional. Em nota, a revista informava, ainda, a busca pelo auxílio de outros camaradas militares para atuarem na administração da revista. Os militares convidados foram os coronéis Arnaldo de Souza Paes de Andrade, Bertholdo Klinger e Pedro Cavalcante, Tenente-Coroneis Emilio Lucio Esteves e Pedro Aurélio Góes Monteiro, Major Valentim Benicio da Silva e Capitão Gustavo Cordeiro de Faria.

Chama a atenção que todos esses militares alcançariam o cargo de general em pouco tempo; essa era uma nova leva de militares que chegava ao comando do Exército, muitos deles trazendo dentro de si o “espírito novo”, tão aguardado pela oficialidade. A presença de Góes Monteiro era, por si só, significativa do esforço da revista em adequar-se aos novos tempos, unindo os militares e colocando-se, definitivamente, ao lado da corrente vencedora. A presença de Góes era importante também, porque este oficial “deve ser colocado no centro do processo de transformação sofrido pelo Exército brasileiro nos anos 30”, tanto na relação da Instituição com a sua modernização, quanto na relação com a política.<sup>268</sup> Góes Monteiro, durante sua estada em Alegrete, no Rio Grande do Sul entre 1912 e 1916, havia sido representante de *A Defesa Nacional*. Portanto, sua ligação com a revista não era recente. Também em 1919, ao ser transferido para o Rio de Janeiro, Góes Monteiro continuou como representante da revista. Embora não tenhamos identificado produção intelectual de Góes nas páginas da revista, sua participação

---

<sup>267</sup> **Dezessete anos. Retrospecto – Avante! – Programas** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no. 202, 203 e 204. Dezembro de 1930.

<sup>268</sup> BRETAS, Marcos Luiz. O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro-julho de 2008, p. 32.

como representante nos permite inferir que Góes partilhava do ponto de vista dos redatores.

Nesta edição de dezembro a revista também publicou trechos da ordem do dia, expedido pela junta pacificadora em 3 de novembro, onde o General Menna Barreto exorta aos militares que esqueçam as escaramuças passadas e unam-se “em torno da formosa bandeira do nosso Brasil querido”.<sup>269</sup> A exortação do General Menna Barreto justifica-se ao analisarmos a situação do Exército pós novembro de 1931. Certamente, a publicação de apenas este trecho da ordem do dia sugere que os editores de ADN enxergavam o porvir do Exército: a dificuldade em unificá-lo logo após o estabelecimento do governo civil de Getúlio Vargas.

A vitória da participação militar no movimento de 1930 conduziu o Exército ao centro do poder nacional, abrindo espaço para a consolidação do poder militar. Mas, esta consolidação foi fruto de um longo processo de embate de vários grupos militares com interesses distintos, embate este permeado pelo problema geral da indisciplina e da quebra da hierarquia da Instituição. O Exército de novembro de 1930 pode ser dividido em diversos grupos: os tenentes revolucionários; os oficiais ligados às oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, cuja liderança foi exercida por Góes Monteiro e pelo Coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti, militar que comandou a rebeldia em MG e irmão de João Pessoa; militares que se engajaram na revolução enquanto esta acontecia; oficiais que resistiram ao movimento, inclusive de forma armada; e a cúpula militar que conspirou e articulou a derrubada de Washington Luis, aceitando empossar Vargas.<sup>270</sup>

O problema não era apenas do interior da Instituição, simbolizado pelas constantes agitações militares do período; mas, também, do frequente embate político com as lideranças civis, principalmente com os políticos paulistas. O orgulho desses aliados e a insatisfação com a política de Vargas, sobretudo em relação à escolha dos interventores para o Estado, gerariam conflitos que culminariam na revolta de 1932. No âmbito militar, os embates internos só seriam satisfatoriamente resolvidos a partir de 1937, sobretudo com o Estado Novo e a vitória do projeto do grupo militar que consolidou as bases da Instituição. Neste sentido, é revelador o

---

<sup>269</sup> **QG das Forças Pacificadoras de Mar e Terra, 3 de novembro de 1930, Ordem do dia no. 3** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no. 202, 203 e 204. Dezembro de 1930, p. 14.

<sup>270</sup> SANTOS, Moacir José dos. **Pátria e poder: o exército e a construção da nação (1930-1937)**. Tese de Doutorado. UNESP, 2006, p. 85.

fato de que, ainda em 1937, a ADN clamasse a seus leitores pela observação da disciplina no ambiente militar.

O discurso militar em relação à disciplina estava ligado à emergência dos exércitos profissionais, no início do século XIX. A disciplina militar consiste, genericamente, em submeter-se de espontânea vontade a uma cadeia de comando caracterizada pela hierarquia, que é um princípio crescente e lógico da subordinação militar. Obediência, ordem e submissão são palavras frequentemente utilizadas quando se fala de disciplina militar. As atribuições da disciplina tendem a mudar conforme se altera a sociedade em geral. É o que reflete Janowitz, ao afirmar que a instituição militar é um reflexo da estrutura civil.<sup>271</sup> O autor observa que a definição de disciplina pelos militares norte-americanos foi mudando, principalmente a partir do século XX, quando a instituição trabalhava positivamente para mudar sua imagem perante a sociedade e também para deixar de atrair “os proscritos da sociedade civil”. Vimos, no capítulo anterior, como os militares brasileiros também se esforçaram neste sentido, ao vincular a imagem da caserna à causa do civismo, do patriotismo, da disciplina necessária à vida em sociedade. Durante o século XIX, no Exército brasileiro, a questão da disciplina estava bastante relacionada à submissão de soldados rebeldes através de castigos corporais, prática comum e aceita no meio militar, solução única para punir os desvios de conduta de um soldado. Este tratamento, visto por muitos como reflexo de uma sociedade escravocrata, tendia a mudar com as alterações sociais e políticas propostas ao final do século XIX. Ao abolir os castigos, os militares buscavam uma forma menos incisiva de manter a disciplina militar, dissociando a Instituição de qualquer caráter violento a que pudesse ser relacionada em relação aos seus membros.

Para Huntington, o profissionalismo militar só é possível quando estruturado numa hierarquia de obediência, onde cada escalão pode confiar nos seus subordinados.<sup>272</sup> A garantia desta obediência é o compromisso assumido com a disciplina, que é um dos pilares da ética militar. Esta ética militar, entre outros atributos, proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem e da hierarquia como fatores primordiais dentro da instituição militar.

É relevante que este tenha sido um dos problemas mais tratados pelos editores de ADN entre os anos de 1931-1937. Embora tenhamos categorizado

---

<sup>271</sup> JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967, p. 41.

<sup>272</sup> HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996, p. 91.

apenas catorze textos com esta temática de forma explícita no período, ela é frequentemente invocada em textos que refletem sobre outros assuntos. A preocupação era importante porque o Exército em 1931 encontrava-se esfacelado, uma Instituição quase à deriva, por conta de sua anarquia interna. O problema da disciplina tinha suas raízes na quebra do sistema lógico da hierarquia militar. Ao iniciar a revolução, a maioria dos oficiais superiores continuou fiel ao governo de Washington Luis. Muitos passaram para o lado revolucionário, não por uma questão de princípios, mas porque este começou a se delinear como o vencedor do conflito. A revolução, ao tornar-se vitoriosa, acabou por dividir o Exército em dois: um ligado ao Grande Quartel General revolucionário (GQG), que funcionava sob as ordens do coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que não confiava totalmente nas guarnições do Rio de Janeiro; e outro ligado ao Ministério da Guerra, comandado pelo general José Fernandes Leite de Castro.

Aos editores de ADN, este fato não passou despercebido, pois o primeiro editorial do ano de 1931, intitulado “A Unificação do Exército” tratava justamente da necessidade de unificar o Exército sob um só comando.<sup>273</sup> E mais: o editorial acusava ainda a divisão da Instituição em pequenos exércitos regionais, ligados à divisão geográfica estabelecida pela Revolução, isto é, o exército do sul, do norte e do centro. Esses exércitos dividiam-se entre a lealdade ao GQG e ao Ministro da Guerra, o general Leite de Castro. Os editores de ADN aconselharam prudência aos oficiais para que estes retornassem às suas atividades exercidas antes da revolução, para que os estragos causados na Instituição fossem consertados. Estes estragos eram consequência do despedaçamento dos laços disciplinares em todas as partes da organização. Recomendava-se trabalhar pela coesão de soldados, graduados e oficiais, condição indispensável para o funcionamento da Instituição. A solução lógica para o restabelecimento da unidade militar seria a união de todos os militares, sob a reconhecida autoridade do Ministro da Guerra.

O movimento revolucionário, ao aliar-se aos tenentes, aceitou a proposta de anistia dos revolucionários dos movimentos de 1922 e 1924, acolhendo esses homens novamente na tropa. Foram reintroduzidos no Exército um total de quinhentos e oito homens, que haviam sido expulsos da Escola Militar durante a década de 1920, como consequência da participação em movimentos contra o

---

<sup>273</sup> **A Unificação do Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.205. janeiro de 1931.

governo. A chegada desses homens, além de inflar o corpo de oficiais, causou grande revolta naqueles que haviam se formado pela Escola Militar após 1922. E por um motivo bastante óbvio: os anistiados receberam o posto de 1º tenente e foram classificados na lista de promoção à frente daqueles que haviam se formado pela Escola Militar. Sua reincorporação e conseqüente promoção foram autorizadas pelo decreto 19.610, de janeiro de 1931, o qual diminui o intervalo mínimo de promoção de tenente a capitão para um ano, além de dispensar a realização do curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais para a promoção para capitão. Esta ação teve como resultado a revolta de parte do corpo de 1ºs tenentes do Exército que, no ano de 1931, percebia aproximadamente oitocentos e setenta e três homens.<sup>274</sup> Um telegrama foi enviado, em 1932, ao Ministro da Guerra relatando o descontentamento e pedindo medidas enérgicas contra o ocorrido. Quase um quarto do corpo de primeiros tenentes assinou o telegrama; muitos ameaçavam aderir ao grupo em solidariedade. A solução encontrada pelo Ministério foi criar duas listas de promoção, de forma que os anistiados não concorressem com aqueles saídos da Escola Militar.

Em artigo publicado na ADN em fevereiro de 1932, os editores criticam a chegada desses oficiais e mais ainda: em fevereiro o decreto continuava operante, incluindo muitos que não haviam sido anistiados, mas estavam se beneficiando das regras estabelecidas por ele.<sup>275</sup> Para os editores, isto era um absurdo, sobretudo a exigência de apenas um ano de serviço na tropa para a promoção. Argumentavam eles que este período mínimo não possibilitava o estágio obrigatório na tropa para o exercício de comando, pois é insuficiente para apurar as qualidades do militar. Ora, acreditando que “o sistema de promoções é o único meio capaz de permitir o surto da confiança e a existência real da autoridade do comando, realizando a disciplina nos quadros e a instrução proveitosa” este sistema era desestimulador para aqueles que almejavam uma “corporação profissional, formada por elementos de aptidão para a profissão, cujo trabalho assegure a eficiência da tropa e corresponda aos sacrifícios do país”. Era necessário, portanto, revogar o decreto e lançar, antes de 1933, a nova lei de promoções que assegurasse a equidade de acesso aos postos militares e que, de igual forma, valorizasse os custosos cursos de aperfeiçoamento. Os editores advertiam que estas eram considerações lógicas, efetuadas

---

<sup>274</sup> MCCANN, op. cit. p. 393.

<sup>275</sup> **Lei de Promoções** em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, no.218. fevereiro de 1932.

coerentemente com o discurso da revista desde o seu lançamento e efetuadas “exclusivamente com espírito de colaboração aos que dirigem e orientam o Exército”.

A insistência de deslocar militares para postos políticos e administrativos também causou mal-estar na Instituição: havia setenta e quatro militares, principalmente tenentes, ligados a cargos políticos nos estados.<sup>276</sup> Este fato causou a insatisfação da elite política dos estados porque tentou eliminar a sua influência direta no processo. A nomeação de novos interventores atendia aos desejos do movimento tenentista e tinha como objetivo mudar os poderes municipais e pressionar as lideranças, embora o domínio político continuasse assegurado pelos grupos tradicionais. A questão de São Paulo exemplifica esta afirmação. O partido Democrático rompeu com João Alberto em março de 1931, interventor do estado nomeado por Vargas por insistência dos tenentes, sendo ele mesmo um tenentista. A situação se transformou em grave crise política, pois o partido não reconheceu a ação política do interventor, entrando em atrito com a política estadual de Vargas. Conflitos entre o governo estadual e as oligarquias iriam acontecer em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e nos estados do nordeste, embora com menos força.

Se antes da Revolução as oligarquias regionais se batiam em profundas divergências, durante o ano de 1931 as divergências internas seriam eliminadas para se fazer oposição conjunta ao governo provisório de Vargas. Criou-se a Frente Única Riograndense, o Partido Nacionalista em Minas e, o Partido Democrático de São Paulo une-se aos seus opositores do Partido Republicano Paulista. Sua maior bandeira é a pressão pela Constituinte, que acabará culminando no movimento paulista de 1932. Como pano de fundo da crise política, o governo provisório enfrentava uma grave crise econômica, reflexo da crise internacional de 1929 que atingiu especialmente os países baseados na economia agroexportadora, como era o caso do Brasil. Com a retração do consumo, ocorreu a baixa de preço e a falta de créditos estrangeiros. O excesso de produção fez com que o governo comprasse estoques, na tentativa de manter estável o preço do produto. A queima de toneladas de café também foi uma tentativa neste sentido. Estas medidas poucos resultados conseguiram atingir. A crise no setor cafeeiro estendeu-se pelo menos até 1933, quando o governo intervém novamente em favor dos latifundiários.

---

<sup>276</sup> MCCANN, op. cit. p. 389.

Ainda em novembro de 1930, o governo revolucionário decidiu pelo primeiro expurgo de oficiais que não haviam se engajado na revolução. Generais de Divisão, Generais de Brigada e coronéis foram transferidos para a reserva ou para funções administrativas.<sup>277</sup> Esta opção, além de liberar o acesso dos oficiais menores que haviam feito a revolução a cargos de direção dentro do Exército, objetivava eliminar possíveis conspiradores e inimigos da revolução dentro da Instituição. O Exército era a única instituição nacional que o governo revolucionário possuía ao seu dispor; torná-lo de confiança era necessário. Com o expurgo, houve a necessidade de ocupar rapidamente os cargos para não deixar a Instituição sem chefes. As promoções estavam seguindo o propósito essencialmente político, propósito este que Góes lutava para reformar. Uma das suas exigências era que a Comissão de Promoções do Exército ficasse no controle dos revolucionários militares. Em fevereiro de 1931, Vargas assina a primeira lista com os nomes de dez novos generais do Exército. Foram escolhidos os coronéis Raimundo Barbosa, Sotero de Menezes, Almerio de Moura, Franco Ferreira, Parga Rodrigues, Bertholdo Klinger, Mauricio Cardoso, Ferreira Johnson, Guilherme Cruz e Góes Monteiro. Nesta lista figuram dois jovens turcos: Bertholdo Klinger e Parga Rodrigues, além do próprio Góes Monteiro, frequentemente associado às ideias reformistas pregadas pelos jovens turcos.<sup>278</sup> Muitos destes novos generais teriam vida longa na formação do Exército, como Mauricio Cardoso que chegou à chefia do Estado maior do Exército em 1943 por indicação de Góes. Ele próprio, em seu depoimento, afirmou não estar de acordo com estas iniciativas de Vargas. Seu plano era reestruturar a Instituição e fortalecê-la antes de preencher os claros existentes em seus quadros.<sup>279</sup> Este tipo de ação denunciava a existência do velho espírito personalista, que a própria revolução desejava combater.

O GQG foi encerrado apenas no final de abril de 1931. Ao encerrar suas atividades como chefe do Quartel General Revolucionário, Góes publicou seu último boletim, onde fez graves referências à hierarquia e à disciplina no Exército. O texto causou revolta e choque em muitos militares. Em sua edição de maio de 1931, a ADN publicou trechos do polêmico boletim, sob o título de “A Hierarquia Militar e a Disciplina” e também comentários de Góes direcionados àqueles que não gostaram

---

<sup>277</sup> MCCANN, op. cit. p. 389.

<sup>278</sup> Ibid, p. 392.

<sup>279</sup> COUTINHO, Lourival. op. cit. p. 162.

de suas palavras.<sup>280</sup> No boletim, Góes entende que a hierarquia do Exército brasileiro foi formada sobre bases falsas e que, por consequência, ruíra tão facilmente no período revolucionário. Da mesma forma, a disciplina era relacionada à existência de valores negativos entre os militares, principalmente de ordem moral, que advinham do falho sistema de promoções e da má formação de chefes militares que deveriam garantir o respeito e a admiração de seus subordinados. Ali, Góes chegou ao ponto chave de sua fala durante todo o período em que esteve envolvido com as reformas do Exército: a questão das promoções. Para Góes a escolha de chefes competentes era passo fundamental para assegurar a disciplina novamente no Exército. Caso isto não ocorresse, “o chefe se ressentirá da autoridade precisa para levar seus comandados aonde quiser, a disciplina torna-se frouxa, não haverá subordinação consciente, mas apenas forçada, qualquer que seja o posto conferido ao detentor.” Fica claro neste trecho a importância dada pelo autor à necessidade do profissionalismo militar. Este profissionalismo só seria garantido no momento em que a Instituição tomasse para si a responsabilidade de escolher apenas oficiais aptos ao serviço através de sua competência e não por personalismos. Para Góes, é urgente elevar “os mais aptos e pondo em disponibilidade os inaptos a fim de verificar a escala hierárquica e manter indissolúvel o nexo que prende em seus diferentes graus aos outros”. Era necessário selecionar, pois nem todo tenente poderia virar capitão e nem todo capitão poderia virar major. Em cada posto era necessária a seleção. Este discurso era voltado principalmente àqueles que viam na profissão militar a possibilidade de ascendência social ou mesmo de ascendência profissional ininterrupta e constante, pelo simples fato de existir uma escala de comando.

Os editores de ADN se surpreenderam com a reação dos militares em relação ao boletim de Góes. Explicam que a maior parte de suas opiniões já haviam sido publicadas em trabalho encaminhado ao Ministério da Guerra, sobre a possibilidade de uma lei de movimento de quadros. Este trabalho, redigido em 1928, quando Góes era major, teve também a participação do capitão Batista Magalhães, que seria, na década de 1930, um dos importantes editores de ADN. É possível que Góes tenha elevado o tom no Boletim em relação às promoções por conta, não só do decreto

---

<sup>280</sup> **A Hierarquia Militar** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.207. maio de 1931.

19.610 que regulou a entrada dos expurgados, mas também por conta das promoções que estavam sendo concedidas por interesses políticos.

A revolução também desestruturou o ensino militar: todas as escolas tiveram o ano letivo interrompido em outubro de 1930, retornando apenas em abril de 1931. Para os editores de ADN, este é um indicio de que o Exército estava voltando à normalidade. Este surto promissor de trabalho, sintetizado também pelo retorno das escolas sob ensinamentos da Missão Militar Francesa (MMF), é o momento ideal “para dar ao nosso querido exército a coesão, o prestígio e a força de que tanto precisa no momento atual”.<sup>281</sup>

Mas estes não eram os únicos problemas da Instituição: anúncios de conspirações militares chegavam frequentemente ao gabinete de Vargas, indicando que a situação militar era calamitosa. A maior parte dos boatos dizia respeito, sobretudo, em relação à participação do então ministro da Guerra, Leite de Castro nas possíveis conspirações. Já em março de 1931, havia boatos em relação à conspiração, enviados por Olegário Maciel, interventor do estado de Minas Gerais, a Getúlio Vargas. Maciel advertiu Vargas de que um golpe militar estaria sendo arquitetado pelo ministro da Guerra na capital, e a prova seria o não repasse de armas e munição às polícias militares de Minas Gerais e São Paulo, negados pelo ministro da Guerra.<sup>282</sup> Quem passou a informação foi Arthur Bernardes. Como forma de prevenção, Olegário pediu que fosse reforçada a segurança na capital federal e que também se enviasse armamento e munições à força militar estadual de São Paulo, como medida de segurança. Vargas respondeu o telegrama dizendo que a situação na capital era de tranquilidade e que confiava em seu ministro. Mesmo que este quisesse dar um golpe, não haveria condições ‘revolucionárias’, esclareceu Vargas. No mesmo período, Oswaldo Aranha também enviou carta ao presidente, advertindo-o sobre um possível golpe vindo de Leite de Castro.<sup>283</sup> Aranha via com desconfiança a atuação da maior parte dos militares.

Em maio de 1931, também Góes Monteiro envia uma carta a Vargas indicando que o nome do General Isodoro Dias Lopes poderia estar envolvido com um movimento subversivo, descoberto no final de abril de 1931. Góes ainda alerta que no 4º Batalhão de Caçadores, sediado na cidade de São Paulo, existiam oficiais

---

<sup>281</sup> **Reabertura das Escolas** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.207. maio de 1931.

<sup>282</sup> Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, referido a partir daqui como CPDOC/FGV GV c 1931.00.00/4.

<sup>283</sup> CPDOC/FGV GV c 1931.03.00.

que não eram de confiança e que deviam logo ser removidos do Exército. Góes tinha indícios de que praças e oficiais estariam envolvidos em conspirações, ligados a este batalhão. Acreditava que as medidas repressivas e preventivas não deviam demorar “pois todo ato de fraqueza e hesitação poderá nos custar caro”.<sup>284</sup> Talvez os constantes avisos de conspiração que chegavam ao ouvido de Vargas fossem resultado de manobras políticas para desestabilizar o governo.

Um documento enviado a Getúlio Vargas, também em maio, assinado, entre outros, por Góes Monteiro, Juarez Távora e Eduardo Gomes, advertia o presidente de que a revolução pouco havia mudado o país, em termos políticos.<sup>285</sup> Os políticos da república anterior foram apenas substituídos por novos, a criação de um partido nacional não deu certo e o país continuava a caminhar para o desmembramento e esfacelamento. A situação do Exército foi descrita como sendo de anarquia geral: “atritos surgem, abrolham ódios, nascem desconfianças. (...) O Exército acha-se desarticulado”. O documento enumerava, ainda, dois outros problemas que atingiram a Instituição após sua participação no movimento revolucionário. O primeiro deles diz respeito aos oficiais comissionados. Quando estourou a revolução e partes do Exército se lançaram contra o governo federal, muitas unidades estavam sem oficiais ou com déficit, porque todos aqueles identificados como inimigos estavam sendo presos. Para fazer este exército marchar, foi necessária a presença de novos oficiais e muitos sargentos receberam os postos de segundo tenente.<sup>286</sup> Em 1931 eram quinhentos e quatro segundos-tenentes nesta categoria. Sua presença incomodava os oficiais regulares, que os discriminavam, pois associavam a existência do corpo de sargentos aos grupos menos favorecidos da sociedade.

O documento indica, ainda, a existência de duas “mentalidades dominantes” no Exército e que era necessária a existência de uma só mentalidade que desse à instituição a coesão necessária para continuar apoiando o governo revolucionário. É possível que o autor do documento relacionasse essas mentalidades ao posicionamento político dos militares, ou seja, aqueles que estavam contra a revolução e aqueles que estavam a favor. Neste sentido, José Murilo de Carvalho

---

<sup>284</sup> CPDOC/FGV GV c 1931.05.22.

<sup>285</sup> CPDOC/FGV GV c 1931.05.02/1.

<sup>286</sup> De acordo com os regulamentos então em uso, sargentos só poderiam subir ao posto de oficial em casos muito especiais. Os oficiais eram formados pela Escola Militar, de onde saíam como aspirantes, recebendo o posto de segundo tenente pouco tempo depois de deixar a escola. A necessidade por oficiais fez com que sargentos se tornassem comissionados, isto é, foram elevados ao posto de tenente por comissão.

identifica duas mentalidades que dividiam o corpo de oficiais no início da década de 1930: estes dois grupos distintos foram chamados pelo autor de “intervencionistas reformistas” e de “neutros”.<sup>287</sup> O intervencionismo reformista foi uma mentalidade desenvolvida em países de transformação burguesa retardada, como o Brasil. Especialmente ali, esta mentalidade recebeu influência do movimento positivista, cujos resíduos ainda se faziam presentes no Exército, seja através de velhos oficiais que representavam essa corrente, seja através de suas ideias. O movimento dos tenentes, durante a década de 1920, identificou-se bastante com a mentalidade intervencionista, embora tenha se afastado do positivismo por conta do antimilitarismo da doutrina. Os militares ligados a esta corrente acreditavam na intervenção do Exército na política e na necessidade de seu fortalecimento e modernização. Talvez a compreensão de que os políticos nada faziam pelo Exército tenha acentuado a ideia de intervenção. Vimos durante os dois primeiros capítulos como a relação entre políticos e militares foi difícil durante o Império, e a República pouco fez para alterar a situação. Esses militares eram reformistas porque almejavam a reforma da Instituição em vários dos seus aspectos.

Os militares ligados à corrente “neutra” eram aqueles contrários à intervenção na política e que seguiam os ensinamentos da Missão Militar Francesa (MMF), segundo Carvalho. Os militares franceses, em seus ensinamentos, haviam passado a ideia de que o exército, em uma sociedade, deveria ser um “grande mudo”, ou seja, ele não deveria se envolver nas questões políticas de um governo. Embora a análise de Carvalho seja coerente, existe a necessidade de mais pesquisas sobre o impacto e o valor das ideias passadas pela MMF aos militares brasileiros. Resta saber também se essas ideias influenciaram os militares a ponto de separá-los entre “revolucionários” e “não revolucionários”. O caso de Góes Monteiro parece indicar que não existe uma correlação estanque entre os militares alunos da MMF e sua posição durante os primeiros meses do governo revolucionário de Vargas. Góes, excelente aluno dos cursos franceses, chegou mesmo a refletir sobre a questão do Exército como um “grande mudo”, concluindo que isto era necessário para sua própria coesão e eficiência e que a “sua verdadeira e única política é a preparação

---

<sup>287</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.p. 73.

para a guerra”.<sup>288</sup> De qualquer forma, os próprios militares percebiam suas divisões internas e a necessidade de se trabalhar para a coesão destas divisões.

Mas, é conveniente registrar que esta pesquisa indica a existência de outro choque de mentalidades dentro da Instituição: aquele ligado à mentalidade militar propriamente dita, a necessidade de renovação e modernização da Instituição. Portanto, ao referirmo-nos à *mentalidade militar*, estaremos indicando a existência desta mentalidade específica em oposição àquela identificada por Carvalho, que é a *mentalidade política* dos militares. Os editores da revista têm consciência de que existem grupos contrários a esta renovação, sobretudo aqueles ligados à falta de competência profissional e ao personalismo político. Eram militares que, saídos das escolas, galgavam a carreira à custa de interesses e de alianças pessoais. Estes não estavam engajados com a Instituição e pouco faziam pelo seu bem. Suas alianças garantiam o afastamento da tropa e os deixavam próximos da Capital Federal. Por outro lado, existia um grupo ligado ao “espírito novo”, que havia “saído das correntes que combateram pela reforma, que a iniciaram e por ela propugnaram sem desanimar jamais”.<sup>289</sup> Percebemos aqui que este grupo está identificado com os ideais dos Jovens Turcos, em relação à instituição militar, e podem ser considerados como os ‘discípulos’ do trabalho iniciado pela *A Defesa Nacional* em 1913. Portanto, entre tantas divisões, o corpo de oficiais dividia-se, ainda, em relação às questões da própria Instituição.

Em 1º de junho de 1931 Flores da Cunha, interventor do estado do Rio Grande do Sul, enviou a Getúlio Vargas um “manifesto revolucionário”, documento que estava sendo distribuído à oficialidade do Exército e que pregava a luta contra o governo provisório.<sup>290</sup> Em carta, Flores avisava a Getúlio que o contingente da Brigada Militar gaúcha estava sendo reforçado com armamentos mais pesados, além de aumentar o efetivo de algumas guarnições. Esta ação é, sem dúvida, uma medida cautelar, denunciando a desconfiança em relação às guarnições do Exército nacional, aquarteladas no Rio Grande do Sul.

O manifesto, escrito em abril de 1931 e com cinco páginas, possui conteúdo altamente político, sobretudo em relação aos chefes políticos do Rio Grande do Sul. O documento acusa que é a política riograndense que está à frente do Brasil em seu

---

<sup>288</sup> Citado por CARVALHO, op. cit. p. 74.

<sup>289</sup> **O Momento Militar** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 237 fevereiro de 1934.

<sup>290</sup> CPDOC/FGV GV c 1931.06.01/1.

eterno confronto com as políticas estaduais de Minas e de SP. Esta política, que nada tem de revolucionária, não tenciona limpar o Brasil das políticas mesquinhas dos estados poderosos e tem ainda, como objetivo, a dissolução do Exército. O manifesto propunha a total união dos militares para que derrubassem o governo provisório e instalassem um governo militar. Vendo o Exército como a única instituição nacional e desvencilhada de interesses mesquinhos e politiqueros, o autor do manifesto enxergava nesta a única maneira de seguir o curso dos acontecimentos da revolução. O manifesto cita, em vários trechos, a necessidade de unir os revolucionários de 1930, 1924 e 1922, vistos como os verdadeiros obreiros de uma revolução político social no Brasil. Esta frequente alusão pode indicar que o autor do texto fosse um tenente participante destes movimentos ou um militar profundamente simpático ao movimento tenentista da década de 1920. O documento informa o aumento do poder das policias militares, sobretudo de Minas e do Rio Grande do Sul; alude ao desarmamento da guarnição do Exército em Minas, cujos equipamentos estavam em poder da policia militar. O documento evidenciava a divisão de opiniões dentro da Instituição, mesmo entre aqueles que aceitavam a intervenção como medida válida para os militares.

As tentativas de unir a instituição militar e afastar a discussão política de seu interior podem ser representadas pela fundação do Clube 3 de Outubro, organização que deveria organizar o Exército e unir, de alguma forma, o pensamento da Instituição. O Clube 3 de Outubro foi formado para ser o centro da discussão da doutrina revolucionária e também para aumentar o poder de pressão do grupo tenentista, então aliado dos militares revolucionários. Com sede no Rio de Janeiro, o clube abriu representações em todos os estados. Os tenentes foram os principais associados da agremiação, que funcionou até 1935. As causas para o insucesso do Clube estão ligadas às diversas tarefas exercidas pelos seus membros – tarefas políticas e públicas que dificultavam as discussões - e a insistência em fechar o movimento cada vez mais. O clube foi criado sob a liderança de Góes Monteiro e Oswaldo Aranha, ícones do processo revolucionário.

Os tenentes se isolaram como grupo político, ao exigir que somente revolucionários participassem das agremiações criadas, como o Clube 3 de Outubro. Esta ação dificultou a formação de alianças com este grupo. Percebendo a impossibilidade do projeto político tenentista, que se tornou cada vez mais radical e isolado, as lideranças militares tendiam a afastar-se do movimento a partir, já, de

1932. A revolução de 1932 foi um golpe para o movimento tenentista, “abrindo caminho para novos padrões de participação, esvaziando os grupos persistentes da sua força de pressão”.<sup>291</sup> A derrota militar de São Paulo possibilitou o afastamento de oficiais contrários à intervenção, abrindo caminho para a promoção de vários outros militares ligados ao grupo de Góes. A própria Revolução de 1932 revelou os problemas do Exército e tornou-se patente reforçá-lo e unificá-lo. A entrada de Góes Monteiro no Ministério da Guerra e suas decididas ações durante o ano de 1934 sintetizam esta afirmação.

Em relatório publicado em janeiro de 1933, a ADN informou que antes de estourar a revolta paulista havia duzentos e quarenta e quatro sócios que faziam parte da Revista. Com os efeitos da revolta, os editores acreditavam em diminuição deste número e iniciaram nova campanha para que mais assinantes se tornassem sócios. Na opinião dos editores, era “quase inadmissível que haja oficial que não seja sócio de ADN”.<sup>292</sup> Os editores informaram ainda das dificuldades para imprimir a revista na Imprensa Nacional, que o fazia gratuitamente. Este benefício, para ser empregado, requeria que os editores enviassem os originais da Revista com quarenta dias de antecedência à entrega das mesmas. Mesmo neste caso, a Imprensa Nacional se dava o direito de atrasar a impressão do pedido. Ou seja, os editores deveriam possuir originais prontos da revista, de pelo menos dois meses, para que a impressão não atrasasse a entrega. Mas isto também se tornava difícil por conta da falta de colaboração dos militares. Para os editores “esta falta de colaboração tem de ser obviada de qualquer modo, pois além de empanar o brilho da revista, é sintoma de desinteresse pela causa que a sociedade defende”. O relatório não esclarece o número de assinantes ou a tiragem mensal da revista. A suspensão da publicação, por conta da revolta paulista, mostrou como era fraca a teia sobre a qual se assentava a ADN: a própria oficialidade do Exército e sua falta de coesão, ainda em 1933.

De fato, em editorial de fevereiro sobre a necessidade de organização da defesa nacional, a hierarquia não foi esquecida: aos militares é necessário constituir uma hierarquia de valores positivos através do valor técnico profissional dos quadros “nele compreendendo-se a existência de vigor físico, vigor moral, cultura intelectual

---

<sup>291</sup> BRETAS, Marcos Luiz op. cit., p.47.

<sup>292</sup> **Relatório Apresentado à Assembléia Geral que exerceu o mandato de 1931 a 1932** em *A Defesa Nacional* ano XX, no. 224, janeiro de 1933.

e cultura profissional. Sem essa base a hierarquia é falsa”.<sup>293</sup> Em novo editorial, em abril de 1933, o autor faz uma analogia entre o Exército e o catolicismo: este último foi a instituição que congregou brasileiros desde o início da história do país, sendo elemento comum entre os brasileiros de todo o território e elemento impeditivo da desagregação nacional. A relação que o texto estabelece com o catolicismo é associativa: a Instituição se mantém em sua estrutura primordial, congregando os brasileiros através de seus dogmas, graças à força da disciplina e da obediência hierárquica que produz unidade de pensamento e sentimento. O autor convida os militares para que meditem sobre este aspecto do sacerdócio, cuja unidade de doutrina presta um serviço incontestável à Pátria. A associação da profissão militar como um sacerdócio é frequentemente mencionada nas páginas de ADN, sobretudo nos textos que tratam sobre a questão da disciplina militar.

Por outro lado, também os militares traziam o germen da integração nacional, pois a Instituição havia, desde tempos passados, trabalhado para a não desintegração do Brasil. Logo, “As classes armadas são a expressão da atividade verdadeira e mais profundamente nacional, porque são a sede de seu instinto de conservação, o órgão primacial de sua defesa”. Mas, acrescenta o autor, esta organização só é eficiente quando possui uma disciplina válida e vigorosa “derivada de uma doutrina que lhe assegure unidade mental e unidade de ação”.<sup>294</sup> Novamente aqui, aparece a necessidade da unificação da mentalidade no discurso militar. Se antes se clamava pela união em 1931, a nova chamada efetivada por ADN indica que dois anos após a revolução, esta unidade ainda não havia sido convenientemente atingida. O autor termina seu texto pedindo aos militares que contribuam para o revigoramento da instituição militar através da submissão espontânea às exigências do Exército, eliminando divergências pessoais e profissionais em prol da Instituição.

O ano de 1933 não deixou de ser mais um período de combate à indisciplina militar. Desta vez os militares envolvidos em episódios de quebra de hierarquia foram cabos e sargentos. Os movimentos articulados por este setor do Exército tinham ligação com a situação funcional destes militares. Suas reivindicações abrangiam vários problemas identificados pelo grupo como estabilidade, maior possibilidade de promoção e salários mais altos. Um decreto baixado pelo governo

---

<sup>293</sup> **Exércitos Modernos**, em *A Defesa Nacional*, Fevereiro de 1933.

<sup>294</sup> **A Propósito do Momento atual**, em *A Defesa Nacional*, abril/maio de 1933.

revolucionário, ainda em 1930, permitia que sargentos com mais de dez anos de serviço pudessem permanecer na tropa até os vinte e cinco anos; mas facultava ao Exército decidir, a cada final de ano, se renovaria o serviço prestado por aqueles que tinham menos de dez anos, permitindo ou não que estes sargentos continuassem no Exército.<sup>295</sup> O corpo de sargentos produziu, durante o ano de 193, diversos manifestos onde explorava suas reivindicações, além de conclamar aos seus pares que pegassem em armas para lutar contra um regime opressivo e socialmente injusto. Alguns destes documentos traziam claras referências à luta de classes entre a burguesia e o operariado, sendo este último a origem social da maioria dos praças do Exército. Este tipo de discurso acendeu a luz de alarme para a oficialidade militar em relação “a ação dissolvente das propagandas facciosas de doutrinas exóticas”<sup>296</sup>, dentro da própria Instituição.

Em fevereiro de 1934 foi debelado um movimento de caráter comunista, articulado por sargentos e cabos dos quartéis de São Paulo, que deveria estourar no mês de março. Com o apoio da Força Pública e do movimento operário, os sargentos tencionavam irradiar a revolta pelos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Os líderes do movimento seguiam a influência de Fulgêncio Batista, sargento que havia derrubado o governo de Cuba em 1933.<sup>297</sup> Os oficiais do Exército perceberam, a partir deste momento, a situação de abandono a qual tinham relegado seus subordinados:

Urge que contrabatem a dissolução atuando ativamente em prol do núcleo de idéias que representam o nó vital do nosso ressurgimento. Urge que não abandonemos displicentemente os subordinados, principalmente os soldados, cabos e sargentos, permitindo que se tornem fácil presa dos pescadores de águas turvas, cujo principal objetivo tem sido a destruição da força organizada que é um obstáculo à desordem.<sup>298</sup>

Os editores de ADN aconselharam o Exército a prover a assistência material dos corpos de tropa para que estes pudessem desempenhar de bom grado a sua

---

<sup>295</sup> CARVALHO, op. cit. p. 69.

<sup>296</sup> **Sejamos Unidos** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 224 setembro de 1934.

<sup>297</sup> Carvalho, *Revolução de 1930*. p. 159.

<sup>298</sup> **Sejamos Unidos** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 224 setembro de 1934.

tarifa. Acreditavam que a penúria e o desmazelo contribuíam para a desagregação porque afastavam o militar do seu verdadeiro papel, qual seja, a defesa da Pátria. Os editores aconselhavam, ainda, que o superior fornecesse assistência moral para com o seu subordinado, reeducando-o para a coesão da classe, para o sentimento corporativo, propagando ideias que fossem contrárias àquelas ligadas à dissolução e à indisciplina. Encorajava os oficiais que usassem os mesmos métodos utilizados pelos “propagandistas dos novos credos” atuando, decisivamente, para o afastamento de doutrinas que pudessem complicar ainda mais a situação da Instituição:

Em outras palavras, é preciso que haja coesão: que todos cerrem fileira em torno dos mesmos ideais; que pautemos os nossos pensares e procedimentos, dentro de são espírito de harmonia e de cooperação. A agitada evolução social dos nossos dias vem apontando de maneira flagrante, semelhante modo de proceder. É pela coesão, pela união dos indivíduos em torno de ideais constituindo ideologias mais ou menos avançadas, que as novas organizações se tem imposto, a golpes de audácia e de vontade, a serviço de técnica aperfeiçoada, algumas delas lançando mão desse meio para solapar os fundamentos das próprias instituições militares.<sup>299</sup>

Se antes o inimigo da Instituição era a falta de coesão relacionada à existência de diversas mentalidades junto à oficialidade, agora os militares possuíam um novo problema, ligado aos seus próprios subalternos e à infiltração da doutrina comunista dentro dos quartéis. A partir de 1934, portanto, muitas das referências à disciplina feitas pela revista, envolveriam o problema do comunismo e sua infiltração na caserna. O episódio da Intentona Comunista de 1935 representou a culminância de um processo identificado pela oficialidade já em 1931. No capítulo seguinte exploraremos as consequências deste episódio para a instituição militar.

O alerta em relação ao comportamento dos subalternos foi novamente reiterado pela revista em artigo escrito pelo Cap. Irapuan Xavier Leal, intitulado “A mais séria das crises”, em dezembro de 1934. Nesse texto, bastante significativo, o oficial reclama do comportamento dos praças, principalmente nas ruas, onde não respeitam os oficiais. Interessante porque ao final do texto ele cita a importância do

---

<sup>299</sup> **Sejamos Unidos** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 224 setembro de 1934.

trabalho de disciplina dentro do quartel e o papel dos oficiais nesta ação. Ele fala da fobia de quartel, revelando que, ainda em 1930, a oficialidade tendia mais para os trabalhos de gabinete do que de tropa. Para o capitão “a questão essencial da disciplina vai descendo a um segundo plano, o que nos leva a meditações sérias sobre o futuro das classes armadas e conseqüentemente, do nosso país. O panorama é entristecedor”.<sup>300</sup> Ao capitão também não escapou a presença do comunismo em meio aos subalternos:

Temos já um comunismo disfarçado ou atenuado no seio da nossa classe. As últimas conquistas de direito de voto e participações políticas tem feito sentir as suas influencias perniciosas. Precisamos apertar os laços da disciplina, num trabalho de conjunto, de cima para baixo, no interior das casernas e dos estabelecimentos, antes que os membros das classes armadas se devorem mutuamente e desapareçam as únicas instituições em quem a nacionalidade ainda deposita alguma esperança.

A questão do voto, levantada pelo capitão Irapuan, está ligada à promulgação da Constituição de 1934 que possibilitou aos praças o poder de voto nas eleições. A Constituição também não proibiu a participação dos militares como políticos, ao mesmo tempo em que exerciam funções militares. Críticas a este sistema foram feitas pelos editores de ADN em junho de 1934, através do editorial intitulado “A Execução da Reforma”. Nele, os redatores acreditam que medidas deste tipo são efetuadas por tipos que “os quais ou almejam o puro enfraquecimento das classes armadas pela solapa à sua disciplina ou apenas e simplesmente procuram obter a possibilidade de mais alguns votos nas próximas eleições”.<sup>301</sup> O autor, de forma debochada, alude à “maravilhosa dignidade democrática” fazendo de forma sutil uma crítica ao liberalismo democrático. Este ponto será retomado em nosso capítulo seguinte com maior profundidade. O texto acredita, ainda, que “estamos sem dúvida num momento crítico: ou nos reconstituímos ou nos dissolvemos” quando se refere às questões que dificultam a atuação do Exército e que podem ser identificadas como o mal do comunismo, da política dentro dos quartéis e dos personalismos. Vimos, no segundo capítulo deste estudo, como estes dois últimos tópicos, a política dentro dos quartéis e os interesses pessoais, são assuntos correntes no

<sup>300</sup> **A Mais séria das crises** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 227 dezembro de 1934.

<sup>301</sup> **A Execução da Reforma** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 221 junho de 1934.

pensamento crítico dos redatores da revista desde 1913. Vinte anos depois, os militares continuavam a compartilhar das mesmas ideias e continuavam a propagá-las pelas páginas de ADN.

Após a Constituinte, existia a questão do aumento do soldo militar que convulsionava as disputas políticas. O general Guedes da Fontoura chegou a referir-se à derrubada do governo caso os soldos não fossem aumentados. A situação econômica do país era delicada: embora os efeitos da crise de 1929 começassem a se dissipar, os gastos públicos com a revolta de 1932 mobilizavam o Ministério da Fazenda. Este se empenhava em cortar os gastos orçamentários em vários setores do governo a fim de controlar o déficit. Entre 1929 e 1934, a renda real sofrera queda de 40%, logo, os oficiais estavam realmente sofrendo pressão financeira.<sup>302</sup> A crise agravou o ambiente conspiratório, que unia ainda as divergências em relação à Constituição, já promulgada, e a discussão da Lei de Segurança Nacional. Em nosso próximo capítulo falaremos mais detalhadamente destes dois dispositivos. A crise dos soldos, mais uma vez levaria o Exército a uma situação de indisciplina. Alguns elementos estavam utilizando esta questão como pretexto para insuflar os militares contra o governo. Trocas de comando foram efetuadas para afastar conspiradores e retornar a disciplina à Instituição. Como forma de resolver o impasse, o governo autorizou uma gratificação por doze meses, até que o assunto do aumento fosse completamente resolvido.

O corpo de oficiais estava inchado: cerca de mil e setecentos sargentos haviam sido comissionados desde a revolução de 1930 e somente metade havia sido transferido para a reserva, por volta de 1934. Aliado a isso, existiam ainda as centenas de oficiais anistiados, incorporados a partir de 1931 na tropa. Estas adições aumentaram bastante o gasto da Instituição com o pagamento dos soldos. Por conta disso, decretou-se a diminuição do efetivo militar a partir de 1935, a fim de diminuir os gastos da Instituição e possibilitar a conclusão das gratificações. O Exército ainda estava abalado em sua hierarquia e em sua disciplina.

Em janeiro de 1935 tornou-se proibida a participação de oficiais e praças em comícios políticos, prevendo a expulsão do Exército. Em julho do mesmo ano a ADN reproduziu boletins escritos por oficiais, comentando o caso de praças que foram expulsos por terem sido presos em flagrante ao participar de um comício

---

<sup>302</sup> MCCANN, op. cit., p. 460.

político. Este é o comício de Madureira, executado em 28 de maio pela Aliança Liberal, no Rio de Janeiro. Um grande número de militares fardados compareceu ao comício para saudar o nome de Luís Carlos Prestes. Os boletins foram reproduzidos porque trazem, em seu âmago, a questão da importância da disciplina e que o militar, ao se sujeitar à disciplina, renuncia à maior das características humanas: a liberdade. Aqui, aparece novamente a associação da profissão militar como um sacerdócio:

O exercício da profissão militar foi sempre considerado um verdadeiro sacerdócio, pelo caráter votivo do compromisso inicial. Quem não estiver disposto ao sacrifício pessoal da renúncia do direito de agir apenas inspirado nos seus próprios sentimentos, não transponha os umbrais da caserna, porque aos arrependidos só restará o recurso digno da regeneração expressa pela demissão ou reforma.<sup>303</sup>

Ou seja, ao fazer parte da instituição militar e devotar sua lealdade à Pátria, não cabia ao militar que se envolvesse com compromissos de cunho político, que necessitavam atenção e lealdade a questões que nem sempre seriam de interesse militar. A lealdade partidária esfacelava a Instituição e não deveria, em hipótese alguma, ser permitida dentro do Exército. O novo inimigo, identificado agora como sendo o comunismo, é aquele que não dorme, que trabalha para armar a desordem e que não está sendo devidamente tratado pela nação que “regressa á apatia, ao pouco caso, ao desinteresse, às competições de política mesquinha, que dividem, que distraem a atenção e que enfraquecem, dando caso a ação dissolvente dos inimigos da Pátria”.<sup>304</sup> O baluarte da Pátria, a Instituição a qual ela pudesse acorrer era o Exército. Os militares deveriam estar imunes às “intrigas dos maus brasileiros na satisfação mesquinha de interesses pessoais; e que saibamos criar, pela nossa fé, pela noção do dever, pelo sentimento de disciplina e de ordem, pelo espírito construtivo, o ambiente sadio de brasilidade capaz de repelir os inimigos da pátria”.<sup>305</sup>

Em abril de 1937, os editores de ADN veem a necessidade de reforçar o seu brado de alarme às classes armadas. Impõem-se, nesse momento, a justificada

<sup>303</sup> **As Boas normas disciplinares** em *A Defesa Nacional* ano XXII, no. 234 julho de 1935.

<sup>304</sup> **Alerta!** em *A Defesa Nacional* ano XXIV, no. 255 abril de 1937.

<sup>305</sup> **Alerta!** em *A Defesa Nacional* ano XXIV, no. 255 abril de 1937 **Alerta!** – Abril de 1937 – a redação.

necessidade da coesão devido à presença de fenômenos dissociadores da integridade nacional. Mas que fenômenos são esses? O texto chama a atenção para a persistência do predomínio político dos grandes estados, afirmando que as polícias militares estaduais continuam a crescer, embora o governo central tenha limitado seu poder. O texto acusa a corrida armamentista iniciada por essas polícias e denuncia a frequente chegada de material bélico vindo do exterior. Para o autor do texto, o Brasil vive um período de anemia patriótica que pode ser representado também pela intensa imigração que provém ao país dia após dia. Para os militares, a questão da imigração é um ponto que representa perigo, pois a maior parte das colônias se estabelece em zonas fronteiriças e elas possuem pouco alcance do governo central. O autor também atribui ao Exército a defesa do patrimônio, da propriedade, da cultura e da consciência nacional frente ao comunismo. Para os militares, é necessário “a manutenção da ordem interna, com a coesão e disciplina do Exército, é presentemente, na hora grave que atravessamos, a melhor garantia da integridade da pátria”.<sup>306</sup> Os militares garantem que suas espadas não pertencem a homens e nem a partidos políticos; servem unicamente para combater quem pretenda perturbar a ordem.

### **3.2 Organização e renovação militar**

Em 1930 a Inspetoria do 2º Grupo de Regiões Militares, sob ordem do Estado Maior do Exército, escreve um relatório sobre a situação da Instituição. Seus dados são alarmantes, pois a conclusão a que se chega é que “no Exército tudo falta ou nele existe deformado ou atrofiado”.<sup>307</sup> O documento cita ainda que o armamento é deficiente, velho, mal conservado e insuficiente; o serviço militar é uma ilusão pelos contingentes que incorpora; a justiça militar é precária; a hierarquia uma inexpressão; a instrução é livresca e escolástica, sem amplitude, progressividade e persistência; o aquartelamento é medíocre e o aparelhamento material é quase nulo: não há viaturas, não há equipamento, não há arreamento. O relatório concluiu que

---

<sup>306</sup> Ibid.

<sup>307</sup> “Plano Geral de ação para a organização definitiva do Exército” Arquivo Góes Monteiro, Arquivo Nacional (AGM-NA). Microfilme 051.91 SA 678.

para a defesa nacional, o Exército estava desorganizado. O autor do relatório chegou à conclusão de que:

O exército nada mais é hoje do que um conglomerado de homens de cultura variável, todos cheios de muitos direitos de que não cisca, de obrigações implícitas e explícitas de que tem vaga notícia, arranjados “a La diable” numa pseudo-hierarquia. Esses homens vivem grupados nos diferentes elementos da organização, exercendo, em maior parte, maquinalmente os deveres inadiáveis de uma burocracia quase inútil, quando exercem deveras... A defesa nacional, que pode ela ser si construída sobre tais fundações?<sup>308</sup>

A sinceridade do oficial que escreveu o relatório era notável. Ele completa, ainda, que não existia viação férrea militar no Brasil e, mesmo as ferrovias disponíveis careciam de reparos para serem usadas em caso de mobilização; não existia organização industrial capaz de aproveitar os recursos do país em caso de guerra; e não existiam reservas de homens instruídos e organizados, pois o serviço militar era tão falho, que o processo não supria a quantidade de homens necessários na tropa. O autor não deixa de notar que todo este estado de coisas era agravado com a agitação política que, desde 1922, invadiu a caserna. Esta agitação era agravada, ainda, pela má influencia dos políticos sobre o Exército.

O relatório indica, então, as soluções que deveriam ser tomadas para a correção dos problemas. Era necessário “organizar seus quadros, instruindo-os, educando-os, hierarquizando-os convenientemente para que se tenha pessoal capaz de fazer a guerra”. Logo, uma série de medidas seriam cabíveis, como um regime de promoções lógico e honesto, uma lei de movimento de quadros que repartisse equitativamente o ônus e as vantagens do serviço, a reorganização do Alto Comando, a dotação imediata dos recursos necessários e a instrução dos quadros. Todas estas ações seriam, portanto, contempladas com as reformas na organização militar, a partir de 1934.

Desta forma, durante o período de 1934-1935, uma série de leis e decretos foi lançada com o intuito de remodelar o Exército Brasileiro. Buscou-se, nesse período, lançar reformas básicas a fim de reestruturar a Instituição, que ainda sofria com efeitos da década de 1920 e do movimento de 1930. Na opinião de João Batista Magalhães, essas reformas “formam um conjunto de capital importância definindo

---

<sup>308</sup> “Plano Geral de ação para a organização definitiva do Exército” Arquivo Góes Monteiro, Arquivo Nacional (AGM-NA). Microfilme 051.91 SA 678 .

uma reestruturação geral do mecanismo militar”.<sup>309</sup> Também Cláudio Moreira Bento define o período como “a maior expressão e progresso relativo [ao Exército] ao longo do processo histórico brasileiro”.<sup>310</sup> As reformas dar-se-iam, sobretudo, em termos de promoções, organização geral do Exército e Ministério da Guerra, efetivos e equipamentos. Esta é uma discussão em que os editores de ADN iriam participar efetivamente. Suas observações seriam importantes, pois a revista era um canal de discussão para toda a oficialidade do Exército.

Os pontos abarcados pelas reformas foram aqueles que a ADN bateu tradicionalmente desde seu início. A campanha efetuada entre 1931 e 1934 em favor das reformas foi tal que mais de cinquenta textos foram dedicados a este assunto. Tanto editores quanto colaboradores se esmeraram para ter uma média de mais de um texto publicado por mês sobre a necessidade das reformas. Esses textos, divididos entre artigos, editoriais e notas, ressaltavam aspectos importantes para garantir que as reformas fossem feitas e funcionassem, tais como: a cobrança em relação aos superiores, que deveriam trabalhar mais para garantir vida à organização militar; a ideia de que faltava continuidade nas soluções para o Exército; a consciência de que as mudanças eram feitas, muitas vezes, sem discussão no meio militar e sem um objetivo específico de ação. Muitos destes artigos eram anônimos, principalmente aqueles de caráter mais crítico em relação à instituição militar. Certamente que os jovens turcos eram um grande exemplo a ser seguido e a consciência de continuidade do trabalho iniciado por este grupo em 1913 permeia muitos textos.

Em fevereiro de 1931 o 1º tenente Segadas Vianna publica artigo sobre o que considera um assunto de capital importância: a organização do Exército. Seu texto, de caráter bastante complexo, reflete sobre a organização geral do Exército, dotação de armas entre pelotões, tamanho das divisões de infantaria, batalhões e especificidades de cada arma. A organização proposta pelo tenente visava a acabar com o Exército teórico, de papel, que não existe na prática e é um perigo ao país. Este “Exército de papel” era percebido por todos os oficiais que serviam em tropas quase inexistentes, com dotação mínima de soldados ou mesmo unidades misturadas que não possuíam armamento, além da falta de efetivos. Esta situação já

---

<sup>309</sup> MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998. p. 344.

<sup>310</sup> BENTO, Cláudio Moreira. **O Governo de Getúlio Vargas e a sua projeção na evolução da Doutrina Do Exército (1930 - 45)**. Artigo disponível em <http://www.ihp.org.br/docs/cmb20040825.htm>, Acesso em setembro de 2009.

havia sido notada por muitos militares e já ocorria no Exército há bastante tempo. Góes Monteiro, ao ser transferido para o 3º Regimento de Cavalaria Independente, em São Luis Gonzaga, em 1929, acusou a falta de oficiais para instruírem o regimento, que possuía 600 soldados. De acordo com Góes, existiam apenas 4 oficiais, 15 sargentos e 20 cabos, além da falta de munição, alojamentos adequados e animais.<sup>311</sup> Para o tenente Vianna, a Revolução ocorrida em outubro de 1930 “deu-nos alento para manifestar nossa opinião que talvez por diferir totalmente da organização existente esteja eivada de erros que, entretanto, foram cometidos e trazidos à publicidade no nobre intuito de colaborar para a grandeza do Exército nacional”.<sup>312</sup>

Os militares tinham consciência de que o maior problema do Exército era a falta de continuidade do trabalho. Realizavam-se as reformas, mas sem objetivos específicos, de forma que tudo voltava ao normal em pouco tempo. Este ponto de vista é explicitado pelo editorial publicado em julho de 1932, intitulado “A Reconstrução Militar”. O autor acreditava que a falta de continuidade era um problema característico do quadro político-militar do Brasil e que este era o grande mal que impossibilitava a Instituição de progredir:

Mal decretadas nossas reformas, muitas vezes mesmo, quase sempre sem que tenham tentado ao menos executá-las, pensamos logo noutras como que se estivéssemos crentes que do simples fato de decretá-las devessem resultar todos os frutos almejados. Assim, algum progresso que temos logrado alcançar sob certos aspectos, tem se operado por força de circunstâncias que o homem é impotente para aniquilar. Mas esse progresso é incompleto, insuficiente, anárquico e tumultuoso...

Para mudar este progresso incompleto era necessário que os homens que fizeram a revolução corrigissem os erros do passado e se debruçassem sobre a planificação da reforma militar, estabelecendo objetivos coerentes que deveriam ser buscados dentro de um limitado espaço de tempo. Caso não se observasse este imperativo “reforma alguma do organismo militar ascenderá acima do valor de um *chiffon de papier*, se não prover as necessidades do comandado e da administração em pessoal a altura dos respectivos misteres”. Estas necessidades poderiam ser

---

<sup>311</sup> BRETAS, Marcos Luiz op. cit. p.38.

<sup>312</sup> **Organização do Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.206. fevereiro de 1931.

facilmente identificadas pelos militares e estavam ligadas ao problema da defesa nacional, das promoções no organismo militar e do rearmamento da Instituição.

Portanto, uma das grandes preocupações dos militares nesse momento era a existência de um órgão que estivesse voltado para a preparação do país em relação à defesa nacional. O General Menna Barreto sugere, nas páginas da revista, a criação do Ministério da Defesa, órgão que reuniria as três armas (Exército, Marinha e Aviação) para trabalharem de forma conjunta nos planos de guerra e mobilização para a defesa nacional. Os estados maiores de cada força ficariam como consultores do Ministério, não perdendo a sua função primordial ligada à organização, instrução, mobilização, preparação do Exército para a guerra. Esta sugestão constaria dos planos de Góes Monteiro quando este tornou-se Ministro da Guerra. Em relatório apresentado a Getúlio Vargas, Góes insistia na criação do Conselho Supremo da Defesa Nacional, órgão com funções análogas àquelas imaginadas por Menna Barreto em 1931.<sup>313</sup>

A preocupação dos militares em relação ao descaso com o Exército possui variados motivos. Em caso de conflitos internos o Exército estava mal aparelhado para a luta; em caso de conflitos com os países vizinhos, a capacidade de mobilização era quase nula; em caso de conflito exterior além mar, a falta de um exército forte poderia prejudicar o país, não só em caso de ataque, mas também como fator de pressão internacional, no caso da divisão dos países envolvidos em aliados e inimigos, da forma como ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial. Todas essas preocupações estavam estampadas na revista e serviam de justificativa para a remodelação e o rearmamento do Exército. Além disso, era necessário preparar a nação para a mobilização geral em caso de guerra.

Esta preocupação com a mobilização da nação surgiu durante a Primeira Guerra Mundial, quando este conflito se tornou total ao envolver os países de forma complexa nas tramas da batalha. A guerra aérea mostrou que, enquanto houvesse autonomia de voo, nenhum território estaria fora do alcance de uma bomba. A infantaria motorizada diminuiu o tempo de marcha dos exércitos, aumentando consideravelmente a área de batalha. Estes aspectos estavam claros para os militares brasileiros e foram aprofundados com os ensinamentos dos militares

---

<sup>313</sup> Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

franceses pela Missão Militar de Instrução, que ministrava suas aulas nas escolas de comando do Exército desde 1921.

O Estado-Maior considerava a capacidade defensiva do Exército desastrosamente fraca. E atribuía a situação aos interesses e influências locais e regionais que tornavam o governo central politicamente fraco e às elites, que não sentiam ou compreendiam a necessidade da organização militar. Concluiu que “não é favorável a situação histórica atual aos interesses da segurança nacional”. O Brasil estava num “ponto crítico de sua evolução”.<sup>314</sup> Um relatório produzido em 1934 pelo Estado-Maior, sob o comando do General Andrade Neves, indicava que o Brasil estava “militarmente desorganizado” e faltavam-lhe os meios para conduzir uma guerra.<sup>315</sup> O inimigo, nesse caso, era a Argentina, que poderia obter aliados como o estado do Paraguai, por exemplo. O Estado-Maior enfatizava também o problema dos transportes. Dificilmente, dada a falta de comunicação das estradas de ferro entre estados e a quase inexistente pavimentação de autoestradas, uma mobilização efetiva das tropas poderia ser posta em prática. O relatório dizia ainda que “como estão, as linhas do Rio Grande do Sul que se comunicam com linhas argentinas apenas facilitarão uma invasão”. A preocupação era antiga. Em 1927 o General Tasso Fragoso lança também um relatório em que contrastava a prontidão argentina em comparação com a desorganização brasileira.<sup>316</sup>

Desta forma, os constantes conflitos, tanto dentro do território nacional quanto fora, estimularam a organização do primeiro serviço de inteligência militar moderno do Brasil. Estudos minuciosos sobre a capacidade militar não só do Brasil, mas também dos países vizinhos, através de informações coletadas discretamente pelos respectivos adidos militares, serviram de base para os projetos futuros do Exército antes da Segunda Guerra Mundial.<sup>317</sup>

Os militares compreendiam a complexidade do tema e em março de 1932 assinalaram a importância de se existir um representante, ou representantes do Exército e da Armada na constituinte. Sua presença deveria assegurar que os problemas da defesa nacional estariam bem balizados na nova carta constitucional. Os órgãos militares na Constituinte assegurariam, também, a necessidade de se definir precisamente o papel do Exército no Estado para que “não seja possível a um

---

<sup>314</sup> MCCANN, **A Nação Armada...** p. 70.

<sup>315</sup> *Ibid*, p. 65.

<sup>316</sup> Relatório referido em nosso primeiro capítulo, respectivamente nas páginas 44 e 45.

<sup>317</sup> MCCANN, *op. cit.*, p. 445.

governo, por vistas articulares e insuficientes, aplicá-las para conseguir fins diferentes, nem a essas forças fiquem motivos de rebelião”.<sup>318</sup> Certamente aqui, o autor do editorial se referia à Constituição de 1891 e à existência do polêmico artigo 14, que determinava a função das forças armadas e sua lealdade.

Para os militares, ao debruçar-se sobre o problema da defesa o país poderia resolver vários de seus problemas que criavam entraves à vida nacional, problemas estes oriundos de erros políticos. Entre os problemas enumerados estavam a imigração forçada e mal preparada, a falta de uma rede de comunicações, o desenvolvimento excessivo do espírito regionalista e uma economia ilógica, que não levava em conta as riquezas naturais do próprio país. A consequência destes erros políticos seria “um progresso anárquico, constantemente perturbado por crises e comoções de toda a sorte, exotismos e reações mais ou menos violentas”, retrato daquilo que havia sido o Brasil até então.<sup>319</sup> O editorial alertava, ainda, para a importância da hierarquia em um exército moderno e que este era caracterizado pelos seus quadros, que deviam ser competentes e bem formados. As forças militares constituem-se como fatores de progresso na história dos povos desde que “logicamente organizadas e inteligentemente empregadas. Assim não sendo podem até tornar-se perigosas por se converterem em elementos de desordem ou criarem tendências retrogradadas...”<sup>320</sup>

Nesta perspectiva, o Exército deveria agir como uma instituição unida para facilitar a defesa nacional. Os movimentos anteriores mostraram que a falta de coesão era um fator chave que acabou por determinar o fracasso dos movimentos. Segundo McCann: “Com a República Velha em ruínas depois de 1930, com a liderança paulista desacreditada pela revolta de 1932, o Exército passou a procurar outras soluções para o problema político, enquanto aumentava a pressão na instituição por soluções de defesa imediatas”.<sup>321</sup>

A forma como outros países tratavam a questão da defesa nacional era trazida às páginas de ADN, como exemplo válido de como o Brasil poderia lidar com os seus próprios entraves. Durante o ano de 1934, uma série de artigos traduzidos das páginas da *Revue Militaire Française* serviu, neste sentido, ao apresentar como países como os Estados Unidos, a Itália e a Bélgica lidavam com a delicada questão

<sup>318</sup> **A Constituição e a Defesa Nacional** em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, no.220. março de 1932.

<sup>319</sup> **Exércitos Modernos** em *A Defesa Nacional*, ano XIX, no.231. fevereiro de 1933.

<sup>320</sup> *Ibid.*

<sup>321</sup> MCCANN, **A Nação Armada...**, p. 71.

do orçamento nacional e a defesa nacional. Estes países foram escolhidos porque tornaram públicas as suas principais ações neste sentido. Os editores de ADN tinham a consciência das diferenças em relação às necessidades destes países e do Brasil, mas acreditavam que os obstáculos encontrados por eles eram, de alguma forma, similares aos do nosso país.

A insistência na temática da defesa nacional e da necessidade de rearmar o Exército despertou as críticas de correntes pacifistas. Durante todo o período analisado, os militares publicaram extensos artigos sobre a relação entre pacifismo e a instituição militar. Em um deles, escrito pelo Cel. João Pereira em julho de 1935, é exposta a situação de países como Japão, Alemanha e Rússia, que estavam em franca corrida armamentista. Nesse cenário, não existia espaço para a paz, afirmava o Coronel. O autor comenta o perigo que representa o despreparo de uma nação frente à guerra e cita como maior perigo para a nação a existência de ideias que afirmam que:

O patriotismo é coisa que já passou de moda; que a guerra é um crime; que as forças armadas são o principal freio do progresso; que a carreira das armas amesquinha os caracteres; que a caserna é um muladar de vícios e perdição; que o serviço militar obrigatório é uma violência contra a liberdade humana; que as glórias militares não são dignas do menor respeito – os que assim procedem, realizam obra eminentemente satânica para seu país.<sup>322</sup>

Para o autor, os disseminadores dessas ideias eram professores, escritores, jornalistas e parlamentares, completamente contra as despesas que se faziam com a defesa nacional e chegavam a considerá-las mesmo como inúteis. O texto levanta a questão sobre a qual os militares se esforçavam por compreender: porque a sociedade incompreendia o valor da instituição militar? As palavras do Coronel nos levam a pensar que ainda na década de 1930 o Exército lutava para modificar sua imagem perante a sociedade, de que seria uma Instituição amoral e violenta. Mesmo com as campanhas a favor do serviço militar, este continuava a ser “o espantalho, o monstro, o papão, diante do qual fogem, tomados de terror e pânico, justamente os jovens brasileiros que, pela sua inteligência e pela sua cultura, mais deviam contribuir com sua presença nas fileiras, para que o nosso exército pudesse ter, da

---

<sup>322</sup> **O dever supremo** em *A Defesa Nacional* ano XXII, no. 234 julho de 1935.

sociedade, a consideração de que é, incontestavelmente, digno”.<sup>323</sup> O coronel continua o trecho afirmando que quem vem à caserna são os patrícios pobres e sem educação

Estas concepções sobre a instituição militar só podiam mudar através da própria mudança de hábitos da própria Instituição e isto estava ligado diretamente à necessidade de se dotar o Exército de maior trabalho e de melhores oficiais. Em março de 1932 o capitão Filinto Abaeté publica um artigo na revista, intitulado “O Problema do Exército”, onde aborda justamente estas questões. Acredita que a maioria dos oficiais não deseja trabalhar no interior e aqueles que o fazem acabam esquecidos nas guarnições interioranas por questões políticas. Rechaça os oficiais de gabinete e acredita ser necessário fixar, por lei, o tempo certo que cada oficial deve se manter em uma determinada função, não só para garantir a sua promoção, mas a sua própria carreira. Cita a MMF como uma missão incompreendida, pois começou seu trabalho com oficiais muito novos e pouco aguerridos e que não colocaram/não puderam pôr em prática seus conhecimentos, pelo choque enfrentado com aqueles oficiais que não haviam participado dos cursos da missão. Para o capitão “houve o erro grave de se iniciar a evolução por baixo, quer dizer, criando futuros chefes ao invés de tornar os existentes capazes. O resultado não se fez esperar. Oficiais com os cursos de missão, ciosos e compenetrados dos seus deveres, não podiam trabalhar, devido à má vontade dos que não tinham evoluído e que não estavam mais em condições de evoluir”.<sup>324</sup>

Esta crítica ao trabalho da MMF também foi feita por J.B Magalhães, redator de ADN entre os anos de 1927 e 1934. Para Magalhães, o que ocorreu foi uma inversão das características fundamentais da hierarquia, pois os oficiais saídos dos cursos da MMF eram mais bem instruídos que seus chefes. O autor acredita que este foi um reflexo da acentuação de um estado de indisciplina no Exército durante a década de 1920.<sup>325</sup> Para o capitão Abaeté, era necessário combater “a inércia dos velhos” que não estavam mais em condições de serem chefes e nada mais esperavam da carreira. Era necessária uma lei real de promoções e uma lei que regulasse a movimentação dos oficiais pela tropa, estabelecendo restrições e obrigações para que o oficial pudesse galgar postos mais altos da hierarquia.

---

<sup>323</sup> **O dever supremo** em *A Defesa Nacional* ano XXII, no. 234 julho de 1935.

<sup>324</sup> **O problema do Exército** em *A Defesa Nacional* ano XIX, no. 214 março de 1932.

<sup>325</sup> MAGALHÃES, op. cit. p. 330.

Das reformas necessárias para a instituição militar, talvez a mais requisitada pelos editores de ADN tenha sido a Lei de Promoções. A nova lei só entraria em vigor em março de 1934. Até lá, muitos textos abordariam este assunto. Essa lei era uma aspiração da revista desde o seu aparecimento. A lei em vigor, datada de 1891, considerava aspectos bastante subjetivos e pessoais no acesso às promoções. Seus critérios perduraram, com pequenas reformas, até que em 1928 foi considerado necessário para promoção por merecimento, o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO). Esta foi uma exigência incluída na lei por influência da MMF. Era necessária uma nova transformação desta lei, visto que o Exército estava se modernizando. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, durante a década de 1920 esta lei sofreu duras críticas, inclusive do Ministro Civil da pasta de Guerra, Pandiá Calogeras (1919-1922).

Novo projeto para as promoções surgiu no governo de Washington Luis (1927-1930) e, em outubro de 1931, foi distribuído aos oficiais para que estes iniciassem uma discussão sobre o assunto. Este projeto possuía dois princípios fundamentais: a promoção não seria efetivada levando-se critérios pessoais em conta; o simples desempenho das tarefas comuns não seria condição *sine qua non* para a promoção. Os militares acreditavam que seria necessário mais do que trabalho, mais do que dedicação na Instituição. A nova lei, em realidade, burocratizaria o processo de promoção: era necessária uma ficha em poder do oficial comandante, onde este anotaria as qualidades de seus oficiais subordinados; estas anotações dariam origem a diversos outros documentos e o processo era bastante longo e demorado. A preocupação não era apenas em burocratizar e legitimar o acesso dos oficiais aos postos mais altos, mas também em deixar o processo mais claro – a burocracia – e dar lugar àqueles que realmente possuíssem um *espírito militar*.

A questão das promoções estava ligada diretamente à competência profissional dos quadros e a organização do Exército. Em janeiro de 1933 o editorial intitulado “*Clama ne cesses*” fala sobre a necessidade de se possuir quadros instruídos e promoções sérias no organismo militar.<sup>326</sup> Para o autor, de nada adiantaria dotar o Exército de abundância de material bélico ou de riqueza de efetivos enquanto não se assegurasse a existência de quadros capazes, na mais

---

<sup>326</sup> **Clama Ne Cesses** em *A Defesa Nacional* ano XX, no. 224 janeiro de 1933.

lata compreensão do que é ser capaz. Mas o que é ser capaz, para esses militares? A definição de um bom militar está ligada ao manejo da tropa, ao cuidadoso exame intelectual e à capacidade de estar em constante aprendizado através das escolas militares. Estas qualidades eram repetidas em diversas passagens dos textos reproduzidos em *ADN*. O autor finalizava seu texto se perguntando por que não existem regras impessoais para se galgar os postos da hierarquia? Por que os interesses individuais predominavam sobre os interesses da classe militar e, por consequência, da própria nação? A lei de 1891 havia deixado profundas marcas no corpo de oficiais do Exército brasileiro e a renovação dos seus quadros pela revolução era a esperança de que algo neste sentido pudesse mudar.

Esta esperança fica clara quando encontramos nas páginas da revista a consciência de que o Exército possuía chefes de nova formação “saídos das correntes que combateram pela reforma, que a iniciaram e por ela propugnaram sem desanimar jamais”.<sup>327</sup> Estes militares eram fruto do trabalho das escolas, eram aqueles que acompanharam de perto o trabalho iniciado pelos Jovens Turcos e pela *A Defesa Nacional*, reunidos em torno de seu núcleo coeso e forte. Eram militares que iniciaram suas carreiras, saídos das escolas no início da década de 1910 e que, sem padrinhos políticos, foram designados para servir em guarnições distantes, perdidas no interior do Brasil. Sem o apadrinhamento político ou militar, estes homens estavam fadados ao esquecimento.<sup>328</sup> A troca de comando e a chegada de novos rostos aos altos postos da hierarquia militar davam a ideia de renovação a qual almejavam os militares. Finalmente, “parece podermos estar seguros de que entramos decisivamente em nova fase...”<sup>329</sup>

Em março de 1933, um enorme editorial é publicado na revista e seu conteúdo é bastante sugestivo a respeito do choque de mentalidades militares que ocorria dentro do Exército. O oficial que o escreveu deixou claro que a maior parte da oficialidade não estava disposta a mudar seus hábitos para que uma Instituição reformada pudesse surgir. Faltava trabalho, faltava empenho e o autor evocava, então, que faltava compreensão, por parte dos políticos, do papel das forças armadas na sociedade. Para o autor “nossos dirigentes nunca se aperceberam da verdadeira importância das classes armadas. Desconhecem-nas, nada veem de

---

<sup>327</sup> **O Momento Militar** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 237 Fevereiro de 1934.

<sup>328</sup> **O problema do Exército** em *A Defesa Nacional* ano XIX, no. 214 março de 1932.

<sup>329</sup> **O Momento Militar** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 237 Fevereiro de 1934.

suas virtudes, papel, necessidades, etc. Alguns tentaram vagamente melhorar suas condições, mas fizeram-no sem conhecimento de causa, sem objetivo (...).<sup>330</sup> O texto adverte que, mesmo sem o trabalho de muitos, o movimento pela reforma continua. Refere a necessidade de se corrigir a lei de promoções, que deixa a maior parte do mérito ao julgamento individual, dando margem a personalismos que não deveriam estar presentes na Instituição:

É um exemplo frisante o que se passa no Exército com a questão das promoções. Para alguns indivíduos os erros residem na inaptidão dos homens encarregados de satisfazer as funções relativas à execução das promoções; para outros o mal se encerra no mecanismo pela qual se efetuam as promoções. (...) uma meditação menos sujeita a preconceitos mostra que há falhas graves no mecanismo atual (...) A lei define o merecimento a *voilà d'oiseau* e não diz como se apura e compara esse merecimento. Deixa, portanto, 95% ao critério individual dos julgadores, para o qual não estabelece orientação nem restrições. Portanto, qualquer reforma da atual lei de promoções que suprima tais lacunas, será útil e produzirá efeitos salutares, embora não elimine totalmente todas as causas de imperfeições.<sup>331</sup>

O texto adverte que é necessário lutar sem cessar, que é necessário ter fé nas coisas e trabalhar por isto. É necessário, além da reforma material, uma reforma de hábitos e costumes que estão por toda a sociedade brasileira, entre eles a corrupção e o clientelismo. Portanto, os militares interpretavam sua condição como parte inerente da desorganização da sociedade brasileira. Por isto, a principal reforma a se efetuar na instituição militar seria uma reforma de mentalidade, de hábito e de costume.

As reformas na instituição militar iniciam-se em 1933. Para os editores de ADN era reconfortante que finalmente o Exército começasse a sair do caos ao qual a desordem política o conduziu. Prova disso seria a eliminação quase completa das “manifestações ostensivas de indisciplina, de subversão hierárquica, e os diversos órgãos recomeçaram seu funcionamento sistemático, muito embora ainda combalidos e deficientes”. O ano de 1933 foi de grande valia para os militares, de acordo com o editorial: lançou-se o novo regulamento do ensino militar, a nova lei do

<sup>330</sup> **Porque desanimar?** em *A Defesa Nacional* ano XX, no. 226 março de 1933.

<sup>331</sup> **Porque desanimar?** em *A Defesa Nacional* ano XX, no. 226 março de 1933.

Serviço militar e os exercícios de manobras das regiões militares foram retomadas. Foi durante o ano de 1933 que a lei de movimento de quadros e a lei de promoções foram estudadas e escritas, para serem lançadas em 1934. Registra ainda, o trabalho que vinha sendo feito pelo representante militar na constituinte, que apresentou as necessidades da segurança nacional que deviam estar presentes na nova carta constitucional.

Em janeiro de 1934, novo editorial chama atenção ao processo de promoção, pois “em todos os escalões as recompensas elogiosas envolvem de roldão vadios e trabalhadores, eruditos e ignorantes. E nas recompensas concretas, em regra, se esquecem os que mais as enriquecem”.<sup>332</sup> O autor esperava que o novo ano que se iniciava trouxesse consigo mudanças na conduta dos militares, pois “o simples desejo de agir direito, revelado pela própria conduta contribui mais energicamente para formar o ambiente sadio de que necessitam o Exército e a Pátria”. Era isso que os militares esperaram: construir a base para o edifício da grandeza militar e, conseqüentemente, do próprio País.

As reformas principais requeridas pelos militares são promulgadas no início do ano de 1934 e coincidem com a chegada do general Góes Monteiro à pasta de guerra. As reformas iniciadas neste período são, em grande parte, por conta da influência de Góes.<sup>333</sup> Com o envolvimento das forças federais na Revolução Constitucionalista, Góes Monteiro é alertado sobre a necessidade de uma total reestruturação do Exército. De acordo com o General, as providências modificaram profundamente a estrutura orgânica das forças de terra.<sup>334</sup>

Na oportunidade em que recebe o convite para atuar no Ministério da Guerra, Góes elabora um documento estabelecendo as condições para a aceitação do cargo de ministro. Este documento, escrito em janeiro de 1934 e encaminhado a Getúlio Vargas e a Oswaldo Aranha – então Ministro da Fazenda – traz severas assertivas

---

<sup>332</sup> **O Problema é simples** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 236 janeiro de 1934.

<sup>333</sup> Algumas vozes são dissonantes nesse quesito. Há que se destacar, por exemplo, o General Cordeiro de Farias que em seu depoimento aceita que Góes foi uma figura decisiva no processo pós 1930, mas acrescenta que “não desempenhou nenhum papel direto na modernização do Exército”. CAMARGO, Aspásia e GOÉS, Walder de. (org). **Diálogos com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001. p. 168.a opinião aqui pode ser vista como reflexo de termos pessoais e não profissionais. Já acentuamos no início deste capítulo que a figura de Góes é bastante representativa neste processo. Em opinião similar, segue o artigo de BRETAS, Marcos Luiz. O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro-julho de 2008 já citado neste trabalho.

<sup>334</sup> **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 51. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html> acesso em 25 de novembro de 2009.

sobre a situação político-militar do Exército e a necessidade de preparação da Instituição e do país para um plano de guerra. Góes exemplifica que o sistema militar brasileiro foi sempre defeituoso e decadente e que a primeira república “não serviu para outra coisa senão para diminuir, até um limite mínimo, o seu poder militar terrestre, naval e aéreo”.<sup>335</sup> Continuando sua exposição, Góes acredita que a política interna da primeira república trabalhou para a dissolução e a divisão do Exército através da política regionalista efetivada pelas elites de alguns estados do Brasil. O advento do republicanismo não encerrou a questão militar, dando continuidade aos problemas enfrentados pelo Exército, sendo que a luta “empenhada entre as facções regionalistas e o Exército não pode ser mais escondida”. Para Góes, era necessário criar um *espírito novo* dentro das instituições militares para que estas não sucumbissem às tentativas de subversão e de enfraquecimento da corporação militar. Muitas das ideias de Góes, expostas neste relatório, são tributárias do pensamento militar que estava sendo propagado pela ADN, desde a sua fundação. Acreditamos, desta forma, que muitas assertivas de Góes foram influenciadas pelos debates iniciados pela revista.

Este *espírito novo* também está presente nas páginas de ADN: em março de 1934 o editorial informava a presença deste espírito no Exército, que seria sintetizado pelas transformações que estavam ocorrendo na Instituição. O Editorial saúda o lançamento das novas leis de Promoções e de Movimento de Quadros que, finalmente, dariam um aspecto mais profissional ao Exército. Este espírito novo seria, portanto, a antítese de um espírito velho - aquele simbolizado por militares conformados, acomodados com o estado de coisas do Exército, acostumados a subir na hierarquia não por merecimento, mas por contatos, por tempo de serviço, como se não fosse necessário trabalho para isto. *O espírito novo*, em contraposição, era representado pela energia, capacidade e tenacidade para trabalhar pela Instituição, rompendo com velhos paradigmas que a estagnavam.

Em 24 de março de 1934 é promulgada a **Lei de Promoções** para o Exército, com um objetivo bem específico: garantir a formação de uma hierarquia sólida que não se baseasse em critérios apenas políticos ou de afinidade pessoal para que homens galgassem postos mais elevados dentro da Instituição.<sup>336</sup> Também foram lançadas as leis de **Movimento de Quadros** e a lei de **Organização do Ministério**

<sup>335</sup> CPDOC/ FGV OA cp 1934.01.29/2 que faz par com GVc 34.01.18/2.

<sup>336</sup> Decreto n. 24.068 de 29 de Março de 1934.

**da Guerra.** Essas leis foram felicitadas pelos militares e a revista garantia que se estaria vivendo um momento militar novo “nitidamente caracterizado pela implantação duma mentalidade nova, mentalidade que se vem formando e evoluindo a cerca de duas décadas, quando daqui partiram para a Alemanha os primeiros oficiais que se foram aperfeiçoar no estrangeiro e que começou a definir-se com nitidez depois da atuação da Missão Militar Francesa, generalizando-se cada vez mais”.<sup>337</sup>

A nova lei de promoções obedecia aos critérios de antiguidade, merecimento, escolha e bravura em combate. Destes critérios, a antiguidade no serviço servia de justificativa até o posto de capitão. Daí em diante, as chances de ser promovido por este critério iam baixando consideravelmente, em prol dos outros critérios. O fato de barrar a antiguidade servia ao propósito de não promover oficiais preguiçosos, sem estímulo ou respeito da tropa. A lei previa que oficiais que permanecessem quinze anos em seu posto seriam transferidos para a reserva. No caso de oficiais superiores das armas, esse número desce para doze anos.<sup>338</sup> O critério do merecimento estava diretamente ligado à importância de os oficiais estarem em contato permanente com a tropa. Este é outro reflexo de um passado próximo: os jovens turcos já haviam feito duras críticas aos oficiais de gabinete. Também Francisco de Paula Cidade oferece um curioso panorama da situação em que se encontravam os oficiais na caserna: ao invés de estarem integrados ao corpo da tropa, distanciavam-se desta, escondendo-se por trás de ofícios e trabalhos burocrático-administrativos.<sup>339</sup> Os atuais editores de ADN ainda percebiam esta tendência nos oficiais. Ainda em 1934, um oficial bradava que era necessário acabar com a fobia pelo quartel e aumentar o contato com a tropa.<sup>340</sup>

As promoções por escolha são direcionadas aos cargos de generalato, para os quais são necessários os cursos de aperfeiçoamento em Estado-Maior. Por outro lado, o critério de bravura é sempre excepcional: em casos extremos, como uma guerra, um praça poderia alçar vôo até o posto de coronel sem os requisitos obrigatórios, como os cursos de aperfeiçoamento de oficiais. No entanto, o Decreto-lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937, não admitia a promoção por bravura nos

<sup>337</sup> **O momento Militar e as influencias imponderáveis** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 237 março de 1934.

<sup>338</sup> MAGALHÃES, op. cit. p. 345.

<sup>339</sup> Citado por SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 199.

<sup>340</sup> **A Mais séria das crises** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 247 dezembro de 1934.

termos definidos pela lei de 1934. Somente em 1943, com incentivo de participação na Força Expedicionária Brasileira, por conta da Segunda Guerra Mundial, a possibilidade voltou a ser admitida.

A lei de promoções figura como uma tentativa de melhorar o sistema, abalado pelos critérios subjetivos estabelecidos pela lei primordial de 1891 e não mais mudados até 1934. Sua chegada era desejada, mas sua implantação encontrou sérios óbices, percebidos pelos editores de ADN. Em texto publicado em agosto de 1934, o autor critica a resistência dos militares em aceitar as novas leis que, decretadas há quase meio ano, ainda não haviam produzido efeitos salutares.<sup>341</sup> Ficava claro a dificuldade em reagir contra os velhos hábitos e rotinas já tradicionais da caserna. Mas, alguns militares utilizaram as páginas de ADN para mostrarem sua insatisfação com a atual lei. É o caso do então tenente Luiz Martins Chave que em dois artigos, publicados entre os meses de agosto de 1935 e janeiro de 1936, demonstra não concordar com um ponto polêmico da nova lei: a questão da “a inovada e mal amparada precedência funcional”<sup>342</sup>. No caso da existência de uma vaga para Major e dois capitães estarem qualificados para ocupá-la, aquele que for um oficial combatente terá precedência sobre aquele que não o é, por exemplo, um oficial de intendência. Da mesma forma, um oficial de intendência não pode dar uma ordem a um oficial de infantaria; o infante tem o direito de não cumpri-la, amparado pela lei. Para o tenente, isto é uma inversão do princípio hierárquico do Exército. Para ele, isto é fruto de uma influência “de sistemas cuja prática a nossa mentalidade repugna, pelo menos no estado atual da nossa organização social”. Esta precedência tem influência francesa e “a hierarquia militar (...) sofreu profundamente com a concepção francesa da ilógica e injurídica hierarquia funcional”. A crítica prossegue, não só a MMF, mas às influências externas que o Exército sofreu durante sua história: “O espírito de imitação encontrou no Exército Brasileiro plena guarida, em todas as épocas”. Critica o germanismo e, nas entrelinhas, a própria contratação da MMF.

No texto seguinte, publicado em janeiro de 1936, o tenente explicita a sua crítica em relação ao princípio da hierarquia funcional. Diz ele que, a partir do momento que a Constituição, através do seu artigo 165, garante a todo oficial do Exército e da Armada o acesso à promoção, como pode a lei ordinária regular o

---

<sup>341</sup> **Momentos Militares** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 243 agosto de 1934.

<sup>342</sup> **A lei de promoções** em *A Defesa Nacional* ano XXII, no. 255 Agosto de 1935.

princípio através da hierarquia funcional? O artigo 165 dizia que “as patentes e os postos são garantidos em toda a plenitude aos oficiais da ativa, da reserva e aos reformados do Exército e da Armada”. O argumento utilizado pelo tenente é que a partir do momento que a Constituição, ela própria, regula matérias que seriam únicas de uma classe, ela estabelece um precedente que não se pode restringir. “E se a lei ordinária se afasta das normas assim consubstanciadas na Constituição, atenua contra esta e, em consequência, inexequíveis se tornam as suas sanções. (...) nenhum ato do poder público pode estar fora dos limites traçados pela Constituição Federal”. Logo, o direito adquirido pelo oficial das Forças Armadas está garantido pela Constituição. Ao entrar no quadro de oficiais, defende o autor, qualquer homem tem o direito assegurado de exercer os misteres que lhe são atribuídos. O tenente não deixa de ter razão ao expor seus argumentos. Mas é necessário ter em mente que a lei tenta corrigir um exército com falta de oficiais na tropa, com excesso de oficiais em setores administrativos e, pior, com demonstrada inépcia em suas funções, de acordo com os próprios editores de ADN. É possível que a questão da hierarquia funcional estivesse ligada à necessidade de estimular mais oficiais para exercer o comando de tropa na Instituição.

Ainda em dezembro de 1937, uma crítica é lançada nas páginas da revista sobre o sistema de promoções. O artigo, em caráter anônimo, critica a falta de paralelismo nas diferentes armas do Exército: enquanto oficiais de engenharia atingem rapidamente os cargos superiores, oficiais de cavalaria e artilharia demoram quase vinte anos entre a saída da escola e a chegada ao posto de major. Para a arma da engenharia, os oficiais chegaram ao posto de major treze anos após sua saída da escola, mesmo aqueles que haviam entrado na Instituição cinco anos depois dos oficiais das outras armas. Esta correspondência ocorre na intendência, na aviação e na engenharia, sendo falha na artilharia. A ocorrência nos faz pensar que, mesmo em 1937, os oficiais de gabinete ainda tinham mais vantagens que os oficiais da tropa. Não é vã a crítica tão ferrenha ao precedente hierárquico, já que o serviço de intendência tinha 100% de aproveitamento em suas promoções e estas ocorriam mais rapidamente do que em armas de combate, como a artilharia, por exemplo. O artigo acredita na “injustiça ou falta de sabedoria das leis que moralmente deveriam recompensar equitativamente o esforço”, sendo que estes

casos servem apenas para “matar o estímulo mesmo dos [mais] crentes”.<sup>343</sup> Em vista disso e de outros fatores, a lei sofreria alterações ao longo de três anos e acabaria por ser substituída em 1943, por nova lei, com mais algumas modificações em relação à anterior.<sup>344</sup>

No caso das outras leis promulgadas em março de 1934, o objetivo era adequar da melhor maneira possível o Exército para o cumprimento de suas funções. A **Lei de Organização Geral do Exército** estabelecia “a correlação entre as organizações de tempo de paz e da guerra e precisava as linhas mestras da mobilização militar, para satisfação das finalidades precípuas da existência das Forças Armadas”.<sup>345</sup> Assim, a ligação desta lei com a de Quadros e Efetivos é óbvia. Uma complementa a outra. A Lei de Organização visa a fixar a existência do Exército em tempo de paz, de forma que, em caso de guerra, possa-se fazer uso conveniente da mobilização e dos recursos nacionais para tal propósito. Importante salientar que o órgão principal desta lei é o Estado-Maior do Exército, responsável pela defesa técnica do território nacional.

O cargo ocupado pelo Ministro da Guerra e a função deste órgão seriam fixados pela **Lei de Organização do Ministério de Guerra**, que seria responsável pelas questões administrativas entre governo e militares e, não raro, viria a representar a política do governo. Esta lei conferia ao Ministro da Guerra uma atribuição totalmente política, coordenando a ação do comando e da administração. “Decide diretamente com o chefe do Estado-Maior do Exército os assuntos concernentes à ação do comando e despacha com os chefes dos departamentos administrativos o seu interessar ao funcionamento da administração daí corrente”.<sup>346</sup> O EME não fica totalmente dependente da orientação política do Ministério da Guerra, mas possui responsabilidade exclusiva sob certos aspectos e autoridade no que concerne à defesa nacional. Vinculadas ao Ministério da Guerra estavam, por

---

<sup>343</sup> **O Handicap da Artilharia**, em *A Defesa Nacional* ano XXIV, no. 283, dezembro de 1937.

<sup>344</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 347. O próprio Góes Monteiro fará alterações na lei. No relatório do Ministério da Guerra diz Góes: “procurando sanar as lacunas já verificadas e cujas consequências são incalculáveis, terei a honra, em corrente ano, de apresentar sugestões não só oportunas, como inadiáveis na condenação da existência de um regime de injustiça em assunto de tamanha relevância como este”. **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 54.

<sup>345</sup> IMAGALHÃES, op. cit. p. 350. A lei é resultado do decreto n. 23.977 de 8 de Março de 1934.

<sup>346</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 351. A lei de Organização Geral do Ministério da Guerra é resultado do decreto n. 23.976 de 8 de Março de 1934.

exemplo, comissões especiais e a comissão de promoções, surgida com a Lei de Promoções, já referida.

Certamente, a lei mais importante do conjunto orgânico é a **Lei de Quadros e Efetivos** de 1934, que se liga à Lei de Organização Geral do Exército. Dividida em seis capítulos, esta norma define a “existência de corpos de tropa, isto é, das unidades de armas e formações dos serviços, dos órgãos de comando, da administração, da instrução e os diversos estabelecimentos que utilizam quadros e efetivos militares”.<sup>347</sup> Com esta lei, as tropas do Exército ficaram fixadas em cinco divisões de infantaria, três divisões de cavalaria, um destacamento do Oeste, um destacamento do Norte, reserva geral, unidades especiais de fronteira e serviços. Esta lei dividia o país em quatro zonas de prestação de serviços, conforme a importância militar, sendo que a lei previa dar aos oficiais uma distribuição equitativa dos ônus e vantagens da prestação de serviço militar no país. Pretende “dar a toda a oficialidade, a indispensável [experiência], pela atuação na tropa e nas regiões militares principais do país, porém, facilitando aos oficiais servirem, quanto possível, conforme suas preferências, sem o desmoralizante e injusto recurso dos pistolões”.<sup>348</sup> Estabelece, ainda, os quadros mínimos que devem estar presentes na organização, além de regulamentar o tempo mínimo de serviço em cada zona.

A existência de uma lei como esta era importantíssima para o Exército, de acordo com os editores de ADN. Em artigo publicado em abril de 1932, o oficial observa a necessidade deste dispositivo para ritmar a vida do oficial, não cometer injustiças e organizar o Exército.<sup>349</sup> No mesmo artigo, existe ainda a crítica à falta de militares e os claros existentes na Instituição, principalmente depois que muitos militares foram desviados para as funções públicas, fora do Exército. O texto acredita que a falta de oficiais, pode, num primeiro momento, ser suprimida através da reorganização das funções. Os cargos devem ser revistos, devem se empregar civis em funções que possam ser desempenhadas pelos mesmos e uma revisão de todos os militares que estão empregados no Estado Maior do Exército se faz necessária.

---

<sup>347</sup> Ibid, p. 357. A lei é resultado do decreto n. 24.287 de 24 de Maio de 1934. Também disponível para consulta em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1930-1949/D24287.htm> . acesso em 12 de janeiro de 2010.

<sup>348</sup> Ibid, p. 349.

<sup>349</sup> **O Movimento dos Quadros**, em *A Defesa Nacional*, abril de 1932.

Para os militares, a nova lei de movimento de quadros é, decididamente, reflexo do novo rumo do Exército. A revista, que sempre pregou a necessidade de uma lei que regulasse as classificações e transferências, “sente-se perfeitamente à vontade para rejubilar-se com a primeira lei decretada na administração do novo Ministro da Guerra, a qual assim correspondendo às expectativas do Exército, parece querer afirmar tácita e decisivamente sua orientação, rumo novo.”<sup>350</sup> Assim, com a promulgação desta lei, surge a possibilidade de o oficial planejar sua carreira, servindo onde melhor lhe convier, desde que atenda às necessidades da Instituição. Além disso, a lei estabelece regras a serem observadas na designação para a função de tarefas administrativas, entre elas o tempo de serviço arregimentado nas diversas zonas, a antiguidade de posto e a idade.

A lei de quadros deveria, ainda, junto com a lei de promoções, acabar com o “desterro” de oficiais nas guarnições do interior, como os redatores da revista já haviam denunciado durante a década de 1920. Todas essas leis tinham como intuito adaptar o Exército à modernidade, conforme vimos no início deste capítulo. Um exército moderno deveria ser forte, organizado e contar com oficiais competentes em seus quadros. Portanto, além dessas leis irem ao encontro do anseio de grande parte da oficialidade, a favor de uma mentalidade militar positiva, também representavam a concretude do projeto iniciado pelos jovens redatores reunidos em torno de ADN. Acreditamos, portanto, que essas reformas possuem intensa ligação com o discurso da revista, pois muitos oficiais envolvidos em seu estudo e planejamento estavam também engajados no núcleo de militares de *A Defesa Nacional*, sobretudo aqueles militares ligados ao Estado Maior do Exército.

### 3.2.1 O armamento militar

O Exército brasileiro da década de 1930 era uma instituição frágil. Dificilmente em caso de conflito externo a Instituição sobreviveria por longo tempo. Sua situação, em termos de armamento, era tão deficiente que os exercícios de instrução de tropa eram frequentemente alterados para outro programa qualquer. Faltavam armas,

---

<sup>350</sup> **Lei de movimento de quadros** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 236 fevereiro de 1934.

munição e também instrutores experientes no manejo dos dispositivos. Além disso, o material era velho e antiquado.

Em 1935 o ministro da Guerra, General João Ribeiro Gomes, convoca uma reunião onde apresenta as condições gerais do Exército. Em relação à artilharia, o General é bastante sincero. Afirma que a artilharia em uso é um “verdadeiro ferro-velho”.<sup>351</sup> Este material possuía, então, quarenta anos de vida, muitos dos quais comprados no final do século XIX. O General compara a situação do Brasil com a Argentina, que possuía muito mais canhões em suas unidades de artilharia e conclui que isto é uma falta de responsabilidade do governo federal, que não toma providências em matéria tão grave. Nossos vizinhos também possuíam um estoque de munição muito maior que o nosso, as nossas fábricas não atendiam à demanda do Exército em situação normal, que dirá em uma guerra! De fato, em janeiro de 1931 os editores de ADN publicam um texto sobre o problema material do Exército, em especial a artilharia. O texto fala sobre a penúria e estima que cerca de 50% deste material se encontre imprestável. O restante encontra-se defasado frente aos modernos canhões desenvolvidos após a primeira grande guerra, que possuem alcance de até 10 km. Além disso, inexistente é a artilharia antiaérea, a artilharia blindada de infantaria – carros de combate ou tanques - e o Exército possui apenas “tímida amostra de material já decrépito”.<sup>352</sup>

O problema que envolvia o Exército não era apenas a falta de material ou a imprestabilidade do mesmo. A questão era que nem o Ministério da Guerra, nem o Estado Maior sabiam, exatamente, qual a situação do material bélico existente por todo o país. Antes de ocorrer a Revolução de outubro, o Tenente Coronel Castro Ayres elaborou um relatório, entregue ao Ministro da Guerra, informando as ações necessárias para se fazer o levantamento do material existente nos corpos de tropa do Brasil.<sup>353</sup> O objetivo era estabelecer um plano concreto de compra de material bélico a se estabelecer, nos próximos anos, com base naquilo já existente – ou na inexistência – dentro da instituição.

Por volta de 1933, o governo provisório monta a Comissão Militar Brasileira na Europa, com sede em Bruxelas. Dividida em várias subcomissões, esses militares tinham como objetivo visitar fábricas, inspecionar armamentos para

---

<sup>351</sup> Plano Geral de ação para a organização definitiva do Exército” Arquivo Góes Monteiro, Arquivo Nacional (AGM-NA). Microfilme 051.91 SA 678.

<sup>352</sup> **Material para o Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.203. janeiro 1931.

<sup>353</sup> **Reforma do Material do Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.204 fevereiro de 1931.

possível compra e analisar as possibilidades da instalação de uma indústria militar no Brasil. Comandada pelo General Leite de Castro, a comissão era dividida em subcomissão de artilharia, de material ótico, de armas portáteis, de armas automáticas, de maquinaria para fábricas e arsenais, de saúde e de estudos para a indústria militar brasileira. Essa comissão duraria pelo menos até 1935.

O general Leite de Castro já havia acumulado experiência nesta função. Entre 1907 e 1909, durante a gestão de Hermes da Fonseca na pasta de Guerra, Leite de Castro permaneceu na Europa, chefiando uma comissão para compra de material bélico. Também durante o governo de Wenceslau Braz (1914-1918), Leite de Castro esteve em missão na Europa, sendo transferido para a França, onde acompanhou o desenrolar da guerra junto ao Estado Maior do Exército francês.<sup>354</sup> Com a eclosão do movimento revolucionário, fez parte da junta militar que depôs o presidente Washington Luis. Getúlio Vargas o indicou ao cargo de Ministro da Guerra e tinha total confiança neste oficial. Foi exonerado do cargo de Ministro em junho de 1932, por pressão política dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Enquanto esteve no cargo de Ministro da Guerra, seu nome foi muitas vezes envolvido em denúncias de conspirações militares, embora sua lealdade estivesse sempre ao lado da revolução e de Vargas. De acordo com fontes da época, Leite de Castro teria sido enviado à Europa por ser considerado um opositor ao governo. Esta insistente informação provinha das redes de intriga política que dominavam o Rio de Janeiro e que o general achou bom se afastar.<sup>355</sup>

O general compreendia o seu envolvimento na Comissão como uma “delicadíssima missão (...) e que pesará amanhã, na balança dos destinos da nossa Pátria, quando ela quiser ocupar, enfim, o lugar de destaque que Deus lhe reservou entre os demais povos da terra”.<sup>356</sup> Para o general, vários governos da República já haviam apoiado surtos de desenvolvimento no Exército, mas nenhum apoiou tanto quanto o governo atual. A Comissão fechou contrato, entre 1934 e 1935, com a fabricante alemã de fuzis Mauser, adquirindo 100 mil peças destinadas à infantaria do Exército Brasileiro e com a fabricante Madsen, da Dinamarca, adquirindo duas mil metralhadoras pesadas. A grande luta dos oficiais era para padronizar o armamento utilizado pelo Exército, facilitando a confecção de munição e o reparo

---

<sup>354</sup> **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB** CPDOC/FGV disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. acesso em 18 de maio de 2010.

<sup>355</sup> CPDOC/ FGV GVc 34.07.28.

<sup>356</sup> CPDOC/ FGV GV c 34.09.14.

das armas pelos arsenais brasileiros.<sup>357</sup> A partir de 1937, com a melhora da situação financeira do país, mais itens seriam adquiridos, incluindo canhões, carros de combate e armas automáticas.<sup>358</sup>

Mas a compra de material não se restringia somente à Europa: entre 1934 e 1935 o governo brasileiro encomendou aviões Waco, Boeing e Corsair, diretamente das fábricas americanas.<sup>359</sup> O desenvolvimento da aviação militar tomou grande proporção durante a década de 1930. Até então, a arma aérea ficava sob a alçada do Exército, constituindo parte integrante deste. Com a Revolução Constitucionalista de 1932, é feita a encomenda de cento e cinquenta aviões americanos de guerra para o Exército. Esta foi uma arma bastante explorada durante a revolução. Paralelamente, ocorre o maior desenvolvimento do Correio Aéreo Militar, não apenas para colocar em voo os aviões, mas também para “fornecer ao Exército e à Marinha valiosa experiência de voo e um modo de estender o alcance do governo central ao ainda nebuloso interior”.<sup>360</sup>

Em 1933 o general reformado Castro e Silva acusava nas páginas de ADN que “As operações militares desenvolvidas no decurso da revolução de São Paulo mostraram a evidência, embora em circunstâncias altamente lamentáveis, a extrema penúria do aparelhamento do exército em materiais de guerra”.<sup>361</sup> A Revolução de 1932, embora tenha tido o Exército como vitorioso, demonstrou aos militares o perigo de se possuir uma força armada sem armas eficazes. Mas, o que deixou os militares bastante impressionados, principalmente o Estado Maior de Góes Monteiro, foi a capacidade de produção de artigos militares demonstrada pelo Estado de São Paulo durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Isolado dos demais estados, São Paulo teve de produzir suas próprias armas. Nesse sentido, a participação da Escola Politécnica, que pesquisa e produz durante o conflito, é imprescindível. Serão produzidos granadas de mão, morteiros, explosivos, canhões de pequeno alcance, bombas para aviões (de 12, 45 e 60 quilos), bombas de fumaça, lança-chamas, foguete luminoso (para sinalização noturna), quatro trens blindados, além de

<sup>357</sup> CPDOC/ FGV GVc 34.07.27.

<sup>358</sup> **O Problema do Rearmamento do Exército** – Relatório Secreto CPDOC/ FGV ED vp 36.11.23

<sup>359</sup> CPDOC/ FGV AO cp 35.07.26.

<sup>360</sup> MCCANN, op. cit., p. 452. Sobre este interessante assunto, o Coronel aviador Stênio Mangy Mendes organizou um ótimo trabalho disponível em <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/correio/>. Também existem os trabalhos de SOUZA, José Garcia de. **A epopéia do correio aéreo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rev. Aeronáutica, 1986. e também o livro de SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **A saga do correio aéreo nacional**. [S.l.]: Rev. Aeronáutica, 1985.

<sup>361</sup> **O rearmamento da artilharia** em *A Defesa Nacional* ano XX, no. 230 agosto de 1933

munição para fuzis e metralhadoras. A Escola produziu, ainda, material de uso pessoal do combatente, como máscara contra gases e capacetes de aço.<sup>362</sup>

Assim, Góes esclarece que dentro dos planos de reorganização do Exército está a produção de material bélico.<sup>363</sup> No entanto, cabe ressaltar que esta produção está restrita a munição, canos, sabres, reparo de armas portáteis e veículos hipomóveis, no primeiro momento. A produção de pólvora e munição, desde o período Imperial, estava sob alçada dos arsenais de guerra. No período republicano, Calógeras já havia feito severas críticas aos arsenais em mau estado de uso, comprometendo a qualidade da munição ali fabricada, bem como a quantidade à disposição do Exército. Portanto, ainda na década de 1930, a questão dos arsenais seria prioritária dentro dos planos esboçados por Góes de que, num futuro próximo, pudesse o Exército ter “o suprimento completo de armas de fabricação nacional”.<sup>364</sup> O Brasil cogitava mesmo a construção de uma fábrica de aviões. Em carta a Getúlio, Oswaldo Aranha expõe sua opinião sobre o assunto, acreditando que tal projeto deve estar a cargo de investimentos particulares e não de estatais.<sup>365</sup>

Como parte da solução para a dependência de material bélico importado, em 1932 é construída a fábrica de Andaraí, para fabricação de granadas de artilharia e morteiro, as fábricas de Curitiba (viaturas Hipomóveis e equipamentos de transposição de curso d'água) e a fábrica de Bonsucesso, responsável pela fabricação de máscaras contra gases, em 1933. Era evidente a necessidade de formação de um parque fabril para o país tornar-se cada vez menos dependente das importações de material bélico.

Portanto, a renovação militar do período passou pela aquisição de material e, dentro do possível, da própria produção, através do incentivo para as fábricas militares, de caráter estatal e voltadas para o plano da defesa nacional. O Exército novo se tornava mais organizado, mais coeso e mais armado que o Exército da década de 1920. A nova mentalidade militar definitivamente vencida a batalha com os velhos oficiais.

---

<sup>362</sup> A Escola Polytechnica e o Movimento Constitucionalista. **Revista Politécnica** n. 106 Nov/Dez 1932.

<sup>363</sup> **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 109.

<sup>364</sup> **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 109.

<sup>365</sup> CPDOC/ FGV AO cp 35.10.08.

### 3.3 O calcanhar de Aquiles: o Exército e as Polícias Militares

Durante os anos pesquisados de ADN para este trabalho, a questão das polícias militares estaduais ganha a atenção dos editores por diversas vezes. Foram tematizados onze textos sobre este assunto, publicados entre 1931 e 1937. Estes textos possuem um argumento central em relação à necessidade de se controlar o poder das polícias: estas instituições ferem o princípio da unidade nacional. Em todos os artigos existe a ideia comum de que as polícias estaduais são parte da máquina que domina a política estadual, que serve aos seus desígnios e que atua como força desagregadora nacional. Esta ideia torna-se clara com a Revolução de 1932, quando a força pública paulista atua violentamente contra o Exército, apoiando as guarnições de militares que se revoltaram contra o comando de Bertholdo Klingner e Isidoro Dias Lopes.

Relativamente a esse tema, Carvalho assinala que o maior obstáculo de expansão do poder das Forças Armadas durante o período político anterior foi justamente a força das polícias militares estaduais, que estavam sob o controle político das oligarquias estaduais.<sup>366</sup> Durante o Império, tanto a força do Exército era tolhida devido ao controle do efetivo total, quanto a falta de autonomia provincial impedia o desenvolvimento das polícias:

Logo após a proclamação do novo regime [a república] os presidentes dos estados, sobretudo os dos mais poderosos, trataram de se proteger de intervenções criando pequenos exércitos, alguns destes mais equipados que o próprio exército nacional. (...) os efetivos dos estados mais ricos cresceram paralelamente aos do exército.<sup>367</sup>

Basta lembrar que, antes da contratação da Missão de Instrução Francesa pelo Exército nacional, a polícia estadual de São Paulo já havia contratado uma missão francesa semelhante. Logo após, a polícia de São Paulo teria à disposição aviação de guerra, uma obra de vanguarda, antes mesmo que o Exército o fizesse.

---

<sup>366</sup> CARVALHO, op. cit., p. 53.

<sup>367</sup> Ibid., p. 53.

Dessa forma, com o advento da Revolução de 1930, “não era viável executar qualquer política de defesa nacional, concebida nos termos amplos dos reformadores, quando as Forças Armadas não tinham sequer o controle interno”.<sup>368</sup> Observa-se que McCann nos relata que somente por volta de 1933-1934 os efetivos do Exército superaram as forças das polícias estaduais dos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso.<sup>369</sup> É a primeira vez que isto ocorre. Portanto, a expansão do Exército nacional e sua luta pela reestruturação e modelação indicam a preparação do terreno para um envolvimento federal crescente nos estados durante a década de 1930, bem como apoio à política exercida por Vargas.

Em fevereiro de 1931, os editores de ADN se pronunciaram contra a existência das polícias militares estaduais. Essas tropas estavam a mando dos governos locais, contribuindo para o processo de dissolução da unidade nacional e diminuindo a possibilidade de intervenção federal nos estados. As novas ideias políticas, trazidas pela Revolução, não poderiam permitir que essas forças continuassem a existir. Para o autor, as forças mais organizadas eram as dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Estes estados possuíam forças bem armadas e com a estrutura de um exército, possuindo artilharia, armas pesadas de infantaria e aviação. Com a paz instaurada pela revolução, as polícias passaram a “constituir por sua ação de presença, uma força de compressão que ameaçava já não só a prepotência e os desmandos de governos impatrióticos, mas também a própria nação em sua estrutura e integridade”.<sup>370</sup> Em relação à divisão política do Brasil, o maior mal, de acordo com os militares, é o federalismo exacerbado. Discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, como os representantes militares na Constituinte de 1890 foram contra a total autonomia dos estados; mas a falta de força política destes fez com que o projeto das oligarquias obtivesse sucesso. As polícias militares eram, portanto, o maior símbolo de um federalismo desagregador e antinacional.

A revolução havia, ainda, trazido outro problema para o Exército: durante a luta armada, as polícias militares de alguns estados, notadamente de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, haviam assaltado as guarnições militares e tomado para si

---

<sup>368</sup> Ibid., p. 58.

<sup>369</sup> MCCANN, Frank Jr. **A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro** Recife: Ed. Guararapes, 1982. p. 52.

<sup>370</sup> **Polícias Militarizadas** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.204 fevereiro de 1931.

material bélico do Exército. Em março de 1931 este problema ainda não havia sido resolvido, pois o material ainda não havia sido devolvido ao Exército. Para os militares, a situação beirava o absurdo porque “ao persistirem na ideia de reter este material, as situações estaduais darão a entender que o consideram como presa de guerra”.<sup>371</sup> Em face das circunstâncias da luta armada, isso era um despropósito. A situação criava a ideia de que os estados haviam sido os grandes vencedores da luta, dando a eles o “direito de se precatarem retendo grande parte dos meios de ação daquela [do Exército]”.<sup>372</sup> Por outro lado, esta precaução na devolução do material demonstrava a falta de confiança no Exército. Esta situação também foi denunciada pelo “manifesto revolucionário” escrito por militares e distribuído em várias guarnições, a partir de abril de 1931.

Mas, o governo provisório de Vargas estava atento às preocupações do Exército em relação às polícias militarizadas. Em agosto de 1931, foi lançado o Código dos Interventores, que reforçava o poder central, diminuindo a autonomia dos estados. O Código reservava atenção especial às polícias, limitando os gastos com armamento, além de proibir o uso de artilharia e aviação. A ação é saudada pelos editores de ADN como uma medida patriótica que “representa um passo decisivo para a definitiva solução de tão grave problema” que já vinha sendo discutido nas páginas da revista desde a sua fundação.<sup>373</sup> De acordo com o artigo 14º. do Código, cada estado não pode ultrapassar 10% de sua renda com o serviço de segurança pública; é vetado às polícias estaduais possuir artilharia e aviação; as unidades de infantaria e cavalaria poderão possuir armas automáticas, mas em número que não exceda a dotação regulamentar das unidades similares do Exército; quanto à munição, não poderão possuir grandes estoques.

Obviamente, as restrições elaboradas pelo código não surtiram o efeito esperado. Em julho de 1932 o assunto volta novamente às páginas de ADN. De acordo com J. B. Magalhães, autor do artigo, “voltou-se a cogitar da anomalia que são esses pequenos exércitos regionais, em vista do perigo que podem apresentar para a unidade da Pátria, fortalecendo um movimento separatista que porventura medre nas más cabeças e corações brasileiros imperfeitos.”<sup>374</sup> As polícias regionais

---

<sup>371</sup> **Seqüestro de Armamento** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.205 março de 1931.

<sup>372</sup> **Seqüestro de Armamento** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.205 março de 1931.

<sup>373</sup> **Polícias Militares** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.211 setembro de 1931.

<sup>374</sup> **A propósito da Federalização das polícias** em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, no.219 junho de 1932.

apresentam perigo para a unidade da Pátria. Além disso, constituem a força aos governos estaduais para impor os seus desejos. O artigo analisa soluções para o problema das polícias e, entre todas, acredita que o melhor seria que o governo federal delimitasse suas funções e que as polícias fossem mesmo controladas pelo Exército.

Os militares acreditavam que o ideal seria a federalização destas polícias. Desta forma, as forças estariam sob o controle do Exército e a serviço do governo. Elas desempenhariam a sua função de manutenção da ordem interna e estariam prontas, como reserva do Exército, a assumir funções militares em caso de guerra, como a guarda das zonas militares.<sup>375</sup> Cabe lembrar que esta discussão é interessantíssima, porque na época não existia ainda o que se conhece hoje como Polícia do Exército (PE), criada apenas com o engajamento de tropas brasileiras na II Guerra Mundial, por influência americana. Portanto, em quase todos os textos, os militares enxergam a função desta polícia muito mais ligada ao Exército do que à defesa urbana.

Com a Constituinte em andamento, os militares dão uma série de sugestões para o problema das polícias nas páginas de ADN.<sup>376</sup> Elas não deviam mais ter unidades tipo exército (cavalaria, artilharia, apetrechos) e sim adequarem-se aos princípios do policiamento urbano e, no caso do interior, de combate ao cangaço. A lei federal devia, ainda, regular sobre o armamento dessas polícias, de forma que metralhadoras, morteiros e artilharia fossem proibidos ou reduzidíssimos. Tanto as armas como a munição só poderiam ser adquiridas por intermédio do Ministério da Guerra. O comando das polícias ficaria a cargo de oficiais do Exército, designados pelo Ministério da Guerra. Os editores de ADN não se colocam como adversários das polícias ou dos policiais, mas sim contra “o espírito regional que as criou, organizou e alimenta, não como fator necessário ao exercício das soberanias estaduais, mas como elemento de força de resistência à ação do governo nacional, isto é, do Brasil.”<sup>377</sup> Durante o ano de 1934, uma séria campanha em favor de medidas contra as polícias é mantida pela ADN. A consciência geral é que “Enquanto o problema não lograr solução no sentido que apontarmos, as polícias

---

<sup>375</sup> **O problema das policias estaduais** em *A Defesa Nacional*, ano XX, no.235 outubro de 1933.

<sup>376</sup> **O problema das policias** em *A Defesa Nacional*, ano XXI, no.243 junho de 1934.

<sup>377</sup> **O Problema das policias** em *A Defesa Nacional*, ano XXI, no.242 maio de 1934.

militares estaduais, organizadas à guisa de exércitos gaúchos, mineiros, paulistas, capixabas, etc. constituem um perigo maior para a unidade brasileira.”<sup>378</sup>

A questão criava um paradoxo interessante: enquanto os editores acusavam que os efetivos policiais do Rio Grande do Sul eram superiores aos da guarnição do Exército, a situação no interior era alarmante em relação à segurança. Em artigo publicado em agosto de 1934, o Ten. Cel. Gerpe afirma que “quem percorrer as nossas campanhas, não encontrará um guarda rural, uma patrulha montada, um posto de polícia para que possa apelar a fim de pôr um paradeiro na atividade dos ladrões de gado, que campeiam incólumes, ou prevenir as cenas de sangue que diariamente se registram”.<sup>379</sup> Ora, criou-se as polícias militares, mas o seu papel não é policiar as cidades e/ou o interior dos estados. O oficial adverte que os sertões e campos do Brasil nunca estiveram tão desguarnecidos e que o cidadão precisa depender de suas próprias armas para a segurança. O policiamento das capitais é feito pelas Guardas Urbanas que foram criadas para este fim, então o autor se pergunta qual a função das polícias militares? Obviamente elas existem para a guerra! Os milhares de homens recrutados pelas polícias “vivem aquartelados nas Capitais e nas cidades populosas recebendo instrução militar”.

A questão do armamento das polícias militares era importantíssima para os militares. Telegrama expedido pelo Ministério das Relações Exteriores, de 20 de setembro de 1935, informa a partida do vapor Aracaju dos Estados Unidos, carregando cinco aviões de caça Boeing com uma metralhadora cada um, mais trezentos e cinquenta bombas carregadas, dez metralhadoras pesadas e duzentos e cinquenta mil cartuchos carregados. Informa, ainda, que o vapor leva caixas sobressalentes de munição e que o destino deste material é a polícia do estado de Minas Gerais.<sup>380</sup> Para os editores de ADN, esta situação é crítica, pois, “enquanto cresce a polícia definha o Exército”.<sup>381</sup> A Revista acusa que o governo federal reduz o efetivo e o orçamento do Exército, enquanto as polícias continuam se armando e aumentando efetivos. Conta que, enquanto o governo federal não pode comprar novos armamentos ao Exército por falta de dinheiro, os governos estaduais pagam

---

<sup>378</sup> **O Problema das polícias** em *A Defesa Nacional*, ano XXI, no.242 maio de 1934.

<sup>379</sup> **O Exército e as polícias** em *A Defesa Nacional*, ano XXI, no.245 agosto de 1934.

<sup>380</sup> CPDOC/ FGV AO cp 35.02.05.

<sup>381</sup> **Enquanto cresce a polícia definha o exército** em *A Defesa Nacional*, ano XXII, no.256 julho 1935.

qualquer preço pelo armamento. Que isto se constitui em anomalia e que deve ser combatido através de uma lei forte que diminua a importância das polícias militares.

Em agosto de 1935 o Estado Maior do Exército envia um anteprojeto de lei ao Congresso, relacionado ao problema das polícias. Este projeto considera que as polícias serão a reserva do Exército em caso de conflito, isto é, serão responsáveis pela segurança das zonas de guerra. Exceção às polícias do Distrito Federal e do Acre, que serão incorporadas à infantaria do Exército, tornando-se unidades militares sob comando do Exército, em caso de guerra. Ficam, além disso, proibidos artilharia, aviões e carros de combate às polícias militares, sem exceção.<sup>382</sup> O projeto encontra muita resistência, sobretudo da imprensa da capital federal que acusa o Exército e o governo de tentar destruir as polícias estaduais. Os militares argumentam que é desnecessário

Demonstrar o grave inconveniente nacional de uma organização de poderosos Exércitos Regionais, compostos de tropas das cinco armas e serviços anexos. Sobre serem dispendiosíssimos a cada unidade federativa, ainda representariam, (não se pode negar, nem calar) constante unidade a integridade Nacional, não pela mentalidade brasileira e disciplinadas de cada corporação estadual em si, pois todas elas tem demonstrado, sobejamente, seu exemplar civismo e sua nítida e leal compreensão de deveres militares, mas, por isso mesmo, pela força de que realmente seriam depositárias e que ficaria ao sabor da disposição dos regionalismos, vespigos e deformados, de uma politicagem partidária, obscurecida pela acanhada paixão do interesse local e jogando com todas as suas possibilidades materiais, defendendo conveniências próprias em detrimento dos sagrados e invioláveis interesses nacionais.<sup>383</sup>

Ou seja, o ideal seria tirar o comando destas organizações “das mãos das politicagens regionais, integrando-as, definitivamente, nos quadros das forças federais, em caráter permanente”. Os editores de ADN dizem que esta é a opinião da maioria do Exército que constitui, ainda, o mais forte elo de unidade da Pátria e que deseja que esta mesma mentalidade nacionalista esteja incorporada às organizações estaduais.

<sup>382</sup> **Regularizando a situação das policias** em *A Defesa Nacional*, ano XXII, no.256 agosto 1935.

<sup>383</sup> **Situação das policias militares** em *A Defesa Nacional*, ano XXII, no.259 outubro 1935.

O anteprojeto, enviado pelo Estado Maior do Exército encontra eco no governo: a partir de 1936, artigos complementares à lei de Quadros e Efetivos do Exército dizem respeito às polícias militares de cada estado. Elas passam a constituir a reserva do Exército, devendo o “respectivo comando ser exercido por oficiais do Exército em comissão ou da própria corporação, uns e outros, com o curso da Escola de Armas”.<sup>384</sup> Em 1935, Goés já acusava que os corpos provisórios do Rio Grande do Sul ainda estavam mobilizados e “eram um verdadeiro exército marginal, além das polícias militarizadas e do próprio Exército”.<sup>385</sup> Não é à toa a necessidade de desmobilizar as forças estaduais, impondo-lhes certas restrições. No caso do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, “desesperado com minhas atitudes enérgicas (...) que exigiam a desmobilização dos corpos provisórios mantidos em armas”, ameaça romper politicamente com o próprio Góes Monteiro e com o Ministério da Guerra.<sup>386</sup>

É por conta deste conflito que redundou em uma vitória de Flores da Cunha, culminando no afastamento de Góes do cargo de Ministro da Guerra, que este formula sua convicção de que se deveria eliminar a política dentro da instituição militar. Embora seu pensamento político tenha se formulado no início da década, manifestado através da famosa expressão de que “se deveria fazer a política do Exército e não a política no Exército”, somente durante o Estado Novo esta diretriz será amplamente usada.

Além disso, os artigos complementares restringem o armamento das milícias estaduais. A partir de 1936, as polícias estaduais não poderão possuir artilharia, aviação e carros de combate. Esta restrição vai ao encontro do desejo de oficiais como Klinger e Góes, que defendiam um exército atuante, intervencionista na política. Um dos grandes problemas legados pela Primeira República foi a autonomia e o poder das milícias estaduais. Era necessário, portanto, o controle destas milícias.

Nas páginas de ADN, entre 1936 e 1937, não se encontraram mais artigos específicos sobre este assunto, certamente por conta da vitória em implantar leis que regularam o poder destas instituições, proibindo efetivamente que as polícias tivessem unidades iguais às do Exército. Outro fato que chama a atenção - e a

---

<sup>384</sup> MAGALHÃES, op cit. p. 357.

<sup>385</sup> COUTINHO, op. cit., p. 260.

<sup>386</sup> COUTINHO, op. cit., p. 261.

necessidade da reforma - é o embate entre Flores da Cunha e Vargas, quando tanto unidades da Brigada Militar como tropas particulares de políticos e estancieiros estavam sendo mobilizadas entre 1935 e 1936.

Todas as reformas do organismo militar efetuadas durante este período visavam ao seu fortalecimento como braço armado do executivo federal. Para os militares, a diretriz a seguir neste sentido era clara e estava sendo acertadamente conduzida pela União. Esta diretriz era aquela “que permita a restauração e o fortalecimento, tão rápido quanto possível, do nosso poder militar debilitado, mesmo à custa dos mais pesados sacrifícios que serão compensados, no futuro, pela garantia assegurada aos interesses vitais do Brasil”.<sup>387</sup> Como consequência da reorganização do Exército nos primeiros anos da década de 1930 e de seu fortalecimento, os militares puderam apoiar sem entraves um golpe político que manteve Getúlio Vargas no poder e instalou o Estado Novo no Brasil em novembro de 1937.

No próximo capítulo, exploraremos outra faceta percebida em nosso estudo em relação às páginas de *A Defesa Nacional*: o debate feito pelos redatores de assuntos não militares, reunidos em torno da categoria que chamamos de questões nacionais nesta análise. A partir da compreensão destes aspectos, evidencia-se a relevância desta revista como representante de um pensamento no seio do Exército e como instrumento de propaganda deste pensamento, dentro e fora da instituição militar.

---

<sup>387</sup> CPDOC/ FGV ED vp 1936.01.07 Memorandum sobre a situação do país, dezembro de 1936.

#### 4. OS MILITARES DISCUTEM O BRASIL (OU A CONSOLIDAÇÃO DE UMA MENTALIDADE MILITAR)

*O Exército, em que pese a opinião de cétricos é, na verdade, o elemento nato de nossa organização social a qual decorre, simultaneamente, da vinculação material e da comunhão espiritual. Entidade por excelência sistematizadora e realizadora de nossa verdadeira política, inspirada na sociologia brasileira em sua dupla feição – estática e dinâmica, nela se encontra um verdadeiro laboratório de soluções dos problemas nacionais.*

*Não sejamos nós militares, mais uma vez, os trouxas das cantatas da torpe politicagem indígena que vem desangrando o Brasil desde os primórdios de sua independência política (...) Militares, alerta pelo Brasil!*

**Correia Lima, ADN março de 1936.**

Este capítulo é o último de nosso trabalho e, como tal, tem o objetivo de analisar a categoria “Questões Nacionais (ou não-militares)”. Como explicitado em nossa introdução, esta categoria surgiu no momento em que organizávamos nosso *corpus* de análise, tematizando cada texto escolhido para compor este trabalho. De acordo com a metodologia estabelecida, a frequência de cada tema dentro de nosso *corpus* permite inferir a sua importância para os redatores da revista. Chama a atenção, por exemplo, que temas como o *papel do Exército/ Militares e a política* sejam tão frequentes quanto os assuntos relacionados à organização militar e às reformas militares. Foram relacionados oitenta e cinco textos dentro desta categoria

e que correspondem a 46,96% do total de textos colhidos em *A Defesa Nacional*, entre janeiro de 1931 e dezembro de 1937. Como acentuamos no terceiro capítulo de nosso trabalho, a partir de 1935 a frequência desses textos é aumentada de dois para um, em relação ao período de 1931-1934. Recordamos que, a partir de 1935, a ADN muda sensivelmente. Embora esta perspectiva não estivesse inicialmente presente no projeto desenvolvido para esta pesquisa, a incidência destes assuntos demonstrada na formação do *corpus* tornou-o relevante para a análise sobre *A Defesa Nacional* no período aqui proposto.

Este capítulo, portanto, será dividido entre quatro temas principais: o papel dos militares, que é discutido pelos redatores da revista, o autoritarismo e sua relação com os militares, o comunismo – temática principal a partir de 1935 – e o projeto de industrialismo, notadamente ligado à área militar, preconizado pelos redatores da revista. O primeiro tema, relacionado ao papel dos militares e sua relação com a política, totalizou vinte e nove textos, entre os anos de 1931 e 1937. Esses textos correspondem a 34,11% do total de oitenta e cinco, englobados na categoria Questões Nacionais. Esses textos também acabam por discutir a questão do fim do liberalismo e do autoritarismo como sistema político. Em relação ao nosso *corpus* de análise, esses textos representam 16% do total. Este número é revelador: na categoria Questões Militares, o tema que mais aglutinou textos representa, em relação ao *corpus* de análise, 17% do total. Logo, é possível estabelecer que, tanto a relação dos militares com a política, quanto à organização e à modernização do Exército eram os grandes temas cuja discussão se fazia necessária entre a oficialidade reunida em torno de *A Defesa Nacional*. Como referido em nossa introdução, a análise temática demonstrada por Bardin e aplicada ao nosso objeto de estudo possibilitou estabelecer a frequência de determinados assuntos e, com base nisso, inferir sobre o objeto.<sup>388</sup>

Por outro lado, apenas 15,29% dos textos da categoria Questões Nacionais estão relacionados ao comunismo. Globalmente, este número significa ainda menos: em torno de 7,18% do total de textos escolhidos para análise. Embora o comunismo tenha tido uma participação menor nos debates da revista, é principalmente a partir de 1936 que os militares passam a discutir a necessidade de combatê-lo na caserna. Acentuamos, com isso, a percepção de que os militares não estavam

---

<sup>388</sup> BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. p. 105.

prontos para lidar com o “fantasma” do comunismo ou, ainda, que o comunismo não havia encontrado terreno fértil entre os militares para se estabelecer. Embora os eventos de novembro de 1935 tenham tido a participação de militares, a baixa adesão decretou o fracasso do movimento poucas horas depois de sua eclosão.

Por último, o industrialismo responde por apenas cinco textos do total das Questões Nacionais. O baixo número de textos em relação às outras temáticas não deve nos deixar supor que os militares pouco deram atenção a este assunto: embora os textos específicos sejam poucos, a questão da indústria militar e da siderurgia é discutida em vários editoriais, embora nem sempre o editorial trate especificamente sobre esse tema. A importância da temática reside justamente no papel entendido pelos militares como a indústria. Uma economia mais dinâmica, de cunho industrial, poderia fornecer ao país uma indústria armamentista capaz de suprir as necessidades militares em relação à defesa nacional, bem como se constituir em moeda de troca no mercado internacional.

Desta forma, a primeira metade da década de 1930, no campo político, consistiu na luta pela composição de um novo projeto republicano. A disputa política foi tumultuada e cristalizada em dois pólos principais: de um lado, a oligarquia paulista que lutava para retomar o controle do poder, cuja revolta de 1932 foi o ápice desta política. Perdedora, só lhe restou bradar a bandeira constitucionalista. Por outro lado, o poder político dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul que tentavam isolar São Paulo do centro do poder. A convocação da Assembleia Constituinte foi uma vitória política para os paulistas. Sua esperança era de que a nova carta constitucional constituísse a porta de entrada para alcançar o poder novamente.

Os tenentes estiveram no poder de alguns estados da federação por mais de um ano após os episódios de novembro de 1930. Pouco depois, com a revolta constitucionalista, o movimento perdeu força e o Exército ganhou vigor e poder com o expurgo de militares indesejáveis de suas fileiras. A maior parte dos tenentes passou a integrar definitivamente a política, abandonando a instituição militar, ou voltando-se para a caserna, abandonando a vida política. Alguns, no entanto, agregaram-se em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, defendendo as tradicionais propostas tenentistas. O golpe de 1935 inseria-se no já tradicional movimento de sedições militares que, desde 1922, agitava a vida política do país e assolava a disciplina e a coesão da caserna.

A Revolução de 1930 somente acentuou o problema da disciplina militar: convulsões, conspirações e agitações irão permear a instituição até, pelo menos, 1937, quando diminui a intensidade de tais conflitos. Como vimos em nosso capítulo anterior, a questão da disciplina foi insistentemente trabalhada pelos redatores de ADN. Por outro lado, a instituição militar organizava-se e modernizava-se: era necessário adequar o Exército brasileiro às prerrogativas que guiavam os exércitos modernos das maiores potências; e nesse âmbito, o grupo reformador obteve significativo êxito. A discussão em torno da modernização não deixaria de passar pela problemática modernização do país, pois seria necessário adequá-lo também às questões militares que definiriam dois pólos principais do pensamento militar: de um lado, a defesa e de outro, o progresso. Não há questões antagônicas, mas sim complementares e que acabariam por moldar novos componentes da doutrina militar brasileira.

#### **4.1 O Papel dos Militares - A política do Exército**

A convicção de que a política militar poderia regenerar o país era opinião corrente entre a oficialidade. Durante o ano de 1934 vários boatos de conspirações rondaram os ouvidos do presidente Vargas, todos partidos de militares. Para o General Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), os militares eram a “única reserva organizada no espírito nacionalista e o único freio que ainda se pode opor decisivamente às tendências desagregadoras, internas ou estranhas à comunhão brasileira”.<sup>389</sup> A opinião deste general vai ao encontro do que estamos expondo desde nosso segundo capítulo. Para os fundadores de ADN, em seu primeiro editorial de 1913, o Exército “única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente – vai às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dado momento, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social”.<sup>390</sup> Ou seja, na fala de Daltro Filho, encontram-se vários elementos comuns à fala dos redatores de ADN, como o

---

<sup>389</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935 - Sonho e Realidade**. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 133.

<sup>390</sup> EDITORIAL em *A Defesa Nacional*, No. 1, ano 1, outubro de 1913

Exército sendo a única força organizada da nação e a convicção do regime desagregador imposto pelos políticos, desde o advento da República.

Este discurso será amplamente defendido pela ADN durante a década de 1930, assim como o havia sido durante a década de 1920. A oficialidade estava imbuída de ideias comuns, que faziam parte da crença no papel dos militares em uma nacionalidade em construção como a do Brasil. As relações do Exército com a defesa nacional e as relações deste com a política deixava cada vez mais claro aos militares que era necessário adaptar à política ao Exército ou, em outras palavras, fazer uma política *do Exército*.<sup>391</sup> Os militares já estavam conscientes de que a Instituição não deveria fazer a política partidária e sim participar de forma coesa da política nacional, como o braço armado do Estado, defendendo os seus interesses através de uma política de desenvolvimento social e econômico para a nação. Esta percepção também foi difundida pelos redatores de ADN ainda na primeira década de sua existência: basta lembrarmos a insistência dos autores em que o Exército não deveria participar da política com “p minúsculo”, aquela ligada a partidarismos e intenções individualistas de alguns oficiais, mas da política com “P maiúsculo”, irradiada pela Instituição de forma coesa e disciplinada. Esta noção seria invocada novamente pelos redatores da ADN a partir de 1935.

Já em janeiro de 1931, a revista publica trechos dos discursos de Getúlio Vargas e do General Tasso Fragoso que haviam sido proferidos no almoço de oficiais do Exército e da Marinha, ocorrido em 2 de janeiro de 1931. Foram selecionados trechos para publicação sobre o novo Brasil, a função das classes armadas, a relação dos militares com a política e a segurança interna do país. Ambos os discursos rechaçam o partidarismo dentro das Forças Armadas. Os trechos mais interessantes, porém, provêm do discurso de Fragoso. De fato, o general havia participado, junto com Mena Barreto, da Junta Militar que depôs Washington Luis. O general também havia participado do movimento de 1889 e era bastante respeitado por suas posições legalistas. Fragoso era um representante do *velho Exército*, porém, congregava ao seu redor a Instituição. De acordo com o general “Não temos ambições políticas nem devemos tê-las. A história de outros

---

<sup>391</sup> Fazemos referência aqui à frase tão famosa do General Góes Monteiro: “Aliás, sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do Exército* e não a política *no Exército*” [grifo no original]. IN MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército**. Rio Janeiro: Andersen Editores, 1934, p. 163.

países e a nossa própria história mostram as decepções que as forças armadas recolhem inevitavelmente quando, traíndo sua missão sagrada, infligem em seu seio o mais terrível germen de dissolução.<sup>392</sup> Um militar jamais deveria assumir uma função pública como representante da classe militar e sim como delegado de confiança dos cidadãos. Para o general, jamais haverá glória ao militar que dominar o país através de suas armas e assim o manter. A vida de militares que se imiscuíram na política e saíram ressentidos deveria servir de exemplo para que a oficialidade não fizesse o mesmo. Bolívar e San Martín são exemplos de militares que fizeram revoluções e deixaram o governo para os civis; cita também Deodoro e Floriano, que abandonaram as suas posições de dirigentes da nação para que esta fosse assumida pelos políticos. Aparentemente, o general aceitava a ideia de intervenções moderadoras dos militares na política, a fim de a nação retomar o caminho do desenvolvimento, como havia sido o movimento de 1889.

Em dezembro de 1931, a revista retoma este tema. Publica trechos da conferência de Antonio Batista Pereira, o único civil que fazia parte do Grupo de Administração de ADN, de acordo com os novos estatutos, publicados em junho/julho de 1931. A palestra foi proferida no centro Acadêmico XI de Agosto, em São Paulo, na Faculdade de Direito. Os tópicos escolhidos para publicação foram aqueles relacionados à política e aos militares. Para o conferencista, o Exército não pode se afastar de suas lides militares. O militar que se dedica integralmente às suas funções não detém o tempo necessário para se dedicar a outros afazeres; por outro lado, aquele que se envolve na política não pode continuar na caserna, porque existe uma inversão de hierarquia: acostumado a mandar em seu cargo político, não mais quererá ser mandado no Exército. Portanto, o soldado deve ser como um monge: abnegado e disciplinado, cômico de seu dever de militar.<sup>393</sup>

Esta opinião parece ser claramente direcionada à situação dos tenentes que ocupavam cargos de comando na maioria dos estados da federação. Certamente que muitos militares não aprovavam a participação desses ‘tenentes’ na vida política do país: ao afastarem-se da caserna, esses militares iam ao encontro justamente da política partidária e de interesses, da qual a Instituição desejava se afastar. A participação na política era uma inversão do princípio hierárquico porque, em determinadas situações, o poder do interventor era maior do que o da autoridade

---

<sup>392</sup> **A Missão das Classes Armadas**, em *A Defesa Nacional*, Janeiro de 1931.

<sup>393</sup> Dr. Antonio Batista Pereira, **Classes Armadas**, em *A Defesa Nacional*, dezembro de 1931.

militar da região, embora ele ainda pertencesse à Instituição e devesse, teoricamente, subordinar-se a ela. Por outro lado, as lideranças tenentistas nunca participaram de *A Defesa Nacional* e, aparentemente, sequer se interessavam pelo seu projeto de modernização e profissionalização do Exército. Esses militares preocupavam-se mais com a situação social e a moralização da política, embora pouco entendessem desses assuntos. Prova disto é que o movimento só pensou em formar bases ideológicas a partir de 1931, com o lançamento do Esboço Revolucionário e a formação das agremiações políticas, como o Clube 3 de Outubro e as Legiões Revolucionárias. O grupo tenentista jamais se envolveu com os problemas da caserna: enquanto se deslocavam pelo Brasil, em defesa de vagos ideais sociais, um grupo coeso e forte de militares empenhava-se na defesa da Instituição e em seu fortalecimento.

Para muitos autores, a própria ideia de tenentismo e a importância dada ao movimento foi uma decorrência da aliança do movimento com os revolucionários de 1930 e sua conseqüente vitória, como participante secundário, dos acontecimentos.<sup>394</sup> Para outros autores, no entanto, a participação dos militares reformistas é que foi exagerada para a história. Obviamente, neste caso, seria apenas uma coincidência o fato de que a maior parte dos militares envolvidos com o projeto intervencionista da década de 1930 fosse partidária dos ideais da ADN e participasse, efetivamente, da revista?<sup>395</sup>

---

<sup>394</sup> Referimo-nos aqui a Edgar de Decca e Manuel Domingos Neto. Para Edgar de Decca, o tenentismo foi uma invenção da década de 1930, com o intuito de descaracterizar outros agentes sociais que também pensavam a revolução. Para o autor, esta foi uma estratégia apropriada para levar ao esquecimento da história o papel revolucionário dos grupos menos favorecidos, como os operários: “inventar o tenentismo durante a década de trinta tornou-se a estratégia mais apropriada para descaracterizar o campo das propostas políticas que pregavam a luta revolucionária, conseguindo-se, com isso, desautorizar os agentes sociais que não se afinavam com o discurso da revolução produzido pelo poder estatal”. Para o autor da associação foi tão forte, que levou a diversas interpretações históricas nesse sentido. DE DECCA, Edgar. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1997. p. 26 e 27. Para Neto, a historiografia teimou em associar os objetivos do movimento tenentista com os movimentos políticos pré e pós-revolução de 1930. Esta associação não está correta, pois, com exceção de Juarez Távora e Eduardo Gomes, não foram os tenentes que tiveram acesso ao poder e transformaram a relação do Exército com a política. Para o autor, esta ligação tem muito mais sentido quando se analisa a posição dos militares em torno de *A Defesa Nacional*. “Sem querer aprofundar a discussão sobre o sentido do movimento tenentista, estamos convencidos de que a atenção dada até o presente não é plenamente justificável. Não corresponde à importância política do movimento. Pelo menos se o compararmos ao dos jovens reformadores do Exército durante o mesmo período”. IN DOMINGOS NETO, Manoel. *Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)* in ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1994, p. 62

<sup>395</sup> Referimo-nos aqui à opinião de João Quartim de Moraes. Para o autor, a influência do movimento reunido em torno de *A Defesa Nacional* foi superestimado pelas análises de cunho organizacional, principalmente aquelas feitas por José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho. Para

Em abril de 1932 o editorial intitulado “A política militar e a prática política” deixa clara a ideia de que os militares são “seres políticos”, seguindo pela mesma lógica do pensamento de Aristóteles.<sup>396</sup> A diferença reside em apenas um ponto: a política pela qual os militares devem se interessar e se envolver é aquela relativa à defesa nacional. O militar não deve e não pode imiscuir-se na política partidária, primeiro porque representa uma classe a serviço da nação, segundo, porque a guerra moderna atribui tantas responsabilidades profissionais ao militar que ele não pode se dedicar aos encargos políticos: “como o feitio e a natureza da Guerra moderna, a vida militar tem uma tal extensão, que não sobra tempo ao oficial, mesmo a um homem de raro valor, para se imiscuir na ciência e arte dos governos democráticos”.<sup>397</sup> Portanto, afirma o editorial que os militares devem efetivamente exercer a *política militar*. O texto segue pelo problema da questão das comunicações, que é um assunto no qual é necessário a *política militar*. Os redatores referem-se a projetos de construção de ferrovias próximas às fronteiras e que este tipo de ação é prejudicial por dispor aos possíveis inimigos, armas para nos atacar. O texto depreende que isto é mais um problema da eterna incompreensão das classes armadas pelos políticos. Assevera, também, que não existe política nacional no Brasil, por isso a dificuldade em ajustar-se à política militar. O redator finaliza seu texto advertindo que existem muitos militares políticos, mas que mesmo assim falta uma política militar bem concedida. Para os militares, “tudo isso prova que nenhuma vantagem há para as classes armadas em terem representantes seus na militância política”. A participação da influência política na intimidade da caserna há apenas de ser desastrosa.

A questão da política militar já havia sido levantada em editorial de fevereiro de 1932. Nele, acredita-se que o Brasil “hesita evidentemente em sua política militar, cujo rumo ainda não conseguiu definir, embora a situação internacional pareça indica-lhe o perigo que corre com tal procedimento”.<sup>398</sup> O redator explica que é necessário que surja um poder político e militar na América do Sul e que Brasil, Argentina e Chile seriam os países logicamente responsáveis por este poder. Por

---

Moraes, este movimento tem cunho positivista e interventor, ambos os fatores negados nas análises dos autores criticados. MORAES, João Quartim. O positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso. IN COSTA, Wilma Peres da. (ORG). **A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 79.

<sup>396</sup> **A política militar e a prática política**, em *A Defesa Nacional*, abril de 1932.

<sup>397</sup> *Ibid.*

<sup>398</sup> **Política Militar**, em *A Defesa Nacional*, Fevereiro de 1932.

conta de sua falta de organização militar no momento atual, o Brasil “não tem prestígio para firmar uma orientação conveniente ao conglomerado Sul Americano e torna-se, assim, o maior responsável pela fraqueza do continente. Além disso, cria perigos internos na América do Sul, pois favorece com sua fraqueza a dispersão da política internacional sul-americana”. Portanto, a partir do momento que se colocasse em prática a *política militar*, esta traria benefícios diretos para o Brasil, inclusive uma posição melhor dentre os outros países da América do Sul. Como vimos em nosso segundo capítulo, o discurso da política militar não é recente. A relação dos militares com a política já havia sido destacada pelos jovens turcos nas edições da revista durante a década de 1910. Também durante a década de 1920, os militares já preconizavam a necessidade de dedicar-se a uma política militar.

Cabe destacar aqui, a ação de dois militares como presidentes de *A Defesa Nacional* durante este período: o então major J. B. Magalhães e o major Tristão de Alcencar Araripe. Ambos os oficiais terão uma participação chave, tanto no interior da revista e nas ideias que ela advoga quanto no interior da própria Instituição militar. Tais oficiais se destacaram pelo seu trabalho junto ao Estado Maior do Exército e por uma produção intelectual voltada para as letras, na participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

João Batista Magalhães entra como redator da ADN em novembro de 1931, cargo em que permanecerá até agosto de 1934. Porém, sua participação na revista já havia sido efetuada antes disso, pois registramos que de 1926 a 1929 Magalhães fazia parte do grupo mantenedor da revista. Durante o período que esteve envolvido diretamente com a produção da revista, isto é, entre 1931 até 1934, Magalhães foi responsável pela produção dos editoriais da revista. Embora os editoriais não estejam assinados, é possível inferir que a partir de janeiro de 1932 eles tenham sido escritos por Magalhães. Todos os editoriais escritos entre janeiro de 1932 e agosto de 1934 são caracteristicamente longos, abordam vários assuntos, possuem termos em francês e latim e possuem um fio condutor: a questão da *política das forças armadas*, ponto crucial de um novo pensamento militar que irá se estabelecer entre a oficialidade. Analisando outros escritos assinados por esta oficial, como o projeto constitucional sobre a defesa nacional e, mormente, suas obras literárias em relação ao Exército, é possível identificar trechos bastante similares àqueles publicados nos editoriais da ADN. Mesmo expressões em francês que são

frequentemente utilizadas nestes editoriais, possuem frequência similar em escritos assinados pelo oficial.

Magalhães entrou no Exército em 1905 como soldado e, entre 1906 e 1908, frequentou a Escola de Guerra de Porto Alegre, de onde saiu aspirante a oficial em 1909. É interessante notar que durante este período, uma série de jovens militares tiveram sua formação em Porto Alegre: Francisco de Paula Cidade, Góes Monteiro, e Eurico Dutra. Em 1912, Magalhães completa sua formação como oficial na Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo. Foi um dos mais engajados alunos da Missão Militar Francesa e foi formado pela Escola Superior de Guerra da França, entre 1929 e 1931. Serviu como oficial do Estado Maior do Exército em várias funções e em períodos variados, até pelo menos 1938. Com acentuado interesse pela história nacional e, em particular, pela história do Exército, Magalhães escreveu diversos livros sobre a profissão militar, ocupando cadeira no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do IHGB. Em 1941, ao ser preterido à promoção de general a qual tinha direito, Magalhães pede transferência para a reserva.

Em 1932, na condição de oficial do Estado Maior do Exército, Magalhães é o responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional relativo às classes armadas e à defesa nacional. Este trabalho tem por objetivo discutir os pontos a serem inseridos na nova Constituição Nacional. Seu trabalho, dividido em cinco pontos, é extenso: nel, o autor revela ser grande possuidor de cultura geral, pelos temas que aborda. Sua insistência, em relação aos problemas da defesa nacional e da guerra moderna, demonstra o alto grau de assimilação das ideias propagadas pela MMF. As disposições constitucionais acabam por ser consideradas como sendo de Góes Monteiro, representante do Exército na comissão da constituinte em 1933. Mas, a maior parte dos itens levantados por Góes já estavam em discussão pelo EME entre 1931 e 1932.

O trabalho, de cunho restrito e publicado somente para o EME, foi dividido em cinco pontos por Magalhães, os quais representavam a análise global do problema da defesa nacional no Brasil. O primeiro ponto abordado é um apanhado sobre a evolução militar do Brasil desde o descobrimento até a década de 1930, com o intuito de evidenciar a falta de continuidade nas reformas e a incompreensão geral dos políticos em relação ao papel do Exército; o segundo ponto faz um exame da situação do Exército no século XX e suas necessidades em relação à guerra

moderna; o terceiro ponto é um exame detalhado da Constituição de 1891 e os dispositivos concernentes às forças armadas e à defesa nacional; o quarto ponto discute os dispositivos que devem fazer parte da nova constituição e que encaram o problema da defesa nacional de forma global e, por último, Magalhães faz uma sucinta conclusão do assunto.

Já na primeira parte, Magalhães identifica duas mentalidades concorrentes no meio militar. A primeira delas, chamada de mentalidade dos exércitos profissionais, teria relação com a chegada do exército português em terras brasileiras e ligação com uma cultura militar. A outra, denominada mentalidade miliciana, teria origem na formação de milícias no Brasil colônia, ligadas a interesses políticos e individuais. Esta mentalidade miliciana, sobrevivente, apesar dos diversos períodos históricos, teria ligação com a política dentro do Exército e seria mesmo sua correlatora. Para Magalhães, o exame do passado é ferramenta indispensável para o conhecimento do presente e o planejamento do futuro. Este pensamento é repetido não só no estudo em questão, mas em diversas páginas da ADN ao longo do período aqui analisado. Essa ideia pode ser identificada como uma das características da ética militar apontadas por Huntington. Para o autor, a ética militar “proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo, a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções. Salieta a continuidade e o valor da história (...) a ética militar é pessimista, coletivista, historicamente influenciada, nacionalista e militarista”.<sup>399</sup> Todas essas características são encontradas no estudo de Magalhães aqui debatido, como também em diversos momentos nas páginas da revista.

Para Magalhães, a situação de abandono militar vivida pelo Brasil era reflexo da mentalidade miliciana e da falta de continuidade das políticas em relação às reformas na instituição militar: “o espírito miliciano é, talvez, o único responsável (...) tal é o que se chama o militar político”. A mentalidade miliciana explica, pois, a “atração mútua que tem existido entre nós, entre a política e as classes armadas”.<sup>400</sup> Para o autor, a mistura do credo católico com a força da raça brasileira foi o que determinou a unidade da Pátria. A colaboração do catolicismo será discutida em um longo editorial de ADN, publicado em abril de 1933. As ideias expostas no editorial são as mesmas do documento escrito por Magalhães, o que nos permite inferir que

---

<sup>399</sup> HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996, p. 97.

<sup>400</sup> MAGALHÃES, J. B. **Estudo sobre as disposições a inserir na nova constituição relativamente à defesa nacional e as classes armadas**. IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 202, Janeiro-Março de 1949. p. 160.

o próprio Magalhães tenha escrito esse editorial, assim como a totalidade deste tipo de texto publicado entre janeiro de 1932 e agosto de 1934. Nesse texto, o autor faz todo um retrospecto da história nacional, desde o descobrimento, e relaciona que quem manteve o Brasil unido durante todo este período foi o catolicismo.<sup>401</sup> Em segundo plano viria o Exército, instituição magna que congrega os brasileiros de todos os credos e luta constantemente contra a desagregação nacional.

Na continuação do esboço histórico do Exército inserido no pré-projeto para a Constituinte, Magalhães acredita no aumento da dificuldade da organização militar durante o período republicano. Expondo a situação dos vizinhos do Brasil – notadamente Chile e Argentina – argumenta que os problemas da Instituição passaram do Império à República sem solução, notadamente o ensino militar e o recrutamento obrigatório. Coloca que o Império foi o grande responsável pelo encorajamento do militar político e que durante o período republicano este tipo ainda se faz presente na Instituição. O autor saúda a Missão Militar Francesa (MMF) como a vitória da nova mentalidade militar sobre a velha.

Com a chegada da MMF, ocorreu o choque das mentalidades profissional e miliciana incorrendo, notadamente, a vitória da primeira. Aqui é necessário um parêntese: embora Magalhães admita o caráter maléfico da política no Exército e da participação de militares em movimentos sediciosos, ele próprio foi preso em 1922 por fazer parte do levante de 5 de julho. Nesta época, o oficial era aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que funcionava junto à Escola Militar, no Realengo. É possível que a prisão tenha diminuído o ímpeto revolucionário do jovem militar. Após este pequeno deslize na carreira, Magalhães tornar-se-á um dos melhores alunos da MMF nos anos posteriores a 1922. Este fato demonstra que a oficialidade dos anos 1920, notadamente tenentes e capitães, estava bastante confusa em relação ao seu papel dentro de uma instituição que é um dos braços do Estado, e de sua participação, como membros desta instituição na sociedade.

Magalhães concebe ainda, a falta de uma *política militar* adequada aos problemas enfrentados pelo Brasil. Cabe ressaltar aqui que esta ideia da *política militar* vai permear muitos dos trabalhos escritos pelos redatores da ADN durante a década de 1930. Este traço também pode ser identificado no discurso de Góes Monteiro. Magalhães alerta para a necessidade de maior desenvolvimento das

---

<sup>401</sup> **A Propósito do Momento Atual**, em *A Defesa Nacional*, Abril/maio de 1933.

relações internacionais, notadamente com os vizinhos mais próximos do Brasil, o desenvolvimento econômico do país e o desenvolvimento de uma indústria capaz de dar ao Brasil maior autonomia, tanto militar quanto econômica. Tais ideias terão ênfase no relatório escrito por Góes Monteiro e apresentado em janeiro de 1934 ao chefe do governo provisório Getúlio Vargas. É neste documento em especial que José Murilo de Carvalho identifica o surgimento do projeto de intervencionismo controlador, com ênfase na defesa externa e interna, o industrialismo nacionalista e o envolvimento do Exército como ator principal deste processo, especialmente após o Estado Novo.<sup>402</sup> Deve-se, no entanto, levar em conta que este é o discurso principal passado pelos militares franceses aos alunos brasileiros que frequentaram seus cursos durante a década de 1920. A Missão Militar Francesa teve especial atuação na Escola do Estado Maior do Exército e suas ideias influenciaram a maior parte dos militares que delas fizeram parte e que posteriormente seguiram carreira no Estado Maior do Exército (EME). Cabe comentar aqui, a consequência negativa que a falta de estudos sobre a MMF produz sobre as análises em relação ao papel dos militares na sociedade brasileira.

Em relação à Constituição de 1891 e seus tópicos sobre a defesa nacional, o oficial é conciso em demonstrar a ineficiência da carta magna. Mas cabe aqui, também, um comentário: a maior parte das críticas feitas por Magalhães são derivadas de seu conhecimento adquirido pelos cursos da MMF. Esta posição fica clara quando ele critica a falta de preparo da nação para a guerra moderna, expressa na Constituição. Ora, a ideia da guerra total, aquela que envolve de roldão toda a nação, foi um conceito que tomou forma somente após a Primeira Guerra Mundial. As consequências da Grande Guerra para a doutrina de batalha militar e para a percepção dos governos civis em relação à guerra foi crucial. Portanto, é praticamente inverossímil que a carta de 1891, influenciada pelo positivismo e escrita por militares mais afastados do ardor profissional – basta lembrar que a maior parte dos militares na Constituinte eram identificados como *cientificistas* - tivesse essa preocupação. No entanto, Magalhães vê o gérmen do regionalismo e da desagregação presentes neste documento, sobretudo em relação ao privilégio dado

---

<sup>402</sup> CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930 – 1945. CAMARGO, Aspásia (org). **Seminário da Revolução de 30**. Brasília: UNB, 1983. p. 145. Sobre o pensamento estratégico de Góes Monteiro ver PINTO, Sergio Murillo. A Doutrina Góes: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. p. 291-307.

aos estados de constituírem forças armadas ao seu dispor. Este problema foi evidenciado pelos militares presentes na Constituinte em 1891 e será assunto de preocupação militar constante e discutido diretamente nas páginas da ADN desde 1913.

As condições da guerra moderna, portanto, acentuavam a necessidade “de uma preparação completa, incessante, minuciosa, capaz de pôr em funcionamento o mecanismo nacional da guerra, sem retardo e em pleno rendimento no momento propício”.<sup>403</sup> A nova Constituição, sendo este o documento primordial que rege a Nação, deveria abarcar todos os preceitos para a defesa nacional em um título exclusivo. Por ser o estado de guerra uma situação de crise e emergência para a nação, Magalhães acredita que “no momento de crise em que a lei predominante é a das *necessidades* nenhuma imposição legal *prevalecerá* no sentido de as contrariar” ou seja, em um estado de guerra a própria Constituição deveria prever as modificações das liberdades individuais e dos deveres do cidadão para atender ao estado de emergência.<sup>404</sup> Falando abertamente, Magalhães é sucinto ao esclarecer que:

Sendo a necessidade a lei predominante na guerra, e sendo essas necessidades sempre urgentes e intransferíveis, não admitindo soluções protelatórias, deverá a nova Constituição determinar a *suspensão de todos os direitos e garantias vigentes no tempo de paz que acarretem prejuízos de modo direto ou indireto em relação às operações militares ou quaisquer outras atinentes aos interesses da defesa nacional.* [grifo no original]<sup>405</sup>

Para Bretas, ao ser nomeado membro encarregado da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional “Góes apresentará suas ideias relativas à organização política do Brasil, centrando suas colocações numa concepção mais radical e efetiva da defesa nacional. Nesse sentido, clarifica-se uma proposta autoritária que vai da restrição dos direitos individuais à concentração do poder pelo executivo”.<sup>406</sup> Ora, vimos que quem elabora o préprojeto constitucional concernente

---

<sup>403</sup> MAGALHÃES, J. B. **Estudo sobre as disposições....** p. 210.

<sup>404</sup> MAGALHÃES, J. B. **Estudo sobre as disposições....** p. 211.

<sup>405</sup> Ibid, p. 212

<sup>406</sup> BRETAS, Marcos Luiz. O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro-julho de 2008.p. 52

às forças armadas é Magalhães, oficial do EME; Góes Monteiro, como oficial maior do grupo eleito para a constituinte apenas reforçou muitos desses pontos, que eram de interesse direto do EME. É possível também que as ideias defendidas por Góes fossem parte de um *lugar-comum* para parte da oficialidade militar. Entendemos por lugar-comum “um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos”<sup>407</sup> amplamente defendidas e partilhadas pelos militares entre os anos de 1910 e 1930, cujo maior expoente destas ideias é *A Defesa Nacional* e o grupo reunido em torno da revista.

O discurso de uma política militar também será encontrado em Góes Monteiro. De fato, foi a sua fala que materializou para a história a questão da *política do Exército*, embora este discurso estivesse associado aos militares de uma forma geral, como aqui apresentado. A obra intitulada “A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército”, publicada apenas em 1934, traz um esboço histórico da participação de Góes Monteiro na Revolução de 1930, suas ideias políticas em relação ao Exército e ao Brasil e uma série de tópicos expostos pelo militar em uma reportagem para o periódico “O Jornal”, em 1933.<sup>408</sup> Por último, a obra apresenta o discurso feito por Góes Monteiro no momento de sua aceitação do cargo de Ministro da Guerra, no final do mês de janeiro de 1934.

Ao que tudo indica, o esboço histórico e o subtítulo “finalidade política do Exército” foram escritos antes de junho de 1932, pois Góes Monteiro faz uma referência ao Ministro da Guerra, general Leite de Castro. O que nos chama a atenção é que a obra foi publicada apenas em 1934, no entanto, as ideias ali expostas já estão nas páginas de ADN. Existem duas hipóteses para isto: ou o esboço escrito por Góes entre 1931 e 1932 circulava entre os oficiais de Estado Maior do Exército e acabaram influenciando os redatores de ADN ou Góes Monteiro acabou sendo influenciado pelas ideias que formavam um fundo compartilhado, na acepção de Bresciani sobre o lugar-comum. Parte dessas ideias teria, efetivamente, o núcleo de *A Defesa Nacional* como principal difusor.

Para Góes Monteiro, a república velha ruiu com a organização do Exército, o partidarismo político e sua infiltração acentuada na caserna corroeram a disciplina e a hierarquia da Instituição e o liberalismo continuava sendo um sistema político não

---

<sup>407</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da Ciência e a sedução da objetividade**. UNESP: São Paulo, 2005. p. 41

<sup>408</sup> MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército**. Rio Janeiro: Andersen Editores, 1934.

ideal. A situação dos militares era dificultada, ainda, pela incompreensão do papel do Exército pelos políticos. Para reorganizar a Instituição, faz-se necessária uma lei de promoções que assegure a entrada dos mais capazes ao oficialato e seja capaz de afastar aqueles homens que não possuem talento para a profissão militar. Como vimos em nosso segundo capítulo, esta lei é uma constante proposição nas páginas de ADN desde seu lançamento, em 1913. Para Góes Monteiro, o Exército:

É um órgão essencialmente político; e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial da guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político social – tudo, enfim afeta a política militar de um país.<sup>409</sup>

Similar discurso foi publicado na ADN no já referido editorial de abril de 1932, quando o redator entende que:

Os militares têm evidentemente um dever político como toda a gente (...) tais aspectos, aliás, envolvem quase todos os ramos da administração pública porque a guerra moderna é feita por toda a nação e com todos os seus recursos. Têm, portanto, de honestamente cogitar de todos os assuntos da vida nacional e de se preocupar com a política de todos os ministérios, porque desde a saúde e educação do povo, até o trabalho, as comunicações, as finanças, a diplomacia, em suma, todas as modalidades da política, tudo lhe interessa.<sup>410</sup>

A similaridade dos dois discursos é curiosa: os mesmos elementos estão presentes como a necessidade de se adequar a política do país à política militar e à consciência de que isto só será possível a partir do momento em que a ideia de que o Exército é um órgão *essencialmente político* for aceito. Todos os militares concordavam que “todo o mal consiste em tornar-se o militar político partidário,

<sup>409</sup> MONTEIRO, op. cit. p. 133.

<sup>410</sup> **A Política Militar e a prática política** em *A Defesa Nacional*, abril de 1932.

faccioso ou tribul” e que este comportamento só poderia levar à indisciplina e à dissociação da Instituição, nas palavras de Góes.<sup>411</sup> Neste quesito, os redatores de ADN complementam, em abril de 1932, ao dizer que “jamais lhe adveio qualquer vantagem das influências políticas em sua intimidade”.<sup>412</sup>

Em fevereiro de 1934, J.B Magalhães traduz um artigo de autoria do general Von Seeckt, oficial do Estado Maior alemão, que representa bem aquilo que vem sendo escrito nas páginas de ADN. Para Von Seeckt, o exército é o braço armado do estado e tem como função defendê-lo externa e internamente. Desta forma, o estado tem deveres para com o exército e um deles é provê-lo materialmente para que possa cumprir sua missão de forma satisfatória. O texto termina dizendo que o exército é uma instituição política porque é uma instituição do Estado: “no sentido em que o compreendo, o exército deve ser uma instituição política, dando a essa palavra a estrita significação de instituição de Estado. O exército não deve, certamente, servir à política de partidos”.<sup>413</sup> Ou seja, a opinião de Von Seeckt era a mesma dos militares brasileiros. A publicação do artigo no permite levantar duas hipóteses: ou os redatores escolheram este texto como forma de demonstrar ao corpo de oficiais que militares de grandes exércitos pensavam da mesma forma que os militares brasileiros em relação à questão da política militar ou ele revela a influência exterior deste tipo de concepção na doutrina militar brasileira. É possível que ambas as hipóteses estejam corretas, embora em relação à segunda, maior comprovação se faz necessária.

O Exército, para os militares, é um símbolo do progresso porque a guerra, ao integrar toda a nação e dela necessitar, desenvolve o país com vias férreas, comunicações, indústria e agricultura. Logicamente “que a preparação consciente de uma nação para fazer face à eventualidade de uma guerra, politicamente justificável, não contraria seu progresso e antes o favorece”.<sup>414</sup> Este trecho do editorial pode ser relacionado com um pensamento militar específico sobre o Brasil. Encontramos trechos similares deste mesmo discurso, tanto no manifesto dos revolucionários, distribuídos nas guarnições do Brasil em abril de 1931, como no relatório de Góes

---

<sup>411</sup> MONTEIRO, op. cit. p. 134.

<sup>412</sup> **A Política Militar e a prática política** em *A Defesa Nacional*, abril de 1932.

<sup>413</sup> **O Exército no Estado**, em *A Defesa Nacional*, Fevereiro de 1934

<sup>414</sup> Exércitos Modernos, em *A Defesa Nacional*, fevereiro de 1933.

Monteiro em 1934.<sup>415</sup> Ou seja, a ADN estava lançando um discurso militar influenciando potencialmente os militares.

Para os redatores, a política em geral havia sido hostil em relação aos militares, tanto durante o período monárquico, quanto durante o período republicano. Esta hostilidade derivava da incompreensão dos políticos em relação às classes armadas, seu papel e suas necessidades em um país como o Brasil. Para os militares, a imigração desenfreada, a falta de aproveitamento das riquezas naturais do país, a enorme quantidade de analfabetos e as questões de interesse da defesa nacional são resultado de políticas nacionais inexistentes. Os políticos seriam os responsáveis por esta situação, já que não sabem coordenar ações visando ao interesse do país. Suas ações são sem continuidade e sem objetivos específicos, porque atendem a interesses pessoais ligados à política regional. O papel dos militares é ser um instrumento poderoso em um país jovem e moderno como o Brasil “notadamente para desenvolver e difundir um sentimento cívico acentuado e definido, para corrigir em parte a tendência dissociativa das correntes imigratórias, para manter os laços de coesão das diversas unidades nacionais, para facilitar (serviço militar obrigatório e geral) a reaproximação das classes sociais; para difundir os hábitos e metodizá-los de cultura física”.<sup>416</sup> Este discurso é o mesmo escrito em editorial de janeiro de 1932. Esta continuidade indica que o autor é o mesmo e que seu discurso reflete a opinião de todos os envolvidos diretamente na produção da revista. Pode ser tomado, portanto, como a opinião de uma parcela da oficialidade militar. A ADN advogava, desde 1920, ser o portal de voz dos militares, sua voz uníssona, um “eco de vozes” em relação às aspirações militares.<sup>417</sup>

O outro presidente de ADN enfocado aqui é o então major Tristão de Alencar Araripe. Este oficial se formou na arma de engenharia e em janeiro de 1921 foi promovido a segundo-tenente. Em 1926 este oficial passou a fazer parte do grupo mantenedor de *A Defesa Nacional*, juntamente com outros militares, como J. B. Magalhães, Eurico Dutra e Mário Travassos. Neste período, Araripe estava no Rio de Janeiro, cursando a Escola do Estado Maior, notadamente sob instrução da MMF. Aliás, este oficial se empenhou, quando esteve à frente de ADN, no

---

<sup>415</sup> Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

<sup>416</sup> **A Política e a Defesa Nacional**, em *A Defesa Nacional*, Maio de 1932.

<sup>417</sup> Em março de 1930 os redatores publicam a seguinte epígrafe: “A Defesa Nacional não é um órgão de um grupo de oficiais, mas deseja e deve ser órgão autorizado da classe, de todo o Exército”.

encorajamento ao estudo das matérias da Escola do Estado Maior. De 1926 em diante, Araripe se destacou como colaborador de ADN, sendo votado para presidente para o período de 1935-1937. É durante esse período que a revista sofre grandes transformações, que foram elencadas em nosso terceiro capítulo. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Militar do Rio de Janeiro e ao do Espírito Santo, do qual foi presidente.

Embora não tenhamos identificado a produção intelectual de Araripe nas páginas de ADN em relação às Questões Nacionais, é pertinente lembrar que foi sob o seu comando que a revista sofreu grandes transformações, a partir de 1935. Nesta reforma, como aludimos anteriormente, a revista perdeu o seu editorial, canal já tradicional de discussão de assuntos ligados ou não à temática militar. É a partir de 1935 que assuntos como o comunismo e o autoritarismo ganham maior destaque na revista. Certamente, foram os militares influenciados, em muitos aspectos, pelo plano exterior e pela situação mundial pós-Primeira Guerra. Passaremos, então, agora, à análise do próximo ponto de nosso capítulo, a relação entre os militares e o autoritarismo.

## **4.2 Autoritarismo e Militares**

Após a Primeira Guerra Mundial houve, na Europa, uma manifestação de governos de caráter autoritário e/ou fascista. Os regimes de Stalin, na Rússia e Mussolini, na Itália, já durante a década de 1920 se faziam presentes. Regimes de caráter autoritário e de caráter fascista existiam também na Hungria (1919), na Espanha (1923), na Albânia (1925), na Polônia, em Portugal e na Turquia (1926). Durante a década de 1930, a Alemanha implantaria o nazismo como sistema político e social. Tais regimes podem ser compreendidos no contexto de crise do liberalismo, só evidenciada após a Primeira Guerra e acentuada com a queda da bolsa americana em 1929 e a crise das democracias liberais. A desilusão, o ceticismo e as incertezas perante o futuro levaram ao descrédito total do sistema liberal democrático. Este sistema era visto por muitos intelectuais como individualista, desagregador e até antinacional. Ao privilegiar os interesses dos grupos financeiros e industriais, o capitalismo demonstrou ser um falho sistema econômico, associado

indelevelmente ao sistema liberal, gerando pobreza, incertezas e desconfianças. A crise de 1929 reforçou ainda mais a crença que somente um estado autoritário, que conduzisse a política e a economia com mãos de ferro, resolveria o problema.

No Brasil, as ideias autoritárias já estavam em discussão desde a década de 1910. Como mostramos sinteticamente em nosso segundo capítulo, Alberto Torres foi um intelectual que influenciou a nova geração de ideólogos. Seu pensamento caracteriza-se por ser nacionalista e antiliberal. O nacionalismo deriva da atmosfera social do início do século XX, que é "fortemente carregada de ressentimentos contra o colonialismo predatório e de temor face ao expansionismo das grandes potências".<sup>418</sup> O caráter antiliberal deriva tanto da crise do sistema, a partir da primeira década do século, como também da própria experiência do intelectual na vida pública: Torres foi político e encontrou grande resistência dos grupos rurais quando presidente do estado do Rio de Janeiro (1901-1903). Sua experiência demonstrou a dificuldade de se trabalhar em um país totalmente dividido, onde sobrava autonomia às unidades federadas e faltava poder à União.<sup>419</sup>

De acordo com Lamounier, o pensamento dos críticos da primeira República e dos ideólogos autoritários "pode ser vista como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de ideias e aspirações políticas de grande relevância".<sup>420</sup> Este pensamento condensa uma reação filosófica ao iluminismo e ao utilitarismo, fortemente carregado de ideias positivistas. Daí decorre o anti-individualismo, tópico de suma importância para a construção do pensamento autoritário. Por outro lado, a oposição ao modelo econômico – o liberalismo, adaptado ao estado e fazendo dele sua representação e generalização, formou o outro pólo para a construção do pensamento autoritário. Desta forma, além da solução para os problemas nacionais, esses ideólogos também discutiam as questões em torno da organização do poder político, sugerindo a necessidade de um poder estatal forte para organizar o país. Este poder era "necessário não somente para erradicar os males do passado, cuja força de inércia só pode ser superada por uma cirurgia enérgica, como também para manter sob controle o

---

<sup>418</sup> LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. IN FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 356.

<sup>419</sup> Informações retiradas do prefácio feito a 4ª edição da obra lançado em 1982 pela editora da Universidade de Brasília. IN TORRES, Alberto. **Problema nacional brasileiro**. 4. ed. Brasília (DF): Univ. de Brasília, 1982.

<sup>420</sup> LAMOUNIER, Bolívar . op. cit. p. 357.

próprio processo de mudança, assegurando a sobrevivência do que porventura existia de bom".<sup>421</sup>

O poder estatal era necessário para organizar um país considerado essencialmente desorganizado e amorfo. Esta ideia foi característica de Torres, embora Oliveira Vianna, a partir da década de 1920, se dedicasse a desenvolver com mais propriedade este conceito. Para Torres:

No Brasil, destruídos os rudimentos de organização que já tivemos [refere-se aqui à escravidão], lançados em mau terreno, nada ficou de definitivo, e a fachada da nossa civilização oculta a realidade de uma completa desordem. Não há uma só instituição no Brasil, como também provavelmente, em quase todas, se não em todas as outras repúblicas sul-americanas, assente sobre bases próprias para um crescimento evolutivo regular.<sup>422</sup>

Desta forma, no Brasil a vida pública não passava de crônicas de anedotas pessoais e escândalos, o trabalho não tinha valor, o mérito não tinha estímulo e o povo não tinha opinião. Parte deste processo é consequência da própria colonização do Brasil pelos portugueses, um povo que já estava em declínio durante a fase dos descobrimentos. O imprevisto da colonização, a fraqueza dos descobridores, as diferenças de clima e de terra e a interrupção do processo nacional pela independência foram fatores que impedem o "surto de sociedade" no Brasil. Por consequência, também não existe no país uma consciência nacional. Para Torres, "nós não exprimimos o interesse pela conservação nacional, senão como forma dramática do culto da bandeira e do ardor militar".<sup>423</sup> A desorganização nacional é sintetizada pela falta de uma política pública, de uma economia nacional e objetiva e pela falta da própria consciência nacional. A desorganização teve como consequência o regionalismo, que ameaçava o país de desmembramento e decomposição.

Durante a década de 1930, sobretudo após o Estado Novo, o autoritarismo passou para a pauta de discussões do governo. Muitos ideólogos como Francisco

---

<sup>421</sup> Ibid. p. 362.

<sup>422</sup> TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. Rio de Janeiro: Nacional, 1914. p. 28.

<sup>423</sup> TORRES, Alberto. op. cit. p. 56.

Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna encontraram abrigo em cargos políticos de relevância. O Estado Novo getulista colocou em prática os principais conceitos desses ideólogos e, desta forma, deveria conduzir a uma modernização conservadora, ou seja, o estado teria como principal dever organizar a nação em relação ao seu desenvolvimento econômico e social. Estas ideias tiveram grande eco nos meios de comunicação, sobretudo na revista “Cultura Política”, periódico editado pelo DIP e propagador dos ideais estatais.<sup>424</sup>

As ideias autoritárias de cunho fascista encontraram eco na fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, por Plínio Salgado. O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista, anticomunista, que pregava o fortalecimento do Estado (Estado “integral”) frente à economia, além de trabalhar com a consciência individual ao redor do mote “Deus, Pátria, família”. Com ideias tributárias do fascismo, como a existência de apenas um partido e a personificação do Estado através de seu chefe, o integralismo encontrou seus adeptos nas classes médias urbanas e nos militares. O partido encontraria o seu fim quando decidiu aliar-se a Getúlio Vargas, por conta do golpe que inaugurou o Estado Novo, em 1937. Prometendo uma série de benefícios ao partido, principalmente sua maior inserção no governo, Getúlio encampou o apoio da AIB. Embates entre o governo e os integralistas fazem com que estes tentem a derrubada do governo, através de um ataque frustrado ao Palácio da Guanabara, em maio de 1938.

Identificamos os primeiros sinais de uma crítica ao liberalismo nas páginas de ADN em fevereiro de 1934, quando foi publicada uma tradução de artigo escrito por Emile Corra, um famoso positivista francês. Quem traduz o texto é J. B. Magalhães, oficial que deixa transparecer simpatia pelo positivismo, embora muitos militares considerassem a doutrina banida dos quartéis.<sup>425</sup> Quartim de Moraes demonstra, em artigo, que o positivismo ainda exercia influência no meio militar, pelo menos até o final da década de 1920.<sup>426</sup> Nesse sentido, também Maria Cecília Forjaz demonstra

---

<sup>424</sup> BONET, Fernanda dos Santos. **AUTORITARISMO E NACIONALISMO. O discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista "Cultura Política"**. Mestrado, PUCRS. 2010.

<sup>425</sup> Chamou-nos atenção, ao falar sobre a falta de continuidade política em âmbito federal, referência feita por J.B Magalhães à política do RGS ao afirmar que “jamais houve nos governos a continuidade necessária e, salvo a grande exceção que é o Rio Grande do Sul”.<sup>425</sup> Também em março de 1934 Magalhães cita Comte, sem, no entanto, nomeá-lo explicitamente.

<sup>426</sup> MORAES, João Quartim. O positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso. IN COSTA, Wilma Peres da. (ORG). **A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

que o positivismo persistia, não como uma influência direta e explícita, mas como ideias persistentes, difusas e atenuadas de seu completo domínio intelectual.<sup>427</sup> Para Forjaz, a ideia de que a educação seria um fator de progresso, a insistência na regeneração moral da política e a artificialidade do liberalismo são concepções tipicamente positivistas, assimiladas pelo movimento tenentista.<sup>428</sup> Vimos, no entanto, que estas concepções estavam, em menor ou maior grau, também, nas páginas de ADN durante a década de 1920.

Por outro lado, o positivismo chegava aos militares, também, através de Alberto Torres e Oliveira Vianna, que influenciaram não só o pensamento dos tenentes, mas dos militares de uma forma geral. Além disso, o positivismo continuava vivo e atuante através da política do Rio Grande do Sul e Getúlio Vargas era, de fato, um adepto do positivismo.<sup>429</sup> O texto de Corra é uma crítica à democracia, à ideia de soberania no povo e ao sufrágio universal. Não fala especificamente sobre as Forças Armadas, embora acentue o papel que o Estado deve desempenhar nos desígnios de uma nação. O artigo conclui dizendo que um governo não deve ser comandado por ideologias nem por personalismos políticos, pois:

É preciso fugir das ideologias. O bom senso aconselha que o Governo só se deixe influenciar por uma ideia preconcebida: o interesse geral. Por isso mesmo deve preocupar-se, antes demais nada em manter a harmonia social e não ter preferência por panacéias políticas como os radicalismos, os socialismos, comunismos e outras mais que se confundem fenômenos de ordem objetiva e subjetiva.<sup>430</sup>

Lembramos que os ecos do pensamento dos ideólogos da primeira República encontram nas páginas de ADN excelente meio de circulação, já a partir da década de 1910, como sintetizado em nosso segundo capítulo. O que desejamos demonstrar aqui é a continuidade deste pensamento durante a década de 1930.

---

<sup>427</sup> FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 44.

<sup>428</sup> FORJAZ, op. cit. p. 51.

<sup>429</sup> FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **A gênese regional da Revolução de 30**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL30-REE.pdf>. Acesso em março de 2010.

<sup>430</sup> **A ideologia POLÍTICA**, Em *A Defesa Nacional*, fevereiro de 1934.

Acreditamos que a sua maior discussão, em relação aos períodos anteriores de ADN, deve-se ao fato de que o próprio Estado demonstrava apreço pelos argumentos de tais intelectuais. É necessário lembrar que a obra de muitos intelectuais, como Alberto Torres, passou a ser republicada durante a década de 1930, assim como os livros de Oliveira Vianna, escritos durante a década de 1920. Portanto, essas ideias estavam, mais do que nunca, na pauta das discussões necessárias, em relação aos rumos que o país deveria tomar.

Ao analisar o programa tenentista no pós-1930, Forjaz acentua que “são traços comuns a todas as forças políticas envolvidas na reconstrução do sistema político brasileiro após a revolução de 1930 uma perspectiva antiliberal, autoritária, elitista e estadista. Esses componentes gerais do quadro ideológico da época aparecem, no entanto, dosados diferentemente e voltados para a obtenção de distintos alvos políticos”.<sup>431</sup> Desta forma, o autoritarismo surgia como forma de combate à hegemonia oligárquica em um primeiro momento e, mais tarde, como uma forma de manutenção do poder pelos novos grupos políticos.

O próprio movimento tenentista encontrou apoio à crítica liberal no discurso autoritário. Suas intenções eram centralizadoras e bastante radicais, excluindo do debate político todas as oligarquias, independente de seu poder de persuasão política. Seu autoritarismo se manifestava também pela restrição do voto, pela propagação da ditadura revolucionária no pós-1930 e pelo adiamento das eleições da Assembleia Constituinte. Sabidamente, os tenentes receberam forte influência de Alberto Torres e Oliveira Vianna, sobretudo em relação às questões nacionais discutidas por estes dois autores. Se, de um lado, os militares de ADN já vinham, há bastante tempo, criticando o regionalismo, a politicagem, a falta de organização nacional e a própria falta de civismo do povo, por outro os tenentes aprofundavam as críticas ao liberalismo, levando o debate com mais força para dentro da instituição militar. Acentuamos aqui como o clima ideológico do pós 1930 estava imbuído de ideias autoritárias e antipartidárias, sintetizadas em diversas críticas ao sistema liberal democrático.

Em junho de 1934, é publicado artigo intitulado “A liberal Democracia e os Exércitos”. O autor cita a incompatibilidade da democracia liberal com as instituições militares, constituindo “teórica e praticamente má companhia para a existência dos

---

<sup>431</sup> FORJAZ, op. cit. p. 65.

Exércitos”.<sup>432</sup> Ele acredita que nas democracias liberais tudo é ficção, é convencional, é abstrato. Esta abstração consiste justamente na ideia de soberania do povo que “tudo pode teoricamente, mas que, na prática, apenas pode votar e eleger representantes em quem de fato vai cair o verdadeiro poder”. A liberal democracia também conduz a uma natural falta de disciplina na sociedade e este fato é principalmente perverso para a existência dos exércitos. Para o autor, “não se aplicam, portanto, num exército, os métodos próprios da direção das sociedades democráticas sem que sua disciplina sofra, isto é, sem que se deforme ou enfraqueça sua organização e sem que ele venha a vacilar em face do inimigo. É por tais razões que o Exército Francês converteu-se, dentro da democracia francesa, no *grande mudo* e que o exército vermelho dos russos comunistas existe sob férrea disciplina”. A referência ao “grande mudo” francês aqui é emblemática: esta teria sido uma das lições passadas pela MMF, ou seja, a de que os militares jamais deveriam se imiscuir na política e dela tomar partido. Mas, foram também os franceses que plantaram a ideia de que o problema da defesa nacional depende diretamente da preparação da Nação para a guerra e da total planificação da política com os objetivos militares. O autor conclui seu texto afirmando que “os ambientes e processos das democracias liberais não são favoráveis e tornam-se malsãs aos organismos militares”. Embora o texto não forneça claramente uma opção ao regime democrático liberal, está claro que também não o aceita.

Em 1934, ao ser convidado a ocupar a pasta de Guerra do então Governo Provisório, Góes Monteiro elaborou um relatório sobre os problemas e as necessidades do Exército Brasileiro. Em um ensaio anexo, o general não se furtou em tecer algumas considerações sobre os problemas brasileiros relacionados à economia e à política. Góes faz uma alusão ao movimento constitucionalista paulista como uma resistência ao projeto de “uma nova e sólida organização do Estado”, levando o governo provisório à necessidade de recorrer ao “processo clássico do liberalismo moribundo, convocando a reunião de uma Assembleia Constituinte”. Atribui a reuniões desta natureza, resultados medíocres e a sua existência mantém “*os vícios e as ligações do passado*”, em clara alusão aos procedimentos dos governos da primeira República.<sup>433</sup>

---

<sup>432</sup> **A liberal Democracia e os Exércitos**, Em *A Defesa Nacional*, Junho de 1934.

<sup>433</sup> Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

Em relatório do Ministério da Guerra, apresentado em 1935 ao presidente Getúlio Vargas, Góes admite que “a prática do regime político que adotamos e que tem o seu prestígio devido ao erro de haver sido entregue o bastão da soberania a uma multidão composta, em sua maioria, de indivíduos falhos de educação racional, tem facilitado os males de que nos queixamos”.<sup>434</sup> Nesta frase fica claro o seu ceticismo em relação ao regime democrático e, principalmente, ao sufrágio universal adotado pela Constituição de 1934.

Em março de 1935, os redatores de *A Defesa Nacional* publicam artigo e incluem, antes de seu início, uma nota em que afirmam a sintonia do pensamento dos redatores com aquelas ideias expressas no artigo. O artigo em questão, escrito pelo tenente Wiedersphan, inicia com forte crítica ao sistema atual de governo que domina o mundo, bem como ao seu individualismo intrínseco. Compreende que esse individualismo traz uma série de problemas para a sociedade, sendo o principal a falta de interesse em relação ao todo e também a falta de civismo e patriotismo que este tipo de sistema traz consigo. Este meio torna-se propício ainda às infiltrações da persistente “propaganda dissolvente e materialista” na sociedade, além de refletir na própria caserna, através da infiltração “marxista no próprio seio do único sustentáculo da unidade e da grandeza nacionais”. A única solução para estes problemas é um sistema de governo com base na tradição e na força. O autor questiona se deve o oficial quedar diante destas ameaças, simplesmente cumprindo seu dever, de braços cruzados passivamente. Afirma que não. O oficial deve saber distinguir as questões políticas daquelas sociais, afastando-se da política, mas deve estar atento às questões sociais que exigem o seu cuidado. Obviamente, o oficial refere-se ao perigo comunista, não só na caserna, mas em toda a sociedade.

Em artigo publicado em maio de 1935, o Capitão A. F. Correia Lima faz longa crítica aos sistemas liberais e às questões sociais no mundo. O autor acredita que vários países já estão colocando no centro de seus interesses o “todo” da população e não apenas aqueles grupos que são diretamente ligados ao poder. Esses países utilizam diferentes formas, como o comunismo e o fascismo, e ainda não estão provadas as modificações que estes regimes fizeram. De qualquer forma, no Brasil o mal do liberalismo é crônico: influenciou o país em sua quase desagregação, levou

---

<sup>434</sup> **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 22. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html>. Aceso em 12 de dezembro de 2009.

elites políticas que não se preocupavam com os interesses nacionais ao poder. Chega à conclusão de que “Nas liberais-democracias cuida-se somente de eleição”, quando as plataformas eleitorais “tem se limitado a vãs promessas (...) destinadas exclusivamente à arregimentação eleitoral”.<sup>435</sup> Para Correia Lima, “os adeptos das liberais democracias, regimes que permitem uma politicagem rasteiramente partidária e individualista, só tem uma preocupação, morbidamente obcecante: o acesso ao poder e a mais longa permanência nele”. De acordo com o oficial, o momento é de fragilidade, pois existe, ainda, o mal das doutrinas exteriores que se travestem de questões sociais para, principalmente, dividir o Exército. É necessário ao oficial não se ater às questões político partidárias, mas urge ao Exército estar vigilante e pronto “a repelir as tentativas de desagregação nacional”, que são movidas pelos derrotistas. O oficial conclui que “nós, militares, devemos ser exclusivamente soldados, mas soldados conscientes e compenetrados dos nossos deveres para com a Pátria”.

Para os militares, o agnosticismo liberal em assuntos morais e econômicos, além da estrutura política baseada no sufrágio universal fez surgir fenômenos sociais preocupantes. Desta forma, no Brasil, a influência destas ideias gerou falta de lideranças interessadas no coletivo, a falência do patriotismo e a falta de energia para lutar pelos problemas do país. Na economia, conduziu a formação de um grupo potencialmente rico, opressor de um grupo pobre, iniciando assim a famosa luta de classes. Na política, criou o personalismo político e o individualismo, onde os grupos brigam apenas pelo poder. Estes fenômenos têm como consequências, as crises sociais e econômicas. Declara-se abertamente a morte da liberal democracia nas páginas de ADN. Em artigo intitulado Rumos do Estado Moderno, Olímpio Mourão Filho planifica o estado moderno: este Estado não é uma ditadura, porque estas não são possíveis; é um Estado onde o sufrágio universal não pode ser concedido, onde a economia não pode seguir o *laissez-faire* e onde o Estado atua diretamente na educação, a fim de afastar o mal do comunismo. Este estado moderno terá sua estruturação política baseada no sufrágio econômico ou profissional, possibilitando que o Estado seja formado de todas as classes produtoras.

Não se pode deixar de levar em conta, neste caso, a filiação de Mourão Filho ao partido Integralista. Mas, à medida em que as ideias integralistas foram

---

<sup>435</sup> **Orientação Político Social**, em *A Defesa Nacional*, maio de 1935. p. 533

amplamente influenciadas por Alberto Torres<sup>436</sup>, tais considerações ganham relevância no escopo do pensamento militar e a influência das ideias autoritárias. Em fevereiro do mesmo ano, em matéria intitulada “*Forças Armadas, Partidarismo e Política*” o capitão Sérgio Marinho questiona se seria necessário um conceito novo de Forças Armadas nesse período, já que o papel de simples guardião das instituições liberais estava superado.<sup>437</sup> Sua resposta é positiva e indica, em seu artigo, as medidas que o Estado deve tomar a fim de dispor de doutrinas positivas e modernas.

Todas estas concepções discutidas pelos militares provêm de um período marcado intensamente pela produção intelectual. Notadamente, em nosso segundo capítulo, demonstramos como os militares estavam inseridos em um contexto de debates em torno da questão republicana e nacional e como podem ter sido potencialmente influenciados por este discurso. Não apenas Alberto Torres, entre outros ideólogos, pode ter influenciado os militares, mas também Oliveira Vianna. Este autor é o expoente do pensamento de cunho autoritário/nacionalista no Brasil. Lembramos que durante a década de 1920, Vianna, assim como Torres, era frequentemente citado pelos autores de *A Defesa Nacional*, além de receber, mensalmente, exemplares gratuitos da publicação. Vianna foi um crítico sagaz do liberalismo em solo brasileiro, crítico das elites políticas, do regionalismo e das práticas políticas, consequência da existência de uma elite bronca e clientelista. Suas principais ideias, como a utopia de cartas constitucionais, principalmente a de 1891, foram expressas em obra publicada em 1922, intitulada “*O idealismo da Constituição*”. Quando se torna um dos ideólogos do regime autoritário imposto pelo golpe do Estado Novo, Oliveira Vianna era um reconhecido intelectual na sociedade brasileira.

Para Viana, a solução do problema brasileiro era uma só: “segurar com mãos fortes as rédeas da direção política do país. Seria este o único caminho ‘realístico’ e eficaz para assegurar a unidade e a soberania nacionais”.<sup>438</sup> Este projeto, de cunho autoritário, não demandava trazer soluções externas para o país. Viana dizia que era necessário criar um projeto político próprio que se adaptasse à realidade nacional; referindo-se às inadequações da política liberal e, conseqüentemente, das

---

<sup>436</sup> FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000. p.

27

<sup>437</sup> **Rumos do Estado Moderno**, em *A Defesa Nacional*, junho de 1935 p. 629.

<sup>438</sup> *Ibid* p. 296.

Constituições elaboradas sob esta política. Para o Brasil, tanto as instituições democráticas quanto a política liberal eram utopias que só agravavam ainda mais o problema nacional. Bresciani lembra que durante os anos de 1920-1930 vários intelectuais partilhavam desta ideia – a inadequação da doutrina liberal no Brasil – e cita como exemplo Sergio Buarque de Holanda. O exemplo não podia ser mais interessante: Holanda foi crítico ferrenho de Oliveira Vianna após a queda do Estado Novo. O exemplo sustenta a ideia de lugar-comum, isto é, argumentos e opiniões no pensamento crítico, compartilhados por vários intelectuais e também por setores da sociedade brasileira.

Viana e outros intelectuais do período viam como responsáveis pela mudança, tanto os intelectuais, quanto a elite política, que deveriam se adequar aos novos tempos. Embora não tenha teorizado sobre o papel dos militares em seus escritos, estes se encarregaram de fazê-lo, principalmente através das páginas de *A Defesa Nacional*. Vimos até aqui como o discurso militar em relação ao Brasil guardava similaridades com o discurso de intelectuais como Oliveira Vianna e Alberto Torres, principalmente em relação a este último e sua crítica à política regionalista do país. Pelos textos publicados em *A Defesa Nacional*, compartilhavam das ideias dos intelectuais autoritários, configurando-se o lugar-comum. Não apenas Góes Monteiro, mas muitos oficiais redatores de ADN tinham afinidades com o pensamento dos intelectuais autoritários, mesmo que discordassem em alguns pontos. Góes Monteiro, por exemplo, insistiu desde sua ascensão militar ao lado dos revolucionários, na ideia de que o Exército constituía uma elite capaz de, ao lado do Estado, resolver os problemas do país. Este discurso pode ser tomado das páginas de ADN onde, desde sua fundação, o Exército era considerado como o ente mais organizado do Estado, pronto a defender os interesses da nação e da própria Instituição. Os militares, a partir da década de 1930, passam a tese de falência do liberalismo e das instituições democráticas, bem como a falta de uma elite organizada que está “presa a teorias do século passado, demagoga e preche de um espírito jurídico incompatível com o fato brasileiro”.<sup>439</sup>

Em julho de 1935, o capitão Sergio Marinho acredita que as Forças Armadas têm sido usadas como coringa no jogo político, entre grupos que almejam o poder. Desta forma, as Forças Armadas são um instrumento da política “que deve nortear

---

<sup>439</sup> Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

todas as decisões do Estado. E assim, em última análise, elas se resolvem em umas das expressões políticas da Nação”.<sup>440</sup> E por isso não podem ficar indiferentes aos destinos da Nação, “como tal não poderão viver insuladas do resto da Nação, estáticas ante a sua permanente mutabilidade, estranhas às suas palpitações (...) e anseios”. Para o autor, tem se tentado há muito tempo afastar a Instituição da política, afastando-a da Nação; a consequência dessa ação foi a partidarização do corpo de oficiais, ou seja, o corpo de oficiais partidarizou-se, deixando que a política partidária, prejudicial à sua disciplina e à sua força moral, entrasse na Instituição. O capitão Marinho acredita que é necessário disciplinar politicamente o Exército, considerando-o como elemento político. Desta forma, as Forças Armadas são fiéis à Política com “P maiúsculo”, aquela política com objetivos sucessivos em relação à Nação. Os exércitos fascistas e comunistas seguiriam este exemplo e obteriam sucesso nesta relação com o Estado. Portanto, o “grande mudo” francês não é mais um exemplo a seguir. O exército francês deixou de se renovar, não se adequando às novas realidades. Marinho conclui que é necessário estabelecer uma política para doutrinar o Exército e mesmo a sociedade; e o Estado tem este dever.

Mas os militares estavam atentos, também, à reação da sociedade ao seu discurso mais incisivo em relação à política e à instituição de um Estado forte: em julho de 1935 o capitão João Ribeiro Pinheiro alerta que a intromissão do Exército na vida administrativa do país tem criado um ressentimento na sociedade em relação à instituição militar. É necessário, portanto, afastar esse ressentimento, já que o Exército é depositário das tradições patrióticas do país. O mundo civil precisar ver o Exército com confiança e não como elemento opressor. Para isso é preciso criar a consciência do papel do Exército na população, através de uma educação militar desde a infância.

Em novembro de 1936, a ADN publica texto escrito por Pedro da Costa Rego, jornalista e político que, desde 1932, mantinha uma coluna no jornal “O Correio da Manhã”. Em seu texto ele reflete sobre os últimos acontecimentos na Espanha (a Guerra Civil) e conclui que a democracia só pode manter-se como sistema político amparada no autoritarismo. “Os regimes de autoridade não atacam a democracia: suprem-na. Felizes os povos em cujo seio eles aparecem, porque o fato de aparecerem revela uma espécie de governo tático, a força latente que se opõe e que

---

<sup>440</sup> **Forças Armadas, partidarismo e política. As forças armadas e os partidos políticos**, em *A Defesa Nacional*, Julho 1935.

se impõe”.<sup>441</sup> Está claro que, ao publicar um texto como este, os redatores de ADN estão de acordo com seu conteúdo.

Na ocasião do Golpe do Estado Novo, em 1937, o General Dutra lança um manifesto intitulado “Proclamação ao Exército”. Neste documento de três páginas são encontradas as ideias já expressas antes por outros militares: Dutra acusa os defeitos e lacunas da Constituição de 1934 que, “inspirado[a] em princípios que colidem com a agitação mundial a que não podemos fugir”, é posta de lado em favor de uma carta mais adequada ao “regime democrático, melhor aparelhado[a] para a continuidade federativa”.<sup>442</sup> Dutra salienta, ainda, o caráter democrático do regime em várias passagens do manifesto. Este ponto será melhor elucidado quando Oliveira Viana vier a lançar, em 1938, a segunda edição de “O Idealismo da Constituição”, com adendos elogiosos ao golpe de 1937 e com a exposição de seus argumentos em favor da real democracia instituída com o Estado Novo.

O Major Correia Lima – antes capitão Correia Lima – torna-se redator da seção de Estudos Sociais da revista *A Defesa Nacional* em 1935 e considera que “O Estado Liberal (...) também não subsistirá por muito tempo, nos países que ainda o adotam, porque entrega uma nação aos caprichos heterogêneos e inarmônicos de assembleias legislativas, cujos membros não se compreendem e até se combatem”.<sup>443</sup> Para Correia Lima, o Brasil havia trilhado pelo caminho certo ao instalar um regime forte, capaz de condizer com os desígnios nacionais, sendo este “um ato político, indispensável e esperado, [que] veio para a salvação nacional, com a atual carta magna, partindo a iniciativa do próprio governo como cabia de ser”.<sup>444</sup>

Em 1938, em nota oficial, os editores de *A Defesa Nacional* acreditam que “tudo o que se tentou fazer em nossa terra em benefício da defesa nacional, desfz-se ou desfazia-se ante o acervo enorme de obstáculos opostos por um regime político incapaz do mais elementar gesto de sadio patriotismo”.<sup>445</sup> A frase deixa claro que o regime, antes liberal, foi incapaz de resolver os problemas não só do Exército

<sup>441</sup> Pedro da Costa Rego, **Democracia e Autoridade**, em *A Defesa Nacional*, novembro de 1936.

<sup>442</sup> Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – Arquivo Eurico Dutra ED vp 1936.01.07

<sup>443</sup> Não confundir este oficial com Luiz A. Correa Lima, também redator de *A Defesa Nacional* durante a década de 1920. Luiz A. Correia Lima faleceu em 1930 e é considerado o patrono dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Luiz Correia Lima foi intenso colaborador de ADN durante a década de 1920, notadamente em textos sobre a relação das promoções e da inépcia de muitos oficiais em relação à profissão militar. A. F. Correia Lima se destaca na ADN a partir de 1935, quando passa a publicar textos notadamente sobre a relação entre os militares e a política.

<sup>444</sup> **O Exército em face do Estado Novo**, em *A Defesa Nacional*, setembro de 1938, p. 385.

<sup>445</sup> **As palavras do Presidente da Republica**, em *A Defesa Nacional*, janeiro de 1938, p. 18.

como da sociedade em geral. Assim, as Forças Armadas saúdam o Estado Novo, não só como guardião da democracia e da nacionalidade, mas também como regime forte e capaz de organizar as Forças Armadas, arauto do civismo e do patriotismo.

O discurso de Viana também indicava que o Brasil deveria se defender das ameaças a que estava submetido. De acordo com Bresciani, esta ameaça poderia ser “interna de desagregação estimulada pelas ideias, doutrinas e instituições importadas, e ameaça externa propiciada pela fragilidade do país frente à força expansionista e integradora das grandes potências”.<sup>446</sup> De fato, o conturbado momento político da década de 1930 indicava a necessidade de fortalecimento: as doutrinas e instituições importadas a que se refere Viana se materializavam, principalmente, no socialismo e no bolchevismo, ameaças comuns também à instituição militar.

O Exército que sai da Revolução de 1930 é uma instituição em frangalhos: dividida em setores, sem uma liderança coesa e com sérios problemas hierárquicos, esteve à beira da desagregação completa. Em 1931 era visto como séria ameaça ao país, devido ao seu estado de anarquia. Oswaldo Aranha não confiava no Exército e acreditava que este poderia dar um golpe militar nos primeiros meses após a revolução.<sup>447</sup> Entre 1932 e 1935, uma série de rebeliões ocorre no seio da Instituição, culminando com o levante de 1935. É sintomático, portanto, que o recurso do autoritarismo como saída aos problemas brasileiros oferecesse, também, uma solução ao problema militar da coesão e da organização interna das Forças Armadas. Além disso, com o projeto interventor comandado pelos militares vencedores pós-1930, sobretudo Góes Monteiro, as ideias pregadas pelos pensadores autoritários caíram como uma luva – dadas as questões internas do país, bem como o cenário internacional. Através dos inúmeros artigos publicados na revista *A Defesa Nacional* fica claro que os militares compartilhavam da ideologia autoritária, configurando-se o **lugar-comum** do pensamento crítico brasileiro.

---

<sup>446</sup> BRESCIANI, op. Cit. p. 324.

<sup>447</sup> CARVALHO, op. cit. p. 98

### 4.3 Comunismo e Militares

Paralelamente às ideias autoritárias e fascistas, tomava corpo também o movimento comunista, reunido em torno do PCB, fundado em 1922. Antes disso, o movimento operário tinha um caráter anárquico-sindicalista e era bastante desorganizado. A criação do Partido Comunista possibilitou a reunião do movimento operário em torno de uma plataforma mais organizada, além de afastar, definitivamente, a influência do anarquismo e suas variantes dos sindicatos operários. Aparentemente, aos militares, o comunismo não figurava como ameaça antes dos episódios de novembro de 1935, embora sendo o setor armado do Estado, preocupassem-se com as ideias antinacionalistas do movimento. Como o maior projeto do PCB era fazer a revolução do operariado e do campesinato, o apoio de militares a esse projeto poderia trazer benefícios no momento de deflagrar a revolução. Já em 1929, o PCB cria o Comitê Militar Revolucionário, que tinha como objetivo estreitar ligações com os escalões mais baixos das Forças Armadas.<sup>448</sup> O comitê militar desenvolveu grande atividade na Escola Militar do Realengo no início da década de 1930. Sem vincular diretamente suas ações ao PCB, o movimento dizia agir através de duas organizações: a Juventude Comunista e o Socorro Vermelho. O comitê firmou-se ainda na Escola de Aviação Militar e na Vila Militar, principalmente na Escola do Realengo e na Escola de Sargentos, esta fechada em 1931.

Uma das unidades nas quais o trabalho do Comitê Revolucionário foi intensificado, foi o 3º Regimento de Infantaria (3º RI), unidade aquartelada na Praia Vermelha. Nos planos do partido, o aliciamento desta unidade era importante, pois ela estava sempre bem armada, com seus efetivos completos e fazia a segurança do Palácio da Guanabara. A plataforma principal alardeada pelos comunistas era a luta contra a submissão aos oficiais, a melhoria do soldo e das condições de trabalho. Tentava-se adaptar a teoria da luta de classes para a caserna, opondo subalternos e oficiais, sendo estes últimos culpados pela situação de dificuldades impostas às praças. Com a criação da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, o trabalho de cooptação no 3º RI terá prosseguimento.

---

<sup>448</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit. p. 78.

Embora houvesse a entrada de ideias comunistas na caserna, o movimento militar que estourou em julho de 1922 não possuía caráter comunista. Na realidade, foi através de Luis Carlos Prestes, chefe do movimento tenentista e que viria a romper com este em 1930, que as ideias comunistas foram alardeadas com maior precisão, principalmente a partir de 1935, com a fundação da Aliança Nacional Libertadora. Já antes da Revolução de 1930, Prestes havia anunciado sua guinada à doutrina comunista. O exílio, em Buenos Aires, rendeu-lhe contatos com o PC argentino e com a leitura dos clássicos marxistas, levando-o a uma temporada na Rússia (1931-1934), onde participou das reuniões do Comitern Socialista relativas à América Latina, em especial ao Brasil. Do movimento tenentista, poucos militares seguiram o caminho da doutrina comunista.

A propaganda negativa do comunismo voltou com força na imprensa paulista e carioca a partir, principalmente, da onda de greves de 1929, inspiradas pela ação do Bloco Operário Camponês (BOC). O BOC, representante do Partido Comunista, tentava realizar a discussão dos interesses da classe operária na arena política. Havia sido eficiente ao conseguir formar uma aliança com os tenentes e o Partido Democrático paulista, em 1928, contra as oligarquias. O setor industrial paulista, com apoio do Partido Republicano Paulista (PRP), criou paulatinamente a ideia de “perigo comunista”, sobretudo junto à imprensa, para coibir o avanço das leis trabalhistas (a Lei de Férias e o Código de Menores) e a atuação do BOC no debate político. A participação do BOC nas greves de 1929, em São Paulo, varreu o movimento da arena do debate político.

Após a Revolução de 1930 novas armas foram desenvolvidas para o controle social e o impedimento da mobilização política do setor operário. As diversas intervenções militares nos estados, sobretudo no nordeste e no Rio de Janeiro, acentuaram as medidas repressivas para o combate do comunismo. Em março de 1931, Lindolfo Collor assinou a Lei da Sindicalização, instrumento que permitia ao governo federal a dominação paulatina da estrutura sindical corporativa. A lei dificultou a criação de sindicatos, pois estabeleceu a obrigatoriedade de apenas uma representação por categoria profissional, além de tecer uma intrincada rede burocrática que tornava os sindicatos uma agência colaboradora do Estado.<sup>449</sup>

---

<sup>449</sup> As estratégias de dominação do movimento operário no pós 1930 e a nulificação de sua participação nos antecedentes para a derrubada do governo de Washington Luís podem ser consultadas nas obras de DE DECCA, Edgar. : **O Silêncio dos Vencidos**. Editora Brasiliense:

A promulgação da Constituição em 1934 e a eleição indireta de Vargas para a presidência não asseguraram a pacificação das forças políticas. Embora os políticos paulistas estivessem com seus olhos voltados para as eleições de 1938 e o movimento tenentista perdesse sua força, a situação era crítica. Uma série de greves marcou profundamente o ano de 1934 e o governo reprimia com violência esses movimentos, atuando em assembleias, fechando sindicatos e empastelando vários jornais de cunho popular. A radicalização do movimento integralista levava a embates urbanos cada vez mais frequentes entre estes e os comunistas. De um lado, os integralistas produziam intensa propaganda contra o comunismo, ampliada e apoiada pelo governo; por outro, os comunistas acentuavam sua luta contra o fascismo, identificado no Brasil com o integralismo. Os boatos de conspirações para a derrubada de Vargas continuavam e toda esta agitação levou o governo a elaborar o projeto da Lei de Segurança Nacional (LSN), levado ainda em 1934 para votação no Congresso. A LSN definiu os crimes contra a ordem política e social, entre eles a greve de funcionários públicos, a propaganda subversiva, a organização de partidos que subvertessem a lei e a ordem e a incitação de ódio entre diferentes grupos políticos e sociais.

Os redatores de ADN não parecem perceber os perigos da infiltração do comunismo nos quartéis antes de 1934. Embora alguns editoriais se refiram a “doutrinas exóticas” no interior da instituição militar, até este período não existem textos sobre o comunismo e o Brasil.<sup>450</sup> Em outubro de 1934, uma nota intitulada “Brados de Alarme! Comunismo oficial” demonstra o período de perigo que o Brasil está atravessando. Acusa a omissão do Estado neste assunto que está “conseqüentemente, aninhado, dando forças, cultivando com carinho um exército que se propõe a derrubar todos os redutos da democracia liberal”.<sup>451</sup> Interessante aqui que, mesmo com as críticas em relação à democracia liberal, ela é que foi chamada para se opor ao comunismo, possivelmente pela falta de um projeto específico nesse sentido. Culpa, ainda, os estrangeiros de serem os maiores propagadores dessa doutrina que está penetrando nos quartéis: “a propaganda destemida e audaz, penetra nos quartéis, tenta se apoderar da alma bondosa e confiante do

---

São Paulo, 1997. e TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1903 - a Dominação Oculta**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985.

<sup>450</sup> Embora também a revista tenha publicado alguns textos sobre a Rússia soviética mas, aparentemente, sem relação com o Brasil e a situação do movimento comunista nacional.

<sup>451</sup> **Brados de Alarme – Comunismo Oficial**, em *A Defesa Nacional*, outubro de 1934.

soldado brasileiro, tudo isso movido, principalmente, por elementos estrangeiros que julgam o Brasil um verdadeiro paraíso para as suas ações nefastas quase jamais perturbadas pela ação dos poderes públicos”. A ação do estrangeiro aqui pode ser percebida também como uma menção ao projeto internacional do comunismo, cujo próprio PCB colocava em prática ao seguir os preceitos da Internacional.

Em novembro de 1934 uma nota na ADN condena a campanha de difamação do Exército nacional, efetuada pela imprensa da capital. Para os militares, esta difamação tem origem em influência comunista. Para os militares, o momento é de perigo, de “dissolução social (...) quando periclitam os princípios espirituais julgados mais sólidos e os credos internacionalistas se infiltram nas coletividades para desconjuntá-las e tornar mais fácil o golpe dos imperialismos disfarçados em reivindicações revolucionárias”. Desta forma, as classes armadas representariam “mais do que nunca a segurança da Pátria, a garantia das suas tradições e dos seus ideais.”<sup>452</sup>

Em dezembro de 1934 o então capitão Correia Lima escreve artigo intitulado “O Exército Vermelho” baseado na leitura de uma obra escrita por K. VOROCHILOV e Luis Carlos Prestes. Através da leitura, comenta Correia Lima, fica claro que os “vermelhos não se contentam em doutrinar para a sua grande pátria”.<sup>453</sup> O autor considera que muitas reformas feitas na Rússia socialista até ajudaram aquelas camadas mais pobres da população que frequentemente não são alvo de políticas nacionais. Mas considera um absurdo a necessidade da imposição dos valores soviéticos ao mundo. O texto lido por Correia Lima deve ser de caráter militar, pois traz muitos detalhes sobre o Exército Vermelho, que o autor faz questão de reproduzir em seu artigo. A narrativa sobre o Exército é debochada e irônica, como nos trechos relativos à politização dos soldados russos “todo operário e camponês da Rússia Vermelha que chega à caserna é um estadista consumado, capaz de dirigir a URSS e o mundo comunizado!” Embora mantenha o caráter irônico em alguns trechos, Correia Lima acredita que o modelo do Exército russo pode ser imitado, e provavelmente aqui, refira-se à imitação por parte do Brasil. Ele afirma, através da leitura de Vorochilov, que o Exército russo tornou-se um dos mais adiantados da Europa por conta dos avanços em sua indústria, pois 100% do material bélico era produzido pela própria Rússia. Em um momento em que os

---

<sup>452</sup> **Brados de Alarme**, em *A Defesa Nacional*, novembro de 1934.

<sup>453</sup> **O Exército Vermelho**, em *A Defesa Nacional*, dezembro de 1934.

militares estão em busca de armamento, inclusive com uma comissão para estudar a indústria bélica na Europa, o comentário chama atenção. Os militares viam a necessidade de garantir uma produção bélica nacional. O oficial conclui assim seu artigo: “meditemos sobre a colossal organização militar soviética, comparemos com as outras organizações, e concluamos a respeito do que mais nos convém seguir para trabalharmos pelo engrandecimento do Brasil”.<sup>454</sup>

Aparentemente, embora houvesse uma pequena preocupação por parte de alguns setores do Exército em relação ao comunismo, a maioria parecia não se ater a este detalhe até a eclosão do movimento, em 1935. Parte deste desconhecimento provém, principalmente, da falta de um Estado-Maior organizado que possuísse uma seção de inteligência capaz de perceber as influências negativas de movimentos políticos dentro da caserna. Ora, esse desconhecimento é patente ao verificarmos que, já em 1929, o PCB possuía planos para arregimentar militares para a revolução dentro das próprias escolas da Vila Militar e que essas células jamais foram incomodadas pelos oficiais responsáveis por tais locais. Também dentro dos quartéis, muitos oficiais sabiam e reconheciam que determinados oficiais e praças faziam parte do movimento comunista, mas nada podiam fazer, pois não havia instrução para tal. Jornais e panfletos comunistas entravam, diariamente, em vários regimentos militares no Rio de Janeiro. Provavelmente, a maioria dos oficiais pouco dava atenção ao discurso da revolução comunista, dada a falta de engajamento quando o movimento finalmente estourou. Mas a entrada deste tipo de propaganda “facciosa de doutrinas exóticas” deveria ser, rapidamente, banida da vida militar.

Essa falta de política voltada para o interior da própria Instituição pode ser percebida também pelas páginas de ADN. Entre 1931 e 1934 não encontramos textos que relacionassem o comunismo e sua difusão dentro do Exército. Pela profusão de assuntos identificados nas páginas da revista nesse período, parecemos evidente que, se houvesse esta preocupação ela estaria sendo veiculada também em *A Defesa Nacional*. Percebemos que a partir da eclosão do movimento, em novembro de 1935, o comunismo passará a ser matéria das mais discutidas pelos redatores. Esta é também a opinião de Roberto Martins Ferreira que acredita que até 1935 as Forças Armadas, notadamente o Exército, não enxergavam o comunismo como ameaça ao Brasil e à própria Instituição. Sua afirmação é baseada

---

<sup>454</sup> O Exército Vermelho, em *A Defesa Nacional*, dezembro de 1934.

no argumento de que até antes do movimento revolucionário não existiam mensagens da cúpula militar sobre o perigo comunista.<sup>455</sup>

Com a criação da Aliança Nacional Libertadora, em março de 1935, e a aclamação de Prestes para presidente de honra, nova movimentação é sentida na instituição militar. A ANL recebeu em seu bojo tenentes dissidentes dos movimentos de 1922, 1924 e 1930 inconformados com o rumo que a revolução havia tomado. Recebeu também parte da jovem oficialidade militar, que havia se formado entre 1928 e 1932 na Escola Militar do Realengo, imbuída do espírito revolucionário que a figura quase mítica de Prestes representava.

A ANL tentou, ainda, infiltrar sua doutrina nos quartéis. Grupos de no máximo seis participantes distribuía, clandestinamente, jornais e materiais ligados à Aliança. A penetração objetivava atingir, principalmente, cabos e sargentos, elementos que se permitiam fascinar com a ideia de um novo Exército, popular e ligado às questões de igualdade. Desde o início da década de 1930, e antes disso, já em 1910/1920, os sargentos revoltavam-se contra as más condições de vida nos quartéis. Logo, “a hipótese de um exército nivelador, assentado na disciplina voluntária, deixava entrever melhores dias” a todos aqueles que se permitissem acreditar.<sup>456</sup> Em interessante obra de análise sobre o movimento de 1935, Marly de Almeida Vianna esclarece que o PCB não teve papel atribuído na fundação da ANL, embora tenha apoiado o movimento. Segundo a autora, tampouco o movimento foi criado por obediência às políticas de frentes populares contra o fascismo estabelecidas pela Internacional Comunista.<sup>457</sup>

O lançamento da ANL, com sua proposta renovadora, movimentou a classe média urbana, comunistas, intelectuais e militares. O governo, percebendo os riscos do movimento na disputa pelo poder político, tratou logo de combatê-lo: a primeira aplicação da Lei de Segurança Nacional, no início de abril de 1935, foi o fechamento do jornal “A Pátria”, que apoiava abertamente a ANL. A efetivação de Prestes como presidente de honra trouxe o discurso revolucionário para o interior do movimento. Embora Prestes continuasse a ser visto como um tenentista pela maior parte da população e mesmo pela maioria dos militares que ainda acreditavam em suas

---

<sup>455</sup> FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. Annablume: São Paulo, 2005.

<sup>456</sup> CAMARGO, Aspásia. **O Golpe Silencioso: as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 43.

<sup>457</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit. p. 146.

palavras, o ex-militar estava convicto de que somente a revolução poderia mudar os destinos do país. Saído de Moscou em dezembro de 1934, Prestes chegou clandestinamente ao Brasil em abril de 1935. Nesse período começou a contatar seus antigos companheiros do tempo das Colunas, exortando-os a participarem de uma revolução que deveria libertar o Brasil. Prestes, com ajuda de vários enviados do Comitern especialmente para o Brasil, intensifica sua ação para alcançar o propósito revolucionário.

As agitações sociais levam o governo a decretar a proibição da participação de oficiais e praças em comícios e atividades políticas. Se o envolvimento for comprovado, a pena maior pode ser a expulsão do Exército. Embora houvesse o aviso, vários militares compareceram aos comícios da ANL, fardados, entre abril e maio de 1935. A participação desses militares irritou profundamente o Ministro da Guerra, general João Gomes, que decretou a prisão e a expulsão desses homens da Instituição. Este fato, referido em nosso capítulo anterior, foi amplamente divulgado pela ADN através da publicação dos boletins aprovando as expulsões.<sup>458</sup>

O manifesto escrito por Prestes e lido na sede da ANL em 5 de julho de 1935, revelou todo o radicalismo que o movimento pretendia. Prestes convocava o povo a lutar pela libertação do Brasil, encorajando o povo a organizar-se e realizar a revolução brasileira, dando todo o poder à ANL em torno da ideia de um governo popular nacional revolucionário. O radicalismo verbal desse manifesto determinou o fechamento da ANL pelo governo. A repressão contra o movimento iniciou-se já na manhã de 7 de julho, com a ocupação de sindicatos, fechamento das sedes da ANL e a proibição de circulação dos jornais aliancistas. Em 11 de julho foi assinado o decreto de proibição das atividades da ANL, baseado na Lei de Segurança Nacional.

Durante o ano de 1935 até novembro, os redatores de ADN não se manifestaram em relação ao comunismo. No entanto, durante esse período existe a publicação de vários textos de caráter autoritário – que discutem o papel dos militares frente à política e ao combate ao liberalismo, como tratamos anteriormente. Em novembro, antes da intentona, os redatores publicam conferência realizada na Escola do Estado Maior em outubro de 1935. O autor desta conferência foi Alceu Amoroso Lima, ou Tristão de Athayde, que em 1935 moveu intensa campanha

---

<sup>458</sup> **As boas normas disciplinares** em *A Defesa Nacional* ano XXII, no. 234 julho de 1935.

contra a ANL.<sup>459</sup> O assunto da conferência era o socialismo. O conferencista explica, de acordo com seu ponto de vista, o que é o socialismo. Alude sua trajetória histórica, desde o início do século XIX até a década de 1930, suas diversas correntes, sua relação com a economia, a política e a família. A publicação desta conferência permite inferir que os militares estão interessados em difundir o conhecimento deste sistema político entre seus pares. Certamente a ideia é difundir o conhecimento para que os oficiais comandantes de tropa o apliquem aos seus subordinados, ou seja, identifiquem comportamentos ou opiniões que possam revelar a ligação política de um soldado. O texto, com duas partes, demonstra grande conhecimento da doutrina socialista por Athayde. Na segunda parte ele refere-se à questão da luta de classes, ao problema econômico da mais valia, à questão da crise do capitalismo e da revolução socialista. Finaliza o texto falando da importância do Exército “conhecer essas doutrinas, destruidoras do que tem por missão sublime defender acrisoladamente: a Pátria – não para se perder nelas, mas para melhor reagir aos seus sofismas ou às suas verdades parciais”. Athayde deseja que a Escola do Estado Maior “seja, cada vez mais, um núcleo sadio de formação do Exército brasileiro e do patriotismo brasileiro em suas formas mais puras e mais profundamente ligadas aos valores tradicionais e espirituais da alma brasileira”.<sup>460</sup>

A ação desencadeada pela EME foi tarde: em 23 de novembro estoura o movimento revolucionário em Natal, no Rio Grande do Norte, e em poucos dias o movimento chega a Recife e ao Rio de Janeiro. Por conta das ações em Natal, o Congresso aceitou decretar o estado de sítio para combater os movimentos revolucionários que ameaçavam politicamente o país. No Rio de Janeiro, a ação teve lugar no 3º RI aquartelado na Praia Vermelha. Os rebeldes acreditavam que o local seria o melhor, do ponto de vista estratégico, pois dali marcharia em direção ao Palácio da Guanabara e derrubariam o governo. Além disso, o regimento enfrentava problemas com a disciplina, já que muitos soldados estavam presos e respondiam a

---

<sup>459</sup> Lima nasceu em 1893 e tornou-se escritor e intelectual. Destacou-se a partir de 1922, quando começou a se envolver em debates envolvendo o catolicismo e a política. Em 1928 converteu-se a esta religião e passou a atuar juntamente com a militância católica, bastante ativa neste período. Manteve-se contrário à Revolução de 1930, embora não tenha se tornado opositor do governo Vargas. Ligado ao conservadorismo e Plenamente engajado nas lutas da Igreja, Lima foi frontalmente contra a ANL, engajando-se na oposição ao projeto aliancista. Fonte: **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB** CPDOC/FGV disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. 25 de maio de 2010.

<sup>460</sup> **Socialismo**, em *A Defesa Nacional*, Novembro de 1935.

inquéritos por envolverem-se em comícios da ANL. O ambiente parecia ser propício à conspiração e à revolta.<sup>461</sup> Ações rebeldes também tiveram palco na Escola de Aviação, na capital. No entanto, o transcurso dos movimentos deixaria claro que a escolha da Praia Vermelha como local principal da revolução foi um erro tático militar: o local, apertado entre os morros da babilônia e da Urca não oferecia uma posição defensiva útil, pois em caso de recuo, o mar ofereceria nova barreira aos rebeldes. Além disso, a maior parte dos soldados havia sido incorporada recentemente por conta da diminuição dos efetivos decretada no início do ano. Esses soldados não haviam ainda recebido instrução militar adequada, faltavam armas no regimento e mesmo uniformes.<sup>462</sup>

Ao final do dia 27 de novembro, o movimento já havia sido debelado pelas forças do Exército. O general Eurico Dutra comandou as ações na Praia Vermelha, com a utilização de artilharia e aviação. O movimento rebelde sucumbiu por falta de apoio e planejamento. Informações contraditórias e julgamentos otimistas fizeram com que a cúpula do PCB percebesse o apoio como garantido em caso de revolta, não só da população, como dos militares também. O surgimento da ANL, a chegada de Prestes ao Brasil e a adesão de grande número de militares ao programa revolucionário da ANL consolidaram a ideia de que a revolução no Brasil estava garantida.

Para Ferreira, a intentona comunista serviu como fator criador da retórica anticomunista no Exército. Embora imediatamente após o ocorrido os militares não tenham percebido a sua utilização como ferramenta de legitimação de uma doutrina militar, a partir de 1937 a lembrança do fato é recorrente. A mensagem anticomunista se institucionaliza a partir deste período, dando coesão organizacional e um inimigo externo a combater, visto que o comunismo é sempre associado aos agentes internacionais. Este discurso legitimou fortalecimento do Exército e possibilitou uma formação ideológica que o manteve coeso e participante da política nacional até a década de 1980. Através da mensagem anticomunista “a organização construía e reforçava entre seus membros a missão da corporação e exaltava os valores e normas que lhe eram caros”.<sup>463</sup> Desta forma, o anticomunismo adquire estatuto idêntico a outras características ideológicas do Exército.

---

<sup>461</sup> CAMARGO, Aspásia. op cit., p. 51.

<sup>462</sup> MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Companhias das Letras: São Paulo, 2007. p. 483.

<sup>463</sup> FERREIRA, op. cit. p. 56.

Em dezembro de 1935 o Congresso decretou a evolução do estado de sítio para o estado de guerra. De acordo com os dispositivos constitucionais previstos neste caso, os direitos e garantias individuais foram suspensos. A criação, em 1936, do Tribunal de Segurança Nacional acentuaria ainda mais o clima de apavoramento vivido pela população. O Estado desencadeou, com isso, manobras de repressão a qualquer ideologia associada aos “internacionalismos”, ao comunismo e aos seus próprios inimigos políticos. O fantasma do comunismo aterrorizou a sociedade, divulgado através de intensa propaganda governamental que ajudou o fechamento do regime que culminaria no Estado Novo, em novembro de 1937.

Também em dezembro de 1935, a revista dedica duas páginas, publicadas logo após o índice, ao movimento de novembro. Para os redatores de ADN, os acontecimentos de novembro atingiram principalmente o Exército, pois ele esteve envolvido no centro da revolta de forma profunda e violenta. Mesmo ferido, o Exército saiu vencedor “porque salvaguardou a própria existência e se impôs à confiança da Nação pela sua atitude vigilante e decisiva na defesa do seu patrimônio moral”. Para os militares está claro que “a luta contra as doutrinas dissolventes deve estender-se a todos os campos de atividades e manifestar-se sob todas as modalidades de ação”. Não adianta mais apenas o alerta a tropa contra os males do comunismo; é necessário “defender-se com processos que lhe garantam coesão absoluta e o imunizem contra qualquer injunção externa. É uma questão de vida ou de morte”. Conta, ainda, a morte de dois colaboradores de ADN, pelos acontecimentos: O major João Ribeiro Pinheiro, ex-redator da seção de Pedagogia e representante na 1ª região militar de ADN. E o capitão Danilo Paladine, representante na Escola de Aviação e colaborador assíduo de ADN.

A retórica anticomunista propagada pelo Exército teria sido o meio para assegurar o caráter político e sua intervenção na sociedade. Embora já tenhamos identificado o caráter político do pensamento militar, sobretudo em relação à defesa nacional, parece consenso entre os historiadores de que foi o movimento de novembro de 1935 que realçou as transformações ocorridas na instituição militar. O argumento forte, neste sentido, é que todas as intervenções militares na política, a partir de 1937, foram justificadas por mensagens anticomunistas. Para Ferreira, o discurso anticomunista adapta-se perfeitamente ao *ethos* militar. O anticomunismo permite a reafirmação do patriotismo, pois a doutrina é sempre vista como inimiga que ameaça a Pátria. Permite, ainda, reafirmar os valores de bravura e coragem no

enfrentamento de um inimigo potencialmente poderoso.<sup>464</sup> O anticomunismo militar surge, assim, como peça fundamental para a compreensão do papel desempenhado pelos militares na política brasileira. Nesse sentido, Edmundo Campos Coelho também assevera a importância do anticomunismo como elemento fundamental para a coesão ideológica do Exército, a partir de 1935. Para o autor, a intentona aproximou os chefes militares e contribuiu para a percepção de um inimigo comum, o que possibilitava a coesão da instituição.<sup>465</sup>

É a partir, portanto, da década de 1930 que o Exército passa a constituir uma doutrina que lhe confere maior especificidade em relação a outras instituições do Estado nacional. Termos como “desagregação nacional, subversão social, comunismo, ordem, hierarquia e disciplina assumirão um conteúdo mobilizador de temores, desejos e angústias; enfim, um emaranhado de sentimentos negativos que só podem ser afastados pela intervenção (salvadora e saneadora) da força militar”.<sup>466</sup> Todos estes termos já se faziam presentes nas páginas de ADN e com os acontecimentos de novembro de 1935, o discurso dos redatores se voltará, efetivamente, para a preocupação com o comunismo e as formas de debelá-lo da caserna.

Correia Lima, redator da seção de estudos sociais da revista pública, em março de 1936, enorme artigo sobre o comunismo nas páginas de ADN. Cita Augusto Comte e o positivismo, atribuindo razão a Comte quando afirmou que a humanidade transpôs o período teológico. Demonstra as falhas da concepção universalista do socialismo e atribui a ele várias características, entre elas uma associação com o semitismo. Acredita que as influências maléficas do “marxismo semita” se estenderam pela intelectualidade brasileira e também pelas artes plásticas: “o campo de atividades dos reformistas vermelhos estende-se até pelos domínios da arte. Quem entende e o que significa (...) na pintura, na escultura (...) a chamada arte moderna? (...) na pintura e na escultura deformações monstruosas da realidade dos seres e das coisas”. Para o autor, estavam claras as intenções da mística social marxista que, niveladora e internacionalista, pretendia “a inversão total das noções de pátria, honra e dever”. Como deve isso proceder? Solapando as

---

<sup>464</sup> FERREIRA, op. cit. p. 45.

<sup>465</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Forense, 1976, p. 110.

<sup>466</sup> SINTONI, Evaldo. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil 1930-1964**. Cultura Acadêmica: São Paulo, 1999. p. 62.

classes armadas, defensora dos ideais de pátria e de nação e, em última instância, da própria burguesia, execrada pelo marxismo. Ao militar, portanto, “não cabe o direito de ser indiferente, ou simples espectador, em face de qualquer situação de luta”. Dada a abnegação dos militares no cumprimento do seu dever, são eles os mais “visados pelas maquinações dos inimigos do Brasil”, que são identificados como os maus brasileiros: intelectuais que pregam o internacionalismo político-social, os politqueiros que empreendem tudo em seu proveito, mesmo sacrificando a Pátria, os maus militares, ambiciosos e despeitados que se voltam contra o Brasil e os oportunistas que atizam as calamidades nacionais, mas não se comprometem de fato. Este movimento deve ser observado de perto para que acontecimentos como o de novembro de 1935 não mais ocorram, fruto do “marxismo semita”. Correia Lima conclui seu artigo de forma contundente: “Não sejamos nós militares, mais uma vez, os trouxas das cantatas da torpe politicagem indígena que vem desangrando o Brasil desde os primórdios de sua independência política (...) Militares, alerta pelo Brasil!”. A frase, que também é a epígrafe que abre este capítulo, mostra muito bem a corrente opinião entre os militares, de que a culpa de seus problemas advinha dos políticos que, propositadamente, invadiam a caserna com sua politicagem sórdida. A frase brada ainda pela missão dos militares em nossa nacionalidade nascente: tuturar o desenvolvimento do país e intervir sempre que a nação estiver em perigo.

Neste ponto, a ação dos redatores de ADN é clara: seus textos continuam invocando as palavras de ordem que definem os militares como os guardiões da Nação, a única instituição realmente nacional e que acomoda em seu seio o patriotismo que, não só a politicagem desmembradora que banir, mas também os movimentos internacionalistas, identificados com o comunismo. A mudança no caráter editorial de ADN, em 1935, a coloca definitivamente como um órgão de coordenação intelectual dentro do Exército, mantida pela elite dos oficiais e formadora de uma mentalidade político-militar.

A referência de Correia Lima ao “marxismo semita” deixa transparecer uma nova característica do Exército: o antissemitismo. A onda mundial de ações contra os judeus não deixou escapar o Brasil. Em interessante pesquisa, Maria Luiza Tucci Carneiro demonstra o caráter antissemita do estado varguista, principalmente pelas ações desencadeadas contra pessoas de origem judaica. Demonstra ainda, a recusa do governo brasileiro em receber, oficialmente, pessoas que estavam fugindo

da onda repressiva dos governos fascistas da Europa, sobretudo da Alemanha nazista de Hitler.<sup>467</sup> Também Fernando Rodrigues, em tese sobre os processos de admissão da Escola Militar na década de 1940, demonstrou como a origem semita transformou-se em barreira aos candidatos, querendo a Escola, com isto, eliminar as influências negativas que tal admissão poderia trazer.<sup>468</sup>

Seguindo a tendência, em julho de 1936, a ADN publica extenso artigo de autoria do tenente Wiedersphan sobre as influências maléficas do judaísmo. Para ele, as ações de novembro último estavam preparando “o ambiente para o golpe do satanismo vermelho judeu-marxista”. Autores como Emil Ludwig, Stefan Zweig, Lion Feuchtwanger, Johnny Friedlaender e o próprio Freud são símbolos da difusão de correntes contra a moral, contra a Pátria e as concepções cristãs de família e religiosidade. Não coincidentemente, Zweig, Feuchtwanger e Freud eram judeus, e atuavam contra o regime nazista de Hitler. Para Wiedersphan, a difusão destes autores e suas ideias solapam os alicerces da civilização ocidental cristã. Seguindo seu raciocínio, o militar relaciona vários momentos da história europeia com a influência maléfica do judaísmo, como por exemplo, a Revolução Francesa. Acusa os ideólogos do período do terror como Robespierre, Marat e Danton de possuírem origem israelita e de trabalharem a serviço do internacionalismo “inimigo dos povos e de seus aliados”. O socialismo de Marx nada mais é que o próprio marxismo tentado em 1789, em 1848 na Alemanha, em 1871 na comuna de Paris e em 1917 na Rússia.

A preocupação com o ensino militar também estava expressa nas páginas de ADN. A partir de junho de 1936, o redator da seção de sociologia, Severino Sombra, passa a dedicar-se à publicação de um plano pedagógico militar a fim de afastar as influências do comunismo do ensino militar.

---

<sup>467</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. Brasiliense: São Paulo, 1988.

<sup>468</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma Carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese de doutorado. UERJ, 2005

#### 4.4 Os militares e a indústria nacional

Desde o século XIX o Exército brasileiro possuía arsenais de guerra que fabricavam munições e realizavam pequenos reparos nos itens militares. Foram as guerras externas, sobretudo a Guerra do Paraguai (1865-1870), que dependeu efetivamente da importação de todo tipo de apetrecho militar, que surgiu a consciência da necessidade de produção do material no próprio país. Com o advento do liberalismo e a divisão da sociedade numa esfera militar e em outra civil, os valores militares passaram a influenciar a sociedade civil. Surgem, então, os conceitos de nação armada, soldado cidadão e da própria consciência da defesa nacional, como já explicitados em nosso trabalho.

A Primeira Guerra Mundial foi um conflito chave que demonstrou o valor de uma indústria militar aos países envolvidos. Demonstrou também aos militares de todo o mundo como os conflitos modernos tornaram-se dependentes da evolução do armamento e de uma produção cada vez maior, capaz de suprir as necessidades diárias do conflito em todas as suas frentes. Em 1916, o Clube Militar realizou uma série de conferências sobre a questão da produção de armamento no país. Os debates, promovidos pelo oficial Castro e Silva, foram posteriormente publicados e demonstram a seriedade com que os militares tratavam o assunto.<sup>469</sup>

Castro e Silva trouxe dados atuais e importantes para o debate, ressaltando o quanto a produção de armamento no país poderia trazer benefícios econômicos incontáveis. As diretrizes estabelecidas em seu trabalho foram as mesmas que pautaram a criação de uma indústria bélica durante os anos de 1970 e 1980 no Brasil. Em uma de suas palestras, o oficial demonstrou que o preço gasto pelo governo para a importação de duzentos mil fuzis entre 1908 e 1912 seria suficiente para a importação de maquinário e matéria prima, de forma que os fuzis fossem produzidos em território nacional, através da implantação de uma indústria bélica. O investimento não se restringiria apenas à economia de dinheiro: produziria mão de obra qualificada, gerando empregos, e a possibilidade de exportação deste material, gerando divisas importantes para a economia nacional.<sup>470</sup>

---

<sup>469</sup> DAGNINO, Renato Peixoto. **A Indústria de Armamentos Brasileira: uma tentativa de avaliação**. Tese de doutorado, UNICAMP, 1989. p. 128.

<sup>470</sup> DAGNINO, op. cit. p. 130.

Em nosso segundo capítulo, demonstramos também como os militares reunidos em torno de *A Defesa Nacional* se preocuparam com estas questões e, efetivamente, produziram estudos sobre a possibilidade de o Brasil produzir armamentos. Embora, como temos ressaltado, a preocupação dos militares fosse o desenvolvimento de uma indústria bélica, existia a consciência de que essa indústria poderia trazer dividendos ao país, diversificando a economia que dependia das exportações do café. Para Renato Dagnino, durante as três primeiras décadas do século XX houve, efetivamente, “um avanço da industrialização que permitiu a produção interna de muitos dos itens necessários ao suprimento das Forças Armadas”.<sup>471</sup> Para o Gen. José Carlos Amarante,

A década de 1930 assinalou o Primeiro Ciclo Industrial Militar, que tinha como base o fato de que todo esse parque industrial utilizava tecnologias estrangeiras, sob licença ou adquiridas. (...). Até então não se fabricavam, no Brasil, materiais pesados de emprego militar, como canhões, metralhadoras e viaturas blindadas, só possíveis com a implantação no país da indústria siderúrgica pesada.<sup>472</sup>

De fato, a implantação desta indústria seria um dos grandes objetivos do governo de Vargas e dos próprios militares. Estes, embora tivessem formada uma comissão para compra de armamento no exterior, a partir de 1933, como referimos em nosso capítulo anterior, enviaram militares à Europa, responsáveis por uma comissão, para analisar as possibilidades da instalação de uma indústria militar no Brasil. O problema passava, ainda, pela formação de um círculo de técnicos militares que pudessem fiscalizar o andamento desta possível produção, assunto que também era discutido nas páginas de *A Defesa Nacional*. É inegável que o problema só passa a ser resolvido, de fato, com a implantação do Estado Novo e de um governo cada vez mais centralizado que estimulou o surgimento industrial, principalmente o siderúrgico. Mas, pretendemos destacar aqui a discussão encetada pelos redatores de *A Defesa Nacional* no período aqui analisado.

Embora a historiografia se divida em relação ao papel dos militares e o da industrialização, entendemos que o pensamento industrial não era um movimento

---

<sup>471</sup> DAGNINO, op. cit. p. 131 .

<sup>472</sup> AMARANTE, José Carlos Albano. **INDÚSTRIA DE DEFESA**. Artigo disponível no site <http://www.defesa.ufjf.br/arg/Art%2056.htm>. Acesso em outubro, 2009.

isolado dentro da Instituição, e sim um dos vários matizes da questão da defesa nacional que foi discutido, ativamente nas páginas da revista desde a sua fundação.<sup>473</sup> Ainda que não possamos tomar a Instituição como um bloco coeso e integrado durante o período, é relevante que os problemas tratados nas páginas da revista tenham figurado em primeiro plano a partir da década de 1930 e mesmo posteriormente. Identificamos, em relação ao grupo reunido em torno de *A Defesa Nacional*, uma série de características que foram sendo debatidas durante este trabalho e, entre elas, a preocupação com a indústria militar.

Quando nos referimos aqui à historiografia, não podemos deixar de citar o artigo de Ítalo Tronca em relação à questão siderúrgica e a relação desta com os militares nas décadas de 1930 e 1940.<sup>474</sup> Neste artigo, Tronca defende a hipótese de que os militares não se envolveram diretamente com a implantação da usina de Volta Redonda, em 1941. Apresenta dados que comprovam sua análise e entende que somente um pequeno grupo de militares estava interessado, neste período, na implantação da siderurgia no Brasil. Prova disto seria a encomenda sistemática de armas à Europa, sobretudo a partir de 1937, quando são fechados os contratos com a indústria alemã Krupp, através da política dos marcos de compensação. Embora Tronca afirme, enfaticamente, que os militares envolvidos em torno de ADN não publicaram nenhum texto sobre a indústria siderúrgica em suas páginas entre 1930 e 1936, encontramos não apenas textos, mas indícios do pensamento destes militares em relação ao problema siderúrgico no Brasil durante este período.<sup>475</sup>

Em editorial publicado em dezembro de 1931, os militares insistem na necessidade de se reforçar a indústria siderúrgica no Brasil. O texto traz interessantes dados sobre a produção de ferro e de aço no Brasil, que reproduzimos a seguir:

1. O Brasil possui mais de uma dúzia de altos fornos cuja capacidade sobre a 100 mil toneladas de ferro guza por ano e cuja produção efetiva em 1930 foi de 36.080 toneladas.

---

<sup>473</sup> Nos referimos aqui ao trabalho de TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização: Entre as armas e volta redonda (1930-1942). IN FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 337 à 360.

<sup>474</sup> TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização: Entre as armas e volta redonda (1930-1942). IN FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 337 à 360.

<sup>475</sup> TRONCA, Ítalo. Op. cit. p. 347

2. A fabricação ao aço está solidamente implantada no país, em suas diversas modalidades: pequenos convertedores ácidos e fornos elétricos para o metal de moldagem e fornos Siemens-Martins para o metal destinado as laminações; nossa capacidade de produção é muitas vezes maior que os dados fornecidos pelas estatísticas comerciais, referente ao aço vendido sob forma de peças laminadas ou moldadas: em 1930, 21.665 toneladas.
3. O número de oficinas mecânicas e de fundições tem aumentado constantemente, constituindo um parque importante, capaz de satisfazer a grande parte de nossas necessidades.
4. A fabricação de ligas não siderúrgicas e a mineração desses produtos progredem e se aperfeiçoam rapidamente: os mercados se abrem, deixando-nos antever em breve o tratamento de nossos excelentes minérios de cobre e de chumbo principalmente;
5. As indústrias auxiliares da metalurgia desenvolvem-se harmonicamente, graças à excelência das matérias primas. O progresso que fizemos, por exemplo, quanto à fabricação de refratários é verdadeiramente notável.<sup>476</sup>

Os dados, de acordo com o autor, sugeriam que a implantação da indústria siderúrgica no Brasil estava em andamento, mesmo com a falta de investimentos do governo. Para os militares, não investir naquele momento na indústria siderúrgica seria sacrificar a nação duplamente: por um lado, em sua eficiência militar e, por outro, na economia nacional. Os militares insistiam, desde a década de 1920, que o Exército deveria investir na formação de técnicos específicos para trabalhar nos arsenais militares e nas fábricas de munição. Em 1934, o Exército possuía nove fábricas de munições e arsenais que fabricavam pequenas peças para as armas de infantaria e artilharia, além de munições de vários calibres. Os militares acreditavam, firmemente, que era necessário aumentar os investimentos neste setor, de forma que o Brasil não mais dependesse de armamento estrangeiro para equipar o seu exército. Mesmo que a ideia de industrialização dos militares passasse pela formação de um parque industrial essencialmente bélico, a consciência de que isto poderia fazer o Brasil progredir era latente.

Para o Cel. Nascimento, a grande obra da revolução deveria ser a constituição de uma economia forte, baseada na indústria. De acordo com o autor, “As nações fortes realmente se estruturam com ferro e aço, tornados blocos pelo cimento dos grandes capitais”. Com a ação de indústrias pesadas, não seria possível o embuste econômico realizado pelos produtores de café ao elevar seu preço artificialmente e conduzir a nação para a crise. O Brasil oferecia todos os

---

<sup>476</sup> Editorial, em *A Defesa Nacional*, dezembro de 1931.

pontos necessários para promover a indústria: possuía carvão e jazidas de ferro, possuía uma pequena indústria nascente e, o mais importante, muitas outras riquezas naturais que poderiam ser aproveitadas com sucesso. Os militares definiam-se como os maiores interessados no assunto e dele não deviam se afastar: “somos tão diretamente interessados na siderurgia, quanto o lavrador de café deve ser nos institutos que tratam do que lhe é correlato; assim também o militar que se interessa pelo desenvolvimento da siderurgia no país, não só cuida do seu interesse, (...) como também, beneficia ao máximo a nação (...)”.<sup>477</sup>

A Revolta Constitucionalista, em 1932, demonstrou o quanto o esforço industrial poderia ser útil ao país em caso de conflito. Através da mobilização promovida pela FIESP, as indústrias do estado puderam fabricar vários itens como morteiros, bombas para aviões, lança-chamas, capacetes e munição. O aparelhamento do estado e a contribuição da indústria impressionaram o alto comando do Exército e deixaram claro que era possível produzir material bélico no país.<sup>478</sup>

Em 1934 a Secretaria Geral da Segurança Nacional, sob direção de um oficial do EME, publica, em caráter reservado, um estudo preparatório sobre a mobilização industrial em tempos de guerra. Este estudo previa, em linhas gerais, como a indústria nacional deveria se comportar em caso de guerra em relação à produção de itens de primeira necessidade para o país. Para os militares, havia “o maior interesse em se obter no próprio território nacional o máximo possível de produtos fabricados” sem haver a necessidade de recorrer ao exterior.<sup>479</sup> Os militares entendiam que a indústria nacional não era capaz de fornecer grande parte do material necessário e admitiam a necessidade de reforçar esta indústria em tempos de paz. A chave de todo o problema parecia residir no fortalecimento da indústria nacional em tempos de paz para que esta pudesse ser rapidamente e, com competência, ser transformada em indústria mobilizada para um conflito. Era mister, portanto, aumentar as exportações do Brasil, sendo necessário “procurar e prever diversos mercados possíveis para um mesmo produto”, a fim de aumentar os créditos do país em moeda estrangeira que possibilitariam, além da importação de matéria prima, insumos para o desenvolvimento da indústria nacional.

---

<sup>477</sup> **A Siderurgia e a Revolução**, em *A Defesa Nacional*, julho de 1932.

<sup>478</sup> MCCANN, op. cit., p. 426.

<sup>479</sup> GV c 1934.00.00/1.

Faz-se necessária aqui, uma observação: o pensamento dos militares, formado principalmente pela ação da MMF na Escola do Estado Maior, em relação à indústria, estava intimamente relacionado à preparação do país para a guerra. Vimos em nossos capítulos anteriores como a questão da defesa nacional e da preparação da Nação para a guerra toma contornos importantes neste período. A ação da MMF nesse sentido é capital: os franceses incutem no pensamento militar brasileiro a necessidade de que os órgãos do EME trabalhem em conjunto com os diversos ministérios da união, de forma que se estabeleça uma política que leve em conta as questões militares que dizem respeito à defesa do país.

Em outubro de 1934, o capitão Xavier Leal assevera sobre a importância do carvão na economia brasileira.<sup>480</sup> Entende que, no exterior, as fontes de energia como o petróleo e a eletricidade já ocupam o seu lugar na esfera industrial, mas que no Brasil o carvão ainda há de ser uma importante fonte de energia. Esta fonte depende, diretamente, da iniciativa privada, que explora timidamente essa riqueza natural. A falta de transporte adequado, tanto ferroviário como naval, acabava por limitar a produção de carvão, notadamente das regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O militar sugere que o governo federal, em associação com o governo catarinense, faça investimentos, sobretudo na rede para distribuição do carvão.

A discussão dos recursos naturais figurou, aliás, com muito entusiasmo nas páginas de *A Defesa Nacional*. A opinião corrente entre os militares parece ser de que um país com tantos recursos deveria aproveitá-los, possibilitando assim a maior dinamização da economia e do progresso, que tanto era almejado. A questão da siderurgia era considerada como o “esteio da independência econômica e fator máximo de grandeza” para um país.<sup>481</sup> Em agosto de 1936, o capitão Herschell Borralho publica nas páginas de ADN extenso trabalho sobre a utilização do coque vegetal brasileiro na implantação de uma indústria siderúrgica. Chega à conclusão de que a implantação desta indústria, no Brasil, só pode ser obra de um governo que esteja intimamente interessado nos problemas nacionais. Para o capitão “o poder de uma nação mede-s, presentemente, pelo maior ou menor grau que ela possui de abastecer-se a si própria do indispensável à sua vida autônoma”.<sup>482</sup> Desta forma,

---

<sup>480</sup> **O carvão catarinense**, em *A Defesa Nacional*, outubro de 1934.

<sup>481</sup> **O Problema siderúrgico nacional**, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1936.

<sup>482</sup> **O Problema siderúrgico nacional**, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1936.

somente as indústrias pesadas poderiam oferecer às nações o desenvolvimento econômico. O oficial cita, ainda, exemplos dos EUA e do Chile, países que iniciaram a produção de aço mesmo tendo custos superiores em até três vezes em relação à importação do material.

O petróleo figurava também como um mineral que devia receber atenção por parte do governo. Este combustível asseguraria a independência do país e o exemplo, neste caso, era o Japão que, através da invasão da Manchúria, estava extraíndo o líquido vital para os seus projetos expansionistas. Sem ele, dificilmente o país poderia pôr em marcha seus planos. A Argentina também figura como país que produz 90% do petróleo que consome, sendo exemplo de independência econômica e de defesa nacional. Desta forma, “não há razão nenhuma para que aqui não procedamos identicamente, resolvendo-se assim o problema do petróleo brasileiro e se fazendo do Brasil um país forte, independente e apto a se defender”.<sup>483</sup>

A discussão sobre a industrialização dividia-se em dois pólos dentro da instituição militar: o projeto defendido por Góes Monteiro, majoritário em todos os sentidos, defendia que a implantação de uma indústria deveria obedecer apenas aos interesses da defesa nacional. Esta indústria seria subordinada às necessidades militares e concorreria, de alguma forma, para o progresso nacional. Por outro lado, alguns militares defendiam a industrialização nacional, não apenas em relação ao material bélico, mas também como forma do desenvolvimento econômico. Este grupo, em 1937 fundou o Círculo de Técnicos Militares, uma sociedade civil com o objetivo de estudar e solucionar problemas relativos à engenharia militar e à indústria de guerra. O Círculo deveria trabalhar para o desenvolvimento da indústria bélica, das indústrias de base e da formação de técnicos em diversos níveis.<sup>484</sup> O grupo ia ao encontro das ideias estadonovistas de que a industrialização era o caminho definitivo para o progresso do Brasil. Com a ditadura, o fechamento do Congresso eliminou as principais oposições políticas, levando as discussões para o nível técnico. Por conta das reformas na instituição militar, o Exército, agora uma instituição forte, tinha voz de comando dentro do governo para fazer valer seus interesses em relação aos problemas da defesa nacional. Embora o Círculo tivesse um caráter marginal dentro da instituição militar, sintonizava com as ideias

---

<sup>483</sup> Cap. Julio Linhares, **O Petróleo no Brasil**, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1936.

<sup>484</sup> SÁ, Alexandre Avelar. O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro-julho de 2008.

defendidas por parte da oficialidade que se preocupava com a industrialização desde a década de 1920.

Para os redatores de *A Defesa Nacional*, a implantação de uma indústria seguiria, naturalmente, a resolução do problema majoritário da defesa nacional: a dependência de material bélico do exterior, em caso de conflito. A nação deveria estar apta para defender-se em todos os sentidos: através da formação de reservas humanas, através de uma doutrina militar coesa, através da ação de um Exército forte e através da manutenção de reservas de munição e equipamento que possibilitassem à nação ter recursos, em caso de conflito.

Todos estes vértices do problema estavam sendo discutidos, amplamente, pelos redatores da revista durante a sua fundação. Embora ao discurso tenham sido adicionados novos pontos, como a retórica anticomunista a partir de 1935, ele se manteve de forma relativamente coesa ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930. O discurso dos militares em relação aos problemas nacionais, ao autoritarismo, ao comunismo e mesmo à indústria foi a formação de uma base de pensamento que encontrou eco durante muitas décadas na instituição militar e que teve em *A Defesa Nacional*, um dos grandes responsáveis pela disseminação desse discurso, ao longo da década de 1930.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país onde desde 1889 as intervenções militares na política têm sido frequentes, estabelecer o papel das Forças Armadas na história é um desafio e um excelente trabalho de interpretação. Desafio porque vários intelectuais já se debruçaram sobre este problema, sugerindo hipóteses e dando respostas bastante relevantes para a compreensão da história nacional; um excelente trabalho interpretativo porque o exercício da pesquisa e da abstração nos leva obrigatoriamente à produção de uma síntese, cujo desafio maior é contribuir para o estudo e a compreensão do problema em questão.

Observamos que a intervenção dos militares na política possibilitou a este grupo social uma maior inserção na sociedade e trouxe, com isso, seus problemas para a pauta de discussão política. Ameaçados pelo Império, os militares, assim que o derrocaram, concentraram-se no aumento dos soldos e na promoção de muitos oficiais que amargavam nas listas de promoção há bastante tempo. Sua atitude inicial foi ao encontro às aspirações negadas nos últimos anos pelo Império. Ao retornarem ao jogo político em 1930, conseguiram, através de ações positivas do governo provisório, a elevação de um novo grupo de militares ao alto escalão da Instituição, ligados ao grupo reformador que desde 1913 reclamava mudanças no interior da Instituição. De posse do poder, esses militares trataram de resolver seus problemas mais importantes e deram, a partir de então, nova constituição ao Exército: um Exército forte, moderno, capaz de intervir na política interna e externa, e em concordância com as modernas doutrinas militares europeias.

Foi durante a década de 1930 que as maiores modificações ocorreram no seio do organismo militar: a Lei de Promoções já ultrapassada, de 1891, foi substituída por uma nova que conteve o anseio por mudanças no interior da oficialidade. Mesmo que essa lei tenha sido posteriormente substituída, em 1938, a sua promulgação foi uma vitória do grupo que desejava afastar os inaptos da

carreira militar. A própria campanha havia se iniciado em 1913, quando os oficiais reformistas deram-se conta de que a maioria dos oficiais pouco se importava com a Instituição, afinal, iriam ascender naturalmente na hierarquia pelo sistema de antiguidade. A partir de então, este foi um dos pólos de mudança em que se centraram os redatores de *A Defesa Nacional*.

Também durante a década de 1930, foi lançada a Lei de Quadros, que passou a regular os estágios de oficiais no interior do país nos mais longínquos quartéis militares, com possibilidade positiva de retornar às grandes capitais dentro de pouco tempo. Esta resolução levou esperança àqueles que não gostariam de recorrer à influência pessoal para evoluir hierarquicamente e aproximarem-se dos centros disseminadores da doutrina militar. Esses oficiais lutaram para que, a partir de 1933, equipamentos e material bélico fosse comprado para o Exército, mesmo com uma crise financeira incidindo sobre a economia nacional, na crença de que somente uma *força militar forte* poderia apoiar e desenvolver o progresso do país.

Durante a pesquisa, identificamos o esquecimento pelo qual os oficiais redatores de *A Defesa Nacional* foram relegados. Embora seu caráter combativo dentro do Exército tenha sido sempre evidenciado pela maioria dos estudiosos dedicados aos assuntos militares, poucos foram os estudos que se dedicaram a folhear página por página desta revista, em busca do discurso desses militares, de suas concepções sobre sua própria Instituição e sobre seu país. Identificamos, portanto, um importante objeto de análise para a compreensão do papel dos militares na história nacional.

Enquanto organizávamos nosso *corpus* documental, adequando-o para análise, formulamos hipóteses para nos ajudar a traçar o caminho da interpretação deste material. Inicialmente nossas hipóteses trabalhavam com a relação entre os militares e o discurso da revista, sendo uma resposta provisória ao singelo questionamento que iniciou esta pesquisa: qual a importância desta publicação para o meio militar? Ao organizamos o *corpus*, traçamos os seguintes parâmetros, referidos em nossa introdução: 1) é possível, que as discussões encetadas pelos redatores e colaboradores da revista tenham acelerado o processo de modernização do Exército; 2) As ideias e discussões encetadas pela revista influenciaram um grupo de militares que se aglutinaram em torno do grupo mantenedor da revista ao longo das décadas de 1920 e 1930 e que se mantinha ligado ao seu projeto através

da colaboração e da representação; 3) Em relação às questões sociais e políticas, teria *A Defesa Nacional* importante influência sobre o corpo de oficiais.

Durante o transcorrer do trabalho, procuramos avaliar e validar estas hipóteses de trabalho, de forma que a pesquisa se tornasse mais profunda. Desta forma, através de nossa análise, identificamos em torno do grupo de oficiais reunidos em *A Defesa Nacional* a tentativa bem sucedida de dotar o Exército de uma doutrina em relação à segurança nacional – dita defesa nacional pelos militares, aos problemas sociais e aos problemas propriamente ligados à questão militar. Este papel é muito importante em um momento da história onde a Instituição carece de um órgão que estabeleça suas doutrinas. O Estado Maior, embora existisse desde o final do século XIX era, até a década de 1930, um órgão separado de suas atribuições de preparação da nação e da própria instituição para a guerra. É a partir da contratação da Missão Militar Francesa e seus cursos voltados ao Estado Maior que os militares passam a compreender melhor o importante papel do órgão dentro do Exército. Num segundo momento, a partir do final da década de 1940, a doutrina militar emanará também de outro órgão: a Escola Superior de Guerra que, dentre seus vários discursos, figurará com bastante força a questão da segurança nacional, conceito tributário do pensamento relacionado à defesa nacional tratado nas páginas de *A Defesa Nacional*.

Embora a maior parte dos estudos sobre os oficiais reunidos em torno de *A Defesa Nacional* os identifique como apolíticos, acreditamos que esses oficiais tinham consciência de seu papel político dentro da sociedade brasileira. Esses oficiais identificavam a necessidade de se estabelecer a política militar e, desde 1913, percebiam os perigos de imiscuir a Instituição na política partidária e mesquinha que movia os interesses individuais dos militares. A Instituição deveria, pois, agir positivamente de forma única, onde apenas os seus interesses tivessem importância, juntamente com a grandeza da nação.

Os movimentos revolucionários da década de 1920 demonstraram, aos jovens oficiais, que um exército que carecesse de sólida disciplina e líderes aptos estava relegado aos processos insidiosos em seu interior, notadamente iniciados pelos escalões subalternos da Instituição. O discurso da disciplina e da hierarquia ganhou voz muito mais notável a partir de 1931, na tentativa de disciplinar os corpos, principalmente em relação aos seus oficiais. A tentativa de revolta dos sargentos em 1934 e a intentona comunista de 1935 revelaram aos militares um

novo inimigo a combater: o comunismo dentro da Instituição, que colocava em perigo a coesão, ao estimular uma suposta luta de classes entre soldados e oficiais; e num segundo momento, o comunismo fora da Instituição, inimigo externo que colocava o país em perigo e em alerta total. Este novo aspecto – o anticomunismo – influenciou, a partir de então, a doutrina militar que incorporou este aspecto a seu discurso e o utilizou sempre que necessário, a partir de 1937, para justificar sua intervenção na política.

Através de nosso estudo, procuramos comprovar a hipótese de que a revista tenha influenciado decisivamente a oficialidade militar desde sua fundação, seja através da disseminação de uma mentalidade ligada ao profissionalismo militar e a constituição do *novo* Exército, seja através da disseminação de uma mentalidade política, ligada aos problemas relativos à defesa nacional e à preparação do país para a guerra. Para isto, relacionamos a atuação de vários oficiais que fizeram carreira, tanto no Estado Maior – confirmando este órgão como doutrinário dentro do Exército – como na projeção de sua atuação na história da Instituição, estendendo-se até 1964, quanto oficiais envolvidos desde a década de 1920 com o projeto de *A Defesa Nacional* estiveram envolvidos com o golpe militar.

É bastante curioso que os militares envolvidos com o projeto de *A Defesa Nacional* tenham influenciado vários aspectos da vida militar, entre eles o ensino e o próprio Estado Maior. A partir já da missão indígena, em 1919, a oficialidade reunida em torno dos ideais da revista adentrou as salas da Escola Militar do Realengo, levando à juventude militar suas ideias de modernização e profissionalização necessárias à Instituição. A partir da década de 1920, muitos oficiais que faziam parte de *A Defesa Nacional* matricularam-se nos cursos da Escola de Estado Maior oferecidos pela Missão Militar Francesa e tornaram a revista a grande difusora dos novos ensinamentos. No final da década, a maior parte desses oficiais estaria de serviço no Estado Maior, consubstanciando uma nova doutrina de guerra militar.

Os militares reunidos em torno de *A Defesa Nacional* parecem ter alcançado com bastante sucesso ao dotar os militares de um pensamento específico sobre sua Instituição, que perdurou durante muito tempo na concepção de seus pares. Ao conclamar, em seu primeiro editorial, que o Exército era o único ente organizado de uma nação desorganizada e carente de nacionalismo, os militares assentaram o caminho para provar a importância da Instituição em uma *nacionalidade nascente* como o Brasil. Ela não só auxiliaria no progresso do país como seria também o local

de onde emana o patriotismo e a consciência cívica da população. Este discurso sobreviveu, com sucesso, por muitas décadas e, ao iniciar a década de 1930, certamente teve bastante relevância quando a própria Instituição decidiu pôr fim ao regime da Primeira República, inaugurando uma nova era de poder político e militar.

Procuramos mostrar ao longo do trabalho como o discurso, em especial de Góes Monteiro, era tributário daquilo que a revista vinha defendendo desde a sua fundação, embora seja evidente ainda o papel desempenhado por ele ao longo da década de 1930. O discurso sobre a política militar nas páginas da revista revelou que, se Góes não foi influenciado por ele, estas ideias pairavam, de alguma forma, no senso comum da oficialidade ligada ao alto escalão da Instituição, constituindo-se um senso comum em relação ao papel dos militares em um país como o Brasil e a forma como adequar-se às prerrogativas modernas e profissionais das instituições militares mundiais.

O objetivo inicial desta pesquisa era investigar a influência desta revista no processo de modernização do Exército brasileiro, bem como o papel exercido por alguns de seus redatores. Ao longo do processo analítico, acabamos por aprofundar muito mais nossas hipóteses e partir para o pressuposto de que o núcleo de militares reunidos em torno de *A Defesa Nacional* contribuiu muito mais do que apenas nas questões concernentes à modernização. Enquanto o Exército se dividia em clivagens internas durante a década de 1920 e na depuração dos movimentos insidiosos, o núcleo em torno da revista permaneceu coeso e unido em torno de um só ideal: trabalhar pela criação de uma doutrina de guerra e pela grandeza do Exército e da nação. Fomos, portanto, surpreendidos com a importância desta publicação no meio militar e, mais ainda: pela projeção do grupo, a partir de 1930, reunido em torno da revista e de seu projeto político-militar, que deixou de ser discurso para se tornar ação.

Registramos que a partir de 1935 esta revista passou por modificações profundas que alteraram seu quadro tradicional: o editorial foi excluído e o corpo de oficiais envolvidos com a publicação fora duplicado. A partir de então, os redatores passam a preocupar-se com outros aspectos, mais ligados à vida prática da Instituição com relação à sociedade, com a política e o fortalecimento do ensino militar. Esta mudança aparentemente não possui uma justificativa apropriada dada pelos redatores. Inferimos, portanto, que sua mudança está diretamente ligada aos acontecimentos do período de 1934-1935, principalmente, em relação à supressão

do editorial. Sendo esta uma página de *caráter doutrinário*, como referido pelos próprios autores, sua supressão pode estar ligada à necessidade de manter maior coesão dentro da Instituição. É notório que a partir do segundo semestre de 1934 o governo de Vargas enfrentava como podia a onda de insatisfação militar relacionada à crise dos soldos. Embora os redatores jamais tenham tocado neste assunto, a dificuldade em conseguir um acordo com o governo desanimava profundamente os militares. Da mesma forma que o discurso dos redatores possa ter tido alguma influencia nos movimentos insidiosos da década de 1920, a supressão do editorial teria sido uma tentativa para fechar a Instituição sobre si mesma, como uma espécie de censura. Pertinente é, também, associar a mudança da revista à necessidade de manter a sua existência, bastante dificultada pelas crises intensas, desde a década de 1920.

Por outro lado, chegamos também à conclusão de que esta mudança de rumo demonstra que a revista decidiu agir mais presentemente na disseminação da *política militar*, ou seja, dos parâmetros da política *do Exército*, embora este assunto tenha sido já referido pelos redatores por volta de 1932. A mudança de parâmetros a partir de 1935 permite supor que houve a vitória da corrente interventora dentro da instituição militar, colocando, assim, *A Defesa Nacional* em importante lugar dentro da formação da mentalidade militar, qual seja a concepção de que o Exército não podia mais ser “o grande mudo” em relação às questões políticas.

É necessário acentuar, ainda, que, a partir de 1934, o regime político de Vargas começava a se fechar: com o lançamento da Lei de Segurança Nacional que definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo a greve de funcionários públicos, a propaganda subversiva e a organização de partidos que subvertessem a lei e a ordem. A Lei acabou serviu para o maior fechamento do regime. Atingiu especialmente os militares, ao prever a expulsão da Instituição em caso de inquérito pelo Tribunal de Segurança Nacional. Este fato desagradou aos militares, principalmente Góes Monteiro, já que a medida significava a intervenção do executivo nos problemas militares. Com o fechamento da ANL, em 1935, o Estado desencadeou manobras de repressão aterrorizando a sociedade e conduzindo o regime político para a solução autoritária. É possível, portanto, que de alguma forma os acontecimentos externos tenham influenciado a mudança no caráter da revista.

Estabelecemos, portanto, um fio condutor relacionado ao núcleo de militares envolvidos com a revista desde 1913 e sua relação com o Exército: além de estarem

interessados no problema maior da profissionalização da Instituição, a esses militares não escapou uma concepção específica ligada ao progresso da Nação e aos problemas do país. Estas preocupações estavam evidenciadas durante os primeiros números da revista e continuaram a prevalecer com o passar dos anos, constituindo-se parte do pensamento militar. Durante a década de 1930 ocorre, conforme acentuamos, a vitória da corrente profissionalizante e das concepções relacionadas à política do Exército. Neste ponto, a participação dos redatores e colaboradores de *A Defesa Nacional* foi importantíssima para o estabelecimento desses novos parâmetros. Desta forma, esta pesquisa demonstrou a importância dessa publicação e dos militares com ela envolvidos, para maior compreensão do papel dos militares e da formação de um pensamento nacionalista específico em relação ao Brasil.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso: as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

BASTOS, Jayme Araújo Fo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1994.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945**. EDUSP: São Paulo, 2009.

BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: LDN, 1917.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRETAS, Marcos Luiz. O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro-julho de 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da Ciência e a sedução da objetividade**. UNESP: São Paulo, 2005.

CALHOUN, Craig. O Nacionalismo importa. IN PAMPLONA, Marco A., DOYLE, Don H (org). **Nacionalismo no Novo Mundo**. São Paulo: Record, 2008.

CALOGERAS, João Pandiá. **Problemas da Administração**. São Paulo; Cia. Editora Nacional, 1935.

CAMARGO, Aspásia e GOÉS, Walder de. (org). **Diálogos com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2001.

CAPELLA, Leila. **As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório**. UFF, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Formação das Almas. Imaginário da república no Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1970.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República. Um Estudo sobre a ação política**. Zorge Zahar: Rio de Janeiro, 1995.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira**. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Forense, 1976.

COSTA, Wilma Peres. Os Militares e a Primeira Constituição da República. IN MORAES, João Quartim (org). **A Tutela Militar**. Vértice: São Paulo, 1987.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

DAGNINO, Renato Peixoto. **A Indústria de Armamentos brasileira: uma tentativa de avaliação**. Tese de doutorado, UNICAMP, 1989.

DE DECCA, Edgar. : **O Silêncio dos Vencidos**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1997.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência Estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). IN ROUQUIÉ, Alain (org). **Os Partidos Militares no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1980.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 20. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **O pensamento nacionalista autoritário**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. Annablume: São Paulo, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Sumara Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenetismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

HAYES, Robert. **Nação Armada. A Mística Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: BIBLIX, 1991.

HERZOG, Tamar. Identidades modernas: Estado, comunidade e Nação no império Hispânico. IN JANCSÓ, István (ORG). **Brasil Formação do Estado e da Nação.** HUCITEC: São Paulo, 2003.

HOBBSAWN, Eric. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado.** Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: no. 27, 2001.

JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional.** Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MALAN, General Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: BIBLIX, 1988.

MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: BIBLIX, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estudo sobre as disposições a inserir na nova constituição relativamente à defesa nacional e as classes armadas.** IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 202, Janeiro-Março de 1949.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria.** Companhias das Letras: São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro.** Recife. Ed. Guararapes, 1982.

\_\_\_\_\_. A influência estrangeira no Exército Brasileiro (1905-1945). IN Camargo, Aspásia (org). **Seminário da Revolução de 30.** Brasília: UNB, 1983.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército.** Rio Janeiro: Andersen Editores, 1934.

MORAES, Maria Cristina. **Jovens Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918).** UNESP, 2004.

MORAES, João Quartim. O positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso. IN COSTA, Wilma Peres da. (ORG). **A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

MORAIS, João Baptista de Mascarenhas. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1969.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PINTO, Sergio Murillo. A Doutrina Góes: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopéia brasileira : a coluna Prestes**. São Paulo: Moderna, 1995.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobismo: ideologia e ação: 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RICUPERO, B. **O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. Martins Fontes: Rio de Janeiro, 2004. e JANCÓSÓ, I. (org). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC, 2003.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma Carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese de doutorado. UERJ, 2005.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um sertão: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro**. UFRJ, 2008.

ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar Y Sociedad política em La Argentina I (hasta 1943)**. Emece. Buenos Aires, 1979..

\_\_\_\_\_. **O Estado Militar na América Latina**. Alfa-Omega: São Paulo, 1984.

SANTOS, Moacir José dos. **Pátria e poder: o exército e a construção da nação (1930-1937)**. Tese de Doutorado. UNESP, 2006.

SÁ, Alexandre Avelar. O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro-julho de 2008.

SCHULZ, John. **O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)**. EDUSP: São Paulo, 1994

SEVCENKO, Nicolau (ORG). **História da Vida Privada. República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

SINTONI, Evaldo. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil 1930-1964**. Cultura Acadêmica: São Paulo, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Ricardo Luiz De. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. IN Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 302-323.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Artenova: São Paulo, 1975.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. Rio de Janeiro: Nacional, 1914.

TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado. USP, 1993.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1903 - a Dominação Oculta**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935 - Sonho e Realidade**. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

## ARTIGOS DISPONÍVEIS NA INTERNET

AMARANTE, José Carlos Albano. **INDÚSTRIA DE DEFESA**. Artigo disponível no site <http://www.defesa.ufjf.br/arq/Art%2056.htm>

BENTO, Cláudio Moreira. **O Governo de Getúlio Vargas e a sua projeção na evolução da Doutrina Do Exército (1930 - 45)**. Artigo disponível em <http://www.ihp.org.br/docs/cmb20040825.htm>.

GOMES, Amanda Muzzi. **Jacobinos: análise conceitual e performática**. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13/JacobinosAbordagemConceitualePerfor.pdf> acesso em 11 de abril de 2010.

Seção do Tiro de Guerra – Dia do Exército em [http://www.5rm5de.eb.mil.br/secoes/escter/tiro\\_guerra/paginas/noticias/dia\\_do\\_exercito.htm](http://www.5rm5de.eb.mil.br/secoes/escter/tiro_guerra/paginas/noticias/dia_do_exercito.htm). acesso em 25 de abril de 2010.

## **REVISTAS E RELATÓRIOS**

**Revista A DEFESA NACIONAL – Revista de Assuntos Militares de janeiro de 1919 à dezembro de 1937.**

Boletim Mensal do Estado Maior do Exército No. 1 – Outubro de 1912 – Vol. IV.

**Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Gen. de Divisão José Caetano de Faria, Ministro do Estado da Guerra em maio de 1915.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1915.

**Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro de estado da Guerra em Junho de 1920,** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1920.

**Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935.